

Rui Mateus Pereira

CONHECER PARA DOMINAR

O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO ANTROPOLÓGICO NA
POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE, 1926-1959

Dissertação para a obtenção Doutorado em Antropologia,
especialidade de Antropologia Cultural e Social,
sob a orientação do
Prof. Doutor Augusto Guilherme Mesquitela Lima

ANEXOS



FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LISBOA 2005

O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO ANTROPOLÓGICO
NA POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE,
1926-1959

ANEXOS

Rui Mateus Pereira

CONHECER PARA DOMINAR
O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO
ANTROPOLÓGICO NA POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA EM
MOÇAMBIQUE, 1926-1959

Dissertação para a obtenção do Doutoramento em Antropologia,
especialidade de Antropologia Cultural e Social,
sob a orientação do
Prof. Doutor Augusto Guilherme Mesquitela Lima

ANEXOS

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

LISBOA 2005

Índice

Apresentação	3
Anexo A	
Jorge DIAS (1956), «Minorias Étnicas nas Províncias Ultramarinas»	7
Anexo B	
Jorge DIAS & Manuel Viegas GUERREIRO (1958), «Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola)»	31
Anexo C	
Jorge DIAS & Manuel Viegas GUERREIRO(1959), «Relatório da Campanha de 1958 (Moçambique e Angola)»	123
Anexo D	
Jorge DIAS, Manuel Viegas GUERREIRO & Margot DIAS (1960), «Relatório da Campanha de 1959 (Moçambique, Angola, Tanganhica e União Sul-Africana)»	151
Anexo E	
Jorge DIAS, Manuel Viegas GUERREIRO & Margot DIAS (1961), «Relatório da Campanha de 1960 (Moçambique e Angola)»	209
Anexo F	
Jorge DIAS (1962), «Relatório sucinto das actividades da Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português desde a sua criação»	263

Apresentação

Entre 1956 e 1960 António Jorge Dias viajou anualmente para África para, no terreno, coordenar os trabalhos da equipa que dirigia na Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, um projecto que funcionava no quadro do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar.

Os objectivos gerais da Missão já foram apresentados no corpo da nossa dissertação mas importa aqui reter aquele que, do ponto de vista do regime, justificava e enquadrava todo o trabalho a desenvolver naquele âmbito: o levantamento da situação política e social nas colónias. Durante a vigência da Missão, após ida anual ao terreno, Jorge Dias e os seus assistentes redigiam um relatório narrando as circunstâncias do seu trabalho e apresentando o resultado das suas observações de natureza política e social.

Por se tratarem de matérias de grande melindre – e dado o contexto político da época – os relatórios eram de circulação muito reservada e de natureza confidencial. Entregues à Direcção do Centro de Estudos Políticos e Sociais e da Junta de Investigações do Ultramar, é de supor que dessem entrada no círculo mais reservado do gabinete do Ministro do Ultramar e, comprovadamente, alguns deles foram remetidos ao Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar.

Quase meio século depois o conjunto de seis peças documentais que constituem a produção escrita da Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português encontra-se dispersa e algumas dos textos são de muito difícil acesso e consulta: o relatório preliminar, o de 1956, só se encontra no fundo Oliveira

Salazar em depósito no Instituto Nacional de Arquivos (Torre do Tombo) e do relatório de 1961, texto de síntese e fecho da Missão, não existe exemplar algum em nenhum arquivo ou biblioteca de acesso público – uma cópia (de «papel químico») foi-nos facultada por D. Margot Dias em Novembro de 1986.

Uma vez que constituem uma peça fundamental para a compreensão de uma etapa decisiva na evolução do pensamento etnológico em Portugal e dado que a sua consulta é relativamente difícil, senão impossível, achámos por bem reproduzi-los integralmente neste corpo de anexos da nossa dissertação. As referências completas dos textos que aqui reproduzimos são as seguintes:

- Jorge DIAS (1956), «Minorias Étnicas nas Províncias Ultramarinas», Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 23 páginas (Anexo A).
- Jorge DIAS & Manuel Viegas GUERREIRO (1958), «Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola)», Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 131 páginas (Anexo B).
- Jorge DIAS & Manuel Viegas GUERREIRO (1959), «Relatório da Campanha de 1958 (Moçambique e Angola)», Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 27 páginas (Anexo C).
- Jorge DIAS, Manuel Viegas GUERREIRO & Margot DIAS (1960), «Relatório da Campanha de 1959 (Moçambique, Angola, Tanganhica e União Sul-Africana)», Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 57 páginas (Anexo D).
- Jorge DIAS, Manuel Viegas GUERREIRO & Margot DIAS (1961), «Relatório da Campanha de 1960 (Moçambique e Angola)», Missão de Estudos das

Minorias Étnicas do Ultramar Português, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 74 páginas (Anexo E).

- Jorge DIAS (1962), «Relatório sucinto das actividades da Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português desde a sua criação», Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 10 páginas (Anexo F).

Na reprodução integral dos textos acima discriminados incluímos a referência aos números de página dos documentos originais. Assim, entre parêntesis rectos e a vermelho – p. ex., [22], [23], [24], etc. – assinalamos a numeração original de página, uma vez que no corpo da nossa dissertação são abundantes as referências a diversas passagens dos vários relatórios aqui reproduzidos.

ANEXO A

Jorge Dias (1956),
«Minorias Étnicas nas Províncias Ultramarinas»

CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS
Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar

MINORIAS ÉTNICAS NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS

Os problemas das minorias étnicas deixaram de ter o mero interesse científico que naturalmente tem para o estudioso de antropologia cultural, para chamarem a atenção dos indivíduos responsáveis pela defesa dos interesses nacionais.

No caso das províncias ultramarinas portuguesas o problema apresenta-se de maneira muito diversa. Enquanto que em Moçambique o quadro é complexo e causa preocupações, na Guiné apresenta um quadro simples sem gravidade, enquanto que em Angola pode disser-se que não existe.

Um dos aspectos importantes do problema é que, no que diz respeito a um grupo étnicos – o indiano – existe uma relação estreita entre os interesses económicos, sociais e políticos do grupo e a expansão do islamismo. Enquanto que várias minorias conservam a sua religião de origem e procuram mantê-la viva em todos os membros do grupo e nos seus descendentes, o que é respeitável, os *indianos maometanos* constituem uma grave ameaça para a soberania portuguesa pela propaganda constante (entre os indígenas) da fé islâmica, acompanhada do *slogan*, que é a religião dos homens de cor, enquanto que o cristianismo é a religião dos brancos.

É indiscutível que a actual expansão do islamismo não é simplesmente a difusão de uma confissão religiosa – se é que alguma vez o foi – mas um dos processos de domínio político do mundo islâmico – é a luta pela hegemonia maometana.

A propaganda enviada do Egipto para as associações ou sociedades africanas da província de Moçambique e outras regiões de África – que alguns designam erradamente de propaganda comunista – é a prova irrefutável dessa ambição de predomínio político.

A preparação de missionários maometanos está a ser feita sistematicamente no Egipto, onde estudantes de todo o mundo islâmico encontram acolhimento. A Universidade de El Azhar no Cairo é o centro dessa actividade formadora de missionários, com ramificações em outras mesquitas da capital e da província, principalmente em Tanta e Assiout.

[2]

Esta velha universidade, considerada a mais velha do mundo, pois foi fundada em 988, dedica hoje um cuidado muito especial á formação dos seus futuros missionários – que como estudantes encontram ali não só ensino gratuito, como podem fazer a sua preparação durante anos, sem a mínima preocupação material, encontrando alojamento e alimentação.

Levado pelo interesse que a actividade desta Universidade tinha para a missão, que me foi confiada, fiz-me passar por um entusiasta do Alcorão e convivi com estudantes da Universidade, passando muitas horas na frescura repousante da mesquita, observando a vida académica. Pude então verificar que grande número dos estudantes não são egípcios, mas sim estudantes vindos dos confins do mundo islâmico: árabes, turcos, indianos, sudaneses, negros de várias regiões africanas, entre as quais da Guiné portuguesa.

El Azhar não é, portanto, uma simples universidade egípcia, mas uma Universidade que, pelo seu especial significado, está a preparar uma 5ª coluna. Pode considerar-se hoje o Cairo como polo do mundo islâmico, que os actuais triunfos políticos tornam mais ameaçador.

O ensino gravita à volta do Alcorão, mas os estudantes, além do árabe, que é a língua universal adoptada, aprendem várias outras disciplinas, como: história, geografia, ciências, aritmética, etc. O ensino é todo dirigido à memória e visa a criar uma mentalidade dogmática e fanática, o que é fácil de conseguir visto que muitos estudantes fazem aí toda a sua instrução (primária, secundária e superior).

Os estudantes juntam-se aos grupos, acorados à volta dos mestres, nos recantos da mesquita.

Enquanto o mestre fala, eles escutam muito atentos. Quando algum tem qualquer dúvida, interpela o mestre. Depois fazem as suas orações e deitam-se no chão a meditar ou a dormir.

[3]

Alguns andam de trás para diante, com cadernos de apontamentos a aprender de cor as lições do mestre.

A crença na força expansiva do Islão e na sua acção missionária é muito viva. Poucos missionários terão a força de convicção destes, pois não só crêem na sua religião como se sentem ao mesmo tempo próximo dos povos que catequizam, enquanto que os missionários brancos estão culturalmente muito afastados deles e só por devoção e espírito de sacrifício levam a cabo a sua obra de catequese.

Os missionários americanos procuram vencer a dificuldade valendo-se daquilo que eles julgam ser a chave que abre todas as portas: dinheiro. Na aparência o processo é eficaz, pois ninguém lhe recusa o dinheiro, mas as conversões são simplesmente aparentes.

Aqui no Cairo a mentalidade é outra. Em certas mesquitas o fanatismo toca as raías da loucura. Vi homens verdadeiramente fora de si, de braços abertos, agarrados às grades de uma espécie de túmulo, de olhar transfigurado, como loucos. E não é um ou outro, as inúmeras mesquitas do Cairo estão cheias e em toda a parte o mesmo fervor fanático.

Se, como creio, a ambição política dos actuais chefes instiga os sentimentos dos muçulmanos e procura fundir a exaltação patriótica com o ideal religioso, enquanto por outro lado sabe espalhar meia dúzia de princípios simples, mas convincentes, que actuam como *slogan*, é bem de ver que a sua ameaça é perigosa e exige medidas de segurança.

Antes de entrar na análise dos factos que pude registar nas três províncias devo dizer que por uma questão de método sou obrigado a abordar também o problema do islamismo, inseparável da actividade religiosa dos indianos, pois, como acabo de dizer, ele está intimamente ligado à vida deste grupo étnico.

[4]

MOÇAMBIQUE

A província de Moçambique tinha em 1950 uma população de 91 954 indivíduos civilizados, dos quais 48 213 eram brancos, 12 630 indianos, 1 613 amarelos, os restantes: negros (4 349) e mistos (25 149). É preciso lembrar que muitos mistos são fruto do cruzamento entre indianos e negros e amarelos e negros e que portanto, pesam nos pratos da balança de uns e outros pela formação cultural e religiosa que receberam dos respectivos pais.

Se é certo que o aumento dos indivíduos brancos registado nos censos de 1928, 1935, 1940, 1945 e 1950 vai tornando maior a sua percentagem em relação às outras etnias, cujo crescimento é menos rápido, nem por isso o quadro demográfico é tranquilizador.

Infelizmente, enquanto que as estatísticas anteriores estabeleciam uma distinção entre indianos e goeses, o último censo faz tábua rasa, incluindo-os a todos na designação comum de indianos. No momento em que politicamente se procura defender uma tese baseada na tradição histórica, o censo adopta o princípio étnico-geográfico, saltando por cima dos interesses políticos, o que me parece contraproducente.

Baseado nos censos, verificamos que os números relativos dão para 1928: 50,00% brancos; em 1935: 50,60%; em 1940: 49,48%; em 1945: 51,94% e em 1950: 52,43%. Com os indianos dá-se o contrário. Enquanto que os números absolutos aumentam, pois de 8 475 em 1928 passaram a 12 630 em 1950, os números relativos acusam uma nítida baixa. De 24,00% em 1928 passaram a 18,10% em 1935, a 16,50% em 1940, a 16,14% em 1945 e finalmente a 13,73% em 1950.

Esta baixa, se corresponde à realidade no campo dos números, não é contudo suficiente para apagar apreensões, pois além dos mistos de indianos e negros que não devemos esquecer, temos ainda a enorme acção dos indianos espalhados pelo mato e em constante contacto com [5] os indígenas mais afastados do nosso convívio.

Estes indianos, como pude verificar, são quase sempre agentes propagadores da religião maometana com elementos políticos à mistura. Em cantinas do mato, isoladas de qualquer centro e exploradas por monhés comem à mesma mesa

que os negros convertidos, porque aquela religião não estabelece diferenças entre os homens.

O argumento da poligamia também tem valor numa região de tradição polígama. Por aqui se conclui que, embora em menor número, a sua acção é muito mais vasta e insidiosa que a dos brancos, tanto mais que os brancos espalhados pelo mato, por falta de preparação, são os primeiros a criticar a acção dos missionários e a rir-se de certos princípios que estes procuram incutir nos indígenas – isto para não falar no procedimento de alguns, nem sempre exemplar.

As regiões de maior concentração indiana são: Lourenço Marques, 5 212; Beira, 2 960. Com excepção do distrito de Cabo Delgado, onde só há uns 65 indianos, e do de Tete onde há uns 140, todos os outros distritos contam uns centos de indianos, ultrapassando o milhar em Nampula. Esta população é na sua maioria improdutiva, pois dedica-se quase exclusivamente ao comércio que, em grande parte, é um comércio de exploração do indígena. Além dos negócios de maior vulto com a Índia, como o da castanha de caju e da copra, o indiano com as cantinas espalhadas pelo mato vai explorando o indígena e fazendo propaganda anti-europeia. Destes indianos, os que mais ameaçam a soberania nacional são os maometanos, pois os hinduístas não têm a mesma preocupação missionária e regra geral não procuram fazer conversões em indivíduos de outras etnias. Por esta razão os indianos do Paquistão são muitas vezes mais para temer que os da própria Índia, apesar da tensão política dos nossos dias. Aliás parece que muitos cidadãos da Índia, de região maometana, adquiriram há pouco a nacionalidade do Paquistão por razões de segurança pessoal nos nossos territórios.

[6]

Para se avaliar da capacidade de proselitismo religioso destes indianos, basta reparar que em 1940 havia já 5 218 mistos maometanos e em 1950 esse número subiu para 8 494. Nesses mesmos censos os mistos hinduístas davam os números de 159 e 90 indivíduos respectivamente.

Quanto aos indianos de região hinduista há um facto que não consigo interpretar. A estatística de 1940 dá um total de 2 758 indivíduos, em 1945 o número desce para os 247 indivíduos, para subir em 1950 para 3 792. Estas oscilações são estranhas e se não se trata de erro dos serviços de estatística,

então, ou temos de admitir que houve grandes movimentos migratórios, ou que os indianos declaram a religião que melhor lhes convém no momento.

Apesar da grande maioria dos brancos, a acção dos indianos sobre os negros é enorme, porque o comércio, sobretudo o comércio no mato, é que permite maiores contactos com os indígenas.

Ora, apesar dos indianos representarem 13,75% da população civilizada e os brancos 52,43% há hoje em Moçambique 1 220 brancos comerciantes, contra 1316 indianos.

Devemos também reflectir que os mistos constituem 27,35% da população civilizada, e que muitos deles já são maometanos, o que prova os bons resultados da acção exercida pelos indianos. Se o elemento misto que é pela situação étnica – social desfavorável – um elemento descontente, não for por nós amparado, ele passa a formar bloco com os indianos, o que lhes dá então superioridade numérica em relação ao colono branco. É isso que se está a verificar hoje na União Sul-Africana, onde todas as etnias se coligam contra o branco.

O misto se fosse um pouco amparado, era um elemento social útil e francamente defensor dos nossos interesses. Infelizmente há dois obstáculos graves para que isso se realize. Em primeiro lugar certos preconceitos raciais, que, por influência da África do Sul, se observam em Moçambique, impedem uma total integração do elemento misto na população nacional. Em segundo lugar, o facto da nossa legislação não considerar misto o filho natural de pai branco, quando aquele não é reconhecido, obriga a que grande quantidade de mulatos sejam considerados indígenas, criando neles sentimentos de revolta e recalcamientos perigosos. Como muitos colonos portugueses, sem sentido de responsabilidade, não se importam de fazer filhos que depois abandonam, sem se darem sequer ao cuidado de os legitimar, bom seria que a nossa legislação procurasse remediar o caso, aceitando como mistos os filhos de negras e brancos, sempre que um grupo de peritos [7] reconhecesse a sua insofismável ascendência, ou testemunhas o comprovassem.

Esses mistos educados em escolas técnicas que lhes dessem possibilidade de vir a desempenhar profissões mais bem remuneradas, que os colocassem numa situação económica superior á do negro, acabariam por encontrar a satisfação de aspirações legítimas, fazendo deles cidadãos úteis integrados na sociedade

portuguesa e não elementos descontentes e perigosos, capazes de em qualquer ocasião se virarem contra nós. A um professor mulato da União Sul-Africana ouvi eu dizer que desejava conhecer seu pai, só para ter o gosto de o matar com as próprias mãos, pelo que fez sofrer à mãe e pelo terrível destino a que o votou. Felizmente o nosso fundo humano é sensível, apesar da influência nefasta da África do Sul, não dá lugar a tais recalcamientos, capazes de gerar sentimentos criminosos.

Mas temos ainda assim bastantes descontentes entre o elemento misto dos quais podemos citar o caso de Karel Pott, recentemente falecido.

Convinha portanto, evitar que os indianos se aproveitassem do elemento misto que pode ser extremamente útil como ponte de ligação entre o branco e o negro. Tudo depende da nossa orientação. Por enquanto o indiano exerce livremente a sua propaganda sem que nós lhe ponhamos qualquer obstáculo.

Esta propaganda faz-se mesmo em Lourenço Marques e entre o elemento civilizado. Eu próprio tive a prova disso quando um dia percorri várias lojas de indianos à procura de um devocionário muçulmano escrito em português, e julgo que publicado em Damão, para uso dos negros maometanos, intitulado “Farnel para a jornada do caminho da casa de Allah”. Por mais lojas que percorresse não fui capaz de o encontrar, até que me resolvi a ir à própria mesquita, onde consegui iludir a desconfiança dizendo que tinha parentes maometanos e que gostava de ter aquele livrinho pois gostava de conhecer melhor os princípios da região maometana.

[8]

Infelizmente não tinham naquele momento o livrinho, mas ofereceram-me uma tradução inglesa do Alcorão, que já estava embrulhada e com um cartão junto, da casa que mo oferecia. À despedida disseram-me que qualquer amigo meu, interessado, podia lá ir que teriam muito gosto em oferecer exemplares.

Se bem que este género de propaganda seja considerado legal e até muito usado pelos protestantes ingleses, que distribuem bíblias generosamente, não deixa de ser um índice da actividade missionária indiana-muçulmana que constitui indiscutivelmente um perigo para a segurança nacional.

Pode parecer que o facto dos exemplares do Alcorão oferecidos serem em inglês não constitui grande perigo, o que não é verdade, visto uma grande parte da população civilizada de Moçambique e muitos indígenas perceberem inglês.

Além disso, falta saber se não haverá também o Alcorão traduzido em qualquer língua negra de maior expansão, como sucede com a Bíblia que está traduzida em Xirongo (ed. em Londres) e é distribuída pelos missionários suíços.

De tudo isto se infere que o perigo maior não advém do facto dos indianos constituírem uma minoria étnica, mas sim de procurarem contrariar o esforço de assimilação dos indígenas, que os portugueses estão a despende, difundindo uma religião em fase de grande expansão em África, a que insidiosamente chamam a religião dos *homens de cor*. Esta barreira que procuram estabelecer entre duas religiões, associando cada uma delas a um pseudo grupo racial – branco e de cor (negro) – é altamente perigosa e de graves consequências se continuar a fazer progressos.

Se os portugueses de Moçambique conservassem a atitude tradicional portuguesa em relação a outras etnias, não haveria perigo nesta propaganda, consequência da legítima reacção das raças não brancas à política racista da União Sul-Africana. Mas, infelizmente, muitos portugueses de Moçambique, sobretudo os indivíduos sem cultura ou de meia cultura, pelo facto de beberem whisky, andarem de automóvel, [9] saberem dizer umas coisas em inglês e terem adquirido uma tintas de cultura que se traduz na aquisição de reproduções de quadros estrangeiros, ou móveis e bibelôs a que não estavam habituados, sentem um complexo de inferioridade em relação ao vizinho da União. Para muitos destes indivíduos saídos de qualquer terriola da nossa província, Joanesburgo toma as proporções de Meca para os maometanos. Como nunca viajaram na Europa, não compreendem que a União Sul-Africana nada representa de novo e que a sua prosperidade não passa da exploração intensiva de riquezas naturais, feita por métodos e com capitais de países altamente industrializados. Não podem aperceber-se que este colosso a que falta uma vida intelectual e cultural de nível europeu, está assente em pés de barro. Colocados, portanto, na posição de admiradores dos vizinhos, vagamente despeitados com o seu nível económico quando posto em confronto com o deles, e um tanto ou quanto convencidos da sua superioridade em relação à Metrópole, onde as pessoas da sua classe têm um nível de vida nitidamente inferior; estes portugueses de terceira – apesar de indiscutíveis virtudes – procuram imitar um pouco os vizinhos. Está bem de ver o que tal imitação tem de superficialidade, mas é uma forma em que procuram encaixar-

se. Ora se o vizinho do lado, a seus olhos tão civilizado, considera o preto um ser inferior, não lhe parece legítimo proceder de maneira diferente.

Na vida quotidiana, muitos continuam a tratar os indígenas da mesma maneira espontânea, peculiar do português, mas publicamente convém acentuar um pouco a diferença, tanto mais que o português é em média muito mais moreno de que o sul-africano e o complexo de inferioridade de tipo geral, começa também a fixar-se na cor. Portanto convém adoptar atitudes racistas, para que se não tome a tolerância por indeterminação racial.

Esta atitude geral abre a porta a certas violências ou grosserias de indivíduos sem princípios que, uma vez em África, se sentem pertencer a uma elite só pelo facto de serem brancos.

[10]

Alguns desses, que na nossa terra tinham o *status* social mais baixo, agarram-se avidamente à oportunidade de subir e julgam que para isso é necessário rebaixar o negro, brutalizando-o por vezes, quer moral, quer fisicamente. Estes casos não são muito numerosos, mas infelizmente muito mais do que seria para desejar.

Tudo isto mostra necessidade premente de se fazer a educação prévia dos imigrantes e das novas gerações, pensando a sério neste assunto nos programas escolares. Não devemos ocultar a gravidade deste facto, e convém actuar rapidamente, de contrário os acontecimentos contradizem a boa orientação do governo e as afirmações públicas feitas pelos responsáveis, que tento nos dignificam aos próprios olhos e aos olhos de todo o mundo culto.

Esboça-se portanto o perigo de as tentativas de propaganda insidiosa do indiano maometano encontrarem eco no coração daqueles a quem a atitude racista torna descontentes. É isto que certamente explica o facto das nossas estatísticas de 1940 e 1950 acusarem um aumento de 3 276 maometanos entre os mistos. Isto é tanto mais alarmante se repararmos que o aumento relativo é de 62,78%.

De resto a influência cultural indiana é enorme em Moçambique, basta reparar nas suas amplas mesquitas, algumas das quais de construção recente e com muitos requisitos modernos, como a da cidade da Beira. Por intermédio das grandes escolas e centros de cultura e recreio espalhados por toda a província, as crianças são instruídas e educadas nos princípios da sua religião e cultura.

Estes organismos não se limitam a ser centro de difusão de cultura entre indianos, mas atingem áreas mais vastas, como os mistos maometanos e muitos negros convertidos. Nas festas religiosas, mesmo em Lourenço Marques podem ver-se negros incorporados nos cortejos com que celebrizam certas datas solenes. Mas em centros urbanos de menor importância, pode ver-se então a magnitude de tais festejos e a massa de população negra que eles envolvem. Eu próprio pude verificar em Inguri, bairro indígena de António Enes, com mais de 10 000 habitantes, a maneira festiva como [11] foi celebrado o Idi, três meses após o Ramadan, com orações e cânticos, quer em recintos próprios, quer pelas ruas e largos. Quase todos os centros importantes têm os seus cemitérios muçulmanos onde estão enterrados os indianos maometanos. Alguns cemitérios estão divididos por seitas. Em geral os da seita memane admitem também indígenas islamizados, mas os de cojá não consentem senão gente da sua raça. Nestes cemitérios as estelas funerárias são a maior parte das vezes só escritas em caracteres árabes, outras vezes aparece também uma ou outra inscrição em português.

Ma ilha de Moçambique, importante centro islâmico, vive um grande chefe maometano, Boassan, do grupo Katria Sadat, que veio de Zanzibar e visita com frequência Meca. A sua palavra tem um valor extraordinário entre as populações da região, e as suas decisões são sagradas.

Já alguns indianos do Hindustão que em geral são bramanes, ou pertencem à seita dos banianes, exercem pouca influência entre a população, porque não têm vocação missionária. Queimam os cadáveres em fornos crematórios construídos junto ao mar, ou cursos de água, e as cinzas são arrastadas para o mar. Por essa razão não comem peixe, visto que este, comendo as cinzas dos seus antepassados, se torna um tabu alimentar.

A influência indiana na população é enorme, e mesmo onde ainda se não deu a conversão religiosa dos indígenas estes já apresentam fundos traços de aculturação, quer em efeitos e decorações, como a jóia colocada num buraco feito numa das narinas das mulheres – o icaran – quer em maneiras de vestir e em hábitos alimentares. Basta dizer que quase todos os alimentos indígenas são acompanhados de um molho chamado caril, embora nem sempre correspondente ao caril indiano. A própria população civilizada recebe influências culturais que se traduzem em objectos e tecidos, de origem oriental

e adquiridos nas lojas dos orientais com que decoram as suas habitações e também em costumes alimentares.

[12]

O arroz de caril é um prato muito apreciado, assim como a galinha à cafre, onde deve haver influência negra e indiana.

Os próprios matadouros municipais são obrigados a ter magarefes maometanos para matarem os animais segundo os preceitos impostos pela religião da população indiana islamizada que, de contrário, não podia consumir carne. No campo do espírito, além da religião e das festividades de que falamos, os indianos, que vivem em centros urbanos, têm locais próprios de diversão. Em Lourenço Marques chega a haver cinema com filmes indianos sem tradução portuguesa. Os próprios cartazes de reclame dos filmes, colocados nas ruas, são escritos em caracteres orientais. Um que examinei só tinha colocado uma tira de papel que dizia em português: espectáculo para maiores de 18 anos.

Se todos estes aspectos de influência cultural não são para rezear, antes pelo contrário contribuem para dar à vida da província um atraente colorido exótico, o facto de por trás deles existir uma tendência de domínio político-social é um motivo de apreensão, tanto mais que todos os povos estão mais aptos a aceitar o domínio de outro, cuja cultura já foi parcialmente assimilada.

Como é sabido, a influência indiana e muçulmana na África oriental é muita antiga. Alguns atribuem mesmo aos indianos a autoria das grandes construções em pedra, cujas ruínas se encontram na Rodésia – Zimbabwe – e que possivelmente são aparentadas com as de Zembe e Mavita situadas em território português. Outros autores afirmam que a introdução de plantas indianas em África começou já no tempo de Salomão. Certamente não interessa para o nosso caso fazer história da ocupação ou influência indiana na África oriental, mas temos de reconhecer que os longos contactos estabelecidos por eles com a população indígena e sobretudo a islamização desta lhes dá certos foros de cidadania e que não são de hoje muitos dos perigos que agora apontamos na sua colonização.

De facto, este estado de coisas já é antigo.

[13]

No século XVIII eram inúmeras as referências a desmandos dos indianos e à sua constante acção islamizadora. Por vezes os governos tomaram medidas de repressão, outras vezes favoreceram-nos pelos proventos que daí adivinham.

O favor que gozaram com Francisco de Melo e Castro chegou ao ponto de fazerem propaganda aberta “da sua falsa seita” e circuncidarem-se publicamente.

Como hoje, já no século XVIII se dizia que o comércio que faziam era todo para seu proveito pois os Banianes costumavam voltar para a Índia, não lucrando a terra nem o comércio local.

Os maometanos chegavam a ter escravos cristãos e os régulos Macuas respeitavam-nos mais a eles do que aos portugueses.

A acção islamizadora que hoje exercem no interior os comerciantes indianos vem também de longa data, razão porque é tão difícil os missionários católicos entrarem em certas regiões. No ano de 1752, todos os mercadores que andavam na carreira de Zumbo a Tete – em número de 20 – eram indianos.

Em Inhambane os mouros chegaram a manter escolas de língua árabe para os cafres.

A sua desenvoltura era tanta que havia quem receasse que fizessem com a ilha de Moçambique o mesmo que haviam feito com outras terras da Coroa de Portugal que entregaram ao Marata.

Os mouros, mais numerosos do que os banianes, chegaram a ter organização militar própria no século XVIII. Pedro de Saldanha concedeu o posto de “Tenente dos mouros asiáticos” a Abdul Razaca em 1759.

Os banianes entregavam os filhos tidos das negras às mouras para elas os educarem na sua religião, obrigando os governos a tomar medidas repressivas.

O administrador Episcopal corroborou estes males e focou em especial a sua atitude relativamente à religião e à coroa portuguesa, terminando com esta frase:

[14]

“além de outras e perniciosas consequências que nisto de devem ponderar e temer”.

Como Moçambique dependia então o Governo da Índia, nós próprios facilitávamos a entrada de indianos. O Conselho Ultramarino em resposta a uma carta de Francisco de Melo e Castro que pedia mais soldados e oficiais mecânicos dizia que em Goa não faltam indianos *“que costumam hir com gosto a*

tratar do seu negócio, tanto naquela ilha como para os Rios de Sena, e para as Ilhas daquele Governo, onde logrão mais estimação que na mesma Índia, por serem recrutados naquela costa na mesma forma que os portugueses". Certamente que esta política se compreendia numa época em que dominávamos a Índia – podia-se até considerar favorável, pois contribuía para a integração de todos os elementos do Império. Nesta ordem de ideias se admite que tivesse até havido governadores indianos, como D. Manuel António de Almeida, de Rios de Sena. Mas a situação hoje é muito diferente, pois não só a Índia não está sob o nosso domínio, como tendo-se emancipado da tutela inglesa, está a tomar consciência nacional, com prenúncios de expansionismo. Este facto, e a crescente atitude portuguesa moçambicana em relação às outras etnias, que os leva a chamar *monhês*, em tom pejorativo, aos indianos, é natural que faça nascer nestes uma crescente aspiração de emancipação e domínio. Por outro lado, as estultas pretensões da Índia à posse de Goa e a atitude de firme do nosso Governo, criaram em muitos indianos um sentimento de insegurança de forma que as libras, que antigamente passavam da União para Moçambique, seguem agora caminho oposto, de que resulta prejuízo para a economia da província. É evidente que a situação se tem agravado com o tempo, contudo está longe de ser irremediável. Apesar do esforço tenaz de islamização, levado a cabo pelos indianos na província, o branco tem ainda hoje em relação ao indígena um lugar de indiscutível superioridade. Entre o branco e o indiano, o indígena aceita indiscutivelmente a superioridade do branco. São várias as razões que contribuem para isso. Primeiro: o pouco respeito que o baixo nível de vida e por vezes sordidês do [15] comerciante indiano do mato lhe merece. Segundo, o sentimento de revolta surda contra as pequenas espoliações de que são vítimas frequentes por parte dos negociantes. Uma das características dos indígenas africanos é guardar na memória todas as injustiças ou agravos que lhe forem feitos. Tem um sentido muito vivo dos seus próprios direitos, embora não sejam sensíveis aos direitos dos outros. Por isso é tão difícil conseguir que perdoem ou que fiquem agradecidos. Terceiro, os indígenas, como aliás muitos outros povos, guardam respeito pelos vencedores e não se sentem na obrigação de respeitar quem nunca os venceu. Foi o branco que combateu com os povos indígenas dominadores e os venceu, portanto ele deve-lhe esse respeito natural do vencido perante o vencedor.

Além disso, o branco foi um vencedor quase divino pela imensa superioridade que resultava da utilização de uma técnica envolvida em mágico mistério. Hoje esse mistério vai-se a pouco e pouco desvendando, e, conforme ele desaparece, também se apaga a admiração incondicional pelo deus branco. Mas ainda resta muito desse antigo respeito que convém preservar.

O facto do português ter uma atitude mais humana para com indígena, de que outros povos europeus há muito industrializados e por consequência inclinados a sobrepor à concepção humana da vida, outra mais utilitária e quantitativa, tem-nos garantido até hoje um domínio mais perfeito e menos sujeito a convulsões e conflitos graves do que sucede noutras regiões africanas. Mas convém vigiar de perto a situação, pois infelizmente o português está-se a tornar muito mais racista do que era.

De qualquer maneira, o indígena tomaria o nosso partido em caso de tentativa de domínio indiano. Serve-nos de exemplo a grande sublevação dos Zulús em Durban, em 1949, os quais em 48 horas saquearam, incendiaram e mataram desenfreadamente tudo o que fosse indiano, sem fazer mal a qualquer europeu. No fim ficaram muito surpreendidos [16] por verem que a polícia da União se lhes opunha para defender indianos. Então os brancos faziam tudo para que os indianos deixassem a União, e quando os Zulús se resolvem a vir ao encontro dos desejos dos brancos estes defendem os indianos? São aspectos da lógica do branco que lhes custa compreender. Contudo o Governo da União Sul-Africana tem feito todos os esforços para modificar esta situação, e tem obtido tais êxitos que pode dizer-se se está hoje a constituir um bloco único de todas as etnias contra o branco. Na cidade do Cabo, indianos, malaios, mestiços e negros estão hoje ligados por um ódio comum ao europeu intransigente e ferozmente racista. Convém lembrar que foi já o racismo da União Sul Africana que incitou Gandhi à luta pela defesa das populações asiáticas. Sem os vexames sofridos por ele na União é natural que a história da emancipação da Índia se não tivesse desenrolado desta maneira. Foi ele que começou a praticar *Satyagraha* (força de alma) e despertou nas minorias étnicas um sentimento de resistência passiva que, com o tempo e as violências dos europeus, se veio a transformar num ódio mortal.

O indiano de África ainda hoje olha com mais simpatia para o português do que para o branco da União, como pude observar, apesar da situação política tensa

entre Portugal e a Índia. Mas convém tomar medidas para que a situação se não venha a agravar no futuro. Os indianos compelidos por imperativos religiosos reproduzem-se de maneira assustadora e, mesmo que se trave a imigração, o seu número irá sempre aumentando. Muitos adquiriram a nacionalidade portuguesa, mas, como eu próprio observei, a língua falada em casa continua a ser o hindu e muitas vezes as mulheres não sabem duas palavras de português, apesar de viverem há longos anos no nosso território. Parece-me que a melhor maneira de resolver este problema seria impedir a imigração e tomar medidas para que se fizesse a sua absorção. Desde que a gente os considerasse como nossos iguais, sem levantar questões de cor e ao mesmo [17] tempo obstássemos a que tudo que ganham fosse para a Índia, obrigando-os a considerarem-se definitivamente em Moçambique e a empregarem aí os seus capitais conseguiríamos que com o tempo se tornassem portugueses de facto. Temos o exemplo nos judeus portugueses que por vezes nem têm a certeza de ser judeus e se consideram portugueses, coisa que noutros países quase nunca sucede. Isto resulta da nossa atitude antiracista que não precisa de lembrar sempre que fulano ou sicrano é judeu. Para nós é simplesmente português e nada mais. Se conseguíssemos manter esta mesma atitude em Moçambique daríamos um grande passo em frente. Isto conseguia-se pela acção da escola primária, secundária e superior, onde devíamos procurar a todo o custo salvar a velha tradição portuguesa que hoje tende a desaparecer no momento em que é menos oportuno que desapareça. No Congo Belga estão agora a tentar, e com êxito, adopta-la.

Por outro lado convinha a pouco e pouco nacionalizar as escolas não portuguesas e obrigar todas as crianças de outras etnias a frequentar as escolas portuguesas, fazendo assim a pouco e pouco a sua total absorção.

O problema dos Goeses

Nas memórias sobre a costa de África, por António Pinto de Miranda, de 1766 faz-se uma crítica violenta aos goeses de Moçambique.

Põe em contraste um nível de vida miserável que têm em Goa, com as suas exigências e atitudes pretensiosas logo que desembarcam em Moçambique.

Salienta a importância que as castas continuam a ter para eles e a rigorosa observância de certos preconceitos de hierarquia de casta. O Autor vai tão longe na sua acusação nitidamente inspirada por antipatia pessoal que a certa altura afirma: - “Na Cristandade são mais que gentios hereges; pois não atendendo a prédica desprezão as [18] missas, e das confissões se riem”. Hoje, o goês, à parte os preconceitos de castas que ainda perduram, mesmo quando bom católico, está longe de corresponder às cores negras do quadro de Pinto de Miranda. Pela experiência que tive pareceu-me bom cidadão, inteiramente integrado na nossa cultura e animado de sentimentos patrióticos.

Cabe contudo, a quem tem responsabilidade nestes assuntos, pensar nas vantagens ou desvantagens de colocar muitos funcionários goeses em Moçambique, onde vive uma grande massa de indivíduos do mesmo grupo étnico, mas em tensão político-social com a Nação portuguesa. Goeses e indianos, como é natural, mantêm relações cordiais, se bem que os goeses, por uma questão de prestígio social, procurem de preferência o convívio dos portugueses da metrópole. Contudo, um agravamento da situação política podia também colocá-los numa posição difícil. Convém a gente lembrar-se da reacção dos russos que viviam na Alemanha, quando começou o conflito russo-alemão.

Os Chineses

Vivem hoje na província de Moçambique 1 613 indivíduos da chamada raça amarela, ditos chineses, dos quais 861 já obtiveram nacionalidade portuguesa. As principais concentrações encontram-se em Lourenço Marques e na Beira, onde a grande maioria se dedica a actividades úteis, como a agricultura e a pesca. Vários são comerciantes e vendem artigos orientais. São eles os fornecedores de legumes aos mercados de Lourenço Marques – enquanto que os nossos madeirenses fazem o mesmo em Joanesburgo. Em parte estes chineses estão aculturados, tendo adoptado muitos elementos de cultura portuguesa, embora também conservem outros da sua pátria de origem. Além de hábitos alimentares e da língua possuem centros de reunião – que além de centros de diversão desempenham funções culturais e educativas.

Em Lourenço Marques existe uma escola chinesa para ambos os sexos na [19] Av. Fernão Magalhães, com edifício próprio e com os dísticos escritos em caracteres chineses. As crianças fazem aí a instrução primária e a secundária, havendo além disso uma organização de escuteiros que mantêm a juventude unida até uma certa idade.

Os chineses aprendem português e em geral falam-no razoavelmente, mas procuram manter nos filhos a consciência nacional. No átrio da escola vê-se um grande retrato de um chefe qualquer que não pude identificar. As provas dos alunos, escritas em caracteres chineses, estavam expostas no átrio em quadros de madeira.

De resto, os chineses levam uma vida aparentemente igual à nossa. Muitos têm um nível de vida elevado, os homens passeiam as famílias de automóvel e as mulheres vestem à europeia.

Não têm preocupação de se segregar, fechando-se dentro de hábitos muito diferenciados. Em matéria de religião são discretos e ou mantêm o culto doméstico dos antepassados, ou são agnósticos. Alguns baptizam os filhos, dizendo que já que vivem num país católico terão uma vida mais fácil estando integrados nos usos e costumes da terra.

As relações entre portugueses e chineses pareceram-me cordiais e um restaurante chinês que existe em Lourenço Marques é frequentado por chineses e portugueses.

Se não fosse a grande transformação porque está a passar a China e que, possivelmente pode vir a influenciar esta pequena colónia, não havia motivos para apreensões. De qualquer maneira convém não perder de vista a escola e, sobretudo, a organização de escuteiros de Lourenço Marques.

Muitos destes indivíduos mantêm relações com a China, visto importarem produtos orientais que vendem nos seus estabelecimentos e exportam para a China um espécie de molusco a que chamam macajojo. Estas relações são sempre uma porta aberta para possíveis infiltrações.

Os chineses contribuem também bastante para o aumento de mistos, sobretudo de mães negras.

[20]

Outras Etnias

Quanto às minorias estrangeiras da chamada raça branca, julgo não haver motivos para apreensões, pois o seu número prefaz 2 614 indivíduos, divididos por várias nacionalidades. Em números relativos prefazem 5,4 por cento da população branca total.

Destes os gregos são os mais numerosos e mantêm-se um pouco segregados. São em geral donos de restaurantes, bares e padarias. Os restaurantes nos arredores de Lourenço Marques são quase todos de gregos.

Os alemães, espalhados ao longo da costa, são principalmente cultivadores de sisal e nos centros urbanos exercem profissões técnicas, e mantêm em geral um nível de vida e cultura muito elevado. Têm a virtude de se aguentar em regiões cujo isolamento assusta outros colonos.

ANGOLA

Em Angola pode dizer-se que não há minoria étnicas importantes.

De todas a mais numerosa é constituída por colonos alemães fixados sobretudo nos distritos de Benguela, Cuanza-Sul e Huambo, onde prefazem o número de 280 indivíduos de ambos os sexos (161 varões e 119 fêmeas). Em Luanda vivem uns 84 indivíduos, encontrando-se ainda grupos menos numerosos nos vários distritos. Ao todo a província tem uma colónia alemã de 436 membros, dos quais 247 são varões e 185 fêmeas. Apesar do seu nível cultural médio ser superior ao de outros grupos estrangeiros, de conservarem viva consciência nacional alemã de fazerem uso da língua alemã entre si e em lugares públicos, não me parece que constituam de momento qualquer perigo. Contudo, as constantes exigências de *espaço vital*, que assinalam a história deste povo desde o século XIX, e uma possível necessidade dos Estados Unidos procurarem alimentar a *fera* com carne de corpo alheio, deve-nos por sempre de sobreaviso.

[21]

A seguir vêm os ingleses com 191 indivíduos, os americanos com 129, os franceses com 122, os italianos com 119 e os holandeses com 103. As outras nacionalidades não atingem os cem habitantes. Neste ponto Angola está fora de qualquer preocupação e é de todas as nossas províncias ultramarinas, aquela que apresenta um quadro étnico mais tranquilizador.

É também nesta província que se nota maior contacto entre portugueses e negros, por que aqui o português vive mais de acordo com os seus hábitos e tradições e é menos influenciado pelos padrões de vida dos vizinhos. Por esta mesma razão há em Angola muitos mais indígenas que falam português, mesmo em regiões afastadas dos centros. Aqui verifica-se o desenvolvimento mais homogêneo de uma cultura a que – servindo-nos da designação de Gilberto Freyre – poderemos chamar luso-tropical, promissora de um grande futuro, se soubermos a tempo reprimir muitos abusos desnecessários. De facto, só Angola está a fazer uma evolução satisfatória, no sentido do da formação da nação brasileira. A raça tem um valor secundário em relação ao económico e socio-cultural. Há casas que tem criados pretos e brancos à mistura. Não se nota a segregação racial tão chocante como em Moçambique, e tão perigosa para a estabilidade da nossa fixação. Em Angola, apesar de todos os reparos que se possam fazer – e podem-se fazer muitos – a certos erros de pormenor, assistimos nas linhas gerais a um fenómeno lento de integração racial e cultural de tipo brasileiro, certamente a única capaz de nos garantir a posse plena e indiscutível daqueles territórios, sobretudo se se souber apressar o desenvolvimento económico e cultural da província, segundo um plano feito de acordo com especialistas das ciências económicas e sociais.

GUINÉ

A mais pequena das províncias portuguesas do continente africano é, sobre certos aspectos, a mais interessante e a que oferece um quadro económico-social mais equilibrado do que diz respeito ao elemento indígena.

O maior desenvolvimento do indígena, que em algumas regiões [22] chega mesmo a apresentar formas de cultura evoluída, e a antiguidade de algumas

destas culturas tornaram difícil a acção assimiladora do branco. Se por um lado as consequências da destribalização são aqui muito menores do que nas outras províncias, também não é muito maior a influência da nossa cultura nas populações indígenas, que, às vezes, se conservam praticamente intactas. Contudo graças a acção constante da administração portuguesa e de alguns governadores, entre os quais se distinguiu de maneira muito especial o Comandante Sarmiento Rodrigues, alguns aspectos mais bárbaros das populações indígenas foram com habilidade suavizados.

São muito poucos os indígenas que falam português e mesmo nos centros maiores o creoulo é a linguagem corrente.

A forte islamização de alguns grupos e a resistência que oferecem à penetração dos missionários e da religião católica é também um obstáculo à introdução do ensino do português que nas nossas províncias é inseparável do ensino religioso. Um régulo da área de Nova Lamego, pediu-me mesmo diante do administrador, para que intercedesse junto do Governo no sentido de serem criadas escolas laicas de português.

Por vezes vi-me obrigado a falar francês com alguns negros das regiões fronteiriças e o irmão de um régulo Manjáca, que vive nos arredores de Teixeira Pinto, chamado Joaq. Batican Ferreira, estudou em Dakar e está agora em Paris a tirar o curso de medicina.

As grandes mesquitas dos Fulas e Mandigas são centros de cultura islâmica. Visitei várias, falei com sacerdotes e professores e vi numerosos rapazes aplicados a estudar árabe. Além das tábuas tradicionais com trechos do Alcorão, têm livros próprios, com histórias que prendem a atenção, e com gravuras bem feitas, que recebem da África francesa.

Embora não me caiba falar senão das minorias étnicas, não pude deixar de estudar muitos outros assuntos e custa-me calar aqui este aspecto importante da infiltração de outras potências estrangeiras que, não sendo feitas por meio de elementos étnicos estranhos, [23] segue o caminho mais seguro e duradouro; o da religião e da cultura.

Apesar de esta islamização ser antiga, está a fazer progressos. Ainda há pouco um régulo manjáca obrigou toda a sua gente a converter-se ao maometismo. A conversão é forçada e feita sem convicção, mas a força do hábito torna-se ao fim de algum tempo tão firme, como se tivesse sido feita por livre escolha.

O facto de nós lhe fecharmos esta via de contacto, que seria o ensino da língua, desvia-os de nós para os franceses. Aliás o território francês oferece-lhes também mais possibilidades económicas, razão porque vi circular com frequência dinheiro francês entre os indígenas do nordeste.

É sobretudo para lamentar que estes factos se dêem, quando, por outro lado notamos que as relações cordiais entre europeus e africanos se realizam numa forma de coexistência extremamente harmoniosa.

De resto, as minorias étnicas oferecem pouca importância, com excepção dos libaneses que prefazem hoje 297 indivíduos. De 8 320 civilizados, só 2 263 são brancos e destes 366 são estrangeiros. Aliás a população estrangeira tende a diminuir (391 em 1940), só os libaneses aumentaram pois de 221 indivíduos em 1940 aumentaram para 297.

Os libaneses são um pouco na Guiné o que são os indianos em Moçambique, negociantes que procuram tirar o máximo de lucro dos indígenas sem trazerem proveito de maior para a província. Embora também sejam em grande parte maometanos, a sua acção missionária não se faz sentir tanto, porque o indígena está mais desenvolvido culturalmente e a acção de um comerciante pouco culto não o impressiona. Por outro lado, como grande número de indígenas já é maometano, não importa muito que os libaneses o sejam. Contudo é pena que não sejam os portugueses a fazer o negócio, do interior pois sempre influíam nos indígenas, quanto mais não fosse contribuindo para que aprendessem a falar português.

Centro de Estudos Políticos e Sociais, 18 de Outubro de 1956

António Jorge Dias
Vogal do Conselho Orientador

ANEXO B

Jorge Dias & Manuel Viegas Guerreiro (1958),
«Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola)»

CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS
DA JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR

MISSÃO DE ESTUDOS DAS MINORIAS ÉTNICAS
DO
ULTRAMAR PORTUGUÊS

RELATÓRIO DA CAMPANHA DE 1957
(MOÇAMBIQUE E ANGOLA)

por
JORGE DIAS
(Chefe da Missão)
e
MANUEL VIEGAS GUERREIRO
(1º Assistente)

LISBOA
1958

ÍNDICE

Introdução	Pág. 1
Chineses	Pág. 8
a) – Os agricultores chineses na região de Manhiça	Pág. 18
Os Monhés	Pág. 23
a) – Populações mestiças do litoral islamizado	Pág. 24
b) – Negros islamizados	Pág. 32
c) – Indianos	Pág. 34
Os problemas do Norte da Província vistos do Planalto dos	
Macondes	Pág. 55
Apêndice (Sessão de cinema no “Cinema Imperial da Ilha de Moçambique, em	
6/8/1957	Pág. 87
Boers de Angola, pelo Dr. Viegas Guerreiro	Pág. 90

**Relatório da actividade da Missão de Estudos
das Minorias Étnicas do Ultramar Português
na campanha efectuada no ano de 1957**

De acordo com o plano de trabalhos submetido à apreciação do Centro de Estudos Políticos e Sociais, a MEMEUP, por mim chefiada, realizou uma campanha de estudo na Província de Moçambique, de meados de Julho a meados de Novembro, tendo ainda o primeiro assistente, Dr. Manuel Viegas Guerreiro, levado a cabo uma pesquisa em Angola sobre os Boers.

A natureza extremamente complexa dos problemas a estudar, e a maior parte das vezes intencionalmente ocultos aos olhares do investigador, levou a dividir o trabalho em duas partes. A primeira visa a fazer um estudo étnico-sociológico dos macondes, em profundidade, e a segunda a completar as investigações iniciadas no ano de 1956, pelo chefe da missão, nas províncias ultramarinas de Moçambique, Angola e Guiné.

Os resultados do estudo em profundidade realizado na área dos Macondes aparecerão logo que fiquem concluídos os trabalhos de campo. Segundo os nossos cálculos, mais uma campanha será suficiente para terminar as pesquisas de campo, podendo o trabalho de redacção levar-nos seis meses a fazer. Esperamos, portanto, concluir as pesquisas no ano de 1958 e dar o trabalho pronto para impressão em 1959.

[2]

É evidente que um estudo desta natureza sofrerá sempre da rapidez do ritmo do nosso trabalho, e nunca se poderá comparar à obra de um investigador que vive anos no campo, e acaba por dominar o objecto de estudo de maneira quase total.

Fomos portanto obrigados a um compromisso entre um estudo monográfico étnico-sociológico em profundidade, e um apanhado dos principais traços da cultura de uma população em contacto com outras culturas, e cujo território é

teatro de problemas sociológicos importantes, que importa conhecer com a máxima brevidade.

O estudo do povo Maconde constitui pelo seu enorme interesse étnico-sociológico um trabalho independente, que gostaríamos de ver aparecer sob a forma monográfica. Contudo, não se julgue que a formação etnológica do chefe da Missão o levou a desviar do plano de estudos previamente elaborado.

Os Macondes, pela sua óptima situação em contacto com outras etnias, e mesmo junto da fronteira do Tanganica, permitem observar toda uma série de processos de aculturação e, sobretudo, as acções e reacções humanas de populações consideradas primitivas, em face de problemas criados pelos interesses internacionais. Este segundo aspecto, que está mais intimamente relacionado com o estudo das minorias étnicas, será tratado já neste relatório, visto que pela sua natureza confidencial não poderá ser publicado na monografia sobre os macondes.

Pode dizer-se que, por uma necessidade de método, haveria toda a vantagem em permanecer longamente numa região onde se processam inúmeros fenómenos de interesse capital para o estudo das minorias étnicas, mas que, se [3] o fizéssemos sem lhe dar o carácter de estudo etnográfico, de uma população primitiva, corríamos o risco de nos tornarmos suspeitos e de não penetrar nos meandros de certos problemas obscuros. Assim, todas as suspeitas se desvaneceram, e o estudo dos macondes, que podia ser um simples pretexto para desviar as atenções, foi para nós objecto de um estudo aturado e verdadeiramente apaixonante. Visitamos muitas dezenas de aldeias e em muitas delas tornamo-nos pessoas de inteira confiança, recebidos por vezes com júbilo, e sempre como amigos.

Os esforços que todos fizemos para aprender a falar maconde, esforços que – para bem da verdade – só foram coroados de bastante êxito no que diz respeito aos meus colaboradores, foi um óptimo instrumento de aproximação. O facto de um dos colaboradores ser uma senhora, foi tanto, ou mais do que a língua, um excelente salvo-conduto. O elemento feminino, sempre receoso e fechado ao convívio com os estranhos, abria-se rapidamente ao ver aparecer uma mulher que lhes falava na própria língua, e se interessava pelos seus filhos e afazeres,. Em algumas aldeias, onde nunca tinham visto uma mulher branca, a nossa chegada era assinalada por movimentos de vivo interesse e até de grande

regozijo. Esta conquista de confiança que esperamos nos ajudará a ir mais fundo ainda no conhecimento da psicologia social dos macondes, e do que passa no seu espírito em relação aos acontecimentos sociais e políticos que se estão a dar em nossos dias, na campanha do próximo ano, permitiu desde já penetrar em muitos aspectos da vida indígena, inteiramente ignorados das autoridades administrativas.

[4]

Lutamos contra muitos obstáculos e, diga-se de passagem, o maior de todos foi o da burocracia. É lamentável que pessoas que por vocação e formação escolheram uma carreira científica, sejam obrigadas a vencer tantos obstáculos de natureza administrativa. Creio poder afirmar que isto serve para explicar a falta de êxito de algumas missões científicas. Se não fosse a grande paixão que tenho pela minha profissão teria desistido de realizar esta campanha.

Parece-me que seria da máxima urgência organizar as missões de estudo em bases mais simples e com mais autonomia. De contrário, as pessoas que se sentem atraídas por tais missões, são aquelas que têm mais vocação para lerem os Diários de Governo, do que para gastarem o melhor da sua vida a estudar e a reflectir. Basta pensar na tortura que representa para um investigador que precisa de obter informações pagas, chegar ao fim e exigir que lhe assinem um recibo. Como é que uma pessoa que fornece informações, quer ver o seu nome sobre um selo fiscal? Se o investigador procura tornar-se um amigo, capaz de ouvir todas as queixas e lamentações que envolvem, com frequência, as próprias autoridades administrativas, não pode necessariamente comprometer as pessoas obrigando-as a assinar documentos, ou a pôr nelas as impressões digitais. Por outro lado, não se pode ir para uma aldeia, duas e três vezes, sem aí deixar umas boas dezenas de escudos. Os indígenas estão convencidos que o branco não conhece dificuldades de dinheiro, e embora a gente procure convencê-los do contrário, não pode também prejudicar o êxito do seu trabalho tornando-se mesquinho. O resultado é que muitas vezes esse dinheiro tem de sair do bolso do investigador, embora não [5] falte dinheiro à Missão para tais despesas. Mas os tais recibos em duplicado, com selo fiscal e todo o aparato de uma burocracia que está deslocada naquelas circunstâncias, não deixa, às vezes, alternativas. Já não falo por mim, mas pelas missões futuras, que não poderão

nunca realizar uma obra à altura das necessidades do País, se não se fizer uma pequena reforma na orgânica das Missões.

Nos Estados Unidos e no Brasil dão uma soma aos investigadores que a administram e gastam sem dar contas a ninguém. Julgo que os trabalhos até hoje realizados pelos etnólogos e sociólogos americanos são melhor garantia da boa administração dos dinheiros gastos nessas missões, do que os maços de recibos selados e com duplicados que algumas das nossas têm apresentado. Parece-me que o que se devia exigir eram resultados científicos e não papelada. Mesmo no nosso País o Instituto da Alta Cultura, apesar de lutar com falta de dinheiro, tem um sistema muito mais de acordo com as necessidades da investigação. Sou há cerca de dez anos director da Secção de Etnografia do Centro de Estudos de etnologia Peninsular e nunca tive dificuldades desta natureza, para justificar despesas de pesquisas de campo. Fica, portanto, aqui esta sugestão porque me parece fundamental. Se para um espírito com formação administrativa, ou para um burocrata estas coisas são tão simples, é preciso compreender que há outros temperamentos, entre os quais se contam muitos investigadores, que têm autêntico horror a esta engrenagem. Convinha, portanto, facilitar-lhes a tarefa, não por ter em vista o bem estar dos investigadores, mas sim o êxito das missões.

Além destas maçadas e arrelias próprias da papelada [6] tivemos alguns contratempos importantes, como o atraso de barcos e descarga tardia do material no porto de Mocímboa da Praia. Mas de todos os percalços o mais grave, foi o extravio de um caixote que transportava material para a montagem das tendas e que só apareceu seis semanas depois do restante material ter sido descarregado. Parece-nos que o “Pátria” descarregou o caixote em Angola, e este só mais tarde foi reconduzido para Moçambique.

Para uma missão que só pode permanecer no campo um tempo limitado, tais percalços são extremamente graves e podem comprometer o êxito de uma campanha. Felizmente foi possível improvisar soluções com a ajuda e boa vontade do administrador de Mueda, de forma a não sofrer prejuízos de maior. Também não nos foi possível arranjar um motorista por ser a época da campanha do algodão. Remediamos o mal conduzindo nós próprios o Land Rover que nos confiaram e aprendendo à própria custa a vencer todos os

problemas que as estradas, as picadas e as pontes do norte da província apresentam a quem é obrigado a ter de as percorrer em todos os sentidos.

Na região onde vivemos o abastecimento de água e víveres não era fértil. A água tinha de ser transportada de longe e não se pode dizer que fosse um prazer lavar-se a gente nela. Quanto a vegetais era só de longe em longe que os víamos, o peixe extremamente raro e a carne tínhamos de obter nós próprios matando um ou outro antílope. A geleira que tinha pertencido à Missão Geográfica à Índia e que levamos foi de enorme utilidade permitindo que [7] conservássemos a carne vários dias, evitando assim que tivéssemos de caçar mais do que uma vez por semana.

Estes pormenores são para se fazer uma ideia das dificuldades de vida no mato e as necessidades que tem uma missão desta natureza.

[8]

Chineses

Recolhemos este ano mais uma série de informações sobre a minoria étnica chinesa que se fixou na Província de Moçambique, principalmente em Lourenço Marques e na Beira.

Fizemos uma visita demorada à Manhiça, onde visitamos propriedades agrícolas chinesas e casas comerciais que os mesmos têm no mato e o 1º Assistente da Missão permaneceu uns dias na região para observar com mais pormenor a actividade dos *machambeiros* chineses, quase que fornecedores exclusivos dos legumes consumidos em Lourenço Marques.

Independentemente das observações feitas pelo Dr. Guerreiro e que transcrevo no final desta rubrica, pode dizer-se que os chineses são uma minoria étnica em transição. A geração velha vivia inteiramente segredada, fechada dentro das suas tradições e do seu idioma. Porém, nota-se na nova geração uma grande ânsia de libertação das tradições que os velhos impunham e obrigavam a respeitar.

Quem conhece a cultura chinesa e sabe como ela assenta no respeito quase religioso pelos velhos, compreende a dificuldade que a nova geração encontra em ceder às novas tendências sem criar conflitos com os seus. Porém, todos os rapazes e raparigas que frequentam os nossos liceus, convivem com os companheiros de estudo portugueses e revelam franca tendência para a ocidentalização.

A assimilação desta etnia é facilitada, porque os chineses de Lourenço Marques provêm de regiões de China muito [9] variadas falando também línguas ou dialectos diferentes. Contudo entendem-se todos entre si, porque têm aprendido uns com os outros.

As crianças embora falem todas o português, aprendem sempre a falar, ler e escrever chinês na sua escola. Para facilitar a aprendizagem de uma escrita extremamente difícil adoptaram hoje um sistema de escrita simplificada. Contudo são ainda muitos os indivíduos novos capazes de desenhar com o pincel os belos caracteres chineses.

Os chineses citadinos da nova geração, muitos dos quais já são portugueses, não só se ocidentalizam exteriormente, no vestir e no falar, como entram francamente na vida portuguesa, começando a ocupar lugares no comércio e em repartições públicas, e são numerosos os que se convertem ao catolicismo.

O chinês do campo mais segregado do convívio com os portugueses, está mais agarrado às suas tradições. Visitamos uns machambeiros com cantina, que nos receberam com a maior amabilidade e deferência. Na ocasião em que aí nos encontrávamos chegou uma família chinesa de Lourenço Marques bastante janota, e com um magnífico chevrolet, que vinha passar o dia no campo e almoçar com os seus contrerrâneos. Uns falavam bem o português, outros muito pouco. Um dos rapazes da machamba tinha frequentado a escola em Lourenço Marques e deu-nos algumas informações sobre a sua vida escolar. Os cursos são de 6 anos, e parece que o estudo fundamental é a cultura chinesa. Aprendeu a escrita chinesa, história, geografia, etc. Pela conversa que tive com ele vi que não tinha adquirido muitos conhecimentos, mas [10] que se arreigara nele um certo orgulho pela sua “grande pátria”. Quando me referi à diversidade de idiomas falados na China, pensou que era uma censura da minha parte, e apressou-se a explicar que se havia tantas maneiras diferentes de falar, era porque a China era tão grande, que cabiam lá todas as nações da Europa. Falei-lhe do grande lírico chinês, Li-tai-pe, mas ele ignorava a sua existência, e como lhe dissesse que era um poeta, quis-me corrigir dizendo que devia ser Confúcio, pois esse era o maior poetas (?) do mundo. Ignorava os factos, mas estava possuído de uma certa mística nacionalista.

Os com a China mantêm-se e recebem de lá certos produtos necessários à sua requintada alimentação. Porém, parece que não se tem difundido a semente comunista; certamente porque esses chineses conseguiram uma existência desafogada e aspiram a mantê-la. Trabalhadores, económicos e hábeis, a sua aspiração é obter um pecúlio que os ponha ao abrigo das necessidades, ou lhes dê um futuro de abundância. É certo que muitos têm saudades da pátria e gostariam de ir lá passar os últimos dias de vida, mas isto no caso de aí poderem gozar os benefícios dos patacos amealhados em anos de trabalho. Como o regime comunista impede a realização desta aspiração, não vêm certamente o Governo actual com bons olhos.

Na Beira também há chineses que se dedicam à agricultura, mas em muito menor número de que em Lourenço Marques. Muitos dedicam-se ao comércio, têm lojas e bares, e o seu pior defeito parece ser o de venderem vinho aos indígenas, o que na Beira é [11] proibido, pelo menos em determinadas condições. É curioso que esta lei seca, obteve como resultado verem-se muitos mais ébrios na Beira do que nos outros distritos. Mas, em vez de se concluir que a embriaguez é uma consequência da lei seca, deduz-se que é preciso reprimir com mais rigor a venda do vinho.

Pelo que pude observar, o preto, que não pode beber um copo de vinho, mas pode comprar uma garrafa, compra a garrafa e bebe-a toda, às escondidas. Eu próprio observei isto em Gondola. Os indígenas chegavam pelas traseiras, pediam uma garrafa de vinho por um postigo que existia na parte de trás da loja, e passado uns minutos restituíam a garrafa vazia.

É evidente que os chineses, cuja principal preocupação é ganhar dinheiro, exploram esta medida tomada por um País exportador de vinho e que, por vezes, tem dificuldade em escoar os excedentes de produção. Se, como sempre costumamos dizer, o vinho é um alimento, e não o proibimos ao nosso povo, porque razão o proibimos ao preto? Só se for por humanitarismo excessivo!

O chinês é que não denota tais sentimentos altruístas em relação ao preto, e os numerosos cantineiros fornecem o vinho que eles querem sujeitando-se às multas que lhes lança a polícia.

Por sua vez os pretos dizem que os chineses são muito maus, que se zangam muito e dão “porrada”. Certamente estas reacções dos chineses são para espantar os seus [12] clientes clandestinos que, depois de terem bebido, não se importam de os comprometer com os excessos da embriaguez.

Mas o chinês também é duro e exigente com o indígena no trabalho, e procura tirar dele tudo quanto pode. Deve dizer-se que o hortelão chinês é modelar, conseguido resultados surpreendentes que deviam envergonhar o colonizador que tem no Minho, no Algarve ou na Madeira excelentes horticultores.

Apesar do mercado da Beira consumir poucos legumes, 20% da colónia chinesa dedica-se à agricultura. Visitei a *machamba* de Kuan Chung Shih, natural de Cantão, como aliás a maioria dos chineses da Beira. Disse-me ele que o clima de

Cantão é muito semelhante ao da Beira, razão porque se sentem como em sua casa.

Nesta *machamba* abriram um certo número de poços pouco profundos, pois o nível hidrostático é elevado, de maneira que com regadores podem manter culturas de regadio pouco dispendiosas. Por outro lado beneficiam as terras com estrumes de vários animais (galinhas, perus, rolas, coelhos, porcos e uma vaca) conseguindo hortas excelentes em terrenos arenosos, salgados e ácidos que, nas mãos de agricultores menos hábeis, não produziriam coisa nenhuma.

Uma agricultura deste tipo exige muitos cuidados, experiência e bastante mão-de-obra. O trabalho dos pretos é sempre vigiado por um capataz com cara de poucos amigos, e que trazia na mão um bastão que julgo não fosse só para se apoiar. Diante de mim nunca usou o pau, mas a sua voz era daquelas que não admitem réplica.

[13]

A opinião dos chineses sobre a África do Sul era péssima. Disseram que eram tão mal tratados lá como os monhés e que não gostavam nada de lá trabalhar. Deve ser talvez essa a razão pela qual grande parte dos *machambeiros*, que fornecem os legumes a Joanesburgo, são madeirenses. Os chineses preferem vir fazer-lhes concorrência na própria terra, e deixar-lhes o campo livre na União.

Contudo, a opinião que os chineses tem dos portugueses também não é excelente. O português da Beira é demasiado racista e tem um complexo de superioridade. Gosta de aparentar e de fazer vida mais cara do que as suas possibilidades lhe permitem. Por isso, não acamarada com o chinês, a quem trata depreciativamente por *china*, e gosta de fazer despesas nas lojas, pelas quais assina vales que não quer depois pagar. Dizem que há comerciantes chineses com prejuízos de dezenas de contos de vales por pagar, a ponto de não aceitarem hoje de maneira nenhuma freguesia deste tipo. Contam de preferência com os comerciantes da Rodésia e de Lourenço Marques.

A colónia chinesa da Beira tem cerca de 50 anos, e as gerações mais velhas mantêm-se fortemente agarradas às sua tradições e lutam para que estas não desapareçam entre a gente nova. A colónia é activa, próspera, ordeira e cordial. Além de comerciantes e *machambeiros*, mais bafejados pela fortuna, conta numerosos artífices – operários da construção civil, sobretudo carpinteiros e pedreiros. Entre estes chineses há alguns de Macau, que acamaradam com os

seus companheiros de cor. Esta gente não constitui problema para as autoridades que os vêem com muito bons olhos, mas é evidente [14] que entre eles se passa muita coisa que não transparece à superfície.

A geração mais velha fala muito pouco português ou quase nada. Os homens entre os 30 e 40 falam português corrente, mas pouco compreensível pela dificuldade de articular certos fonemas que não existem na língua chinesa. Os novos, esses já são muito mais portugueses na língua e nos costumes. Embora frequentem a escola chinesa onde têm 3 professores chineses e 2 portugueses, frequentam agora também o liceu português. Isto representa um grande progresso, porque o contacto entre crianças portuguesas e de outras etnias aproxima-as e ajuda a assimilação de elementos estranhos. Aos poucos a barreira de cor vai-se rompendo, e os novos, influenciados pela vida ocidental, resistem à força da tradição. Já hoje se verifica que os pais não conseguem negociar os casamentos dos filhos na infância, como outrora e, como parece, ainda hoje suceder em grandes áreas da China. Estes só casam hoje com quem querem, e quando querem. Também não é costume os chineses terem aqui mais do que uma mulher, por influência ocidental, e muitos são baptizados e tornam-se católicos. Aqueles que não estão ainda em condições de casar, por razões económicas, é frequente viverem uns anos com uma preta, que mais tarde abandonam, para contrair matrimónio legítimo com uma chinesa. Destas uniões temporárias nascem filhos mestiços, que eles muitas vezes amparam e ajudam.

O convívio e a escola vão aproximando as duas populações e a nova geração está também em vias de se desnacionalizar. Se isto não se dá na Beira tão rapidamente como em Lourenço Marques, deve-se ao facto do português da Beira se mostrar mais [15] fechado ao convívio com indivíduos não europeus, denotando decidida preferência pelos anglo-saxões, cuja cultura considera um modelo digno de imitar. A menor percentagem de elemento negro na cidade deve contribuir para este afastamento, porque não existe assim uma zona humana intermédia, que amortença os choques e atritos entre ocidentais e orientais. Por outro lado, o facto de o liceu ser muito recente, não permitiu que se tivesse dado há mais tempo o convívio entre a juventude dos vários grupos étnicos civilizados.

Desta maneira os chineses continuam a fazer a sua vida à parte, quer no Club Chinês, quer nos seus bares, ou na Escola Chinesa.

No Club, os chineses jogam às cartas, bilhar e outros jogos. A paixão pelo jogo, que é tão característica deste povo, também aqui encontra expressão, mas não sei em que medida.

No Club existe uma sala de conselho no andar superior, onde se realizam reuniões e solenidades. A entrada está emoldurada por duas tábuas de talha dourada, com caracteres a preto, um de cada lado da porta, encimadas por um riquíssimo frontão de bela talha dourada de factura antiga. Na sala vêem-se ao fundo bandeiras portuguesas e chinesa, com um emblema, espécie de estrela de Zion, como a dos judeus, e por baixo umas mesas com vasos de porcelana chinesa com flores, e uma fila de cadeiras de braços, lavradas por artistas chineses. Depois uma grande mesa com cadeiras à volta, onde se reúnem os velhos chefes de família para deliberar assuntos de interesse colectivo. No rés-do-chão está o bar e a sala de jogos.

[16]

O Club, além de servir de ponto de encontro diário, e lugar de reunião de associados para certas solenidades, tem também funções desportivas. O principal desporto é o basket-ball. Parece que os chineses já ganharam 3 ou 4 campeonatos. Além do Club, o bar e o restaurante Rifa também serve de ponto de encontro diário, assim como alguns bares da mesma categoria.

A Escola Chinesa que ainda está em construção, é um grande edifício de cimento, que se destina também a desempenhar funções sociais, que ultrapassam o âmbito escolar.

No andar superior tem um grande teatro, com cenários feitos por um chinês que estudou na África do Sul, onde se realizam festas e se representam peças chinesas, etc.

As salas de aulas são simples e sombrias. Numa delas vi um mapa de Portugal dependurado junto do quadro preto.

Nos exercícios dos alunos expostos, só se via letra chinesa, e os desenhos e aguarelas também representavam só motivos chineses.

A propaganda americana deve exercer aqui a sua acção e possivelmente ajuda financeira, pois entre os trabalhos dos alunos expostos viam-se recortes de revistas americanas, onde apareciam crianças americanas a sair das escolas e a

brincar nos recreios, com as respectivas legendas em inglês. Aliás, parece que o inglês não deixa de ser língua franca dos orientais da Província. No restaurante Rifa estava pendurado um calendário reclame de uma firma chinesa da Beira, com um bloco cujas folhas estavam escritas em chinês e [17] inglês e é frequente encontrar asiáticos a ler jornais escritos em inglês.

Entre as figuras de jornais e revistas recortadas e afixadas na escola, com dísticos em chinês, algumas parece que eram de propaganda anti-comunista. A nossa ignorância do idioma chinês não nos permitiu a certeza. Onde serão estas coisas impressas? Certamente na China Nacionalista.

Na Sala de entrada da escola, vê-se um velho retrato de Chian-Kai-Chek, talvez relíquia conservada de outros tempos, ou então aquisição feita há pouco para se darem ares de bons democratas. De resto, embora exista uma colónia chinesa, uma certa luta entre Oriente e Ocidente, não creio que esta tenha carácter subversivo, antes pelo contrário, a luta trava-se entre a velha geração tradicionalista, agarrada ao seu mundo de ideias orientais, e a nova geração que caminha para formas de vida ocidentais. A religiosidade chinesa pouco mística, extrovertida, virada para os aspectos risonhos e gentis da vida, não oferece um grande obstáculo à ocidentalização.

Para os velhos ainda se mantém o culto dos mortos conservando algumas cerimónias em que são exibidas representações ou miniaturas dos objectos que eram do agrado do morto, etc. Estas cerimónias fazem-se às ocultas e tendem a desaparecer, talvez por recearem a crítica e a incompreensão do ambiente humano em que vivem. O culto dos antepassados e a necessidade de ter um filho varão, que mantenha esse culto na família, leva os homens da China a tomarem concubinas, caso a esposa não lhe dê um herdeiro masculino. Aqui isso não se [18] verifica, mas o nascimento de um filho é muito mais festejado que o de uma filha. Ainda há pouco uma família festejou rijamente o nascimento de um filho varão, embora não tivesse manifestado antes nenhum regozijo pelo nascimento de várias filhas. Mas, todas estas tradições se vão enfraquecendo e apagando, apesar de chegarem até aqui alguns filmes chineses com o fim de manter um pouco acesa a chama da pátria, e de se terem quebrado os contactos com os parentes e amigos além-mar. Porém, os núcleos são demasiado pequenos para poderem preservar os seus padrões de cultura e, se

nada de imprevisto de interpuser, a assimilação das novas gerações será rápida e inevitável. Aliás a sua incorporação na nossa sociedade deve ser amparada e vista com bons olhos porque parece ser um elemento humano socialmente útil. Os rapazinhos novos, que frequentam o liceu, são vivos e espertos. Além de serem simpáticos no convívio, são bons alunos. Num colégio de freiras da Beira, houve um rapazinho chinês que teve 20 valores, a mais alta classificação da escola. Tudo isto contribui para que esta colónia se eleve no conceito geral e encontre ambiente propício para a sua assimilação.

Os agricultores chineses da região de Manhica

(por Dr. Manuel Guerreiro)

O vale de Incomati estende-se por mais de duas centenas de quilómetros desde o porto fronteiriço de Ressano Garcia a Lourenço Marques e tem na sua máxima largura cerca de vinte quilómetros. É formado de terrenos de aluvião, muito férteis, mas os mais deles ou mergulhados todo o ano na água transbordante [19] do rio ou ainda por cultivar por falta de vias de comunicação que tornem compensador o seu aproveitamento. A parte agricultada está distribuída a negros – o maior número, a portugueses e a chineses. E ainda está ameaçada pelas cheias anormais do rio que um ano por outro destrói completamente todas as culturas e dispendiosas obras de protecção de terras.

É a região de Manhica, com a povoação deste nome por centro, que se fixou há uma dezena de anos uma simpática e laboriosa colónia chinesa hoje constituída por 26 indivíduos maiores, dos quais 19 nasceram na China e 7 em Moçambique. Exploram a terra em regime de arrendamentos de duração variável, sendo frequente, o de 5 anos, feitos aos donos ou concessionários deles. Dedicam-se à cultura hortícola e à plantação de bananais. Abastecem de legumes frescos e frutas, a cidade de Lourenço Marques, e exportam para o estrangeiro o grande excedente de bananas. Estão contentes com o modo de vida que tomaram, e a sua situação económica é, no geral, próspera.

Aplicam no labor agrícola as técnicas usadas em Moçambique e próprias de uma agricultura praticada em propriedades de grande extensão. A rega manual chinesa, e trabalho minucioso exercido sobre um ou dois hectares, adubados

com urina humana misturada com água, são aí inexequíveis. Realizam com admirável perfeição as tarefas a que se entregam: as valas estão limpas, os caminhos aplanados, as plantas rigorosamente alinhadas e tratadas. Residências e armazéns de madeira, pau a pique [20] e barro, com telhados de zinco ou de colmo, como convém a uma instalação provisória. Fora e dentro tudo está em seu lugar: enfim, por todo o lado, a ordem, asseio, e disciplina.

Tem cada um destes rendeiros sua família na China ou em Lourenço Marques. Um deles, Wong Hing, tem um filho de uma negra – um mulato-china, como se diz. Cruzamentos deste tipo não são raros em Moçambique, segundo se afirma. Costumes e região são os chineses, mas em progressiva obliteração, sobretudo nos indivíduos nascidos em Moçambique, como é óbvio. A sua cozinha, é chinesa, mas nos utensílios de mesa já se não vêem os tradicionais pauzinhos. Mal chegam à Província adoptam o vestuário nele usual.

Isto não significa que esqueçam uns a sua Pátria e outros a Pátria de seus pais. O que são é capazes de se adaptarem inteligentemente ao novo ambiente em que vivem, de modo que o não hostilizam com as suas singularidades, nem chamam sobre si curiosidade excessiva que lhe embarace os movimentos. Procedem, afinal, com exemplar humildade e sabedoria. Vão assimilando aos poucos a nossa cultura através de um processo cujo dinamismo é muito lento. Falam mal a nossa língua e é difícil até, entender alguns, apesar dos seus 20, 30 ou 40 anos de Província. Emigram para Moçambique com o objectivo de voltar à China. São de ir e vir como os nossos compatriotas. Mantêm, por isso, correctas relações oficiais com os governos comunista e nacionalista aos quais pagam um imposto de emigração. É, [21] sem dúvida essa a razão porque os *machambeiros* chineses não imobilizam dinheiro na compra de propriedades. Arrendam, levantam barracões, exploram a terra no intuito de acumular riqueza móvel que consigo possam transportar. O regresso à China comunista parece não sorrir à maior parte deles, para os quais o regime é tirânico, opressivo e cruel. Um deles disse pitorescamente “Se eu fosse para a China, matavam-me lá com trabalho.” Acalentam a esperança de regressarem um dia a uma pátria não comunizada.

São robustos, alegres, sóbrios, amáveis, dóceis, solícitos. Dizem que os tratamos bem, os deixamos viver em paz e não fazemos distinção de raças. Portugueses

naturais de Moçambique ou aí residentes e idos da Metrópole, todos manifestam pela colónia Chinesa profunda admiração e nenhum deles enjeitaria uma apreciação global que se exprimisse, pelas seguintes palavras: “Os chineses constituem uma colónia ordeira, simpática e laboriosa.”

[22]

Alguns agricultores chineses de Manhiça:

- Lee Kung, no lugar de Xerinda, a uns 9 kms. Da povoação de Manhiça. Homem de uns 50 anos. Tem a mulher e três filhos em Macau e o outro filho em Lourenço Marques. Está nesta região há 30 anos.
- Wong Hing, no lugar de Cocolino, 10 kms de Manhiça. Tem 50 anos. Aqui reside há muito tempo.
- Chom Tom, também em Cocolino. Tem 35 anos.
- A. Mota, nascido em Moçambique. Lugar de Xerinda.
- Wong Si Key e mulher. Chegados de Macau há pouco tempo. Diz-se macaísta. Pouco sabe de português; a mulher menos. Vivem em lugar situado a 6 km ao norte de Manhiça.

É justo salientar aqui o auxílio que recebi do Sr. Administrador de Manhiça, Nóvoa Cortês. Pôs à minha disposição o seu carro e acompanhou-me em todas as visitas que fizemos aos chineses. Mostrou-se sempre interessado no trabalho que realizei e no qual colaborou com preciosas informações e esclarecimentos. Enfim, um funcionário zeloso, inteligente e atento a todos os problemas que interessam à nossa soberania em Moçambique.

[23]

Os Monhés

Não se pode considerar a designação “monhé” como correspondendo a uma minoria étnica, pois esta palavra é hoje corrente na Província de Moçambique, – sobretudo no norte – para designar indivíduos convertidos ao Maometismo.

Como a religião muçulmana revela tendência acentuada a confundir o religioso com o político, a ponto de os indivíduos da mesma religião, embora de diversas etnias, se sentirem, por vezes, unidos por vivos laços de solidariedade e colaborarem na difusão de ideias que têm muito mais carácter político do que religioso, parece-me que há uma certa vantagem em aceitar esta designação genérica, como se se tratasse de um grupo étnico, embora se estabeleça a necessária diferenciação dos grupos distintos que ela engloba.

Podemos considerar três grupos distintos incluídos na designação de “monhés”.

1º) – As populações mestiças do litoral, islamizadas. (Esta mestiçagem é heterogénea, mas contém no norte muitos elementos árabes e persas, à mistura com outros europeus e indianos).

2º) – Negros islamizados.

3º) Indianos maometanos. (Podem ser do Paquistão ou do Indústão) – a crença religiosa é para o nosso caso mais importante do que a nacionalidade.

[24]

1º) – As populações mestiças do litoral, islamizadas

Todo o litoral apresenta uma forte mestiçagem, cuja composição varia bastante conforme os lugares. Muitos destes mestiços, sobretudo os que são produto de cruzamentos recentes, são designados de mistos pelas nossas estatísticas. Mas nas regiões de contactos muito antigos entre populações negras e não negras acabou por se constituir quase uma nova raça que, aos olhos do leigo, é uma raça negra como outro qualquer.

Os mestiços recentes são mais abundantes nas regiões de amplos contactos entre populações colonizadoras e os negros. Hoje, esses mistos constituem 27.35% da população civilizada. Mesmo entre estes mistos, que na sua maioria são filhos de cristãos, nota-se uma grande tendência para aderir ao islamismo. Em 1940 já havia 5.218 mistos maometanos, o que é verdadeiramente alarmante, pois essa massa de conversão – espontânea, visto que os maometanos não podem exercer coação – é certamente índice de recalcamento e de grande descontentamento de uma população que deveria constituir um elo entre a

população branca e a negra, como sucedeu no Brasil, mas que se sente aqui relegada para um plano inferior, pela atitude racista da população branca. Aliás esta tendência racista tem contribuído para que os filhos de brancos e de pretas não sejam muitas vezes legitimados – pois estes receiam a crítica social – o que é gravíssimo, pois são mestiços biologicamente, embora socialmente se considerem indígenas. Estes indivíduos serão mais tarde elementos sociais maus, pois serão recalcados e frustrados e não deixarão de fazer sentir o seu ressentimento.

[25]

Para o norte do rio Zambeze o carácter desta população mestiça varia e, conforme se caminha para o norte, mais ela se vai tornando compacta e homogénea. A partir de certos pontos, a densidade de traços culturais de origem muçulmana acompanha a nova composição étnica; a maneira de vestir, a observância de práticas religiosas e, finalmente, a linguagem. Para o norte do Porto Amélia são cada vez mais numerosos os indivíduos que falam Suaili. Depois de Quissanga, incluindo Ibo, o Suaíli torna-se quase que um idioma corrente, sendo a língua dominante a partir de Mocímboa da Praia, onde se fala quimoane, língua já fortemente influenciada pelo Suaíli.

A língua Suaíli (Swahíli) difundiu-se pelos numerosos contactos que os árabes promoveram nas regiões costeiras (Suaíli em árabe quer dizer: habitante da costa) durante o período do intenso tráfico do marfim e dos escravos. Hoje o Suaíli tornou-se a língua franca de uma vasta área, pois é compreendida e falada em toda a África Ocidental Inglesa, no Quénia, no norte de Moçambique e no Congo Oriental. Os chamados Suaílis não constituem um grupo étnico homogéneo, longe disso, mas chamam-se a si próprios *chirazis* pois dizem que os seus antepassados vieram de Chiraz na Pérsia, por volta de 740, e se fixaram na costa de Lamon, tendo-se depois difundido e submetido todas as tribos bantas do litoral até Moçambique, impondo-lhes chefes.

O que interessa para o nosso caso é que o Suaili é o idioma de um grupo fortemente islamizado e em pleno expansionismo. O seu sistema de ensino faz com que se difundam princípios religiosos que envolvem ideais políticos, perigosos para a nossa soberania. Como a sua religião os impede de [26] frequentarem as escolas portuguesas, que pela Concordata têm de ser escolas

de Missões, e ao mesmo tempo existe hoje uma forte ânsia de saber entre todos os indígenas, sucede aparecerem numerosas escolas clandestinas espalhadas pela costa. Estas escolas ensinam o Suaili e servem de base à propaganda religiosa. Este ensino feito em pequenos grupos, pode considerar-se irreprimível. Cada padre (mualimo) é professor, e o aluno de hoje será professor amanhã. As tábuas com caracteres árabes, onde os pequenos aprendem os versículos do Alcorão em Suaili, podem surpreender-se em muitas casas.

Através desta iniciação escolar vêm os padres maometanos que cada dia conseguem mais conversões e vão aos poucos estendendo a sua influência para o interior. Pode dizer-se que, hoje, só os macondes constituem uma ilha de resistência às constantes arremetidas do islamismo que, diga-se de passagem, vai a pouco e pouco penetrando – embora de maneira disfarçada e inocente. Primeiro entram certos elementos culturais secundários – são numerosos os homens que trazem *cofió* e muitos usam também *cabaia* – depois a língua; a maior parte dos homens macondes compreende ou fala suaíli, e no vocabulário maconde são hoje numerosos os vocábulos introduzidos do Suaíli, e, finalmente, um desses, de *cofió* e *cabaia* é um propagandista assalariado que insidiosamente vai pregando as doutrinas.

O maconde é realista e crítico, e não se deixa levar à primeira. Mas aos poucos, e com argumentos que caem no seu coração tão dilacerado por numerosos conflitos criados pela actual conjuntura político-económica, é natural que as [27] coisas mudem. Além de núcleos maometanos em contacto com os macondes, como são certos grupos macuas islamizados, ou pessoal macua e ajaua contratado pela administração, para exercer funções de sipaio ou intérpretes, etc., e que com os seus sacerdotes e mesquitas exercem o culto islâmico, há também grupos de difusão islâmica muito mais suspeitos. Um deles surpreendi-o na aldeia de Uanalinga do clã Wamuili, no regulado de Mbavala. Reparei que uma mulher velha dessa aldeia usava uma *ndona* (espécie de batoque no lábio superior) de tipo diferente da dos macondes de Moçambique e semelhante à dos do Tanganica. Depois notei que alguns indivíduos novos não usavam tatuagem e informaram-me que parte deste clã veio do Tanganica ainda não há três anos. São maometanos, construíram uma mesquita e vivem aparentemente como os outros macondes. Meti conversa com um dos homens

que usava *cofió* e consegui levá-lo para o problema de origem dos macondes e parentesco étnico entre os macondes do Tanganica e os de Moçambique. Na conversa o homem revelou nítida formação pan-africana. Disse que não havia diferença nenhuma entre uns grupos e outros! Que não havia raças diferentes, todos eram unicamente negros: macondes, macuas, ajauas, etc., era tudo a mesma coisa. Quando lhe perguntei porque é que uns usavam tatuagem e “*ndona*”, etc., e outros não, respondeu-me que todos os negros tinham usado essas coisas, e que aos poucos as iam perdendo. Esta argumentação era nitidamente aprendida, pois a todas as objecções que lhe punha, respondi sempre com as mesmas frases estereotipadas. Ao contrário de muitos macondes, que gostam de divagar sobre este assunto, e sentem prazer na controvérsia, ou em ouvir [28] coisas novas em que ainda não tenham pensado, este parecia ter uma ideia fixa e repetia sempre o mesmo, com excessivo calor, ou melhor com nítido fanatismo.

Como é que, numa época em que os nossos macondes debandam para o Tanganica, onde as condições económicas lhes são mais favoráveis, vem esta família instalar-se no coração do planalto maconde? Além disso, a aldeia não tem acesso directo da estrada, e é necessário ir primeiro à aldeia do régulo e depois, daí, é que se passa para lá, como se se ocultasse dos olhares do administrador. Tudo isto é suspeito e exige um certo cuidado, tanto mais que muitos régulos são macondes degenerados e venais, que facilmente se prestam a manobras do exterior desde que daí lhes venha algum lucro. Mas, com o tempo e cautela havemos de desvendar o mistério.

Vê-se, portanto, que esta ilha de resistência ao islamismo, que é o planalto dos macondes, vai sendo insidiosamente assaltada. E não se julgue que os macondes são absolutamente refractários à islamização. Basta ver-se que os macondes do Tanganica já estão islamizados e que os andondes de Mocímboa do Rovuma, cuja cultura é aparentada com a dos macondes, já foram convertidos.

É evidente que a força do islamismo é nestas regiões extremamente difícil de combater. Os persas e os árabes fixaram-se na costa de África a partir do Século VII, como consequência de dissidências religiosas relativas ao Califa (sucessor) do Profeta. Estabeleceu-se um conflito entre duas facções do Império Árabe, que teve como resultado a fuga da facção mais fraca que se foi fixar na Costa de

África, com [29] a qual já mantinha há muito relações comerciais. Entre estes contavam-se os mercadores de Oman, do recanto sudoeste da Arábia que, entalados entre o deserto e o mar, foram os primeiros a fixar-se na costa africana.

Entre os que preferiram o desterro à submissão estavam Suleimão e Said.

Quando falhou a rebelião que chefiaram contra o Califa, nos fins do Século VII, refugiaram-se em Zanzibar (*Zenj* quer dizer preto em persa e *bar* significa costa) ou seja, na terra dos pretos. Fixaram-se no arquipélago de Lamu, onde a princípio viviam da pesca, da caça, e da agricultura. Algum tempo depois tornaram-se comerciantes, e supõe-se que foram os primeiros mercadores de escravos a actuar na África Oriental em grande escala.

Além destes demandaram a costa africana, os habitantes de Zaid, que abandonaram o Iémen por dissidências com o Califa, e os sete irmãos de El Hasa. Estes sete irmãos eram certamente os sete chefes de um grande grupo de guerreiros que abandonaram El Hasa, nesse tempo capital da Mesopotâmia, e que. Conquistaram uma faixa da costa até Mombaça. Por último, Hasan Bin Ali e os seis filhos partiram do Sul da Pérsia no ano de 975, em sete navios, cada um dos quais foi desembarcar num determinado ponto da costa, onde se fundou uma povoação. Quando Vasco da Gama chegou à costa oriental africana em 1498, já encontrou um império (o império de *Zenj*) islâmico, constituído por persas e árabes, com mais de quinhentos anos de existência. Embora não se tratasse de um império organizado, e cada uma das [30] grandes cidades costeiras tivesse uma certa independência, pode dizer-se que todas elas consideram Quíloa como a cabeça, a que deviam uma certa obediência. Quíloa era portanto uma espécie de capital de um império maometano, constituído pelas cidades de Sofala, Moçambique, Tumbatu, Vemba, Zanzibar, Vumba, o arquipélago de Lamu e Mogadíscio.

Os indianos começaram também cedo a demandar a costa africana, e partilharam com os persas e árabes o comércio dos principais produtos que circulavam então entre o Extremo Oriente e o Ocidente: marfim, escravos, especiarias, ouro, tecidos, etc. Os indianos parece terem sido os especialistas do comércio a retalho e da finança, para o que mostravam capacidades excepcionais, ao contrário dos árabes.

Nem os árabes, nem os indianos procuraram colonizar o interior do continente, limitando-se os árabes em abrir estradas para as caravanas poderem penetrar até às regiões fornecedoras das principais mercadorias: escravos e marfim.

Estes longos séculos de fixação tiveram como consequência uma intensa mestiçagem e a difusão de muitos traços da cultura árabe e da religião maometana, que se mantiveram até aos nossos dias entre os descendentes actuais dessas populações. Os resultados desta longa acção estão patentes ao longo da costa, sobretudo a partir de Quelimane para o norte. A enorme quantidade de mesquitas, desde as modestas, cobertas de capim, como vulgares palhotas, até aos edifícios monumentais que se erguem em Quelimane e Moçambique, para não falar em outros, são a expressão mais visível deste triunfo islâmico.

[31]

Apesar da religião tender a vencer barreiras e a unir todos os crentes, a verdade é que sempre se vai fazendo certa segregação. O indiano, que pela fortuna e instrução está acima do indígena, também frequenta às vezes mesquitas melhores ou pertence a seitas que, baseadas em pormenores de ritual, servem para separar os indivíduos.

Na ilha de Moçambique a mesquita nova é sobretudo frequentada por indianos, enquanto que os indígenas vão de preferência a uma antiga mesquita situada mais a norte.

As diferenças entre as seitas são insignificantes. Temos, por exemplo, na costa ao norte do Porto Amélia, as seitas *xafim* e *anafim*. A primeira é abraçada pelos indígenas e a segunda pelos indianos. Os fiéis da seita *xafim* lavam os pés em comum, na água contida num recipiente, enquanto que os da seita *anafim* lavam os pés individualmente em recipientes separados, antes de entrarem na mesquita.

Os da seita *xafim* costumam levantar os braços dentro da mesquita, em sinal de saudação, sempre que se tenham de sentar ou levantar, enquanto que os da *anafim* só fazem esta saudação à entrada e saída do templo. Os xafins chamam *suala* à leitura de alguns versículos do Alcorão feita pelo padre, *imamo*, enquanto que os *anafins* lhe dão o nome de *anamaze*. Todos os dias se repetem estas leituras cinco vezes com a duração aproximada de uma hora. Às sextas-feiras duram duas horas. Os fiéis só não são obrigados a comparecer ao meio-

dia. Se houver mais de quarenta fieis a estas orações (*sualas* ou *anamazes*) o culto reveste-se de maior pompa.

[32]

Os indígenas costumam assistir às cerimónias religiosas vestidos com as melhores roupas e muito asseados. É grande a importância que dão ao aspecto exterior. Na mesquita estão sempre atentos, com atitude respeitosa, e repetem os versículos que o *imamo* lê em voz alta.

Após as refeições é costume rezarem orações, quer na mesquita, se fica perto, quer nas próprias casas.

Em geral os fiéis da seita *anafim* têm por mesquita modestas palhotas, enquanto que os da seita *xafim* possuem boas mesquitas, como a de Quissanga, que têm uma espécie de parque e um grande reservatório de água para as abluções. Em Mocímboa da Praia existe também uma grande mesquita de cantaria, que se ergue mesmo no centro da vila, no grande largo plantado de coqueiros que abre sobre o mar. Todos os dias, a horas certas, a voz roufenha do muezin chama os fiéis à oração, indiferente à vida do europeu que politicamente domina aquelas terras.

2º) – Negros islamizados

Com o tempo, a cultura árabe foi a mais dominante e, aos poucos, ela foi mesmo chegando a certas regiões do interior, seguindo as estradas dos escravos que penetraram até aos lagos Niassa, Tanganica e Vitória. Alguns povos como os Ajauas, tornaram-se caçadores de escravos para fornecerem essa valiosa mercadoria aos mercadores árabes. Desses contactos resultou a sua islamização mais ou menos intensa.

[33]

Muitas destas populações do interior, islamizadas como: ajauas, macuas, andondes, e Antónia, conservam muitos restos de velhos cultos e práticas que juntamente com a religião maometana dão lugar a curiosos sincretismos.

Uma acção tão lenta e duradoira acabou por penetrar profundamente nas populações costeiras e, de maneira mais superficial, mas não menos tenaz, em muitas do interior.

É evidente que esta comunidade de crenças é uma porta aberta à propaganda vinda do exterior, sobretudo de Tanganica, onde o Sr. John Nyerere conquistou enorme prestígio, sobretudo depois que a Comissão de Curadorias da CNU o convidou para expor as suas reivindicações como chefe do Tanganika African National Union. As centenas de macondes que todo o ano demandam o Tanganica, para trabalhar naquela região, são agora obrigados a pagar um imposto de 10\$00, ao Sr. Nyerere, para que este os autorize a trabalhar. Isto, em vez de os aborrecer até os lisonjeia, porque dizem eles, é um preto que está à frente do Governo do Tanganica, porque estudou e sabe muito. Contudo, como os macondes não estão islamizados, estes factos não são aproveitados por uma propaganda dirigida, como parece ser o caso entre os islamizados. Entre estes pude surpreender uma série de slogans que são nitidamente difundidos pela propaganda islâmica, e de que falarei mais adiante ao referir-me aos indianos. Como os maometanos associam a noção de “Pátria” à de “religião”, considerando a “comunidade de religião” como superior à “unidade de pátria”, a difusão do islamismo é [34] sempre um perigo para a nossa soberania. Mas, hoje em dia, esse perigo é muitíssimo maior visto que há forças políticas que se aproveitam da organização islâmica para difundir os seus ideais de emancipação e para infiltrar nas populações negras do interior, princípios aparentemente inocentes, mas que encerram um perigo real e que convém a todo o custo evitar.

3º) Indianos

Dos persas pouco resta, dos árabes ficou muito, mas todos estes senhores do passado cederam lugar a um novo ocupador, o português. Só um antigo explorador destas costas africanas se manteve tenaz: indiferente à nossa ocupação, ou talvez contente com as vantagens que ela lhe trouxe, permitindo-lhe fixar-se em muitos pontos do interior, por nós pacificados. Nós fiéis à nossa tradição, soubemos descobrir, penetrar, lutar, mas o proveito deixamo-lo aos outros. Parece que nos interessa mais a glória de possuir e de ser senhores e de ter honrarias, que colher delas os lucros que outros, dotados de espírito mais utilitário, sabem colher. De facto, o indiano continua a ser o grande explorador dos frutos do comércio com o indígena. As cantinas e as lojas de mato são ainda

na maioria propriedade de indianos. A sua antiga vocação para o comércio a retalho e para as finanças não se perdeu. Eles sabem fazer dinheiro com tudo e extrair lucro de tudo. Por sua vez os rios de dinheiro que correm do suor dos pretos para a gaveta dos *monhés* do mato, [35] não vão enriquecer as terras africanas. Mercê de hábeis transacções, esse dinheiro vai parar à Índia ou ao Paquistão, onde os velhos indianos irão gozar os últimos dias da sua vida laboriosa. Senhores de segredos de finanças, eles manobram divisas com mestria. Quem no distrito de Cabo Delgado precisar de dinheiro do Tanganica, ou precisar de atravessar a fronteira e ter crédito do outro lado, basta dirigir-se a uma *monhé* de confiança. Ele vende-lhe dinheiro, põe-lhe o dinheiro do outro lado e arranja-lhe transportes, apresentações e alojamentos, caso se precise de ir a lugares onde não haja hotéis ou pensões. Humildes, curvados, subservientes para com os brancos, são eles que se enchem. O branco toma ares, fala-lhes grosso, chama-lhes *monhés*. Eles sorriem, acham graça, não reagem, , mas quem na realidade domina são eles. Viajam nos aviões, têm bons automóveis, as mulheres vestem com luxo asiático! E, quando um indiano faz isto, é porque a sua vida se encontra assente em bases de grande solidez.

A princípio sacrifica-se ao máximo. Trabalha de noite e de dia, e vive miseravelmente, até que chega o dia em que se sente apoiado em base sólida. Então já gosta de tirar algum proveito da vida.

O português – que no Brasil é um pouco como o indiano em África – gosta aqui de fingir que é importante e rico, logo que chega da metrópole. Aqueles que na sua terra poucas vezes utilizam a camioneta ou o comboio, já não podem viver aqui sem automóvel, e, se possível, de categoria. O facto de [36] ser branco e senhor dá-lhes logo aspirações de riqueza e mando. Por estas razões não lhes convém nunca empregos ou negócios em que os lucros sejam modestos, ou exijam longos anos de esforços e economia. Todos querem ganhar muito dinheiro. Esta ânsia de riqueza rápida e de importância é uma epidemia de graves consequências, a qual, se não for combatida pode conduzir a uma verdadeira catástrofe social. Como os que não são ricos fingem que o são, aquele que não o é, vive permanentemente despeitado e roído de complexos de inferioridade. Outros, que para ganharem mais, são obrigados a ser desonestos, têm um complexo de intranquilidade e de ansiedade. Tudo isto dá lugar a um

estado de inquietação geral; um estado psicológico de azedume, de crítica feroz de tudo, de maledicência e de ódio que são altamente prejudiciais à acção governativa.

Numa sociedade que enferma de tais males, o indiano que é dotado de qualidades opostas, e coloca o real e o positivo sobre essas questões de prestígio e de vaidade, acaba por tirar o máximo proveito da situação.

Não podemos deixar de estabelecer uma diferença entre os indianos maometanos e os de religião bramânica. Os segundo são, como dissemos no relatório anterior, mais reservados e com poucas preocupações de proselitismo religioso. A sua religião é para elites e não para os povos estranhos cujas conversões nem aceitam. O papel de servos que desempenham os *sudras* na Índia cabe aqui aos negros. Além disso, os negros nunca poderiam aceitar o seu complicado sistema [37] de tabus alimentares. Mas, se não têm ambições de catequizar, não deixam certamente de colaborar numa política de domínio dos territórios da África Oriental. Um conterrâneo do Dr. Manuel Guerreiro, 1º Assistente da Missão, que vive em Porto Amélia, tem surpreendido alguns manejos suspeitos. Diz ele que os industânicos promovem propaganda contra nós entre os indígenas, de maneira a não se comprometerem. Fazem com que mestiços e negros nos odeiem, e estes, por sua vez, e de livre vontade, desacreditam-nos juntos dos indígenas. Sabe-se que lhes chegaram às mãos uns folhetos subversivos remetidos da União Indiana que davam instruções sobre os meios de provocar distúrbios e vária outra agitação revolucionária contra nós. O Senhor Engenheiro Supico Pinto recebeu um exemplar de um folheto de propaganda para entregar na Metrópole. Além disso lêem e empenham-se em divulgar livros da mesma procedência, de que obtivemos dois exemplares. O desconhecimento da língua não nos permite ajuizar da importância política do contexto, mas trouxe-mo-los para Portugal onde poderão ser devidamente examinados. Os folhetos e o livro estão escritos, cremos, em guzarate. Supõe-se que esta literatura vem escondida nos sacos de roupa que os industânicos recebem da União Indiana. Há notícias de que em Montepuez há muitos desses escritos.

Os indivíduos de raça indiana nascidos em Moçambique e, conseqüentemente, portugueses por lei, são-nos ainda mais perniciosos que os seus progenitores, tanto mais que, se para nós são portugueses, não deixam de continuar a ser

indianos e têm os seus papéis em ordem para entrar na União Indiana, [38] como qualquer cidadão daquele país.

Apesar da sua vida mais reservada e de uma religiosidade praticada à sombra dos muros dos templos, estes indianos e em especial os *banianes* são adversários perigosos, tanto mais que são eles os homens mais ricos e poderosos, com grande ascendência sobre os seus conterrâneos.

Onde se pode ter um quadro perfeito da vida social e religiosa do *baniane* é na ilha de Moçambique. Ali vêem-se passar a caminho do templo as mulheres elegantes, de brilhante no nariz (*chunca*) envoltas em véus de tecidos leves e cores garridas (*guntô*). As mulheres de Punjab usam calças, as outras arrastam os seus panos com elegância. Os homens de *topí* na cabeça, ou de turbante (*paghri*) tem ar digno e importante.

Na Província só há castas superiores; os *sudras*, intocáveis, são aqui os pretos, pois são eles que ocupam as posições mais baixas e sujas. Na ilha de Moçambique só há duas famílias *brâmanes*. Esta casta superior, de sacerdotes e letrados, ocupa um lugar de proeminência, seguem-se-lhe os *banianes*, os *batiás* (ambas castas de comerciantes), os *luanas* (também negociantes), os *vandjás* (tecelões) e os *cadiás* (pedreiros). Estas castas continuam fechadas em rigorosa endogamia.

Quando um homem quer casar, e não encontra mulher dentro da sua casta na Província, tem de procurar fora; ou ir à Índia buscar mulher. Também não podem comer da mesma comida, [39] e embora hoje já possam comer juntos, cada um come do seu prato especial.

O templo hindu fica dentro de um recinto vedado. Do exterior nada se advinha da aprazível elegância do edifício e jardins. Transposta a porta depara-se com uma sucessão de pátios que conduzem ao templo, o qual está dividido em dois compartimentos. O visitante, depois de tirar os sapatos, entra para o primeiro compartimento no centro do qual se encontra uma vaca de pedra cor de rosa, que tem à sua frente uma tartaruga da mesma pedra. Estes animais estão enfeitados com flores vermelhas. Na parede, ao fundo, sobre uma janela, vê-se um emblema vermelho translúcido, que a luz da janela ilumina vivamente. Este emblema simboliza OM, o Deus dos Deuses. Parece que devia escrever-se

AUM, porque aludia à trindade hindu: *A* – nome de Visnú; *U* – nome de Siva; *M* – nome de Brahma.

O outro compartimento está separado por uma grade de ferro. É aí que se encontram os vários deuses e ofertas de comida colocadas diante de cada um. No chão vêem-se desenhos geométricos feitos em arroz e flores. Entre outros, fixei uma suástica, símbolo ariano muito difundido. No centro de recinto está um recipiente de pedra mármore, onde ardem luzes em louvor dos deuses.

Sob as portas do templo havia cordões esticados com folhas de manga penduradas. Isto mesmo verifiquei em casas comerciais de hindus do mato.

[40]

Ao templo segue-se um belo jardim, com coqueiros e outras árvores, onde os fiéis podem passear e meditar. Dentro do recinto encontra-se uma biblioteca de livros hindus, á mistura com alguns livros ingleses. A sala de leitura serve também de escola às crianças hindus.

No extremo da ilha encontra-se um forno crematório, onde os cadáveres são incinerados e as cinzas lançadas ao mar. Só as crianças antes de lhes nascerem os dentes, assim como as mulheres grávidas são sepultadas.

Os filmes indianos são frequentes na ilha de Moçambique, onde têm cinema próprio: “Cinema Imperial”. Em outros centros, os filmes indianos também circulam, tendo muitas vezes de aproveitar cinemas ou recintos que são destinados a filmes ocidentais.

Vimos um filme que tinha como objectivo a exaltação da Índia e o amesquinamento do Ocidente. Para se avaliar do que representa esta acção profunda do cinema nas multidões, juntamos em apêndice uma breve resenha do filme que vimos na noite de 6 de Agosto de 1957.

Embora os *banianes* tenham uma grande importância nas finanças e política, a sua acção directa sobre o indígena é, como dissemos, pequena. A sua cultura e religião são demasiado esotéricas para atrair a população indígena, que eles aliás não procurariam chamar a si, dadas as suas preocupações aristocráticas, de castas superiores, segregadas das multidões constituídas por castas inferiores, que eles apenas pretendem dominar e manter em condição servil. A sua [41] política não é de assimilação do indígena, mas de propaganda no sentido de virem a desalojar o actual dominador a quem desejariam substituir.

A acção do indiano islamizado e a do paquistanês é muito mais profunda na massa indígena. A população nativa, com a sua nítida propensão para as actividades lúdicas, e com acentuado gosto para as solenidades em que predomine a cor, o ritmo e o espalhafato, é atraída em especial pelas festas religiosas do indiano islamizado com o qual também costuma ter mais convívio. Certamente eles não deixam de tirar partido político da comunidade de religião, baseando a sua propaganda em falsas afinidades, como sejam as de cor, e as raças oprimidas pelo dominador branco. Infelizmente nós temos contribuído de maneira lamentável para dar força aos indianos, fornecendo-lhes argumentos abundantes de que eles se aproveitam para convencer os negros da nossa sem razão.

Entre os fiéis de Maomé há uma certa solidariedade que se sobrepõe a diferenças de raças e de fortuna que, infelizmente não vemos entre os cristãos. A grande força do cristianismo, que é indubitavelmente o princípio do amor do próximo, da fraternidade, da caridade, da humildade, parece que foi esquecida pela grande maioria dos nossos compatriotas moçambicanos. O preto tornou-se para eles um ser desprezível e irrisório, que julga ter o direito de utilizar, mas que nada tem de comum connosco. Se um preto cristão morrer, irá só para a cova, acompanhado por um ou [42] outro irmão de cor e de fé. Se for, porém, um preto maometano, forma-se logo um cortejo cheio de cor e de solenidade, onde não faltam os irmãos das confrarias e pessoas de categoria social superior. Perante este exemplos, é fácil convencer um preto católico de que não passa de um bobo, pois o Cristianismo é uma religião de brancos, e que estes não querem lá pretos nem fazem caso deles para nada. E, aos poucos, as fileiras dos maometanos vão engrossando.

As mesquitas estão cheias, e é impressionante o respeito e a fé que animam indianos e indígenas. Visitei várias e todas elas estão limpas e cuidadas. Além das grandes mesquitas dos centros urbanos, há centenas de pequenas mesquitas espalhadas pelo mato.

Nas mesquitas maiores vê-se ao fundo, na parede, um nicho virado para Meca, que tem o nome de *miriabo*. É aí que o *Imã* se coloca e faz a leitura do Alcorão, que os presentes repetem com fervor. A mesquita está a cargo do *Imamo* que tem um ajudante a que dão o nome de *madine*. Durante os trinta dias que dura o

Ramadão, os muçulmanos conservam-se em jejum desde o nascer do sol até ao anoitecer, rezando continuamente. Quando cai a noite comem e descansam.

O jejum não se limita a não comer, nem beber. Na mesquita de Moçambique estava afixado um placard, com as regras do jejum do Ramadão, que prescrevia o jejum de falar mal, de roubar, de fazer mal, de dizer mal, etc. É portanto um mês em que o homem deve procurar manter-se limpo [43] de quaisquer impurezas.

Apesar da inclinação que o preto tem pela bebida são numerosas as religiões islamizadas, onde os indivíduos conseguem abster-se de beber embora também haja muitos casos de infracção à proibição – até entre indianos.

A hierarquia religiosa é grande. Os *imãs* e os *malimos*, espécie de padres, estão submetidos a um outro sacerdote, chamado *ché*, o qual está, por sua vez, submetido ao *mufet*, que é uma espécie de representante de Maomé na Terra. Na Província não há nenhum *mufet*, mas vivem lá *chés*. Estes conhecem-se porque usam um turbante á volta do *cofió* e trazem um rosário de contas amarelas enroladas no pulso.

No norte da Província, a iniciação e a escolha do *Imã* é feita entre os fiéis, por votação entre os indivíduos da povoação que dêem mostras de conhecer melhor o Alcorão e tenham melhor conduta moral. Os candidatos são sempre homens idosos.

É claro que no mato os conhecimentos religiosos são sempre superficiais e é frequente misturarem-se formas de culto pagão com o culto maometano, em pitoresco sincretismo. A observância dos princípios islâmicos também não é rigorosa, com excepção da abstinência da carne de porco que parece ser geral. Já com a bebida não se dá o mesmo. Conhecem-se casos de convertidos que têm grande dificuldade em resistir há bebida, sobretudo no tempo do caju. Diz-se que alguns, para continuarem de bem com Alá e com a sua consciência, vão ter com os padres das missões para que estes os façam [44] cristãos, só para poderem beber à vontade na época do caju, e depois regressam ao islamismo. Querem beber, mas querem fazê-lo sem pecar.

Ao norte do Porto Amélia, como, por exemplo, na Quissanga, as seitas *xafim* e *anafim*, costumam dar às últimas orações (*suales* e *anamazes*) antes do pôr do sol, durante o Ramadão, a duração de três horas. Quando o Ramadão termina há

uma grande festa. Que dura vinte e quatro horas. Fazem então um cortejo com cânticos, a que se segue um banquete que dura até ao pôr do sol. Terminado este, começam os batuques de mulheres com cânticos e danças. Por sua vez a presença das mulheres nas mesquitas é muito rara. Na mesquita de Moçambique as mulheres podem entrar desde que não sejam impuras (menstruadas). Contudo o papel da mulher na religião é muito menos importante do que na religião católica.

Os indígenas, quando chegam a homens, iniciam-se voluntariamente quando já são da família muçulmana. O *imã* faz a proposta aos fiéis a qual é sempre recebida com agrado. O iniciado apresenta-se na mesquita acompanhado por um amigo e aí repete versículos que o *imã* lê em voz alta. Logo que os tenha aprendido de cor está *ipso-facto* um membro da seita. Chamam à iniciação *cucilimo*.

O baptismo e o casamento não são feitos pelo *imã*, mas por um ajudante chamado *cadi*, que não pode nunca exercer funções de oficiante nem de pregador.

[45]

Ao baptismo o *cadi* apresenta a criança ao *imã* e este faz um breve discurso. A cerimónia fica assim concluída.

No casamento comparecem as famílias dos noivos, os noivos e duas testemunhas de sexo masculino. Os pais dos noivos dizem que consentem no casamento e informam os presentes acerca dos bens ou meios de que os futuros esposos dispõem para viver. Em seguida o *cadi* junta as mãos dos noivos, e pergunta a ambos se estão de acordo com o enlace. Esta pergunta é repetida três vezes. No caso de concordarem considera-os casados e o *imã* faz um pequeno sermão.

Para cada solenidade há batuques especiais que animam as festas e são muito do agrado dos indígenas, para quem o canto e a dança são elementos culturais profundamente arraigados.

Tanto os *monhés*, como os indígenas usam *cofió* branco, com ligeiros bordados castanhos ou vermelhos. Contudo aparecem também com frequência indivíduos que trazem *fez* vermelho ou preto. O traje habitual é a *cabaia* branca. As mulheres costumam usar uma blusa justa ao corpo chamada *quimau*, e a servir de saia trazem uns panos vistosos de colorido agradável e leve, que

pendem à cinta com dois cordões. Depois de colocarem os primeiros panos amarram um cordão e com o último pano amarram o segundo cordão. Sobre a cabeça deitam uma mantilha que pode ser branca ou de cores claras e, às vezes, bordadas de vidrinhos. Nos tornozelos trazem uma espécie de correntes de metal, assim como várias pulseiras nos braços. As monhés indígenas seguem mais ou menos estes padrões, que divergem tanto mais, quanto mais afastadas vivem [46] dos centros islamizados.

É curioso que nestas regiões fortemente islamizadas nota-se uma grande preocupação de luxo nas mulheres, luxo que, às vezes, é acompanhado de vícios, ociosidade e prostituição. Não quero certamente estabelecer uma relação de causa e efeito, mas simplesmente apresentar o facto. Há igualmente quem se queixe que o indígena islamizado é mais propenso à roubalheira. Aliás esta afirmação também se faz relativamente ao indígena convertido ao catolicismo. É evidente que não são os princípios dessas religiões que criam neles tendências más. Pode contudo dar-se que uma catequização imperfeita lhes arranque as crenças tradicionais, em que foram criados, sem ao mesmo tempo as substituir por uma verdadeira e sólida formação moral e religiosa. Deixam de se reger pelas severas normas de conduta tradicional dos seus antepassados, mas das novas religiões só aproveitam os aspectos formais e exteriores, que são gratos à sua feição de espírito.

É impressionante observar todas essas mulheres envoltas em panos garridos, às vezes revelando um sentido estético superior, na combinação de cores, que, languidamente encostadas às portas, ou caminhando no seu passo elástico, parecem viver para a ociosidade e para a volúpia. A ilha de Moçambique é o centro urbano, onde este tipo de mulher está mais bem representado.

Todas as mulheres fumam, e fumam mantendo o lume do cigarro dentro da boca e a outra extremidade para fora, [47] enquanto passam altivas pelas ruas e estradas. A sua grande preocupação com a formosura leva-as a usar uma espécie de creme de beleza, que impressiona todos aqueles que pela primeira vez visitam a costa norte da Província. Este creme é o *muciro*, espécie de pasta branca que se obtém ralando pau de sândalo numa pedra, a que vão juntando água de tempos a tempos. Dizem que tem a propriedade de amaciar imenso a pele, se se deitar uma camada na cara e deixar durante vinte e quatro horas. São

contudo muitas as mulheres que o utilizam também como adorno formando com ele vários desenhos na cara a que ainda juntam *rouge* ou outras cores. Algumas fazem autênticas máscaras brancas que impressionam quem as vê pela primeira vez, mas com o tempo acabam por se aceitar como coisa natural. Os indianos muçulmanos têm sido tão hábeis na sua maneira de introduzir a religião, que quase se conseguem identificar com ela, mantendo uma mão em todas as actividades de tipo religioso e social. Num placard afixado em Xipamanine, nos arredores de Lourenço Marques, o Club Atlético Maometano anunciava um baile para o dia 3 de Agosto, em favor da Associação de Mútuo Auxílio dos Operários Indianos. Estas formas de controle social e religioso contribuem, como neste caso, para melhorar a situação económica dos seus concidadãos, pois não é em benefício dos negros maometanos que fazem festas. Os indianos foram difundindo os seus usos e costumes, os seus trajes, adornos, jogos, etc., sempre sobre a capa do islamismo. Depois começaram a identificarem-se aos pretos, dizendo-se todos homens de cor, e procuraram tirar à religião [48] cristã possibilidades de expansão em África, dizendo que o Cristianismo é a religião de brancos e o islamismo a religião dos pretos. Este slogan vai entrando na massa, porque é espalhado intencionalmente e sistematicamente. É certo que estamos a pagar a falta que cometemos (nós ocidentais), pois foram os escravagistas evangélicos que começaram a querer justificar a escravatura apoiando-se na Bíblia, dizendo que a raça de Cham foi amaldiçoada por seu pai Noé, e que portanto ele e os seus descendentes foram condenados a ser escravos dos escravos de seus irmãos Sem e Jafet. O teólogo protestante de Zurique, Johann Heinrich Heidegger conta na sua *História Ss. Patriarch* (Amesterdão, 1667-1671, 2 vols.), que, no momento em que o patriarca pronunciou esta maldição, os cabelos de Chanaan começaram a torcer-se e que a sua cara ficou preta, o que levou a concluir que os pretos são descendentes de Chanaan e deveriam ficar eternamente em escravidão. Estes mesmos argumentos bíblicos são hoje utilizados por certas seitas de Boers da União Sul Africana, para justificar a necessidade de conservarem os negros numa posição de servidão. É portanto compreensível que sejam agora os próprios homens de cor – indianos e negros – quem procura basear-se em argumentos idênticos para reclamarem a África para os homens de cor e a expulsão dos brancos.

São várias as doutrinas desta natureza que circulam em certos meios, sem se lhes poder precisar a origem. Por um lado são os negros, sobretudo os de formação protestante, que procuram interpretar a Bíblia a seu modo, e dizem que um dos filhos de Adão e Eva era negro e que Deus lhe destinou a [49] África para fundar uma humanidade negra, e que todas as outras raças deviam ser expulsa daquele continente.

Outros admitem os mestiços, visto participarem do mesmo sangue negro.

Finalmente vem a versão indiana, muito difundida, que coloca de um lado os homens de cor, que até hoje tem sido oprimidos, e do outro, os brancos opressores. Dizem eles que todos os homens de cor, sejam indianos ou negros, descendem de dois filhos de Han. Depois do Dilúvio um deles foi povoar a África e o outro a Índia, sendo, portanto ambos os povos irmãos, descendentes da mesma família. É de crer que esta interpretação tenha nascido entre indianos e depois foi habilmente espalhada entre as populações indígenas que vivem em contacto com eles. Eles, próprios, foram buscar um argumento bíblico, que convencesse as populações negras cristianizadas, embora o argumento cristão pouco valor tenha para eles próprios.

A interpretação da Bíblia, tão de agrado dos protestantes, está-se a tornar uma arma cada vez mais poderosa nas mãos dos pretos, que dela tiram conclusões de valor idêntico àquelas que os brancos tiravam, inconscientemente levados pelo desejo de que os seus interesses fossem a própria verdade. Hoje, com a mesma ingenuidade por uns, e com cinismo por outros, a Bíblia serve para justificar tudo, inclusivamente a poligamia, visto que os antigos patriarcas judaicos eram polígamos.

Por outro lado corre a crença de que o branco falsificou as Sagradas Escrituras, publicando edições em que se fizeram graves omissões.

[50]

A luta contra o branco intensificou-se, e o islamismo é no norte de Moçambique o veículo mais activo de propaganda. Por outro lado, tentam estabelecer uma unidade da raça de cor, rebatendo todos os argumentos de que se servem aqueles que falam em diversidade de grupos étnicos em África. Para eles, isso são tudo mentiras -, há uma só raça negra que os brancos tem “oprimido”! Este sentimento de “opressão”, e uma ânsia crescente de emancipação é um facto,

que não devemos esquecer, embora negros e indianos o saibam ocultar cuidadosamente. Estão todos atentos ao que se vai passando no teatro internacional, e aguardam a hora da liberdade.

Não se pode desconhecer o papel que a Índia desempenha nesta intensa propaganda contra o europeu, minando tanto quanto pode o seu poderio, na esperança de se lhe substituir, adoptando os seus métodos “pacifistas”. Em 1956, uma organização de Bombaim enviou convites para uma conferência de carácter subversivo ao Centro Associativo dos Negros de Lourenço Marques. Estes convites e reuniões têm-se intensificado, embora, por enquanto, os nossos territórios tenham sido pouco atingidos, certamente por falta de uma elite negra organizada e profundamente frustrada. Contudo, parece que são numerosos os estudantes africanos que frequentam cursos na Índia. A universidade de Delhi tem um curso de Estudos Africanos com o seguinte programa:

- I – Suahili ou Haussa para estudantes indianos e um dialecto indiano para estudantes africanos
- II – Geografia de África
- III – Antropologia Cultural Africana
- IV – História Africana
- V – Governos e Políticas em África
- VI – Desenvolvimento Económico de África com especial [51] referência à actualidade
- VII – História Política e Cultura da Índia, com referência especial à evolução da Constituição em vigor

A escolher: Geografia e Antropologia de qualquer região africana; As actividades da ONU e outros organismos internacionais em África; A evolução económica e social da Índia desde 1857; Sistema de terras em África; Etnologia da Índia ou a Geopolítica de África.

Não consta que haja estudantes das nossas províncias a frequentar estes cursos, a não ser de aqueles que emigraram para outros territórios. Mas de outras regiões de África creio que há bastantes, tanto mais que a Índia, no grande esforço de propaganda que vem realizando tem distribuído muitas bolsas de estudo a africanos. Durante os movimentos da seita de mau-mau no Quénia, havia muitas mais bolsas concedidas pela Índia do que pela Inglaterra.

Evidentemente que esta propaganda não deixa de ser altamente prejudicial sem vir a ter grandes vantagens para a Índia. Se, presentemente, os negros se sentem solidários com os indianos, não é porque acreditem neles ou se sintam a eles ligados por quaisquer afinidades profundas. É uma mera aliança transitória, pelas vantagens que daí advém para lutar contra o inimigo comum, o branco. Porém, os negros responsáveis, sabem perfeitamente quais são os fitos dos indianos, e aguardam o dia da sua emancipação para expulsarem também os indianos. Contudo a Índia tem ganho imenso prestígio entre as camadas indígenas mais cultas, [52] como paladina da liberdade dos povos de cor. Todavia tal prestígio não ofusca a ponto de lhe não reconhecerem os desígnios. Na África Central e Oriental a propaganda feita pela Índia tem aumentado, fazendo-se ampla distribuição de folhetos. Em Moçambique essa propaganda é muito moderada, em parte pela ausência de uma elite negra, com significado relevante, mas não deixa de se fazer de maneira insidiosa, pelos próprios indianos do mato. Junta-se aqui um curioso depoimento de doutrina pregada por um comerciante de raça indiana, nascido em Moçambique, e, portanto, português, residente na povoação de Manhiça, ao régulo desta vila e a grupo de amigos deste, e registado pelo Dr. Viegas Guerreiro, 1º Assistente da Missão. Dizia ele:

“Os portugueses não tem permitido que os indígenas se instruem com receio de que estes se revoltem contra o seu domínio.

Em princípios deste ano de 1957, houve uma reunião de altas personalidades da Beira, entre as quais figuravam indígenas. Representava o Governo da Província de Moçambique o Administrador Freitas. Este, porém, fingiu-se doente no dia da reunião. Foi então pedido ao Governo da Província um lugar na Beira, para aí se edificar uma Universidade; o Governo porém indeferiu esta pretensão: não quis educar os negros com receio de que Moçambique se torne um segundo Brasil. Quando os portugueses chegaram a Moçambique, já os indianos aí se tinham estabelecido, e [53] não com o fim de dominar os naturais da terra e sim para comerciar. Não pagavam nesse tempo licenças industriais e prestavam vassalagem aos régulos aos quais davam um barril de vinho e panos para as suas mulheres. Com a presença dos Portugueses foram obrigados à referida licença e, por esse motivo, perderam os régulos e benefícios que deles recebiam.

Da guerra entre a União Indiana e Portugal sairá vencedora aquela, e Portugal perderá a Índia Portuguesa. A União tem ao seu lado na ONU, a América e a Rússia. Integrada a Índia Portuguesa na Grande Índia terão os indianos de sair de Moçambique, espoliados das sua propriedades. Irão então expor essa injustiça na ONU. e, como o Governo Português não concordará em reconhecer-lhes o direito aos seus haveres, a América e a Rússia auxiliarão a União Indiana a reivindicar pela força esse direito. Moçambique, conquistará, então, a independência. Mas como os indígenas estão muito mais atrasados, é necessário que outra nação os oriente e disso se ocupará a União Indiana. Acabarão as distinções de raças e haverá igualdade de direitos: o imposto será o mesmo para todos.

Nehru há-de explicar à Rússia e à América que em Moçambique se passa vida de escravatura. Não é desígnio da América impor o seu mundo, mas sim instruir os negros de modo que deles saiam doutores e engenheiros. Eles, monhés, têm igualmente os seus doutores que ajudarão a educar os indígenas. O único interesse da América é que reine a paz no [54] Mundo.

Os povos civilizados têm direito à sua independência. Assim aconteceu à Costa do Ouro e à África do Sul. Nehru há-de esforçar-se na ONU por que Moçambique adquira a sua liberdade, no que será secundado pela Rússia e pela América. Nem Angola, onde já todos os pretos são assimilados, isto é, têm direitos iguais aos brancos, obteve a sua independência, apesar de a pedir ao Presidente da República quando da sua última visita a esta Província.

O Governo Português trata os indianos como se fossem negros. Se acerta algum indiano de concorrer com um branco português numa mesma pretensão logo aquele é preterido. E ainda reveladora do mesmo desprezo é a designação de monhés porque são conhecidos”.

“O régulo informa que os comerciantes monhés levam os negros de irmãos, primos e família e dizem ter tanta consideração por eles como pelos da sua raça. E que, no geral, tratam bem os indígenas, dispensam-nos do serviço uma vez por outra, e não se queixam deles às autoridades administrativas. Ele, régulo, sabe, no entanto, que os monhés intrujam mais os negros do que os comerciantes portugueses. Estes mantêm mais os preços do que aqueles. Se o monhé, por exemplo troca o pano por milho, se o pano vale 20 logo lhe atribui o preço de 30”.

[55]

Os problemas do Norte da Província vistos do Planalto dos Macondes

O Planalto dos Macondes é uma ilha étnica, onde populações portadoras de uma cultura muito velha têm sabido resistir às influências do islamismo, não cedendo facilmente a quaisquer outras vindas do exterior. Desde miradouro observa-se um panorama étnico-social muito complexo, do qual procuraremos dar alguns aspectos.

Olhando em redor estende-se uma área de terra imensa, maior do que a metrópole, praticamente por ocupar. Ninguém procura fixar-se, apesar de haver regiões de clima excelente, onde seria possível uma vida decente e feliz. Mas, incluindo os centros urbanos do litoral, e um ou outro do interior, onde se encontram funcionários do estado e meia dúzia de explorações agrícolas ou industriais, a presença do português metropolitano é quase nula. De resto, são florestas sem fim, cortadas por centenas de quilómetros de péssimas estradas, e pequenas aldeias indígenas, perdida na imensidade do mato.

Estes milhares de quilómetros quadrados que se estendem desde o litoral até ao lago Niassa, e constituem os distritos de Cabo Delgado e do Niassa, tem como fronteira norte o Tanganika.

[56]

Esta fronteira é todos os dias atravessada por dezenas de indígenas portugueses. Entre os que saem e entram, o balanço é-nos desfavorável. São hoje milhares de indígenas portugueses que vivem em Tanganika e muitos outros vão e vêm vender produtos de contrabando (amendoim e milho), que são mais bem pagos do lado de lá, e comprar artigos manufacturados (tecidos, ferramentas, rádios, etc.), que são lá mais baratos. Estas viagens de contrabando são aproveitadas por engajadores e servem de solicitação para ficar a trabalhar uns anos em Tanganika. Os salários de lá são muito mais elevados, os contratos de trabalho são livres, o imposto embora mais alto é mais fácil de pagar, em relação ao que se ganha, e pode pagar-se em prestações (coisa que convém muito a populações que não tem espírito de poupança e gastam logo o que vão

ganhando). Além disso, o grande desenvolvimento industrial e urbano do Tanganica exerce uma certa miragem sobre as populações que viverem sempre metidas no mato e não conhecem nada da civilização.

O contraste entre estes territórios estrangeiros que se desenvolvem num ritmo rápido e a nossa letargia não escapam aos olhos dos indígenas. Quando querem dar um exemplo de qualquer facto de civilização é sempre o Tanganica citado. Foi lá que eles viram fábricas e máquinas; foi lá que viram casas grandes de vários andares – muitas casas em cima das outras – foi lá que viram cidades com movimento, luzes, cinemas e dinamismo. A atracção exerce-se hoje não só porque lá se ganha mais dinheiro, como para se conhecer um pouco do mundo e aprender a ser homem. Um rapaz que não foi [57] ao Tanganica, tem pouca aceitação entre as mulheres. Espalhou-se aqui, como no Sul da Província em relação ao Rand, a crença de que só se é homem depois de ter passado pela experiência de Tanganica.

A debanda para Tanganica tem vários inconvenientes, uns de natureza imediata, outros futuros, se bem que mais graves. Entre os primeiros sobressai a falta de pagamento do imposto indígena, que é a principal receita da região. Contudo, julgo que verdadeiramente grave é a progressiva desenraização dos portugueses aos olhos dos indígenas, e o magnífico campo de propaganda subversiva, em que se está a tornar o Tanganica, pelo pouco poder que têm hoje os ingleses para dominarem os acontecimentos. A difusão de ideias vindas do Tanganica vai ganhando terreno e são bastantes os que regressam infectados e vão infectando os que cá ficaram.

São muitos os que hoje dizem que há um preto, John Nyerere, que tem muitos estudos e está senhor do Governo no Tanganica, e obriga os indígenas portugueses que queiram ir para lá trabalhar, a pagar-lhe dez escudos de imposto. Vê-se que se sentem felizes por verem um preto a mandar, a cobrar impostos, a editar folhetos em suaíli, que lhe dão grande lucro, e lhe permitem passear de automóvel e viver como um branco.

Como os indígenas mais activos se têm mantido além fronteiras, e os mais conservadores e fieis à tradição tem permanecido no nosso território, não se verifica um alastrar tão rápido de ideias subversivas entre os nossos indígenas como no Tanganica. Por essa razão devíamos ter todo o cuidado em evitar o regresso dos elementos perigosos.

[58]

Porém, sucede que a nossa preocupação têm sido cobrar muitos impostos, mantendo, portanto, o maior número possível de indígenas. Mesmo quando emigram por vários anos, nós mantemos-lhes os mesmos direitos de residência. Os ingleses, por sua vez, consideram-nos portugueses, mas conservam-nos lá enquanto lhes convier e houver falta de mão de obra. Têm assim gente que trabalha e lhes paga imposto, mas que em caso de crise económica podem repatriar. Como o sisal atravessa uma grave crise com a concorrência brasileira, e grande parte das sisaleiras trabalham com pessoal maconde, não seria de espantar se víssemos de repente a nossa fronteira invadida por milhares de indígenas portugueses de regresso às suas aldeias, caso a crise se estendesse ao Tanganica. Se isto é possível e perigoso agora, talvez o seja ainda mais, quando o Tanganica obtiver a sua autonomia. Em tal caso vimo-nos a braços com uma massa de gente habituada a um nível de vida melhor, sem nenhuma consideração por nós, altamente trabalhada pela propaganda que lavra no Tanganica.

Julgo que haveria toda a vantagem em impedir que estes indígenas gozassem de regalias de cidadania, e se estudasse a maneira de os obrigar a optar por Moçambique, ou pelo Tanganica, dando-lhes um prazo relativamente curto.

Como por enquanto a maioria provavelmente prefere ficar no Tanganica, evitamos qualquer surpresa muito desagradável de futuro. É preciso não esquecer que esta fronteira é uma porta enorme, inteiramente escancarada e desguarnecida de europeus. Além disso, os poucos que lá vivem, em geral [59] descontentes e sempre ansiosos por se virem embora, vão contribuindo com a sua atitude em relação aos indígenas, para um afrouxamento de relações.

Ao contrário daquilo que em geral se pensa, e que eu, aliás, também pensava, os pretos, hoje, nesta região, temem-nos, muitos detestam-nos, e quando nos comparam com os outros brancos é sempre de uma maneira desfavorável para nós. Vou contar um episódio elucidativo passado connosco. Um dia, ao fazermos uma visita ao régulo Diankali, depois de termos conversado longamente, ele virou-se para o nosso intérprete e disse que nós não éramos portugueses. Afirmei-lhe que sim, que éramos portugueses. Porém ele insistia que éramos ingleses ou *german*, mas portugueses era impossível. Como ele

tinha conhecido indivíduos dessas nacionalidades no Tanganica, eu disse-lhe que bem podia ver que o meu tipo moreno era inteiramente português. Ao que ele retorquiu: “não me refiro a isso, refiro-me à maneira de ser. Um português não conversa connosco, só sabe berrar, fazer barulho”!!

Vários outros negros me disseram que lhes agrada mais a maneira de ser dos ingleses, do que a nossa. Dizem que os ingleses não são impulsivos e exaltados como nós. Ouvem as razões dos pretos, pesam as queixas de uns e outros e levam tempo a tomar uma decisão. Os portugueses não; zangam-se logo, berram muito e dão *porrada*.

Esta opinião acerca da maneira de ser dos ingleses e dos portugueses, tanto a ouvimos a pretos boçais como aos [60] mais evoluídos. Nestes, então, é evidente um certo recalçamento, pois os portugueses tratam-nos com a mesma indiferença, ou desprezo, apesar de alguns terem uma instrução superior a certos brancos.

A atitude de desprezo pelo negro reflecte-se até na maneira de falar português com eles. É um hábito corrente, entre os que vivem no mato, falar com os pretos uma algaraviada em vez de Português, porque se deve ter convencido, , com ou sem razão, que o preto entende assim melhor. É possível que este português simplificado seja mais fácil – às vezes, creio que se torna, mas é, incompreensível. O certo é que desta maneira impedimos o preto de aprender e falar a nossa língua. Porém tudo isto tem pouca importância, quando se trata de um negro boçal. Mas ouvir falar assim com um negro que frequentou o liceu e responde com toda a correcção gramatical, e o branco não repara que é ele que está a falar ridiculamente a sua língua, é triste. Contudo fomos testemunhas de tal facto.

O branco habituou-se a considerar-se, de tal maneira, um ser superior, que não dá por nada destas coisas, nem mostra a mínima cortesia ao falar com pretos instruídos ou assimilados, nem muito menos pensa em estender-lhes a mão. Desta maneira vai-se cavando um abismo absolutamente desnecessário entre pretos e brancos, que me parece contrário às superiores directrizes estabelecidas pelos responsáveis.

A atitude do branco em relação ao assimilado é também contrária à nossa política tradicional de *pátria comum e [61] língua comum*. Se um negro assimilado

é capaz de desempenhar determinadas funções, o patrão, em vez de lhe dar trabalho, prefere chamar um branco, pois diz que não está para pagar a um preto o mesmo que paga a um branco. Este espírito de solidariedade entre indivíduos da mesma etnia, é compreensível e louvável, quando se encontram num país estranho e se ajudam. Mas no caso das Províncias Ultramarinas isto só denota ignorância dos superiores interesses da Nação. Para o comum dos europeus mantêm-se a mentalidade colonialista, que considera o negro como mão de obra barata a explorar e não procura assimilá-lo. No momento em que o preto tem o direito ao mesmo salário do branco, já ninguém o quer, mesmo que seja um bom operário. Daqui sucede que pretos assimilados tem de ocultar por vezes a sua situação jurídica, para conseguirem arranjar trabalho como um indígena vulgar.

Desta maneira muitos pretos não tem interesse em ser assimilados. Além de não terem vantagens económicas, também não conseguem ser tratados com mais consideração. Isto para não falar em outros obstáculos levantados à assimilação. Alguns abriram-se comigo, lastimando a sua situação. Houve um que me disse que esta condição de inferioridade em que tinha de viver o impedia de desenvolver e de obter melhor rendimento profissional. Qualquer branco, por ignorante que fosse o tratava com superioridade e, às vezes, grosseiramente. Se numa conversa, ele tinha uma opinião diferente do branco, e apresentava as suas razões, o branco dizia logo – “lá vem preto chatear branco”! Isto leva à segregação de todos os elementos não brancos, e o branco, que nesta região é [62] pouco numeroso, acaba por se inferiorizar humanamente por falta de convivência. Enquanto que os pretos, mestiços e indianos, se encontram e conversam, o branco mantém a distância que ele julga necessária ao seu prestígio. Aquele que se considera como um indivíduo dado, que fala com os pretos, não repara que, em geral, é ele quem diz o que lhe apetece e os outros respondem a tudo que sim, com ar subserviente. Porém mal ele se afasta, é que se ouve aquilo que eles na realidade pensam, e aquilo que lhe teriam respondido se não tivessem medo.

De facto, o que o branco inspira é, sobretudo, medo. Não sei se será necessário despertar tal temor para governar uma população que no fundo é espantosamente dócil. Dizia-me um velho maconde que, se não fosse o medo em que viviam, podiam estar mais gordos. Mas vivem sempre atemorizados.

Visitei aldeias na região de Macomia, onde era difícil encontrar um indivíduo. Quando chegava só conseguia encontrar cegos e aleijados, porque os outros tinham fugido ao pressentirem um branco. E isto porque os brancos espalharam o terror na região pela necessidade de arranjar mão de obra, por ignorância e por crueldade. Sobre estes problemas colhi alguns dados que julgo desnecessário relatar. Este terror aos castigos corporais e aos trabalhos forçados é um motivo de fuga para o Tanganica. Falei com pretos que afirmaram que muitos não querem regressar porque tinham medo das palmatoadas.

[63]

Como etnólogo desconheço se estes métodos são indispensáveis , ou não, para dominar estas populações. Mas pelo que me disseram certas autoridades administrativas com grande experiência, consegue-se facilmente respeito e disciplina sem constantes castigos corporais.

Não ignoro que quem domina tem necessariamente de ser duro, mas há muitas maneiras de o ser – tudo depende dos objectivos do colonizador e das circunstâncias. E as circunstâncias não são neste momento muito favoráveis à prática de brutalidade. Às vezes verdadeiros crimes do sádico – que se irão fatalmente reflectir na opinião pública internacional. Convém chamar à atenção para o facto de que – além do Tanganica estar aqui a dois passos – esta região tem sido ultimamente visitada por cônsules: americano, francês e alemão. Este último chega mesmo a passar largas temporadas no norte. Não creio que o grande interesse que mostra pela etnografia a região justifique a sua actividade nestas paragens. De qualquer maneira estes altos funcionários devem relatar e fotografar muitos factos que não são etnografia pura. (A magnífica preparação que este último evidencia em matéria islâmica e a aprendizagem do suaíli que está a fazer, serão inteiramente desinteressados, ou poderemos ver uma certa relação com o tratado de assistência económica e cultural da Alemanha aos Países Árabes?).

Os brancos puderam permitir-se muitas arbitrariedades, porque os rodeava o prestígio de serem dotados de um poder superior. Hoje, em muitas regiões, mais primitivas, essa crença ainda se mantém, mas começa a ficar fortemente abalada.

[64]

Se a nossa população indígena continuar a ir para o Tanganica, como até aqui, e vierem alguns elementos de propaganda de lá para cá, o mito da nossa superioridade pode cair rapidamente. Tanto mais que alguns já sabem que a maior parte dos produtos da indústria, que é aquilo que eles mais admiram no branco – o jeep, o avião, a geleira, o rádio, a espingarda, etc. – não é feita por nós, mas como um me disse, pelos ingleses. (Será propaganda inglesa?)

Hoje, mais do que nunca, devíamos opor a esta perda de prestígio a nossa capacidade humana de confraternizar e assimilar pela simpatia. Foi esta a nossa força noutras épocas e convinha restabelecê-la. Saber ser um irmão mais velho, que embora exija, também é capaz de estimar, aconselhar e defender, pode restaurar o nosso prestígio abalado nesta região. Porém, se vamos substituindo o prestígio pelo medo, conseguimos aparentemente ordem e respeito, mas talvez estejamos a preparar a nossa própria ruína.

Convém não esquecer que a situação está a mudar muito, tanto do lado de lá, como de cá. Há vários acidentes de fronteira que são sintomáticos. Num dos casos um caçador português foi agredido por indígenas junto do Rovuma. Eles é que tinham razão, e foi ele quem provocou a situação, mas, há poucos anos, tal coisa não sucederia. Noutro ponto da fronteira do Rovuma, uns sipaios portugueses foram desarmados e maltratados pelos indígenas. Os sipaios também não tinham sido correctos e provocaram a reacção dos indígenas, [65] mas é mais um sintoma do mesmo mal. Não é só com armas e com pancada que se evitam tais situações, mas com uma atitude de firmeza e justiça.

O medo é um mau conselheiro, e as autoridades procuram reconquistar a posição e manter o prestígio do branco pelo terror.

Vários homens que fizeram uns 70 quilómetros a pé, para se virem queixar de um branco alcoólico, que enquanto eles trabalhavam se fechara em casa com a mulher de um deles – certamente não para lhe dar açúcar, como ele afirmou – a ponto de os homens lhe cercarem a casa e arrombarem a porta, foram castigados com 50 palmatoadas cada um. O branco deve ter sempre razão! Ele afirmou que os homens lhe queriam bater e teve de fugir de automóvel, para ir pedir auxílio ao Chefe do Posto. O que o branco diz é sempre verdade! Contudo, quem acredita que umas dezenas de homens fortes, que rebentaram a porta de uma casa, onde o branco se fechara com a mulher de um deles, se quisessem não o teriam impedido de se meter no automóvel e não lhe teriam

batido? Mas teve de se dar razão ao branco. E o alcoólico voltou triunfante para a sua casa e o respeito dos indígenas pelo branco, em vez de aumentar, transforma-se em temor e em ódio impotente.

Se pudéssemos dispor sempre de força, talvez este processo servisse indefinidamente, mas o pior é que a força deles começa a aumentar mercê das circunstâncias internacionais.

[66]

Quanto a mim tem havido imensa culpa da parte dos brancos que não se tem sabido fazer respeitar e procuram valorizar-se com atitudes de falsa superioridade, que são ridículas e perigosas. Nós que fizemos o Brasil, tomamos hoje atitudes racistas que chocam. Não só nos segregamos de pretos e mulatos, como dizemos que um branco se cafrealiza, quando vive com mulher de cor e tem filhos dela. No distrito há vários casos e nota-se a barreira que o branco procura estabelecer, segregando-os um pouco do convívio, ou tomando atitudes discriminatórias em relação à mulher e aos filhos.

Julgo que a mulher branca é a principal responsável por esta atitude, talvez por receio de concorrência sexual da mulher de cor. Por conversas que ouvi, notei que era ela quem instigava a uma tal atitude.

Tudo isto mostra como se torna indispensável preparar os brancos de ambos os sexos, dando-lhe normas orientadoras de uma conduta que fosse benéfica à nossa política de assimilação. Infelizmente a mentalidade do actual colono nestas terras do norte, causa autêntica apreensão. Parece que a única preocupação é ganhar dinheiro; muito dinheiro e o mais depressa possível, para se vir embora, rico. Este ideal cria uma mentalidade nada propícia a formar destas terras uma província portuguesa. Já atrás, ao referirmo-nos aos indianos, abordei um pouco este assunto, razão porque não preciso de o desenvolver aqui novamente.

[67]

Enquanto que a gente vê vários alemães e suíços nas empresas sisaleiras, ou de sumaúma, que vivem no mato há dezenas de anos, e muitas vezes em posições subalternas, sem poderem aspirar a mais do que uma vida decente e nunca à riqueza, verifica-se que são poucos os portugueses que se querem fixar, ou

construir uma vida decente, mas modesta. Quase todos vivem obcecados pela ideia de riqueza e de rápido regresso à Metrópole.

Quais serão os factores que contribuem para que o português sinta esta insatisfação, esta instabilidade, este horror à solidão e uma tal ânsia de riqueza rápida! São certamente vários factores. Um deles é próprio da época: as duas guerras trouxeram uma subversão dos conceitos de vida e de economia, com a consequente ânsia de riqueza. Porém, pode aspirar-se à riqueza, trabalhar para a obter e alcançar, sem que isso constitua uma obsessão, quase que uma psicose. O desejo de regressar à terra, onde se nasceu e onde se foi criado também é sempre um elemento importante no caso do imigrante português. Contudo, foi esse mesmo português que povoou a Madeira, os Açores, o Brasil e vários outras terras do mundo. Nem todos regressaram, e os que ficaram souberam construir uma nova pátria que é o prolongamento da primeira. Eu creio que uma das causas fundamentais da exagerada inquietação que hoje se observa nos colonos do norte da Província, e especialmente nos funcionários, se deve encontrar no comportamento das suas esposas. Em geral as [68] mulheres têm muito mais dificuldade em se adaptarem a uma vida de isolamento, falta de convívio e privação de um certo número de coisas a que estavam habituadas. O homem tem o seu trabalho, está a construir qualquer coisa que lhe pode bastar, pelo sentimento de contribuir para qualquer coisa de útil e de grande. As horas do dia passam depressa no desempenho de obrigações, e as horas que restam também é possível passá-las bem, cada um, segundo o seu temperamento, interesses e capacidades. Mas as senhoras esbarram com um pessoal preto, que não são capazes de procurar compreender e que em geral julgam mal. Enquanto na Metrópole se entretinham nos afazeres domésticos e, quando tinham uma criada, esta servia, em parte, para passar o tempo em conversas do seu agrado, vêm-se agora perante uma situação nova. Como branca não deve trabalhar mas mandar. Mandar é difícil, quando se manda gente de outra cultura que sabe mal a nossa língua, e tem enorme dificuldade em compreender o que dela se pretende. Daqui resulta inactividade, isolamento dentro da própria casa, e irritação por não ver o pessoal preto corresponder àquilo que dele se pede – sem se saber pedir.

Por uma vez os abastecimentos são difíceis, complicados, não há carne de vaca, longe do litoral não há peixe, e as restantes coisas nem sempre se obtêm. Tudo

isto cria dificuldades compreensíveis de que resulta má vontade. Se tivessem preparação adequada poderiam tirar partido de produtos da região, modificar a alimentação de acordo com estes e não ficariam tão presas a um padrão de alimentação nacional, – muitas vezes mais provinciano do que nacional – e [69] que julgam ser o único possível. Sucede que as famílias há anos a viver nestas condições, se recusam a comer carne de caça grossa, porque julgam depreciativamente alimentos que a sua formação provinciana desconhecia. Assisti a uma coisa verdadeiramente ridícula neste ponto.

A solidão torna mais pesada a vida destas senhoras, que têm de passar sem convívio, ou então dar-se sempre com as mesmas pessoas, as poucas que habitam na sua área, e que com o tempo acabam por detestar. A falta de cultura intelectual agrava ainda mais as horas livres., que se não podem encher com a leitura, a meditação, já para não dizer escrevendo, desenhando, ou fazendo música, como sucede em outras regiões. Mas pelo menos não haveria a sensação de vazio, ou de tédio, quando á sua volta há um mundo imensamente rico e cheio de problemática, que nunca pensaram em explorar e que, em geral até ignoram.

Porém, esta solidão torna-se no tempo das chuvas autêntico isolamento. Em certas regiões as estradas, que no tempo seco são más, deixam de dar passagem no tempo das chuvas. As famílias ficam semanas ou meses completamente isoladas, sem poderem recorrer a um médico ou sem poderem visitar um amigo. Aliás, os médicos são tão poucos e vivem a tais distâncias, que mesmo no período seco, só em casos especiais se podem consultar. Em todo o distrito de Cabo Delgado, só há 3 médicos, que muitas vezes enfermam do mesmo mal de que aqui falamos, e estão longe de considerar a sua profissão um sacerdócio. Quando uma criança adoece no tempo seco, se o enfermeiro indígena não atina com a cura, [70] os pais podem ser obrigados a percorrer centenas de quilómetros, com a criança nos braços aos solavancos, até chegar, onde vive um médico. Se for no tempo das chuvas, então é, muitas vezes, necessário aguardar resignadamente que a Providência resolva pelo melhor.

A assistência fica assim a cargo de enfermeiros, na sua maior parte indígenas, que muitas vezes se têm de desempenhar de tarefas muito árduas e superiores à

sua formação profissional. Mas entre os curandeiros indígenas e o enfermeiro não há que hesitar.

Outra dificuldade é a instrução das crianças em período escolar. Muitos pais são obrigados a enviar os filhos para outros lugares, muitas vezes distantes, ou até para a Metrópole. As escolas são raras nesta região. O problema é mais fácil para os pretos, pois podem frequentar as escolas das missões, ou então as escolas muçulmanas se são islamizados, mas o seu nível é excessivamente baixo.

Compreende-se que nestas circunstâncias as senhoras se sintam mal, e despertem nos homens um sentimento de inquietude e uma ânsia enorme de sair para as regiões mais favoráveis. Elas não foram nunca preparadas para enfrentar situações daquelas. Ouviram dizer na Metrópole que as cidades africanas são cidades modernas. Ouviram falar nos ordenados que seus futuros maridos ganham em África, e essas somas tomam vulto impressionante, quando se comparam aos ordenados que se ganham na Beira ou em Trás-os-Montes. Por isso, casar com um africanista é casar com um americano. Mas quando se vêem no mato, longe de tudo aquilo que tinham [71] sonhado, e perante uma dura realidade, ficam convencidas de que são vítimas de injustiças e más vontades e convencem disto os seus maridos. O funcionário administrativo considera como castigo vir ocupar um posto no norte, e o resultado é que vivem lá como se estivessem sobre brasas. Julgam-se vítimas de injustiças ou de intrigas; mexem todos os empenhos possíveis para serem transferidos, e contribuem com a sua irritação para criar uma atmosfera de inquietude pouco propícia a uma política de fixação. Por sua vez, como querem ficar pouco tempo, não se dedicam a uma tarefa construtiva, e os indígenas ressentem-se disso. Preferem fazer coisas de aparato e fachada para agradar aos superiores, mas não se interessam a sério pelos problemas fundamentais. Às vezes nem árvores de fruto plantam, na esperança de se irem embora em breve, e o resultado é não haver fruta nos postos.

À primeira conversa que se tem com um administrativo no norte, vêm logo as suas lamentações e queixas, sendo as esposas, com frequência, o elemento mais revoltado. Devo dizer, em bem da verdade, que encontrei excepções felizes, que, aliás, serve para confirmar a regra.

Em contraste com esta irritação e ânsia de transferência conhecemos um chefe de posto que está há muitos anos no mesmo posto e não quer que o tirem de lá, porque vive com uma mulher de cor de quem tem filhos perfilhados...

Como o norte não pode estar sem funcionários, os que lá estão têm sentimentos de frustração e estão permanentemente revoltados porque fulano e sicrano se souberam governar [72] e estão como querem, porque outros nunca apanham maus lugares, porque têm protecção, etc.. Alguns dizem que vão deixar a administração, que aquilo não é vida, que em qualquer parte ganham mais do que ali. O hábito de mandar e não encontrar oposição origina em alguns uma certa megalomania, que a transferência para o norte exacerba e leva a pontos de dizerem coisas pouco próprias das responsabilidades do cargo. Alguns chegaram a censurar o administrador que teve a coragem de desmascarar um Chefe de Posto de Montepuez, que, levado pela ambição de fazer fortuna rapidamente, se apoderou de dinheiro que pertencia a indígenas.

Esta mentalidade doentia que leva á crítica de tudo e de todos, sem o mínimo respeito pela hierarquia, e pondo em dúvida a honestidade de toda a gente, pode vir a ter consequência muito graves.

Por sua vez, a excessiva protecção que se dá ao branco, estabelecendo uma aliança tácita que tira aos indígenas a confiança na justiça dos homens, vai cavando um abismo entre brancos e pretos. Os indígenas vêem nestes brancos indivíduos prepotentes e injustos, que estão nesta terra pelos cabelos, com o único fim de os explorar e não para colaborarem com eles numa obra construtiva. O indígena está convencido que não lhes trouxemos nada de útil. Sobretudo a gente mais nova é inteiramente desta opinião. Encontrei indígenas que ficaram admirados por lhes dizer que o branco também pagava imposto e muito mais elevado que o deles; que tínhamos de tirar a carta de condução, tínhamos de ter licença de uso de porte de arma, e de caça, [73] etc., etc.. Eles julgam que isto são tudo coisas inventadas pelo branco para sugar o sangue do preto, ou para o impedir de fazer as mesmas coisas que o branco faz. Por sua vez, como não vêem no norte grandes manifestações da nossa actividade, e tudo o que conhecem é do Tanganica, alguns estão intimamente convencidos de que não valemos muito.

Tudo isto parece bastante desanimador, pois não quis omitir nada daquilo que também constitui uma preocupação pessoal. Não será ocultando a realidade aos responsáveis que os problemas se resolvem. Além disso, creio que todos estes problemas têm solução, se não inteiramente satisfatória, pelo menos, solução de momento, capaz de ajudar a uma solução futura mais perfeita.

Em relação aos indígenas no norte julgo que seria necessário encetar uma campanha de propaganda, mostrando aquilo que na realidade fizemos e fazemos, e qual foi a nossa contribuição para o seu bem estar. Devíamos fazer filmes simples, que fossem passados pelas diferentes regiões, mostrando a vida portuguesa e mostrando o Brasil. Era preciso que vissem o que se está a fazer no plano de industrialização e o que são as nossas cidades e o lugar que o preto e o mestiço podem ocupar dentro da nossa vida social. Explicar-lhes que antes da nossa ocupação os africanos desconheciam a mandioca, o milho, os tomates, e muitos outros produtos que apreciam, o que se tem feito no campo da medicina, no combate contra doenças de que eles são as [74] vítimas principais. Explicar que o imposto é para o pagamento desses benefícios e que contribui para o seu progresso e para lhes melhorar a vida no futuro.

Devia-se também fazer uma campanha mostrando que o preto pode pela assimilação tornar-se um civilizado, e que embora venha a demorar muito tempo e muitos esforços, eles virão todos a ser um dia portugueses. Mas para isso era necessário que começássemos a tratar os assimilados com outra consideração. Eles no fundo contentam-se com pouco; estender-lhes a mão e falar-lhes com respeito e simpatia. Mas o que na actualidade se vê é deplorável! Ainda pouco antes de partir, numa pensão de Mocímboa da Praia um caixeiro viajante reclamava grosseiramente por terem como comensal um indivíduo mestiço. Noutro lugar, um preto decentemente vestido, entrou numa cervejaria e pediu uma cerveja, em vez de lhe darem um copo puseram-lhe a garrafa em cima do balcão. Ele pagou e saiu sem beber. Mesmo o Dr. Caseiro, da Doença do Sono, apesar de médico, sobre as suas humilhações de vez em quando. Tudo isto parece-me estar em contradição com a política seguida pela Nação e julgo que seria urgente tentar uma campanha de esclarecimento e de reeducação da nossa gente, antes que venham a deitar tudo por terra.

Por sua vez parece-me que seria necessário criar escolas nas regiões maometanas, onde os indígenas pudessem aprender o português. Todos os

anos são gerações que se perdem para a nossa causa e que vão ser influenciados pela formação maometana. Nestas regiões não será possível, [75] no momento presente, os indígenas frequentarem escolas católicas. Porém o preto tem enorme vontade de aprender e de se valorizar. Seria até possível que depois de ter recebido uma educação portuguesa ele acabasse por vir voluntariamente para a religião católica, sobretudo se vir que isso o eleva socialmente. Mas de momento o que era importante era que eles recebessem influência da cultura portuguesa. Com certeza que a Igreja será a primeira a compreender e a aceitar uma solução destas, a título provisório.

Uma educação portuguesa devia ser rudimentar mas cuidadosa, devendo o livro adoptado ser preparado com muita preocupação. Pude observar que os macondes que foram soldados e estiveram na Índia e Macau se tornaram bons patriotas, e que os princípios recebidos nos quartéis deixaram neles uma marca profunda. Isto prova que uma escola bem orientada pode operar maravilhas.

Se a preparação dos pretos nos deve dar cuidados, mais melindrosa e difícil me parece a preparação dos brancos. Parece que chegou o momento de não deixar ir para África qualquer branco. Mais do que nunca precisamos de fixar lá o maior número possível de portugueses, mas é preciso que eles recebam uma boa iniciação, quando não poderem receber uma boa preparação. Se queremos fazer de África a continuação da nossa Pátria, temos de fazer um esforço enorme de adaptação às circunstâncias. É preciso que a Metrópole prepare cada vez mais técnicos e trabalhadores especializados, que saibam que vão colaborar numa obra nacional e ao mesmo tempo universal. Precisamos de dar aos nossos homens o sentido da grandeza da sua missão, [76] que deve ser como que uma mensagem. Cada um vai procurar viver melhor, ganhar mais dinheiro, ter um nível de vida mais conforme com as suas ambições, mas dentro dos limites do normal e dos princípios da honra. Se não houver um pouco de ideal descamba tudo em ganância e pouca vergonha. A nossa gente é capaz de tudo, mas precisa de ser educada. A grande maioria ainda sai das nossas aldeias com os olhos fechados e de letras demasiado grossas. Lá abrem os olhos, mas, infelizmente, tanto os podem abrir para o bem como para o mal. Um país como o nosso, complexo, e com tais responsabilidades, não pode deixar de compreender que é necessário criar na gente nova uma orientação e princípios

de ideal, que a possam ajudar a desenvolver todas essas províncias espalhadas pelo Mundo. Até hoje fomos improvisando, mas sem gente preparada não é possível darmos boa conta da tarefa difícil que nos cabe realizar. As leis às vezes, são excelentes: aqueles que governam estudam os casos e orientam-nos de maneira superior, mas na sua aplicação falham, muitas vezes, porque a massa não está à altura das circunstâncias.

Mas enquanto não é possível preparar uma nova geração, talvez se pudesse ir remediando alguns males. No que diz respeito aos administradores podia-se talvez encontrar maneira de recompensar de forma especial, aqueles que fossem destacados para os postos do norte. Se outrora se considerava castigo ir para lá, hoje devia considerar-se uma distinção e uma honra, dadas as dificuldades e os problemas que eles têm de enfrentar serem muito grandes. Por isso deviam-se escolher funcionários que tivessem dado boas provas.

[77]

Deveriam ter um aumento substancial de salários, sob a forma de prémios ou coisa parecida. Automaticamente ao fim de tantos anos, a não ser que tivessem vontade de permanecer mais tempo, regressavam a um posto do sul. Entre o funcionalismo há indiscutivelmente muitas virtudes e homens com grande personalidade, mas o descontentamento, e rivalidades que surgem hoje em dia entre eles, sobretudo no norte, põem em perigo os aspectos positivos para fazer ressaltar os lados negativos.

Uma das rivalidades que saltam logo aos olhos de qualquer observador é a que se estabelece entre diplomados pelo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e os não diplomados. Esta rivalidade contribui para quebrar a união que deveria haver no quadro administrativo.

Um administrador não diplomado não esconde a sua má vontade em relação ao Chefe de Posto diplomado, e sempre que pode gosta de pôr em relevo os seus deslizes. Por sua vez os diplomados sentem-se frustrados porque tiraram um curso superior e não lhes dão a mesma categoria que têm os licenciados pelas Faculdades. Estes inconvenientes também terão remédio.

Além das medidas acima apontadas, seria necessário criar escolas, onde os filhos dos funcionários pudessem estudar juntamente com outras crianças de qualquer credo, ou cor, que vivessem na área e quisessem beneficiar disto.

Deveria existir uma verba para melhorar estradas e pontes facilitando a passagem no tempo das chuvas.

[78]

Seria também necessário prover todas as vagas de médico e se fosse possível deviam estes ser recrutados entre pessoas com um certo ideal. A selecção de gente ávida de dinheiro e que não se interessa nada pelo seu semelhante é muito prejudicial. Era necessário fazer um grande esforço no sentido de aproveitar as verdadeiras vocações e afastar os meramente interesseiros.

Entre as medidas que me parecem úteis no sentido de ajudar a criar ambiente mais agradável aos funcionários, seria a criação de bibliotecas móveis nas diferentes Províncias que servissem de recreio e instrumento de aperfeiçoamento intelectual. Eu vi, como em certos lugares as famílias emprestavam livros umas, às outras, mas infelizmente, quase só livros policiais. Umhas bibliotecas que funcionassem mediante requisições e enviassem todos os anos catálogos com a existência e novas aquisições traria grandes vantagens.

Também seria de grande importância a criação num ponto, ou noutro, de um centro de civilização, onde houvesse um bom restaurante, cinema (embora de campanha) e onde viesse gente de fora, que desse uma nota de vida e colorido àquelas grandes solidões. Parece-me que isso se conseguiria se se fizessem grandes reservas de caça que fossem exploradas por uma empresa hoteleira, que recebesse hóspedes estrangeiros para caçadas. Para isso era necessário começar já a impedir o desbaste que se está a fazer de toda a caça, só para vender a peso, como carne fumada. No Quénia têm hotéis de luxo, onde vêm milionários [79] de todas as partes do Mundo para gozarem umas sensações fortes, a troco de muito dinheiro, com a certeza de terem comodidades e poderem matar um elefante sem grandes riscos. Estes centros de turismo trariam muito dinheiro á Província, e davam àqueles que lá vivem a sensação de que a civilização também lá tinha chegado, podendo permitir-se o luxo de fazer uns centos de quilómetros de automóvel e comer uma refeição requintada, num ambiente verdadeiramente civilizado. Isto também serviria para resolver a situação de alguns caçadores que daqui a meia dúzia de anos, por este correr, não terão mais uma peça de caça a que atirar. Ao serviço de uma empresa destas eles seriam os guias e guarda-costas dos caçadores milionários. Meia

dúzia de hotéis destes, colocados em lugares altos, onde não houvesse o perigo da mosca do sono, nem da malária, e com belos horizontes, poderiam ser pontos de partida para a criação de pequenas povoações de civilizados.

Antes de terminar este já longo relatório gostava de dizer umas palavras acerca da difusão da religião cristã, nomeadamente a católica, a norte da Província. É indispensável considerar à parte as regiões islamizadas e as regiões pagãs.

Nas regiões islamizadas os missionários cristãos encontram dificuldades praticamente insuperáveis – pelo menos de momento – para obterem conversões. As razões já atrás as apontamos.

[80]

Nas regiões pagãs o cristianismo vai entrando mais ou menos rapidamente, conforme as populações e os métodos usados pelos missionários. É certo que, juntamente com o cristianismo, sobretudo com o protestantismo, vão entrando certas seitas perigosas, como a Watch Tower, que já se difundiu entre os nianjas nas margens do Lago Niassa e na Angónia.

No planalto dos macondes, as missões católicas dos padres holandeses Monfortinos têm obtido resultados quase espectaculares. Todos os anos fazem baptismos em massa, não só de crianças, mas de adultos, e mesmo de velhos, sobretudo do sexo feminino.

Não se pode deixar de reconhecer que a longa experiência dos padres holandeses, que já se encontram na região há umas dezenas de anos, lhes permitiu adoptar um método que é indiscutivelmente excelente.

Verificando que o maconde é imensamente apegado às suas tradições e que estes revestem um certo número de cerimónias que se repetem em certas épocas do ano, relacionadas com ritos de passagem, os padres holandeses, em vez de os combater, antes pelo contrário, têm-se eles aproveitado deles para os seus fins. Os próprios padres organizam batuques e festas de iniciação, onde aos poucos vão substituindo o conteúdo pagão, e pelo conteúdo católico, sem se importarem com o aspecto formal, exterior. Desta maneira os macondes, como outrora os pagãos europeus, vão aceitando uma religião que a seus olhos pouco ou nada difere dos seus usos e costumes clânicos. Quando chega a [81] puberdade celebram-se as mesmas festas, com as mesmas danças de mascarados, fazem a circuncisão, tudo, enfim, que os pagãos costumam fazer. Se casam observam os mesmos princípios exogâmicos, como os pagãos, não

podendo escolher mulher dentro da sua linhagem. Passado um ano após a morte de alguém, celebram também a festa dos mortos, com uma grande refeição ritual, em que participam cristãos e pagãos. Com a diferença que os cristãos cantam cânticos ensinados pelos missionários, rezam umas orações e colocam uma cruz sobre a sepultura em vez de plantarem uma árvore como fazem os pagãos.

As danças do *mapico*, com máscaras, tão características dos macondes, continuam a ser respeitadas. As próprias missões organizam os seus mapicos, com grande afluência de cristãos e pagãos, sempre que realizam qualquer festividade cristã que corresponda às cerimónias da puberdade.

Quando fazem um baptismo colectivo, os novos cristãos, com as cabeças rapadas à navalha, fazem uma visita às pessoas mais gradas, nomeadamente às autoridades administrativas. Esta visita é feita numa grande galopada, e em frente de cada casa cantam Aleluia, Aleluia, mas conservando o ritmo das suas músicas tradicionais. Quando terminam, continuam em grande tropel até à próxima casa. Desta maneira os macondes não sentem grande conflito entre o seu mundo tradicional e a nova confissão levada pelos missionários. Eles conhecem da mesma maneira que os católicos, um Deus único criador todo poderosos, o *Nungo*, assim como um princípio do mal, o [82] *Nandengo*, que corresponde em parte ao nosso demónio. Aparentemente não há nada que se oponha aos seus princípios. Gostam de beber bebidas cafreais e a Igreja não as proíbe, enquanto que o islamismo as condena. Gostam de esculpir bonecos de madeira e a Igreja não só permite, como lhes faz encomendas e fornece modelos de motivos religiosos, para eles copiarem em pau preto ou marfim, segundo o gosto do povo católico das cidades. A religião islâmica, pelo contrário, proíbe a representação de figuras humanas. Gostam imenso de comer carne de porco, coisa que o islamismo combate e a Igreja consente. Além disso, as missões têm escolas, e o preto têm uma ânsia enorme de saber. A maior parte destas escolas são infelizmente, dirigidas por professores catequistas, que não sabem falar o português, às vezes nem uma palavra! Outras há, em menor número, com professores já educados pelas missões e que conhecem a nossa língua bem. Mas como os ordenados dos professores oscilam entre 90\$00 e 150\$00 mensais, não se lhes pode exigir muito. Contudo, nas 69 escolas espalhadas pelo planalto,

algumas há em que já se pode aprender o português. A escola é o grande chamariz e atrás dela vem a catequização.

Os padres, conhecedores da língua maconde e da mentalidade dos indígenas, sabem atraí-los para a religião com uma habilidade rara.

Como para o indígena existe uma relação íntima entre a actividade religiosa, a vida social e as suas realizações práticas, os missionários convencem-nos de que os grandes [83] progressos da técnica estão também relacionados com o catolicismo, e que um pagão não poderá nunca vir a ser senhor dos segredos da técnica. Como o indígena tem uma admiração incondicional pelas grandes realizações dos brancos no campo da técnica, aceitam assim mais facilmente um religião que por assim dizer é a chave de entrada nesses segredos tão cobiçados. Tudo isto tem, como digo, ajudado a fazer inúmeras conversões e, se estes métodos não são os únicos, creio que não haverá outros mais seguros para obter tantas conversões entre uma população firmemente apegada às suas tradições e à sua concepção de vida. Se para um católico europeu, estes católicos não se parecem muito connosco, o certo é que com o andar das gerações, e pela força do hábito, acabarão por se tornar católicos como nós. Há só um único ponto que dá lugar a sérios conflitos, por vezes de difícil solução, é o casamento. O maconde é polígamo e não aceita facilmente a ideia de só poder ter uma mulher. A mulher maconde, é por sua vez, pouco fiel e gosta de fugir de um homem para outro. Ora sucede que um rapaz que se converteu ao catolicismo, chega à idade de casar e arranja mulher – em geral a primeira é-lhe dada pela família e costuma ser uma filha do tio materno. Passados anos gosta de outra mulher e quer casar novamente. Neste momento a Missão intervém directamente, ou por intermédio da Administração, e, exerce pressão no sentido de os obrigar a renunciar. Outras vezes é um pagão que se enamora de uma cristã e vice-versa, e a Igreja tem de os impedir de casar á força, a não ser que o pagão não tenha [84] ainda mulher e se queira converter ao catolicismo. Mas como neste ponto, nem sempre é fácil demover os corações, as missões encontram sérios obstáculos que só com o tempo e muita paciência se conseguem remover.

Apesar desta resistência o método é eficaz e, com o tempo, os macondes acabam por se habituar a ter uma só mulher. Pode dizer-se que em toda a área do norte

são estes macondes, os únicos indígenas convertidos aos catolicismo e, segundo ouvi dizer, as missões dos padres holandeses que se encontram no Tanganica, têm como únicos clientes os macondes portugueses católicos que para lá emigram, pois os Macondes de além Rovuma parece já estarem todos islamizados.

Apesar dos resultados altamente positivos de acção catequizadora dos padres holandeses, talvez fosse necessário começar a fixar aqui missionários portugueses. Seria talvez importante se ao mesmo tempo que se catequiza se fosse também nacionalizando, e essa nacionalização não será fácil fazê-la com padres estrangeiros, embora eles tenham o cuidado de aprender a nossa língua. Não basta a língua, é necessário também a mentalidade e acima de tudo o propósito. Esta enorme fronteira aberta é um perigo tremendo, e não será só com soldados que ela se defende, melhor seria criando deste lado do Rovuma uma consciência nacional. Assim como os padres holandeses conseguiram com tanta habilidade converter milhares de pagãos em cristãos, nós também poderíamos, com a mesma boa vontade e igual habilidade transformar estas dezenas de milhares de pretos em bons cristãos e bons portugueses. A prova [85] de que isto é possível pode-se tomar do exemplo, que atrás dei, dos soldados macondes regressados da Índia e Macau, que se consideram autênticos portugueses. Fixar muitos portugueses da Metrópole, mas previamente seleccionados e preparados, e educar os macondes com habilidade e boa vontade, seria conquistar uma posição definitiva que hoje parece tão ameaçada. Basta dizer que muitos dos responsáveis residentes nesta área, são de opinião que não nos aguentaremos no norte mais de vinte anos. Eu estou absolutamente convencido do contrário. Basta nós queremos, como tantas vezes temos sabido querer, para que o milagre se realize.

Poderá parecer bastante pessimista a minha atitude ao relatar tantos factos negativos e ao fazer tantas considerações pouco tranquilizadoras. Contudo, se me atrevo a isso, é precisamente porque me anima um grande ideal e enorme crença na nossa capacidade colonizadora. Quem, como eu, tem dedicado os melhores anos da vida ao estudo do povo português, se critica alguns aspectos da sua actuação no norte de Moçambique, não é porque descreia das suas virtudes, nem das suas possibilidades, mas porque acredita que é possível remediar muitos desses males. Também é possível que a minha crítica, se bem

que animada de boas intenções, tenha em certos casos sido injusta – pois estou longe de me julgar infalível.

Preciso também de acentuar muito claramente que não está nas minhas intenções acusar alguém pessoalmente. O meu propósito é mostrar a situação, ou melhor, as [86] situações, que são fruto de circunstâncias de vária ordem, pois são essas circunstâncias que em grande parte determinam a conduta dos indivíduos. Para um observador estranho, como eu, é fácil julgar, mas não sei qual seria, à vezes, a minha conduta, se tivesse de durante anos desempenhar algumas das funções que alguns homens por lá desempenham corajosamente. É, pois, animado por uma grande fé nas nossas possibilidades que ousar falar de maneira tão dura. Quem governa, e me confiou a missão de ir estudar problemas etno-sociológicos às Províncias Ultramarinas, consideraria certamente desonesto, se seu guardasse para mim o que me parecesse menos animador e grato ao nosso orgulho de portugueses, pois para governar é preciso estar informado.

Hoje em dia, os acontecimentos internacionais, tornam a nossa posição neste lugar da Terra muito mais difícil. Só um grande espírito de sacrifício da parte dos colonizadores, e certas medidas tomadas por quem de direito poderão fazer face à crise. A minha formação profissional só me permite dar algumas informações, se foram essas que aqui relatei, despidas de qualquer enfeite, mas ditadas por um grande amor da Terra e do povo a que pertenço.

Jorge Dias

*Apêndice***Sessão de cinema no “Cinema Imperial”
da Ilha de Moçambique, em 6/8/1957**

Da autoria do
Dr. Manuel Viegas Guerreiro

O cinema é de Indianos e passam nele só filmes indianos. Frequentam-no: Indianos, Paquistânicos, negros e, raramente, Europeus.

Antes do espectáculo, ao chegarmos, ressoava num alto-falante música da Índia; um empregado indiano, ao ver-nos, pôs a girar discos portugueses. Nas paredes do grande barracão que é o cinema, cartazes de reclame, onde se não lê uma legenda em português. A sala está vazia: na plateia um punhado de negros, alguns Indianos ou Paquistânicos; no balcão uma dúzia dos últimos.

O filme corre: Uma jovem escritora inglesa acompanhada do noivo vem à Índia em busca de assunto para um romance. No aeroporto de Bombaim um guia anuncia-lhe todas as maravilhas da Índia: as cidades modernas e antigas, os assombrosos espectáculos da natureza, a sumptuosidade dos templos, o surpreendente pitoresco de costumes e tradições. E passam diante dos nossos olhos Bombaim, Nova [88] Delhi, monumentos, trajes, canções e danças. Miss Davies encontra, ocasionalmente, um caçador indiano de estirpe nobre, e ficam apaixonados um pelo outro. É o pretexto para uma digressão pela selva e para uma caçada ao tigre real. O caçador multiplica-se em actos de heroísmo; o inglês enamorado ficou em qualquer parte esquecido. Chega a hora de regresso de Miss Davies. O caçador, casado, vai deixar o lar e partir com a inglesa. Sua esposa, símbolo da devoção amorosa e de resignação, protótipo de fidelíssima mulher hindu, sofre em silêncio a mágoa do abandono, confiada em que o poder da afeição que se gerou entre si e o seu marido há-de trazê-lo de novo ao seio da família. A sublime atitude de Xanti perturba profundamente o caçador. Momentos antes da partida entra num templo e pede a Deus que o ajude a vencer-se, que decida por ele. E o milagre realiza-se. Ali fica pregado ao chão, possuído de Deus e do seu transcendente poder, enquanto que o avião parte.

O filme é como se vê, de propaganda, do princípio ao fim. Um ténue e medíocre fio romanesco, não é mais do que o suporte da apresentação das belezas da Índia e da exaltação da sua civilização milenária. O herói é indiano – o incaracterístico inglês é sombra que, a certa altura, desaparece. Miss Davies nada fez para repudiar o adultério; o caçador encontra nas virtudes da sua esposa e na religião, as forças para lhe resistir. Enfim, a pretensa superioridade ética familiar hindu sobre [89] a britânica, se não ocidental.

A fita colorida e de qualidade inferior, era falada em gujarate; no cimo da projecção corriam legendas em português, em tipo máquina de escrever, que mal se liam, e parecendo ali postas só para satisfazer exigências legais. E, estava terminado o programa. Um só filme: a voz, da Índia, as imagens, as da Índia. Nem ao menos um documentário português que falasse de Portugal.

[90]

Boers de Angola

Relatório de
Manuel Viegas Guerreiro
1º Assistente da Missão de Estudos
das Minorias Étnicas do Ultramar Português

Lisboa, Fevereiro de 1958

[91]

Índice

I – Boers ou afrikaners	Pág. 94
II – Boers de Angola no passado e no presente:	
A) – No passado	Pág. 97
B) – No presente:	
Relatório numérico. Áreas. Origem dos Chefes de Família	Pág. 102
Condição política	Pág. 103
Situação económica:	
Habitação e suas dependências	Pág. 104
Mobiliário e utensílios domésticos. Vestuário	Pág. 105
Modos de vida	Pág. 107
Criação de gado	Pág. 107
Agricultura	Pág. 108
Ofícios	Pág. 110
Transportes	Pág. 111
Nomadismo boer	Pág. 112
O baixo nível de vida dos boers	Pág. 112
Vida Social:	
Dos boers entre si	Pág. 114
Boers e portugueses	Pág. 115
Boers e negros	Pág. 120
Situação religiosa	Pág. 122

[92]

Romagens de saudade a Angola:

1 – À passagem do Chitato, em 1954 Pág. 124

2– À Humpata e Palanca em Julho de 1957 Pág. 124

Prepara-se um novo êxodo para a África do Sul Pág. 125

[93] [em branco]

[94]

Boers de Angola

I – Boers ou Afrikaners

Em 1652 a Companhia Holandesa das Índias Orientais encarregava Yan van Riebeeck de fundar na Baía da Mesa, no extremo sul da África, uma base para reabastecer de água e víveres os navios que mandava às Índias Orientais. Seria um ponto de apoio de escala obrigatória a meio do caminho entre a Europa e das Índias preferível ao de Santa Helena, antes utilizado. Pouco tempo depois de instalados em redor da Baía iniciaram os colonos holandeses um movimento migratório para leste e norte, ampliando, assim, com novos estabelecimentos rurais a reduzida exploração agrícola dos primeiros anos. Em 1688 uma outra leva de emigrantes se lhes vem juntar: cerca de três centenas de huguenotes franceses expulsos da sua pátria pela revogação do édito de Nantes. Agricultores de origem os huguenotes introduziram na África do Sul o cultivo da vinha. Nos começos do século XVIII nova e grande deslocação se inicia para o interior e para o litoral oeste e leste, agora de fazendeiros mais aplicados à criação do gado do que aos trabalhos de exploração da terra. Esgotadas as pastagens em uma zona logo se passavam a outra, deste modo cada vez mais afastados do domínio da Companhia, de cuja sujeição acabaram por libertar-se. Eram os *trekboere* ou fazendeiros migradores (*boer*-camponês, agricultor, fazendeiro; *trek* – migração). Não se fez a penetração em solo africano sem a viva oposição dos bochimanes; com os [95] hotentotes, pacíficos, cedo se estabeleceram boas relações de comércio e de trabalho. Nos fins do século XVIII tinham estes grupos populacionais semi-nómadas atingido o Grande Rio do

Peixe, a 800 quilómetros a leste da Baía da Mesa e aqui se tinham detido sob a pressão dos negros bantos que lhes disputavam os espaços na sua progressão para sul. Independentes e isolados na imensidade do solo africano, criaram eles próprios suas instituições políticas e sociais, modos de vida adequados às condições naturais, costumes correspondentes, em suma, uma língua e até um folclore original. A orientar-lhes todos os passos, guia e mestra da vida, lá estava a sua Bíblia, porventura o único livro que consigo levavam nas suas repetidas migrações: código rígido e austero, quando literalmente interpretado, que tal era e é o caso destes seus obstinados discípulos e fiéis crentes.

Em 1795 os Países-Baixos ficaram sobre o domínio da França. O príncipe que governava refugiou-se em Inglaterra e autorizou este país a ocupar o Cabo. Após efémera restituição em 1803 esta região passou definitivamente à posse da Grã-Bretanha que a converteu em Colónia da Coroa em 1814. Ingleses e boers jamais se puderam entender: aqueles anglicanos, estes da Igreja Reformada; os primeiros pondo em prática uma política liberal em relação aos negros, os segundos advogando uma doutrina severa sujeição das massas indígenas. A abolição da escravatura em 1836 fez explodir o descontentamento boer contra a governação inglesa. Não podendo mais submeter-se [96] a uma concepção colonizadora que punha termo à sua orgulhosa independência e concedia aos negros direitos que os prejudicavam materialmente iniciaram mais de 7.000 boers o grande *trek* ou êxodo para os imensos e áridos planaltos do leste e do norte. Aqui fundaram os estados do Natal, de Orange e do Transvaal, o primeiro dos quais logo passou ao poder dos ingleses. O Estado Livre de Orange e a República do Transvaal chegaram a ser reconhecidos pela Inglaterra, em 1852. Mas essa independência feliz foi de pouca duração. Em 1870 descobrem-se, no sul do Transvaal, as minas de diamantes. A constrangedora presença britânica, que já os cercava em toda a volta, instala-se na região diamantífera. Depois dos diamantes vêm os riquíssimos jazigos de ouro, em 1886. O conflito entre a civilização afrikaner e a britânica faz eclodir a guerra anglo-boer de 1899, que terminou com a vitória dos ingleses em 1902 e consequente anexação das duas repúblicas. Em 1910 a Inglaterra concedeu o estatuto de Domínio à África do Sul sob a designação de União da África do Sul. Os afrikaners passam a usufruir dos mesmos direitos e liberdades que os ingleses. Falam o seu dialecto afrikaans, resultante da evolução da sua primitiva

língua holandesa, que é reconhecido também como idioma oficial a par com inglês e mantém religião e costumes. Constituindo 60% da população branca foi-lhes possível assumir a direcção política da União, que ainda hoje seguram nas suas mãos.

[97]

II – Boers de Angola no passado e no presente

No passado:

Os “voortrekkers” ou boers colonizadores do Alto-Velt dispuseram, a princípio, de extensões quase ilimitadas para apascentarem os seus rebanhos. Novas famílias iam, porém, continuamente chegando e a repartição igual das terras reduzia a pouco e pouco os limites das áreas ocupadas. O solo era pobre, e os boers, habituados a viver de uma pastorícia extensiva, que requeria periódicas deslocações, quase não praticando senão uma agricultura itinerante, de tipo semelhante à indígena, viam-se a braços com graves problemas económicos. Acostumados a fazer trabalhar o negro como escravo, a dar ordens e não a executá-las, reputavam como indecoroso para a sua raça e cor todo o trabalho muscular que em tais circunstâncias a terra exigia para se desentranhar em frutos. Com a descoberta, em 1870, dos jazigos diamantíferos de Kimberley, viam, por outro lado, situar-se de novo entre a sua concepção de uma vida pastoril sóbria e conservadora a autoridade opressiva de uma civilização urbana e liberal. Para fugir a dificuldades económicas e simultaneamente à opressão britânica alguns grupos com elas inconformados lançam-se mais uma vez, em 1875, na penosa e arriscada penetração dos sertões desconhecidos de África. A estes outros se juntaram pouco depois, todos a caminho do norte, através das terras quentes e de norte do Calaari. Eram cerca de 1.000 indivíduos, em caravana de mais de duzentos carros puxados a bois, à frente dos quais seguia a única riqueza que possuíam – o seu gado. Morre-se de cansaço, de sede, de fome e doença, logo nos primeiros meses. Um terço da gente [98] não aguenta e regressa ao Transvaal. A restante, sob o firme comando de Jacobus Frederico Botha, prossegue na sua espantosa odisseia. Atingidas as margens do Cubango, cruzaram o Damaralândia indo fixar-se na região

insalubre de Caoco. Aqui os encontrou o Rev. Padre Carlos Duparque, que os aconselhou a irem fixar-se nas boas terras da Huila ou da Humpata. Informados, no Humbe, de que o Governo Português tinha o propósito de instalar no sul de Angola uma colónia europeia, seguros do bom acolhimento do Governador do Distrito, nomearam uma comissão que na companhia de um emissário deste último, percorreu o Huila e a Humpata. O tratamento recebido das autoridades e da colónia portuguesa foi generoso, a área a ocupar pareceu-lhes mais do que prometedora, de modo que transmitidas estas notícias aos seus companheiros, e todos alvoraçados de esperanças, meteram-se a caminho do Huila, onde chegaram em 22 de Dezembro de 1880. Em 4 de Janeiro de 1881 entravam na Humpata 55 famílias afrikaners, num total de 295 indivíduos: a morte tinham aniquilado, durante os cinco anos de tormentosa travessia, mais de metade dos heróicos expedicionários. Dava-se assim início à fundação da colónia de S. Januário, nome que lhe foi dado em lembrança do Visconde de S. Januário, então governador da Província.

Era intenção do Governo Português promover a fusão desta população estrangeira com os nossos colonos, no desejo de que daí resultasse uma nova e robusta gente [99] portuguesa. Nesse sentido se promulgou a portaria do Governo Geral, de 4 de Setembro de 1882, que facilitava a naturalização dos afrikaners. E em 1883 e 1884 chegavam à Humpata os primeiros grupos de colonos portugueses.

Parece que aos afrikaners não agradava tal política nem semelhante vizinhança, uma vez que queriam para si toda a terra da Humpata. Logo surgiram conflitos entre uns e outros, com manifesto apoio dos representantes do Governo ao colonos portugueses, originados, segundo alguns, na inveja e malquerença dos últimos e na ignorância das autoridades que de longe mandavam, sem o conhecimento exacto dos problemas, e, na opinião de outros, nascidos da indisciplina e dos abusos da gente sul-africana. A estas causas de intranquilidade outras se somavam. Viera misturar-se com a colónia acabada de fundar o súbdito britânico W. Jordan, que com intrigas e promessas incitava os boers a emigrar para a Dâmara, na execução de um plano concebido pelo residente inglês em Walepoleboy. Chegara, entretanto, também do Cabo, um ministro protestante encarregado de fornecer o apoio financeiro indispensável a esta deserção. Contra tais maquinações e nascentes desejos se levantou Artur

Paiva, nessa altura administrador do concelho de Humpata. Formaram-se duas facções, não sendo inferior em número a que preferia ficar em território nacional e de que era chefe Jacobus F. Botha. As libras do emissário inglês Pelser venceram as últimas hesitações do que se dispunham a abalar.

Perto de metade das famílias afrikaners puseram-se novamente em marcha para a aridez das planuras do Sudoeste. Aí fundaram uma pequena república, que por sugestão de [100] Jordan recebeu o nome de Upingtónia, em homenagem ao governador da Província do Cabo. Ao mesmo tempo, quezílias e porventura erros de administração provocaram a saída para a Palanca da maior parte dos que se mantinham entre nós. Conservaram residência na Humpata apenas doze famílias boers; isto por 1885. Para evitar que abandonassem a província os restantes afrikaners coadjuvou o Governo, em 1884, uma comissão por eles constituída, que percorreu, entre outras, as regiões de Caconda, Huambo e Bié em busca de lugares próprios para a colonização branca. Fazendo alarde do grande proveito que das terras percorridas poderiam obter, para lá começaram a deslocar-se alguns dos agregados familiares.

Não durou até dois anos, por outro lado, a panaceia da nova república. As pedras de Damaralândia não se converteram nos pães que sofregamente se procuravam. Abatido de desilusões e enganos, o povo errante transpõe mais uma vez a fronteira da indulgente e acolhedora Angola: uma parte regressa à Humpata, a outra encaminha-se para Caconda, Huambo e Bié. Estes factos davam-se pelos anos de 1887 e 1888. De então para diante a vida não correu melhor aos irrequietos colonos boers, apesar de alguns benefícios e medidas favoráveis com que os ajudámos. No intento de os aproximar da civilização portuguesa, abriram-se-lhes duas escolas: uma na Humpata, em 1910, e outra na Palanca, tempos depois. Na primeira a frequência foi diminuta; na segunda a princípio numerosa, logo rareou para quase desaparecer nas proximidades [101] do ano de 1925, não obstante a construção de um edifício novo. A anunciada passagem do caminho de ferro pela Palanca teria desgostado estes obstinados perseguidores da solidão, que, por isso, diz-se, puseram a rodar os seus carros para o sul, indo acampar, com gados e bagagens, na região de Otchinjau. Não se desinteressou do seu destino, no entanto, a governação portuguesa, por ordem da qual se inaugurou no Otchinjau uma outra escola

para boers. Esforços vãos e despesa inútil, porquanto os afrikaners não mandaram para lá os filhos. Sua intenção era outra: desertar definitivamente de Angola. Um e mais artigos, com falsa exibição de dificuldades que lhes eram criadas, publicados na imprensa da União, deram-nos a conhecer toda a extensão da sua ingrata malevolência. Para impedir o escandaloso contrabando de despojos de caça e outras irregularidades foram-lhes, então, exigidos, como a qualquer nacional, o cumprimento do estatuto de caça, a licença de porte de armas e a observância das disposições publicadas sobre o corte de madeiras. Avessos a toda a burocracia e relutantes na solvência dos impostos, tê-los-ão exasperado estas medidas, depois das quais se lançaram com gados, armas e bagagens numa desenfreada corrida para a região de Caoco, no Sudoeste. Foi necessário empregar a força para os deter. Expulsos os agitadores, continuaram, todavia, os outros a preparar o seu êxodo. Em 26 de Agosto de 1928 pela nossa fronteira do sul passava a primeira leva deles, depois de acordo firmado entre o Governo Português e o da União. O exílio voluntário prolongou-se até 1931; poucos ficaram connosco. Mas logo em 1929 – veja-se que estranha [102] inconstância a desta gente – já um grupo destes impenitentes andarilhos se aprestava para entrar no nosso território, queixando-se de que não tinham sido cumpridas as vantajosas promessas feitas e de que os obrigavam a trabalhar nas estradas como os negros e lembrando o bom tratamento recebido entre nós. Tal desejo foi, porém, contrariado pelas autoridades portuguesas e pelo governo da União que os repuxou para uma zona distante da nossa fronteira mais de 600 quilómetros.

No presente:

Os boers, em número de cerca de 85 famílias e num total de perto de 500 indivíduos, estão dispersos pelos cinco distritos da Huíla, Huambo, Bié-Cuando Cubango, Moxico e Lunda, conforme a seguir se indica:

Cuanhama.....	2 famílias	Chicama	14 famílias
Curoca.....	3 famílias	Ganda.....	2 famílias
Otchinjau.....	1 família	Longoio	2 famílias
Chianga (Tunda).....	6 famílias	Quipeio.....	6 famílias

Pocolo.....	1 família	Chinguar.....	1 família
Mulondo.....	2 famílias	Cateno (S. Porto)....	10 famílias
Dongo.....	2 famílias	Quilanda (Vouga)...	3 famílias
Vila Artur de Paiva...	3 famílias	Silva Porto.....	2 famílias
Cuvelai.....	2 famílias	Cucaba.....	1 família
Caluquembe.....	11 famílias	Vila Luso.....	3 famílias
		Saurino.....	8 famílias

[103]

Os chefes das actuais famílias boers ou nasceram em Angola – a maior parte, ou, como é óbvio, na África do Sul. Alguns deles emigraram em 1928 e depois para o Sudoeste Africano, tendo regressado ao nosso território de 1939 a 1949. Vem a propósito mencionar os motivos que dão para explicar o seu retorno: não lhes foram distribuídas terras onde instalassem o gado, pelo que tinham de pagar o aluguer das pastagens com dinheiro ou com trabalho e daí um magro proveito que nalguns casos não dava para viver. Pesavam-lhes muito as obrigações legais: “Lá há mais chatice”, que tal foi a frase com que Zacarias van der Merwe resumiu o referido empeco burocrático. Houve quem se queixasse da desagradável presença inglesa e também quem invocasse saudades da sua terra angolana.

Condição política

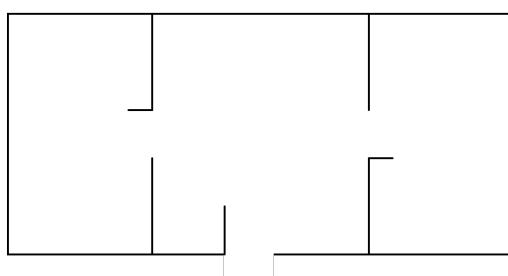
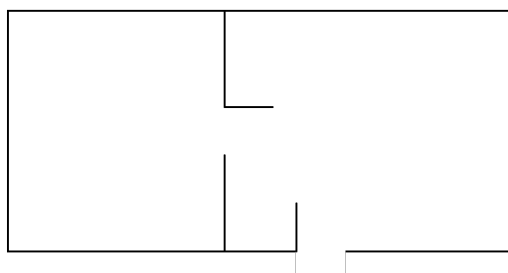
Os *afrikaners* de Angola não têm os mais deles Pátria oficial; os outros ou são cidadãos portugueses ou sul-africanos. Acontece até que, entre vários irmãos, há os que estão naturalizados portugueses e os que não estão. De uma maneira ou de outra o que todos afirmam e orgulhosamente é que são *boers*, chegando um mesmo a dizer que “Um boer não é uma coisa nem outra, é só boer”. Vivem em inteira liberdade no solo por distribuir, quase tão isentos de impostos como os bochimanes, e, se não tão nómadas como estes, mudando de estância ainda mais que os negros. Não encontrei nenhuma família que habitasse um lugar além de oito anos, sendo a permanência de dois muito vulgar. O Estado, que em outro tempo, se importou com eles, perdeu-os quase de vista de 1928 por diante, tão [104] poucos foram os que se deixaram ficar em Angola. A partir, porém, de 1939 obtiveram algumas famílias autorização de ali se fixarem e tão

prolíficos são – em dez agregados familiares que visitei o número de filhos vai de 4 a 9 – que já hoje sobem a cerca de 500, como acima se disse. Nenhum cadastro populacional está elaborado, havendo até funcionários administrativos responsáveis que não sabem quantos são os seus *boers* e as áreas que ocupam. As nossas estimativas dão números aproximados e resultam principalmente de informações colhidas entre boers.

Situação económica

Habitação e suas dependências

O tipo normal de habitação propriamente dita é de planta rectangular com uma porta de entrada ladeada ou não de duas pequenas janelas e duas ou três divisões: sala de entrada (de estar e de jantar) e um ou dois quartos contíguos; se dois, um de cada lado conforme o presente esquema:



Na roda dela, a cozinha, redonda ou rectangular, com fornalha de barro; o celeiro ou a casa de arrumação, com a mesma forma; e, como construções menores, o pequeno forno de barro, o galinheiro, agarrado ao beiral do telhado da residência, com uma escada de acesso, o ninheiro, fora, improvisado sobre plataforma de paus e formado de adobes ou à moda indígena – fragmentos de

morro de salalé de que se [105] aproveitam os buracos, a impermeabilidade e a dureza, o curral do gado ovino e o pocilgo, que são duas sebes circulares de varas, a primeira das quais pequena e com cobertura de capim. As paredes das casas são de pau a pique e barro, o telhado de paus com a cobertura de capim, o chão de terra batida. O beiral do telhado da habitação prolonga-se às vezes e apoia-se em prumos, de modo a formar um abrigo para a chuva e para o sol, uma espécie de alpendre corrido. Instalações assim primitivas, semelhantes na forma e robustez às cubatas indígenas, edificadas com as mesmas técnicas, não resultam tanto da pobreza em que se vive, como da utilização transitória para que são destinadas. Ao cabo de dois, três ou pouco mais anos as famílias boers mudam de lugar, em seu forçoso nomadismo e abandonam as casas. Testemunhos solenes da presença humana no meio do mato faz pena vê-las, ainda em bom estado, ao desamparo.

Mobiliário e utensílios domésticos. Vestuário

O mobiliário é pobre em número, qualidade e estilo, velho e em mau estado. Na sala de entrada: mesa, cadeiras vulgares, sempre poucas, um banco; às vezes armário ou escaparate e máquina de costura. Num caso ou noutro os assentos são cadeiras e canapé antigo, com entrançado de couro. No quarto de dormir: cama de ferro e sobretudo catre improvisado de varas ou tábuas de caixote, mesa de cabeceira, cómoda ou não, e mala de roupa. Na cozinha: cabaças com recipientes, se a pobreza é muita, panelas de barro, alguma loiça de esmalte, pilão e almofariz de madeira, como os negros. No celeiro ou casa de arrumação: uma charrua velha, uma roda de carro, trastes a monte.

[106]

O afamado asseio holandês ainda está presente na maioria destes lares empobrecidos, embora um tanto descolorido. Mas a marca de mais grave degenerescência está à vista em algumas destas casas, onde a indigência anda já de mãos dadas com a imundície.

O vestuário é simples, atípico, e, insuficiente. Os homens usam calças ou calção vulgares, camisa de bolsos, chapéu incaracterístico. Calçam botas grosseiras que, em regra, eles próprios fabricam das peles que curtem; não usam peúgas ou meias. As mulheres trazem vestidos simples de riscado ou estamparia

barata. Calçam chinelos, sandálias ou sapatos de couro da mesma origem que os dos homens; não põem meias. As crianças andam, em geral, descalças.

Os homens pareciam não importar-se com a mesquinhês da sua indumentária, ao aproximar-me deles; mas as mulheres e sobretudo as raparigas ficam desagradavelmente surpreendidas, olhavam-se muito, em alguns casos ruborizavam, e corriam a compor-se com a decência de quem recebe uma visita. Daí a nada apareciam penteadas e vestidas de traje garrido e domingueiro, muito em contraste com o ar andrajoso e desalinhado do primeiro contacto. Mantêm ainda, como se vê, costumes e pudor próprios de gente de cultura superior.

[107]

Modos de vida

Se exceptuarmos João Diedriks, único caso que conheci de comerciante boer, e diga-se que dispondo de algum desafogo económico, os outros, ao ser-lhes perguntado de que viviam, respondiam invariavelmente: – de um pouco de gado, de um pouco de agricultura. Não aludiam à caça, embora ainda a pratiquem, porque essa actividade está hoje sujeita a várias limitações que eles respeitam o menos que podem: zonas interditas, espécies protegidas, licenças e proibição de vender carne. É claro que a progressiva ocupação portuguesa vai destruindo as espécies, e se é propositado falar de caça no distrito da Huila já assim não acontece nas planuras de Caluquembe, Chicuma ou nas proximidades de Silva Porto onde mal se encontra a inquieta e alertada cabra do mato. Caçar foi sempre uma das principais actividades dos boers. Com a supressão dela, depois do abandono do carro como meio de transporte, a economia deste pequeno grupo étnico ficou profundamente abalada. A outros modos de vida subsidiários como o dos ofícios exercidos por encomenda de estranhos ou a serviço de assalariados só se referem quando a prática de conversação a isso ocasionalmente os conduz.

Ocupar-nos-emos, agora, com algum desenvolvimento, de cada uma destas actividades pela ordem da sua maior importância.

Criação de gado – Os boers são hoje muito pequenos criadores de gado. Afora três famílias do sul, cada uma das [108] quais possui mais de uma centena de animais, as restantes somam toda a sua riqueza com números reduzidos que

não ultrapassam a vintena. A despeito disto, é nos bois que tem a sua única fortuna. Bebem o leite, fabricam alguma manteiga e vendem de longe em longe uma cabeça de gado, se a carência de vestuário ou fome apertam. Aos de Caluquembe, Chicuma, Bié, Moxico e Lunda não falta a água, mas os pastos são pouco nutritivos e frequentes as epizootias dizimadoras: no sul estas são mais raras, o capim melhor, mas a sede bastante para lhes minguar e emagrecer os bois. Com estas razões explicam o insucesso, e nós sabemos que, de facto, muito para ele contribuem. Ouvi-lhes repetidamente a súplica de que as autoridades administrativas lhes não fornecem pastores indígenas e, sempre que isso aconteceu, pais e filhos se mantinham ociosos na sombra acolhedora da casa. Pastorear o gado conta-se, sem dúvida, entre os trabalhos que consideram humilhantes.

Agricultura – A agricultura ocupa um segundo plano nas actividades económicas dos afrikaners – já que os seus cuidados vão quase todos para a pastorícia. Cada família amanha apenas o solo em que julga colher o bastante para o seu consumo. Semeiam principalmente milho, feijão e um pouco de trigo. Junto de casa ou perto dela prospera a pequena horta que lhes há-de fornecer a hortalíça. Não será difícil conjecturar os motivos deste apagado interesse pelo cultivo da terra. Os solos tropicais são pobres e não se lhes pode acudir com as necessárias adubações. E, sobre isso, mal servidos de chuvas irregulares e torrenciais. Depois de um ano de grandes canseiras o rendimento é fraco ou nulo. A exploração de [109] um solo assim pouco fértil exige, para ser compensadora, que os braços que dele vivem o fecundem com o próprio esforço. Se, em vez disso, eles ficam cruzados e se vão a pagar serviços indígenas, posto que em dura condição servil, a colheita desluz-se de mão em mão, e não chega para nada, que tal é o exemplo dos boers. E pior ainda: os negros contentando-se com pouco, não carecem grandemente de trabalhar e só obrigados o fazem as mais das vezes. O seu potencial produtivo é a todo o momento reclamado pelas grandes empresas agrícolas e industriais que lhes pagam salários altíssimos em confronto com a penúria dos que lhes são oferecidos pelos boers. De modo que se torna cada vez mais difícil terem-nos ao seu serviço. E daí as frequentes queixas contra as autoridades administrativas que lhes não recrutam os imprescindíveis auxiliares indígenas. Em presença de

tão grave situação parece que se deviam lançar aos trabalho todas as forças disponíveis da casa. E tal não sucede. Pais e filhos permanecem ociosos, indolentes, sujeitando-se a todas as privações, incluindo a de passar fome, resignados, cínicos, cépticos em relação a um futuro que lhes é dia a dia mais incerto. Curvarem-se sobre a charrua ou calejar as mãos com a enxada, de modo nenhum, ainda que arruinados e pedintes. O boer branco, fidalgo, senhor, e o trabalho, se pesado, é grosseiro, humilhante, indigno, próprio de preto. Um tal juízo de valores, tão perigoso como insensato, revelador de profunda e não sabemos se de incurável degenerescência, os deve ter conduzido, além de uma mal entendida [110] prosápia nobiliárquica a escravidão e servidão sob que tiveram os negros durante mais de dois séculos. Falamos, é claro, de modo geral, visto que num e noutro caso esta desprestigiante rotina se não se observa. Wellen Abraam De Klerk que vive com dignidade e suficiência na sua casa de Chicuma, chamava-me a atenção, não sem amargo desespero, para o facto de ser ele e os seus filhos que revolviam a terra, afirmando: “A agricultura é morrer, devagar”.

Ofícios – Hábeis, mas sem cuidada aprendizagem, os afrikaners são mais ou menos remendões nos ofícios a que se aplicam: ferreiros, carpinteiros, abegões e sapateiros de sua casa, com aviamento que eles próprios curtem. Consertam carroças, portas, charruas, machados e espingardas aos negros, em troca de milho, feijão, de dinheiro e trabalho; e também prestam serviços semelhantes aos brancos. Raramente praticam estes ofícios fora de portas, como assalariados. Só em extremo apuro o fazem. Trabalhar para patrão não está no código desta nobreza ativa e miserável, mas obstinadamente ciosa da sua independência. Três séculos de inteira liberdade, sem peias fiscais, obrigações burocráticas ou militares, com espaços sem limites ao seu dispor, deram-lhes a feição que têm. Trabalhar para os outros é para si já, uma forma de escravidão.

[111]

Transportes – o carro boer – O carro boer foi, antes do comboio e da camionagem, o único meio de transporte de tracção utilizado em terras angolanas; com ele só concorriam pelos caminhos ínvios e acidentados do sertão, os milhares de carregadores pretos. Constituiu durante muito tempo o

principal modo de vida da população boer de Caconda, Bié e Moxico: traziam-se de Benguela mercadorias para o interior e na volta carregavam-se borracha e cera. Actualmente o carro boer quase se pode considerar um objecto de museu. Só uma ou outra família o utilizam e mais em serviço seu do que alheio. A ruína deste meio de transporte constitui um dos mais duros golpes que sofreu a economia afrikaner.

A zorra indígena – Embora usada pelos indígenas o carro deve-se a invenção boer. É uma espécie de gaiola sem tampa, de forma triangular, sem rodas, feita de paus e puxada por bois. Todos os caminhos lhe servem e até sem eles por toda a parte se roja.

O cavalo – Animal dificilmente adaptável aos climas tropicais é neles, somente, um facto de civilização. Só a teimosia afrikaner o pôde manter em ambiente tão adverso. É hoje uma prenda rara e vestígio de bons tempos antigos. Um Duplessy, da Tunda, possui um. Magro, escanzelado, é, em tudo, um vivo sinal da decadência afrikaner.

O burro – Vi-o a servir duas famílias. Pode dizer-se com propriedade, que passaram de cavalo para burro. O Sr. Duwenage, todavia, arreava o seu com uma velha sela de cavalo.

[112]

Nomadismo boer – O boer não se passa de um a outro lugar só por vício ou inconstância de temperamento; levam-nos sobretudo a isso as suas condições de vida. As pastagens dos países tropicais, constituídas exclusivamente por gramíneas, pobres de fósforo, são de fraco valor alimentar. Cortadas pelo gado e queimadas tornam-se, em pouco tempo, duras e intragáveis. É forçoso, por essa razão, levá-lo a outros espaços. Com esta carência de pastagens concorre o rápido esgotamento dos solos aráveis. Nas regiões quentes e chuvosas estes são ácidos, lateríticos, com pouco húmus. Arroteados, despidos de erva, de bosque arbustivo ou arborescente cedo se esterilizam, sob a acção do calor e das chuvas, da secura e da humidade da estação estival. O húmus e o solo móvel são arrastados para os rios, ficando a descoberto a ossatura morta das formações lateríticas, nas quais nem a erva se arrisca a crescer. É inútil continuar a lavoura e urge mudar de estância. São estas as causas porque as famílias boers se põem constantemente em marcha, em busca de novos estabelecimentos. É afinal, o nomadismo típico da pastorícia extensiva e da

agricultura itinerante secularmente praticada pelos negros nas regiões tropicais de África.

O baixo nível de vida dos boers – Se tivéssemos de escalonar as famílias boers segundo as suas posses, agrupá-las-íamos em dois grupos: o das remediadas, apenas 4, e o das pobres. Pobres que passam fome e alguns até que só da caridade pública vivem. Estão neste último caso duas famílias e um velho isolado que habitam com os pretos em duas senzalas dos [113] arredores de Silva Porto e aí renovam as forças graças à sopa que diariamente recebem da Mansão dos Velhos Colonos. E no extremo limite de indigência apontam-se um ou dois casais que vivem quase exclusivamente da prostituição de suas filhas. Para se fazer uma ideia da pobreza alimentar dos boers dá-se aqui notícia do tipo normal de suas refeições:

Pequeno almoço – Pirão de milho, às mais das vezes sem conduto, ou com café.

Almoço – Restos de milho triturados (luceque) cozidos, ou pirão de milho, acompanhados de feijão cozido à parte. O tempero é azeite de palma ou banha ou nenhum.

Jantar – A ementa do almoço.

O pirão de milho é comido de quando em quando com carne de caça, de porco ou de galinha. Cozem igualmente hortaliças com feijão e carne. O milho e o feijão constituem a base da sua dieta alimentar. O milho come-se também torrado na maçaroca, à maneira dos bantos. O leite é pouco, e a manteiga, rara.

Usam o pilão e o almofariz indígenas para farinhar o milho. O som grave e cadenciado e o pilão levantado no ar pelas mulheres ou sua prole não sugeririam nunca ao viajante desprevenido a proximidade de um lar de brancos. Se não se soubesse a quem diz respeito este quadro alimentar, não hesitaria o leitor em atribuí-lo a qualquer tribo banta. Para uns como para outros o pirão de milho constitui, com efeito, o alimento essencial, acrescente-se, contudo, que já não são poucas as famílias de negros que se alimentam melhor que os boers.

[114]

Vida Social

Dos boers entre si – Os boers são individualistas, caseiros, amantes da doce tranquilidade do lar. Ensinam em casa os filhos a ler e a escrever o *Afrikaans*, lêem a Bíblia, seu manual enciclopédico, bússola política, religiosa e moral. Amam profundamente a liberdade e não há ninguém que a possua tão inteiramente. Nenhum estatuto oficial por que se regulem, nenhuma autoridade sua a que se submetam. São mais livres que os livres bochimanos e nesse privilégio talvez só os ciganos se lhes comparem. Pai, mãe e filhos formam uma monarquia, cujo chefe absoluto é o pai. E nem limites territoriais lhes constroem os movimentos: são estados que estão sempre mudando de fronteiras. Fundamentalmente só à natureza obedecem. Sem força nem arte para a dominar, ela que nos trópicos é mais madrasta do que mãe, tiveram fatalmente que se lhe submeter, que cumprir o errante destino que esta lhes impõe. Mas, como a natureza se não exprime por palavras, eles não se sentem humilhados por ela, e, embora lhe obedeçam como escravos, podem aparentemente manter a sua quixotesca arrogância. Devotos do Velho Testamento, buscam em vão, como os judeus, uma nova terra de promessa.

O cumprimento de disposições legais aborrece-os e, se lhes põem embargo àquilo que querem fazer, odeiam-nas. Sentem-se bem no isolamento do mato, acorrentados às suas formas [115] tradicionais de vida e preferem suportar todas as faltas a virem para o convívio e regulamentação da cidade.

Cor, raça, língua, religião e costumes dão-lhes consciência de formarem uma comunidade. Conhecem-se todos uns aos outros, posto que vivam em regiões entre si muito afastadas. O auxílio mútuo é virtude que quase não praticam e em presença de uma dificuldade comum acham sempre meio de se dividirem.

Boers e Portugueses – Os boers não estimam os portugueses e evitam o seu convívio. O isolamento em que se fecham, língua, religião e tradições favorecem, aliás, essa separação. Entre os homens velhos uns falam com desembaraço o português, outros mal e alguns há que quase o desconhecem; os menos idosos ou o falam mal ou o não falam. Mulheres de qualquer idade e crianças situam-se neste ponto, no mesmo plano: ou dizem apenas umas

palavras ou ficam mudas. Isto na generalidade, já se sabe. As causas desta ignorância, mais vergonhosas para nós do que para eles, são múltiplas: seu viver arredio, pouca vontade de aprender o nosso idioma, esquecimento a que os votamos... Na maior parte dos casos a escola portuguesa fica tão longe que só instalando os filhos junto dela, estes a poderiam frequentar; e a precária situação material não dá para tais despesas. Mas mesmo quando a escola está à mão, são raras as crianças boers que a frequentam. Repugna-lhes que os filhos se misturem, na sala de aula, com mulatos e pretos, que tal foi a razão que um dele invocou. Este racismo tradicional é avivado dia a dia pelos jornais sul-africanos. No “Volksgencot” de 3 de Outubro, da Rodésia, por [116] exemplo, em um artigo sobre os afrikaners de Angola e como motivo de escândalo sensacional publicava-se uma fotografia em que figura uma criança afrikaner ao lado de uma rapariga mulata.

Um dos pergaminhos que desenrolam sempre em seu favor e, de certo modo, contra nós – eles que não sabem ser gratos – é o nosso pouco reconhecimento pelos serviços que nos prestaram nas campanhas do sul de Angola. Combateram, entregaram os seus carros ao Governo – sua única fortuna! E as crónicas portuguesas desses acontecimentos a rezarem que lhes pagámos generosamente todo o auxílio e algum dele reticente, cauteloso e contaminado de traição! É possível que o balanço integral desse esforço ainda se não tenha feito, mas quantos mais benefícios não têm recebido, quanta mais condescendência não tem havido para eles? Condescendência excessiva, injusta, senão até injuriosa para nós. E tudo isso não conta para o seu espírito desagradecido.

Um outro fundamento que alegam para a sua insociabilidade é o de que os portugueses os humilham com o seu desprezo e troça. E nisso falam verdade. Ouvem-nos dizer: “Os boers são piores que os negros”; “Os boers podem-se ir embora, que não fazem cá falta!” Um velho contou-me que um português, apontando para uma matilha de cães, exclamou: “Aqueles cães valem mais que os boers”. O juízo que os portugueses fazem dos boers, carece, evidentemente, de correcção. Consideram-nos iguais aos negros tanto [117] no domínio material como no espiritual, o que é notoriamente errado e injusto, como atrás se demonstra. Se desceram, na miséria económica que os esmaga, até ao baixo

nível de vida dos indígenas, em nada se lhes podem comparar no que toca ao seu comportamento ético e religioso, ao alto padrão de vida espiritual cristão que conservam. Nem os exemplos extremos de degradação de que ainda havemos de falar têm mais força do que para por em realce a sua robustez moral – que, claudicando aqui e além pelo poder da vizinhança indígena e da decadência material, apesar de tudo se eleva muito acima da opinião que o português vulgar de Angola tem a seu respeito.

Também não são boas as relações dos afrikaners com as autoridades administrativas. Queixam-se os primeiros de que estas lhes não concedem as mesmas facilidades que aos portugueses e de que lhes não fornecem os serventúrios indígenas de que têm necessidade. Informou-me um deles que, ao pedir a um chefe de posto serviços negros, que o ajudassem na ceifa, este lhe respondeu: “Eu vou lá cortar o trigo”. E que o mesmo indivíduo em outra ocasião lhe disse num tom de zombaria que, se não tomassem cuidado, ainda os havia de contratar. Assinalam, igualmente, que os tratam mal nas repartições administrativas. A situação é compreensível: de um lado os executores da lei, do outro os executados, mas negligentes, indisciplinados, por todos os meios buscando eximir-se ao respeito das disposições legais a que estão obrigados. A actuação das nossas autoridades é, contudo, [118] no geral benevolente, e talvez em excesso, em determinadas circunstâncias. Na rebeldia que nasce da brandura não há lugar para justa apreciação da bondade ou do favor recebido. Parece-me, no entanto, que faria bem um ou outro dos nossos funcionários administrativos em estudar melhor os seus boers, para deles poder fazer ideia diferente da que o vulgo irresponsável faz. Causa pena ouvir dizer, sem reboço, a homens com funções oficiais que os boers em nada se distinguem dos negros. E eu até já li isto em um escrito de um antigo governador de Província.

Apesar da patente insociabilidade dos boers e do confessado desprezo que os portugueses têm por eles, são frequentes as ligações amorosas entre estes e as mulheres boers, uma boa parte das quais acabam no casamento. Mulheres brancas, belas, educadas: ora como é que o amor português, que não conhece fronteiras de cor nem de educação, se havia de deter em tais circunstâncias? A penúria material não é obstáculo bastante para o nosso sentimentalismo romântico. Vem a propósito contar que o moço motorista que me acompanhou em parte desta viagem se sentiu muito impressionado com a graça de uma

rapariga afrikaner. E pelos caminhos que se seguiram não se cansava de repetir que era capaz de casar com ela, apesar da sua muita pobreza. Esta, a nossa disposição de ânimo em relação às mulheres boers. A delas quanto a nós não será completamente igual. Prefeririam casar com homens da sua raça, que lhes proporcionassem uma vida livre e de abundância e professassem a mesma religião.

[119]

A filha do velho Michel Prinsloo, moça de vinte e poucos anos, casada com um jovem alemão, afirmava-me convicta: “Eu nunca deixaria a minha religião para casar com um católico.” A extrema indigência em que se vêem, a pouca probabilidade de casarem com rapazes da sua raça, por poucos e miseráveis, a poderosa solicitação do instinto, fazem-nas vencer todas essas inibições e entregar-se aos portugueses. E caso verdadeiramente estranho e aberrante dentro do mundo afrikaner: encontrei uma linda mulher boer casada com um mulato, de quem tinha um filhinho de meses.

São, por outro lado, extremamente raros os casamentos de boers com portuguesas. E isso entende-se. Vivem isolados, pouco contacto têm com portuguesas. Não estão eles na situação de quem espera por amparo como quase única solução de vida. E, além de tudo, ainda a rapariga portuguesa, mais presa a crenças e preconceitos, sujeita a disciplina paterna, teria muito menos probabilidade de se decidir pela união com um boer nómada e pobre. E tanto assim é que só pude saber de uma ligação deste género e essa talvez pouco significativa: o boer Guilherme Hayes casou com uma portuguesa da Chibia. Se a rapariga era branca *chicronhe*, portanto de uma classe decaída, o exemplo perderá o valor.

[120]

Boers e negros – Os negros são considerados pelos boers como seres inferiores por natureza, de mentalidade inferior. Herdam, em sua opinião, com a cor que lhes vem na pele uma incapacidade absoluta de se igualarem aos brancos...”São pretos e nós brancos...”, dizia-me um deles, como se esta frase contivesse toda a evidência que tornava inútil sugerir outro modo de os apreciar. Informam que os não admitem à sua mesa, os não querem em casa, e que nem os utilizam nos

serviços domésticos. Esta doutrina de segregação racial leva-os até a impedir, como já se disse, que os filhos frequentem as escolas portuguesas, onde acaso se podem encontrar com crianças mestiças ou negras. Viver com uma preta é a maior desonra que pode cair sobre um boer.

Os negros são-lhes, entretanto, indispensáveis nas tarefas pesadas e havidas como grosseiras da sua actividade material. Precisam deles como pastores, cavadores, desbravadores de matos e para outros duros trabalhos quotidianos. Usá-los-iam com escravos ou como servos, se pudessem, mas nem como assalariados os logram ter ao seu serviço, tão mesquinha é a sua situação económica. Desesperam-se com a liberdade que lhes concedemos e é vulgar o dizerem que os nossos pretos “passam boa vida”. Um boer com grande minguia de trabalho braçal, dizia-me, muito aflito, que os negros já pediam quinze a vinte angolares por dia.

A progressiva ruína material que vai atingindo extremos inacreditáveis, não pode deixar de ter influência na sua forma de tratar os indígenas. Se a fome aperta, não há força moral que não se ressinta, orgulho que não se quebre, princípios que não se afrouxem, humilhação que não se receba. De início, não [121] sofre quebra a doutrina, embora a acção seja contraditória dela, mas, depois, aos poucos vem a perversão das próprias ideias e o total afundamento da personalidade. A esta última fase ainda não chegaram os nossos afrikaners, mas na primeira já deram a sua entrada e com passos mais largos e perigosos do que se imagina. Vivem alguns, como se escreveu, de consertos que fazem em utensílios indígenas. E senhora afrikaner de respeito garantiu-me que há entre eles quem se curve a aceitar a esmola do pirão que lhe é dada pela mão dos negros. E em perfeita conjugação com estes factos os seguintes: vi sair de uma casa boer do grupo dos de Caetano (Silva Porto) uma preta com um filhinho ao colo, acompanhada de dois petizes brancos. Encontrei no lugar de Capuca, a 17 quilómetros a norte de Dongo, um rapaz afrikaner de vinte e poucos anos amigado com uma negra. E uma irmã deste, a quem já me referi, vive casada com um mulato, perto dele. Nas anharas escondidas do Quê, na área de Caluquembe, vive também um outro com uma preta, e o mesmo acontece ao octogenário Jacobus van der Walt, em sua senzala de Silva Porto. No domínio das ideias parece-me significativo da influência da mentalidade indígena a resposta que me deu um rapaz boer de dezoito anos à pergunta que lhe fiz

sobre o que mais desejava de ter neste mundo. Hesitou e acabou por dizer: “Não sei, os velhos é que sabem”.

Os pretos designam-nos por *muhome* e *vahona*, rico e ricos, vocábulo evocador de bons tempos idos. Guardam dos boers viva lembrança do passado: “Andavam no mato com o carro, traziam armas e atiravam longe”, dizem. Sabe-se que os boers os tratavam, então, com muita crueldade. Afirma-se que os castigavam, amarrando-os às rodas dos seus carros, que punham em marcha; e sobre isso chicoteavam-nos barbaramente. [122]

Os pretos reconhecem que estão pobres, que não têm terras nem casas nas cidades, como os portugueses, que têm menos importância que estes, mas não os desprezam. Garantem que os boers os não procuram. Havendo-se, pior ou melhor, com as suas dificuldades.

Situação Religiosa

Os boers são protestantes e quase todos filiados na *Ned. Hervorod. Kerk.*, de que é representante em Angola o pastor Paulo van der Walt, residente no lugar de Tunda, da circunscrição dos Gambos. Só duas ou três famílias se acham ligadas à Igreja *Reformerd*, que não tem sacerdote em Angola e estas, segundo creio, por litígio com Walt, acusam-no de semear a discórdia entre boers, falando numa casa mal da outra e de não distribuir equitativamente os auxílios recebidos da África do Sul. O pastor Walt tem consigo, na Tunda, um grupo de cerca de 50 crianças afrikaners. Abriga-as em dois barracões em que estão separadas segundo os sexos. Dá-lhes de comer e ensina-lhes religião, afrikaans e português. Também nesta missão acham que malsinar os seus detractores: que protege crianças de famílias remediadas em desfavor de outras de famílias muito pobres.

[123]

Diz-se que o boer cumpre exemplarmente os preceitos da sua religião em que é intransigente e fanático. Graças a ela, porém, pôde manter e em elevado nível, ainda que no isolamento dos matos, a sua superior cultura cristã.

[124]

Romagens de saudade de Afrikaners a Angola

1. – À passagem do Chitado, em 1954

Sabe-se que um grupo de boers realizou em 1954 uma excursão à passagem do Chitado, ao Cunene, lugar por onde, pela primeira vez, entraram em Angola, no ano de 1830. Consta que baptizaram algumas crianças nas águas do rio, do nosso lado, e outras com águas da Humpata, que amigos lhes enviaram em garrações.

2. – À Humpata e Palanca , em Julho de 1957

Uma comissão de sul-africanos, o *Dorsland trekkomitee* com sede em Outjo, no Sudoeste Africano, nascidos na Humpata ou que aí viveram, ou com ascendentes oriundos de território angolano, organizou uma romagem de saudade à Humpata e Palanca, que com a devida licença oficial aqui chegou em 4 de Julho de 1957. Era uma caravana de 90 automóveis em que viajavam cerca de 400 pessoas. A expedição assinalava como único objectivo o de prestar homenagem aos heróicos pioneiros do grande *trek* de 1875-1880 e trazia no seu programa restaurar algumas sepulturas e erigir um monumento comemorativo da referida travessia e seguinte permanência em Angola. Tudo isso se executou de 5 a 8 de Julho de 1957. Em um cemitério boer da Humpata – campo raso, cercado de arame farpado com montículos de pedras a cobrir a superfície dos sepulcros – foi levantada uma pirâmide de ferro e cimento, de 7 metros de altura e de 4 faces, na base de cada uma das quais se esculpiu: a) – a legenda: “Em comemoração de boers sul-africanos. Do Transvaal a Angola desde 1874 e depois. Festa de honra em 5-8 [125] de Julho de 1957”; b) – A mesma legenda em *afrikaans*; c) Uma roda de carro boer; d) o mapa com o itinerário do grande *trek*.

A celebração foi longa e rumorosa. Cantou-se e dançou-se de dia e de noite e em dias consecutivos, à sombra das frondosas árvores da Humpata. Homens e mulheres aqui nascidos falaram português e confraternizaram efusivamente com amigos portugueses seus contemporâneos: uma saudade alegre de outros

tempos sem amargores ou azedumes que a distância de decénios apagara por completo.

Prepara-se um novo êxodo para a África do Sul ?

Antes de Julho de 1957 percorreu Angola, devidamente documentado, e visitou os seus irmãos de raça aqui fixados um *boer* rico da África do Sul. Pelo mesmo tempo, um outro aventureiro viajante *afrikaner* cruzava clandestinamente a nossa fronteira do sul, detinha-se aqui e além em convívio íntimo com os *boers*, tirava fotografias e tomava apontamentos sobre as suas condições económicas – era o já conhecido Johan Pienaar, filho do general Frans Joubert Pienaar. Vale a pena mencionar o que se conhece da crónica destes dois personagens. O general Frans J. Pienaar viera de Moçambique, aonde se tinha acolhido com um grupo de compatriotas, para a Metrópole e daqui se dirigiu para a Humpata, em 1905. Recebido com honras de grande senhor logo foi subido pelos colonos seus patrícios à dignidade de chefe. O general João de Almeida, refere-se-lhe nestes [126] termos [*Sul d'Angola*, Lisboa, 1912, p. 288]:

“Quando em 1905 se efectuaram as operações do Mulondo, o grupo de auxiliares constituído por eles (os boers) ficou na expectativa, não se empenhando na luta por não ter chegado a tempo e na esperança de que as nossas forças ficassem derrotadas; e neste caso eles terminariam com as restantes ou com os Portugueses que se lhes opusessem e levantariam as populações nativas contra a nossa autoridade e, regressando ao planalto, proclamariam com eles a independência. Tal era o plano do escroc Joubert Pienaar... Mas falhando os seus projectos, devido à rijeza das nossas armas, desapareceu, não sem que ludibriasse a maior parte dos seus aborigine (ad patres) e de outros incautos e imbecis...”

O filho Johan ficou em Angola, depois do desaparecimento do pai. Casou com uma viúva, no Bié, que tinha carro e gado e andou fazendo fretes por algum tempo, vivendo, em parte, à custa da viúva e acabou por vender o carro e bois e por sumir-se de Angola, tendo deixado na miséria a mulher e um filho. Publicou este famigerado intruso, pela pena pouco escrupulosa do Sr. C.E. Boshof, no *Die Burger* de 8 de Julho de 1957, uma longa e caluniosa reportagem da sua oculta peregrinação. Nela atribui, segundo me afirmam, às nossas autoridades administrativas a culpa da extrema penúria a que chegaram os *boers* do território angolano pelas muitas dificuldades que continuamente lhes

levantam e clama, por exemplo, contra uma exorbitante carestia de vida, o proibitivo custo dos passaportes para a África do Sul e a ímpia *crueldade de não se ter consentido* que um pobre casal *afrikaner* enterrasse um filho nascido morto, sem o pagamento de uma taxa onerosa demais para as suas posses [O escrito é iluminado com fotografias das residências miseráveis de Zacarias van der Merwe (Vila Artur de Paiva) e da viúva Hayes (Capuca, Dongo)].

[127]

Tal acervo de mentiras provocou até indignação dos nossos *afrikaners* e dela é viva expressão a carta – desmentido que no mesmo jornal e no seu número de 6 de Setembro último publicou a Sra. Marthie Voigh, boer da melhor cepa das que vivem em Angola. Mas segundo informa a Redacção do periódico não foi permitido que se publicasse uma parte dessa carta.

Veio em seguida à Humpata e Palanca, como já referimos, uma volumosa romagem de saudade. Assinalámos o louvável e inócuo objectivo invocado pela Comissão organizadora e até o aspecto festivo, atraente e simpático que tomaram essas comemorações. A verdade, todavia, é que falaram os de cá com os de lá, que traziam, sem dúvida, mais algum desígnio do que o da apregoada celebração. Vieram, naturalmente, as costumadas queixas com consequente sonegação de culpas próprias. Vários escritos para nós ora torpemente ofensivos, ora atenuadamente laudatórios e justos, mas todos requerendo inadiável ajuda para os indigentes *boers* de Angola se publicaram a seguir nos periódicos da África do Sul. Foi de todos estes movimentos e campanhas que certamente nasceu a *Comissão de Auxílio aos Boers de Angola*.

[128]

Informam-me que esta Comissão está oficialmente reconhecida e registada no *Departamento de Saúde do Povo* e é constituída por representantes de Igrejas protestantes, por professores universitários e outras altas individualidades, num total de 11 membros. Destina-se a angariar fundos para os *boers* do nosso território. A lista dos beneméritos, um dos quais se inscreveu com 1.000 libras, vem nos jornais da União.

Este fraterno movimento de generosidade tem mais a virtude de por em evidência o difícil problema dos *afrikaners* de Angola do que o poder para bem resolver... Surgem já as dificuldades de como e de onde se deve aplicar o

dinheiro reunido. Uns e principalmente os que vivem no território do Huila, sob a influência do pastor Paulo van der Walt, desejam ser socorridos em Angola. Seriam requeridas, no sul, concessões de terrenos onde a colónia boer se fixaria para se dedicar à criação de gado e à agricultura. Outros e porventura os mais numerosos, residentes nas regiões de Caluquembe, Chicuma e Bié e Saurimo, por conselho e propaganda activa do comerciante *boer* Jean Diedriks, morador na povoação da Capala (Chicuma), querem receber a mencionada ajuda na África do Sul. Este Diedriks, a quem correram, até à pouco, de feição os ventos da fortuna está hoje a braços com a ruína económica, provocada pela grave crise que atravessam a indústria e o comércio do sisal. Daí, já se vê, o seu grande empenho no regresso à União. É um homem culto e inteligente, cortês e obsequioso, que fala e escreve correctamente o português, o inglês e o afrikaans e se entende, [129] com alguma suficiência, com o alemão.

E com estas duas facções uma terceira e uma quarta se registam: os componentes daquela preferem ficar onde estão, no Dongo ou nos arredores de Vila Artur de Paiva a ir para as terras da Huila, onde, dizem, o gado não pode prosperar por falta de água; os desta, moídos de privações, não manifestam já qualquer opção; abrem os braços para o auxílio, venha donde vier e seja dado onde for.

Divergências de opinião e de interesses produzem viva dissensão entre os dois grupos mais numerosos de Walt e de Diedriks. E com o desacordo económico concorre divisão religiosa: alguns dos partidários de Diedriks seguem igreja diferente da de Walt, a Gerofomeerd, sem pastor permanente em Angola. No presente como no passado, a mesma falta de unidade, o mesmo desentendimento na indisciplinada e improgressiva família boer.

Afigura-se-me que se está processando um novo e quase total êxodo para a União Sul-Africana. É o que se pode prever com fundamento nos factos relatados e na solução preconizada pela maior parte dos articulistas dos diários da União. E, se me fosse dado emitir opinião neste pequeno-grande problema político-social da nossa Província Ultramarina, arriscaria a seguinte: Deixá-los ir livremente e sem atropelos em demanda de mais um *El Dorado*, com os olhos cegos a todas as realidades que os esperam. Trabalhos de mais já nos tem dado até hoje.

[130]

Esperá-los-ão do outro lado do Cunene as pedras da Damaralândia ou os seixos escaldantes do deserto. As terras boas da União há muito foram distribuídas e não faltam lá *afrikaners* pobres a quem o Governo tem de proteger e que dele aguardam a todos os momentos a solução ideal que os nossos *boers* em vão procuram.

Se viesse, porém, a prevalecer o ponto de vista de Walt de os instalar a todos no sul de Angola, parece-me que se teria de tomar então, muito bem o peso de tal consentimento. As terras do sul de Angola, embora ideais para o desenvolvimento da pecuária, não têm ainda à vista a água que lhes é indispensável. Colocar aí os *boers* com gados que as libras sul-africanas podem adquirir, sem a remoção de tal obstáculo, é, segundo penso, condená-los a inevitável insucesso. E ainda que a água jorrasse abundantemente do solo se me afigura que não conviria à nossa soberania a ocupação dos espaços, que formam a fronteira com o Sudoeste, por uma população que não quis e não quer ser portuguesa e sempre que pôde nos foi mais ou menos hostil. E se não fosse caso de pensarmos em problemas de política internacional nem em carência de água ainda assim poucas garantias de êxito nos poderiam dar, neste novo empreendimento, os indolentes *afrikaners* actuais. Será possível recrear o gosto pelo trabalho em naturezas tão mortas para a acção como são as suas? Será admissível mesmo esperar que se volte do avesso a mentalidade de uma gente tão decaída que despreza, por [131] indigno, o honroso trabalho manual?

Entretanto uma tarefa se me antolha urgente, inadiável: é a de acudir às numerosas crianças *boers* que definham e se pervertem no ambiente miserável que vivem os seus pais. Com exacta visão do perigo moral que as ameaça tomou a Igreja de Van der Walt à sua conta o amparo espiritual dessas irresponsáveis quanto infelizes crianças. Walt tem reunida sob os seus telhados, no Chiange, uma meia centena delas. Outras tantas e mais reclamam igual protecção. Walt ensina-lhes a Bíblia, o *afrikaans*, enfim, a ser bons cidadãos sul-africanos e tem igualmente sobre as carteiras a *Cartilha Maternal* de João de Deus, e problemas de aritmética na língua nacional. Urge, a meu ver, abrir imediatamente uma escola portuguesa que lhes ensine a nossa língua e a amar a Nação Lusíada. É, aliás, esse voto já formulado ao Governo geral pelo do

distrito de Huila, com o qual se confessou de acordo o Sr. Paulo van der Walt. Poderá dizer-se que a despesa resultará inútil como tantas outras, lembrar-se a má sorte das escolas da Humpata, Palanca e Otchinjau, mas nem por isso se deve renunciar a essa obra ou adiá-la por mais tempo.

Mesmo que os *boers* insociáveis retirassem seus filhos da nossa escola, não deixava ela, por essa razão, de ser útil, numa povoação que é testa de caminho de ferro, onde há umas poucas crianças portuguesas em idade escolar e centenas de indígenas a reclamarem a sua instrução.

Artigos publicados sobre este assunto:

“Die Burger” de 8/6/1957 e de 25/7/1957 (dois) e de 6/9/1957

“Die Suidwester” de 15/6/1957 e de 28/8/1957

“Courrier d’Afrique”, Leopoldville, de 17/8/1957

“Volksgenoot”, Rodésia, de 3/10/1957

ANEXO C

Jorge Dias & Manuel Viegas Guerreiro(1959),
«Relatório da Campanha de 1958 (Moçambique e Angola)»

CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS
DA JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR

MISSÃO DE ESTUDOS DAS MINORIAS ÉTNICAS
DO
ULTRAMAR PORTUGUÊS

RELATÓRIO DA CAMPANHA DE 1958
(MOÇAMBIQUE E ANGOLA)

por
JORGE DIAS
(Chefe da Missão)
e
MANUEL VIEGAS GUERREIRO
(1º Assistente)

LISBOA
1959

Relatório da Actividade da Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português

Introdução

Conforme o plano de trabalho submetido à apreciação do Centro de Estudos Políticos e Sociais, a M.E.M.E.U.P., por mim chefiada, realizou uma campanha de estudo no norte da Província de Moçambique, de meados de Julho a princípios de Novembro, tendo ainda o primeiro assistente, Dr. Manuel Viegas Guerreiro, concluído as suas pesquisas sobre os Boers de Angola e feito uma viagem de prospecção naquela província.

Infelizmente, a terrível burocracia que se levanta perante o investigador, como a barreira mais difícil de transpor, apesar de todas as aparentes boas-vontades, faz perder imenso tempo, invalida esforços e desanima bastante. Uma Missão, que normalmente é constituída por cientistas sem preparação contabilística, é obrigada, a gastar metade do tempo a fazer contas e a pensar em recibos, a fazer descontos e a pensar em operações bancárias.

Quando chegamos a Lourenço Marques, ao contrário do que era de esperar visto termos oficiado a tempo, pedindo a transferência de verba para aquela Província, o dinheiro ainda não tinha chegado, o que nos obrigou a perder tempo, e fazer despesas com telegramas em vez de seguirmos logo para o Planalto dos Macondes onde o trabalho nos aguardava. Em Angola sucedeu uma coisa ainda pior! Este ano a Província de Angola contribui com a importância que foi posta à ordem da Missão no Banco de Angola, em Luanda. Como quem trabalhava nessa Província era o 1º Assistente, Dr. Viegas Guerreiro, passei-lhe uma procuração em que lhe conferia todos os poderes para poder assinar e levantar o dinheiro posto à ordem no referido Banco. Contudo, recusaram-se a entregar-lhe o dinheiro e ele foi obrigado a fazer empréstimos a particulares mais confiantes do que o Banco [2] a fim de levar a cabo as tarefas projectadas. O pior é que apesar de troca de cartas e telegramas a pedir a transferência da importância para Lisboa, durante o ano de 1958, onde

eu a podia levantar e pagar os compromissos da Missão, não foi possível, o que certamente irá originar complicações com o Tribunal de Contas.

Talvez tivesse sido aconselhável, sob o ponto de vista burocrático, eu ter vindo a Luanda levantar o dinheiro, deixando por terminar a campanha em curso no Planalto dos Macondes, e gastando muito mais dinheiro ao Estado. Confesso que já não sei se é assim que se deve proceder, mas, pelo que vejo, é assim, embora a minha experiência anterior no Brasil e nos Estados Unidos fosse diferente. Por outro lado, como já fiz referência no relatório anterior, o Instituto da Alta Cultura em Portugal, apesar dos seus modestos recursos, tem uma orgânica mais de acordo com a investigação, e nunca tive a mínima dificuldade durante os 12 anos em que tenho trabalhado no Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Porque razão se não procura remediar este mal o mais rapidamente possível? Se queremos melhorar o rendimento da nossa investigação, teremos de começar a suprimir estes inconvenientes.

Por outro lado, encontramos muitas boas vontades, tanto do Governo Geral, como do Governo do Distrito de Cabo Delgado, dos Administrativos de Mocímboa da Praia, Mueda, Palma, Nangade, assim como os Serviços de Saúde e Serviços Meteorológicos.

[3]

II

Estudo monográfico do povo Maconde

O principal centro de interesse da Missão foi o estudo do povo maconde. A campanha realizada este ano no Planalto dos Macondes levou à conclusão dos trabalhos iniciados na campanha anterior. É evidente que um trabalho levado a cabo durante as férias, nuns escassos meses, que infelizmente ainda não são inteiramente aproveitados porque a burocracia toda poderosa obriga a sacrifícios de tempo e energia, não se pode comparar ao trabalho de um etnólogo que passa longos anos numa região, como foi Junod ou como é, hoje, o Pe. Carlos Estermann. Contudo, uma longa experiência de pesquisas de campo nas regiões mais variadas, deu-nos uma certa facilidade para estabelecer contactos e captar confiança e simpatia das populações nativas. A

aprendizagem da língua maconde, que iniciamos logo de entrada, serviu para abrir fácil caminho. A princípio houve desconfianças e mesmo hostilidade da parte de alguns, mas aos poucos, tudo se desvaneceu, e, na segunda campanha éramos recebidos em toda a parte com simpatia, ou até com alegria.

Se a investigação nas nossas Províncias Ultramarinas estivesse mais adiantada, a Missão lucraria em fazer mais uma ou duas campanhas na mesma região. Então, poderíamos chegar mesmo ao fundo de todos os problemas. Mas, pensando no que está por fazer, seria talvez desacertado dedicar tanto tempo só a um povo e esquecer todos os outros. Por outro lado, os estudos rápidos, de prospecção relâmpago, não fazem sentido nenhum no nosso tempo e já deviam estar feitos no séc. XIX.

Em face disto, decidimo-nos por um estudo em profundidade de uma área cultural, a área maconde, e estabelecer posteriormente uma série de relações com as populações vizinhas: macuas, andondes, angónis, ajauas e macondes do Tanganica.

Os materiais para a monografia dos macondes estão recolhidos e estão já a ser aproveitados pelos três componentes da Missão tendo em vista uma monografia. Já estão redigidos [4] alguns centos de páginas e temos a intenção de entregar o manuscrito pronto para impressão, com as respectivas fotografias, mapas, desenhos, e músicas até ao fim do ano de 1959. Esta monografia virá a ter umas 500 ou 600 páginas e deve ser o trabalho mais completo realizado até hoje por portugueses, em relação a uma população ultramarina. Está claro que completo não quer dizer perfeito, e só a crítica se poderá posteriormente pronunciar quanto ao valor da obra.

O verdadeiro relatório será portanto a monografia do Povo Maconde da qual nos limitaremos a dar aqui o índice, sujeito a possíveis alterações:

I – Prefácio

II – Introdução

III – Quadro Natural	Relevo
	Solos
	Clima
	Flora

	Fauna	
IV – O Povo Maconde	Elementos de antrop. física. Possível origem. O que sabem acerca da origem. Suas relações históricas com angónis, macuas, ajauas, andondes, macondes do Tanganica. Suas primeiras relações com Portugueses (Companhia de Niassa. O Governo e a Administração). As Missões Holandesas.	
V – Economia	Agricultura (alfaias agrícolas) Criação (currais) Caça (armas e armadilhas) Colheita Distribuição, permuta e consumo	Presentes Troca Venda Contrabando
[5]	Outras actividades remuneradas	Carpinteiros Ferreiros Escultores Curandeiros Adivinhos Nalombos Humus
VI – A aldeia	Distribuição dos edifícios A casa antiga e a moderna Os celeiros e silos Galinheiros, pombais, pocilgas Edifícios públicos	móveis chitala casa do mapico maúli túmulos
VII – Técnicas	Cestaria Olaria Objectos de uso corrente Tecidos de casca de árvore Fogo	
VIII – Cuidados com o corpo	Higiene e asseio Tatuagem Ornamentos Mutilações Vestuário	

IX – A alimentação	Comida diária segundo as estações Comida ritual Bebidas Tabus alimentares Sal Estimulantes e narcóticos	
X – Estrutura social	Relação com o ambiente A família conjugal e a família extensa Sexo e Idade Parentesco	Pedido de Casamento Casamento e parto Divórcio Sororato e levirato Divisão do trabalho Classes de idades Família Likola (clã) Irmandade de sangue Likola de brincar Linhagem e classe Estratificação social
[6]		
XI – Medicina e saúde	Rotina diária	Homem Mulher
XII – Vida Social	Educação Ritos de passagem ao casamento Desenvolvimento sexual Ritos de passagem do casamento à morte Etiqueta	
XIII – Organ. Política	Chefe da aldeia Likola Guerra	
XIV – Direito Consuetudinário	Justiça Ordálio Pena Direito de Propriedade	
XV – Vida Sobrenatural e ritual	Monoteísmo Ancestralatria Magia Feitiçaria Concepção de forças	

XVI – Sabedoria (o que sabem do mundo)	Geografia	Situação geográfica Relevo Estações
	Botânica Zoologia Remédios Contar	Coisas Dias Meses Anos
	Maneiras de registrar	
XVII – Literatura oral	Contos Lendas Adivinhas Provérbios	
XVIII – Jogos e Divertimentos		
XIX – Língua	Descrição geral da língua tonal Vocabulário Gramática Aspectos literários Carácter da língua	
[7]		
XX – Artes decorativas e plásticas	Arte aplicada Arte decorativa Arte pura	Pintura Escultura
	Máscaras O problema artístico perante os contactos de Cultura	
XXI – Música	Instrumentos musicais Canto Música ritual A importância do ritmo na vida maconde	
XXII – Dança	Danças rituais	Nalombos Mapicos Liua
	Danças Profanas	
XXIII – O elemento dramático		
XXIV – Personalidade modal		

XXV – Problemas resultantes dos contactos de cultura

Portugueses
Tanganica
Missões
Maometanos
Monhés

XXVI – Considerações finais

Como dissemos, possuímos os materiais necessários para a redacção desta monografia; falta agora o estudo das relações com as populações vizinhas. Projectamos para este ano uma viagem através do território ocupado pelos macuas e pelos ajauas, indo até ao lago Niassa, passando depois ao Tanganica, onde devemos fazer algumas observações nos macondes do norte do Rovuma. Esta viagem será de grande interesse para situar a população maconde em relação aos povos, com quem entram em contacto. Sobretudo um estudo, embora rápido, das populações macondes do Tanganica tem enorme interesse etno-sociológico.

[8]

III

Problemas políticos e sociais observados do alto do Planalto Maconde

As tensões observadas na campanha anterior tendem a agravar-se. O regresso de muitos indígenas do Tanganica veio criar alguns problemas que, embora a administração procure eliminar por uma disciplina rígida, nem por isso deixam de subsistir contribuindo para aumentar a tensão.

Um desses problemas é a rápida transformação do direito da propriedade rural. A terra era inicialmente, – e ainda é hoje, em regiões do planalto menos povoadas (por dificuldade de obter água) ou nas baixas – propriedade colectiva; ou melhor, os homens tinham direito ao seu usufruto, pois a terra era dos deuses. Dentro de uma área vasta, tradicionalmente considerada como território maconde, qualquer aldeia podia fixar-se e cada vizinho tinha o direito de arrotear a terra que quisesse. Quando alguém abandonava uma terra ela voltada a ser “de ninguém” e qualquer outro podia cultivá-la. Só os frutos das

árvores plantadas eram considerados propriedade daquele que plantara a árvore, desde que continuasse a viver perto e viesse a colher os frutos.

Com o aumento da população que se vai verificando nos últimos tempos, as terras do planalto mais apreciadas pela proximidade de nascentes e pela qualidade do solo são as do sul e sudoeste entre Miteda, Muatide e Muidumbe, onde a densidade demográfica começa a ser muito grande. A densidade no planalto é de 30 habitantes por km², o que, em relação à densidade das baixas que no Nairoto é de 1 habitante por km² e em Negomano ainda menor, se pode considerar elevada. Embora não possua dados para calcular a densidade dessa região do planalto, quem a tiver percorrido muitas vezes, como nós o fizemos, verifica que ela é bem superior ao resto do planalto.

Daqui resulta que a propriedade da terra se foi aos poucos tornando individual. Um camponês, depois de ter arroteado várias *machambas*, quando procurava mato virgem para nova arroteia já a não encontrava e voltava às primeiras terras que tinha cultivado. Nasceu então o costume de considerar vagos direitos àqueles [9] que primeiro as tinham arroteado e quando algum homem casa e precisa de terra tenha de pedir a parente seus para o deixarem utilizar terras consideradas deles.

Ultimamente, esta tendência vai-se vincando mais, e os indivíduos que regressam do Tanganica e não têm terras, apelam para os direitos sucessórios, dizendo que esta ou aquela terra era do seu tio, ou do seu pai, e que, portanto, têm direito a ela. Até aqui só existia herança de bens móveis e o herdeiro costumava ser o sobrinho materno do defunto. A terra, essa era propriedade da mulher enquanto a trabalhava e não se herdava. Agora surge o problema de saber se se herda a terra por via materna ou avuncular, ou se é por via paterna, como pretendem alguns, que tenham vivido em regiões do Tanganica onde prevalece o regime patrilinear, o julgam mais defensável.

Este processo em sido tão rápido que não só há alguns que cultivam sempre as mesmas terras, segundo um sistema de rotação com um pousio trienal, como até já há quem tenha vendido propriedades por 150\$00, coisa absolutamente inédita e que implica numa total revolução no regime de propriedade. Isto não seria grave, porque foi afinal o caminho que as coisas tomaram na Europa a partir do Neolítico e através da proto-história, se não fosse a excessiva velocidade do processo, o rápido empobrecimento dos solos e as ideias

subversivas daqueles que chegam do Tanganica e falam a todos das proezas do Sr. Nierere.

Segundo as informações de alguns indígenas a grande massa de indivíduos que têm regressado ultimamente do Tanganica está relacionada com a crise do sisal e sobretudo com a política dos salários mínimos imposta pelo Sr. John Nierere. Parece que muitas empresas em face das pretensões resolvem despedir pessoal. Aliás, nós já pusemos esta hipótese no ano anterior. Contudo, o Tanganica parece estar ultimamente a fazer uma intensa propaganda no nosso território, espalhando milhares de gravuras mostrando as vantagens que os sisaleiros oferecem: boas palhotas, boas camas com colchões e, por outro lado, apresentam a tarefa diária de um trabalho com uma pequena quantidade de sisal cortado.

[10]

Infelizmente ainda não nos foi possível ir ao Tanganica, porque não se pode passar legalmente pela fronteira de Mocímboa do Rovuma, embora aí tivéssemos todas as facilidades de parte dos monhés que, não só nos punham carro do outro lado à disposição, como nos cambiavam o dinheiro necessário e nos davam uma carta de apresentação. Mas como soubemos ser um acto ilegal, perante as autoridades, não quisemos beneficiar dessas facilidades clandestinas e nesta campanha munimo-nos de um visto no consulado inglês de Lourenço Marques e dispusemos as coisas para ir Palma e Quionga, a fim de atravessar legalmente a fronteira. Tivemos então a grande decepção de saber que podíamos de facto atravessá-la quanto a formalidades legais, mas que praticamente não se podia atravessar o Rovuma sem grandes perdas de tempo e de dinheiro, o que nos obrigou a desistir e a arrepender de não ter seguido a via ilegal, que afinal era a única possível para quem não dispunha de muito tempo e de muito dinheiro.

Todavia, apesar de não termos ido ao Tanganica, e de só conhecermos o que se lá passa através de trabalhadores rurais indígenas, nota-se que se está a dar uma evolução rápida no sentido de maior protecção aos operários e rurais, fixando salários mínimos, horas de trabalho, melhoria nas condições de instalação e alimento. Por outro lado, essas medidas têm sido acompanhadas de propaganda mais ou menos subversiva e os indígenas mais conscientes da sua força e dos seus direitos começam a reclamar mais regalias. Nos últimos dias de

Julho houve um movimento de protesto em Dar-es-Salam onde 2.000 indígenas fizeram demonstrações públicas.

Todos estes movimentos têm a sua repercussão no norte de Moçambique, embora não se exteriorizem porque o indígena sabe perfeitamente que não pode, por enquanto, fazer qualquer movimento de protesto. Contudo, notamos este ano uma inquietação maior, uma maior necessidade de reagir contra a rigidez e severidade dos nossos métodos.

Alguns portugueses dizem que se eles se sentissem bem no Tanganica não regressavam a Moçambique. Isto mostra desconhecer o indígena, como homem que é, está preso ao seu torrão na [11] tal, às paisagens em que se criou e onde os seus antepassados estão enterrados. Além disso, o indígena vive intimamente integrado num ambiente familiar que lhe é extremamente caro, tão caro que, quando as autoridades querem apanhar algum culpado fugido para o Tanganica, sabem que ele se virá entregar se lhe prenderem a mulher, a mãe ou ainda a sogra. Outras vezes apanham-nos quando eles movidos pelas saudades da mulher e dos filhos, vêm a ocultar visitá-los.

Por outro lado o indígena considerado português, vive no Tanganica como trabalhador. Não possui aí direito à terra. Se leva a mulher esta pode, juntamente com ele, construir uma palhota e viver do que ele ganha, mas são obrigados a comprar os géneros nas lojas, o que torna a vida mais cara. Quando, por qualquer razão, se desemprega não pode aguentar-se muito tempo, porque não dispõem de recursos para fazer face a uma crise e tem de regressar. Só os que se destribalizam acabam por ficar definitivamente, porque se desligam dos valores da sua cultura tradicional e ficam como elementos sociais desgarrados, a gravitar em torno da cultura ocidental sem nela se integrarem. Felizmente a quase totalidade dos macondes está integrada na sua cultura. Mesmo os cristianizados não estão em conflito com a sua cultura tradicional, o que facilita espantosamente a nossa tarefa e nos permitiria exercer uma fácil acção assimiladora, se fôssemos capazes de a saber e poder orientar. Porém, os contactos com os portugueses são praticamente nulos. Grande parte dos professores-catequistas não conhecem a nossa língua, nem sequer são simpatizantes connosco. Só um, ou outro que, por circunstâncias várias, conviveram com portugueses e fora da Província: soldados que estiveram em

Goa e Macau, outros que visitaram a Metrópole em exposições coloniais, conservam um certo calor patriótico.

A língua portuguesa, que se devia ter tornado a língua de inter-relação entre as diferentes populações do norte da Província está longe de vir a desempenhar tal papel, que cabe plenamente ao suaíli. Até as inscrições que às vezes fazem nas paredes das casas são em suaíli. Só de longe a longe, uma criança que frequenta uma das poucas escolas, onde os professores sabem português, [12] escreve uma ou outra palavra em português na parede das casas. Apesar das Missões Holandesas estarem há uma dezena de anos no Planalto e de terem exercido uma inteligente e hábil acção catequizadora, não foi possível encontrar uma única mulher capaz de saber falar português para servir de intérprete à 1ª Assistente de Missão. Os indígenas, ou são políglotas, e entendem-se falando as línguas uns dos outros, ou servem-se de suaíli.

O facto de ser o suaíli a língua de relação entre as várias populações tem o grande perigo de abrir uma porta à propaganda vinda do Tanganica e de associar as populações do Norte de Moçambique ao bloco suaíli que se estende por uma vasta área para o Norte do Rovuma, separando-as das populações do centro e do sul da província.

No Planalto os rádios são raros, mas para o litoral vão-se multiplicando e a propaganda do Cairo e da Rússia vão-se fazendo sentir. Por enquanto esta propaganda dirige-se mais à Rodésia e ao Niassa, mas também nos vão atacando de vez em quando. Quando o Administrador de Mueda construiu um aeródromo, as emissoras troçaram e diziam que nunca lá pousaria um avião. A afirmação foi desmentida com uma festa inaugural do campo, feita há cerca de um ano, em que veio um ou mais aviões juntamente com autoridades civis, militares e religiosas.

No litoral, os pequenos rádios de ondas curtas com pilhas vão aumentando. Embora não haja nada que se compare ao número de aparelhos existentes ao Sul do Save, o certo é que os poucos que há servem para difundir notícias que são perigosas para a nossa soberania. Para combater tal perigo seria necessário que a língua portuguesa substituísse o suaíli e se organizasse uma central receptora e emissora que tivesse por função fazer outra propaganda, rebatendo com argumentos as objecções levantadas.

Já disse no relatório anterior que era imensamente necessário fazer filmes e cinemas ambulantes que mostrassem um pouco do que temos feito e servissem para educar pretos e brancos, pois infelizmente os brancos precisam muito de serem preparados para a tarefa que lhes cabe e que muitas vezes ignoram.

[13]

Por enquanto, os indígenas portugueses não dão motivos graves de inquietação, mas as coisas hoje evoluem rapidamente, e as sementes estão a ser lançadas. Um régulo de Quionga já está preso em Lourenço Marques e há uma certa inquietação nas populações que não se pode reprimir só pela força. Devíamos procurar criar um ambiente que nos fosse mais favorável, pois só assim a nossa permanência será duradoura.

a) Islamismo

O Islamismo é outra força invasora que insidiosamente se vai introduzindo e ganhando terreno. No litoral, como já disse no relatório anterior, a sua difusão é assustadora, mas não se limita ao litoral. Pelas baixas do interior ele vai fazendo progressos lentos mas constantes e os próprios macondes, que eram considerados refractários aos islamismo, começam a ceder à sedução da nova confissão. Muitos macondes de Palma, Nangade e Mocímboa da Praia estão hoje islamizados. Mas, mesmo no Planalto Maconde, esse reduto inviolável, e há tanto tempo sob a vigilância dos missionários católicos, começa a mostrar indícios de fraqueza. Já hoje se conhecem algumas aldeias onde entrou o islamismo e duas delas perto das Missões. Por sua vez, no centro principal do Planalto, em Mueda, o islamismo ganha terreno. A mesquita já é pequena para as necessidades e vão construir outra maior. Até agora o padre era o intérprete da Administração, Saide, ajaua há muito no Planalto, mas agora veio um para se dedicar só ao serviço da mesquita e da escola. Um grupo de rapazes frequenta a escola islâmica. O mais triste é verificar-se que de alguns indígenas que trabalharam connosco, o mais desembaraçado em contas e mais rápido a compreender o que queríamos e em obter informações ou conseguir que nos facilitassem o acesso a rituais secretos era islamizado e tinha ido aprender numa escola islâmica muito longe de Mueda, por não haver escola portuguesa.

É certo que dois dos nossos intérpretes, que eram professores nas Missões, sabiam bastante português, não só falado como escrito e gramatical, pois

tinham frequentado uma escola das [14] Missões onde um tinha feito o equivalente ao 2º ano do liceu o outro tinha mesmo frequentado o 3º ano. Mas se o conhecimento da língua nos dava vantagem, eram por outro lado pessoas difíceis, pouco conhecedoras da cultura maconde, e um deles, cheio de complexos e inibições, que em parte advém de serem considerados indígena apesar das suas habilitações literárias. É fatal que homens mais instruídos do que muitos portugueses da Província, mas relegados para um plano social inferior pelo facto de serem indígenas, têm de ser extremamente equilibrados psicologicamente para não se sentirem frustrados e reagirem com tal. Além disso, o seu salário mensal de 130\$00 vem certamente agravar o sentimento de frustração. Ora se pensarmos que o ensino está entregue a homens que vivem nesta situação, e que, se mostram algum reconhecimento e simpatia por aqueles que os formam e instruíram, esse sentimento vai para os missionários holandeses e não para o nosso povo com quem nunca conviveram, e só conhecem através dos livros que os padres holandeses utilizaram para lhes ministrar a instrução necessária para virem a ser professores das Missões, devemos compreender a fraqueza em que assenta o nosso sistema formativo das populações nativas nesta região.

Os muçulmanos têm também dado mais solenidade às suas festas tradicionais. Assisti a várias, uma das quais realizada na loja de um monhé de nacionalidade portuguesa e fiquei admirado com a habilidade que eles têm para atrair os indígenas mais categorizados ao seu culto. Toda a gente sabe como o africano em geral gosta de pompa, da cor, da música e da dança, e é isto que lhes oferecem os monhés. O recinto das lojas do China e do Taúde transformaram-se em templos, cobertos de esteiras novas, onde os crentes entram descalços depois de lavarem os pés. Lá dentro, todos os participantes apareciam envoltos em panos brancos, ou com cabaia, cintos de prata na cinta, fez vermelho na cabeça. Outros com a cabeça velada por uma espécie de véu, como por exemplo o velho Saide, que estava quase irreconhecível na sua pomposa elegância. Ao fundo, junto à parede numa mesa coberta de pano branco havia objectos de culto. A iluminação intensa dava ao local um certo ar de acolhimento, que fazia esquecer que tudo isto se passava numa loja [15] de compra e venda. No balcão, o proprietário queimava perfumes orientais, e todos ali dentro se sentiam

elevados numa atmosfera de grande expectativa. Depois os cânticos, os movimentos do corpo e o banquete final foram intensificando esse grande sentimento de júbilo interior tão grato a um grande número de pessoas.

Tudo isto, como digo, há-de vir a atrair cada vez mais indígenas. Se não fosse o gosto que o maconde tem na carne de porco, que é um dos animais que melhor se dão no planalto, mais rápida seria a conversão de muitos. Mas mesmo os africanos mais cultos e de formação católica, como sejam os enfermeiros do hospital, é aí nas lojas dos monhés que encontram ambiente para conversar um pouco e tomar uma chávena de chá ou café. É aí que se discutem as novidades trazidas pela imprensa ou ouvidas na rádio, e pelas conversas que tive com eles sei bem como estão bem informados do que vai por África e pelo Mundo. Estes homens, que julgo serem cidadãos portugueses pela lei, também não têm outros contactos com os portugueses que não sejam os que resultam das suas profissões; porém um pouco de convívio não existe; esse convívio que liga os homens por laços afectivos e os irmana pela participação da mesma cultura. Porém, como é isto possível se quase não existem portugueses no Planalto, além dos funcionários administrativos, funcionários da Sagal, e um ou outro que a necessidade trouxe com maior ou menor permanência e esses, sendo tão poucos, só convivem entre si?

Portanto o islamismo, mesmo quando não converte, é um foco de atracção dos elementos africanos mais evoluídos e ao mesmo tempo um centro de difusão de ideias que nem sempre nos são favoráveis. Se não vamos ao encontro de todos os africanos que ainda nos são afectos oferecendo-lhe um certo apoio e provando a nossa sinceridade de propósito de considerar portugueses aqueles que se podem tornar cidadãos portugueses, atraindo-os em vez de os desprezar, podemos ter a certeza de que dentro em pouco desertarão das nossas fileiras.

Pelo que se vê hoje em África, a grande fogueira das reivindicações e das aspirações à autonomia alastra assustadoramente. A disciplina rígida e severa pode manter essas populações [16] tranquilas durante mais ou menos tempo, mas não podemos assim assegurar a sua fidelidade futura. Não me cabe a mim, simples etnólogo, dizer como é que eles podem ser resolvidos, mas não devo ocultar que o descontentamento aumenta e que este não é só uma consequência de ideologias difundidas pela propaganda subversiva.

[17]

IV

O possível aproveitamento turístico de Palma

No último relatório chamei a atenção para o facto de muitos portugueses obrigados a viver no mato, sentiram uma forte inquietação psíquica que os leva a detestar a região e as gentes onde vivem e a sonhar regressar o mais depressa possível à civilização. Entre os funcionários é considerado como um castigo vir para o norte da Província e fazem tudo para poder regressar a postos mais próximos de centros civilizados. Por outro lado falei no desbaste que leva a caça, que é vendida em Nampula como carne seca, o que deixará dentro de alguns anos esta região vazia de caça grossa e os caçadores que agora vivem desses lucros, amanhã ficarão em situação precária. Relacionando estes dois factos, e pensando no que se faz no Quénia e em outras regiões de África, pensei que se se criassem alguns centros de turismo cinegético, que atraíssem milionários estrangeiros, podíamos fazer um melhor aproveitamento da caça e ao mesmo tempo dar a esses portugueses perdidos no mato a possibilidade de um vez por outra poderem ir até um desses hotéis de turismo comer uma refeição mais requintada e sentir os benefícios da civilização através de certo conforto, elegância e convívio com gentes de outras terras. Como disse, estes hotéis poderiam vir a ser futuros centros urbanos, porque à sua volta se fixariam alguns indivíduos capazes de aproveitar as vantagens de tal proximidade.

Este ano, uma visita mais demorada que fiz a Palma, mostrou-me que essa sugestão é perfeitamente realizável e com muito mais êxito, combinando a pesca com a caça e aproveitando as belezas naturais de Palma que são verdadeiramente excepcionais. O clima é agradabilíssimo, a paisagem de coqueiros, mar azul e ilhas graciosas é encantadora. De Mocímboa até Palma o mar é riquíssimo em variedades e quantidades de peixes.

Para a humanidade cada vez mais ávida de sensações, paisagens românticas, climas agradáveis, exotismos e desporto, nós oferecíamos condições excepcionais. Palma seria um grande [18] centro de turismo: praias de banhos,

pesca, navegação à vela, indígenas com lindas indústrias de entrançados policromados de que fazem esteiras, sacas, etc. e grupos locais com música indígena e bailados de que hoje andam famintos os cidadãos civilizados.

Palma seria um centro de irradiação para o interior. Em Nangade existe um grande lago, belíssimo e rico em peixe e hipopótamos. Nos planaltos dos macondes não há a mosca do sono e pode dizer-se que não há malária. Ali podiam construir-se boas pousadas, situadas em lugares do planalto com bonitas paisagens, onde os turistas encontrariam guias, caçadoras e tudo o que fosse necessário para irem às baixas caçar as espécies em que estivessem interessados. Estas caçadas seriam muito bem pagas e remuneradoras, e por este sistema nós podíamos melhorar consideravelmente a nossa rede de comunicações, atrair e fixar mais portugueses e se os soubéssemos educar, e educar os indígenas, assegurávamos no norte da Província uma permanência que actualmente é muito precária. Para realizar tal projecto o Estado nem precisa de desembolsar dinheiro. Manda fazer um projecto e interesse na empresa capitalista da Província ou da Metrópole, e se estes não quiserem deve haver estrangeiros que se queiram arriscar.

[19]

V

Uma Exposição de fotografias e objectos a fazer

A Missão, reconhecendo que pouco se sabe em Portugal da vida indígena, e que não existe um museu de etnografia africana, resolveu adquirir algumas peças que tenciona expor este ano em Lisboa, juntamente com várias das numerosas fotografias feitas pelos membros da Missão.

Já na primeira campanha tínhamos particularmente comprado alguns objectos artísticos para oferecer a amigos e para nosso próprio regalo. O grande interesse que eles suscitaram entre pessoas amigas levaram-nos a pensar alargar essas aquisições à conta da Missão.

Devemos dizer que foi à custa de muito trabalho e de muitas canseiras que o fizemos, mas julgamos que com isto contribuímos, embora modestamente, para uma das colecções do futuro Museu do Ultramar. Se nos lembrarmos que países

como a Suíça, a Holanda ou a Dinamarca e muitos outros, que não têm interesses em África, possuem magníficos museus, onde a África está dignamente representada, e onde, por vezes, não faltam boas colecções de etnografia das nossas próprias Províncias Ultramarinas, compreendemos que qualquer esforço que façamos nesse sentido é só para desejar.

A Missão, além da aquisição de objectos, possui hoje cerca de quatro mil fotografias e diapositivos, assim como alguns filmes a preto e branco e a coloridos, que servem para documentar muitos dos assuntos estudados, e serão utilizados em publicações, no ensino e em conferências. É certo que estas matérias são obra de investigadores sem a necessária preparação técnica, que se exige a fotógrafos de cinema profissionais, o que aliás sucede na maior parte das investigações etnológicas realizadas por estrangeiros, quando não há tal abundância de dinheiro que permita levar-se operadores profissionais. A experiência mostra-me que não ficaremos mal colocados em conferências internacionais de especialistas.

[20]

VI

Informações respeitantes a territórios vizinhos de Moçambique

O Exmo. Professor Raul Ventura, ex-Ministro do Ultramar, disse-me antes de a Missão sair para Moçambique, que gostaria de ter algumas informações relativamente à situação política e social em alguns territórios vizinhos, nomeadamente Rodésia e Niassa e que se fosse possível desse uma volta por lá. Infelizmente, a necessidade de cumprir um programa estabelecido, e a dificuldade que, às vezes, existe, em resolver rapidamente problemas de atravessar fronteiras, fazer despesas em territórios estrangeiros que se não podem documentar, e a questão da guia do funcionário que teve de ser carimbada à saída e à entrada, etc. fez com que não tivéssemos podido obter informações *in loco*. Mas como no presente ano lectivo devo ir fazer um curso à Universidade de Witwatersrand em Joanesburgo, vai-me ser fácil colher informações em primeira mão não só na União Sul Africana, como na Rodésia e

Niassa, visto que a Universidade me dá toda a liberdade para me deslocar e fazer os estudos que são de utilidade à Missão.

Contudo procurei informar-me o melhor que pude, conversando com as pessoas que estão mais ao par do que se passa além fronteira, e as notícias não são tranquilizadoras. Em certos momentos parece que tem chegado a haver pânico e as autoridades estão alarmadas, chegando a criar-se autêntico estado de sítio.

No Niassa um personagem africano importante, que estudou em Inglaterra e que nestes últimos tempos vivia em Ghana e era um amigo do Presidente Nkruma, resolveu regressar ao Niassa seu país natal. A multidão que se juntou aguardando a sua chegada era impressionante e quando chegou um avião antes daquele que aguardavam que era o dele, e, como não vissem desembarcar o seu ídolo, foi difícil conte-los pois queriam deitar fogo ao [21] avião. Quando finalmente chegou foi recebido com delírio por milhares de africanos, entre os quais se viam alguns brancos a tirar fotografias.

Este grande personagem logo que chegou foi investido pela população, recebendo as insígnias de chefe. Foi precisamente uma mulher angoni, viúva de um régulo que parece ter sido maltratado por nós, a pessoa indicada para lhe colocar sobre os ombros uma pele de leopardo, insígnia do poder, e nas mãos meteram-lhe uma vassoura para ele varrer o Niassa da Federação, ou para varrer os brancos. Porém ele fez declarações aos jornalistas em que se dizia amigo dos brancos, pois deles recebera a cultura ocidental, mas que os queria como colaboradores, com os mesmos direitos e não como senhores.

Compreende-se o que isto representa nestas terras, e a repercussão que deve ter a nossa Angónia, se nos lembrarmos que metade do povo angóni vive em território português e que foi a viúva de um régulo português a pessoa encarregada da investidura.

Parece que em parte os conflitos resultam da segregação racial que se observa no Niassa e na Rodésia. É certo que eles, ao contrário da União, não adoptam a segregação como principio ideológico, mas como regime transitório. Dizem eles que aos poucos se virá a acabar com a segregação, mas que não se pode acabar com ela de um dia para o outro. Adoptaram então um sistema chamado multi-racial. O Governo apoia este sistema com todo o vigor e manda construir escolas, hotéis, etc. multi-raciais, onde indivíduos de todas as raças podem

conviver, mas é raríssimo encontrar lá um branco. Por outro lado, há escolas, hotéis, restaurantes, etc. onde proíbem a entrada de gente de cor. Quando criticam essa proibição o Governo objecta que se trata de empresas particulares e que cada um é livre de governar a sua casa como quiser. O que não obsta de que muitas dessas empresas sejam subsidiadas pelo Estado. Nesta política tanto se pode ver uma tentativa honesta de acertar, como uma política hipócrita, que permite manter a segregação e deitar [22] poeira aos olhos dos africanos. O certo é que se têm levantado movimentos de reacção africana e ainda não é de prever como serão solucionados.

Em Salisbury criaram uma Universidade com *colleges*, onde se aplica o princípio da segregação multi-racial. Os *colleges* estão divididos em pavilhões, uns para brancos e outros multi-raciais. Os pavilhões destinados aos brancos são só reservados a estes e nenhum indivíduo de outra raça está autorizado a entrar lá. Nos pavilhões multi-raciais podem habitar indivíduos de todas as raças, inclusivamente brancos. Nos pavilhões multi-raciais viviam há tempos uns 12 estudantes brancos que explicaram tal preferência, pelo facto de terem lá mais sossego para estudar, pois nos pavilhões europeus não se levava a vida tão a sério e havia muita indisciplina.

Nos pavilhões multi-raciais, os estudantes de outras raças têm todo o interesse em não perder tempo e em aproveitar o mais possível o período escolar porque desejam subir e triunfar pelo esforço o que contribui para que nesses pavilhões exista um ambiente mais propício ao estudo.

Sobre estes problemas darei para o ano informações directas muito mais circunstanciadas.

O Chefe da Missão,

Jorge Dias

[23]

Em Angola

Os boers

Em nosso Relatório do ano passado informávamos que se tinha constituído na África do Sul uma “Comissão de Auxílio aos Boers de Angola”. Reunira ela milhares de libras destinados a socorrer os seus irmãos de raça, não se tendo, entretanto, estabelecido o modo como devia ser dada essa ajuda e onde. Uns queriam-na em Angola, desejavam outros recebê-la na União. Tínhamos então previsto, com fundamento na opinião dominante entre os Africânderes de Angola e nos meios beneméritos da África do Sul, que acabaria por sair da nossa Província a maior parte desta improgressiva e preguiçosa gente. É o que, de facto, está acontecendo. Em princípios de Novembro último tinham já deixado Angola algumas dezenas de Africânderes e outros se aprestavam a correr a mesma sorte. Vendem os poucos imóveis que possuem e tudo quanto possa converter-se em dinheiro, ao desbarato, já se vê na pressa e obsessão em que os põe a nova miragem. Uma boa espingarda, por exemplo, vi eu vendida por menos de metade do seu exacto valor. Juntam-se em grupos e abalam em camionetas que os benfeitores do Sul lhes põem à disposição.

O dinheiro, porém vai-se esgotando e novos apelos vão sendo feitos continuamente. O “Comité Nacional para a reinstalação dos Africânderes de Angola” pediu, em Dezembro último, que se juntasse a importância de 20.000 libras para custear despesas de repatriação.

Saem os mais deles indocumentados e poucos, a quem o receio de insucesso faz pensar num possível retorno, afadigando-se junto das nossas autoridades para que lhes legitimem a ausência e lhes garantam o provável regresso. E têm razão os cautelosos. Já escrevemos que “As boas terras da União há muito foram distribuídas e não faltam lá pobres a quem o Governo tem de proteger e que dele aguardam, a todos os momentos, a solução ideal que os nossos Boers em vão procuram”. É certo que lhes acenam com a promessa de os instalarem em propriedades, onde possam trabalhar [24] à sua custa, mas, entretanto, vão-nos distribuindo por explorações agrícolas de sul-africanos, nas quais, certamente,

terão de ganhar, como assalariados o pão que comem. O meio-boer de nascimento e boer inteiro por educação, Pedro Geraldês Milho, casado com a senhora boer, hoje instalado no Pecolo, com razoável fortuna em gado, informava-me o ano transacto de que tinha vivido 20 anos na União, depois do êxodo de 1928, e, apesar de homem de trabalho, teve de voltar a Angola, por não lhe serem fornecidos os tais terrenos onde se instalassem.

Mas das dificuldades futuras destes incuráveis doentes de ir e vir não temos nós de cuidar, uma vez que é voluntária a sua saída; não temos, se desta feita, tomarmos as medidas que parecem de aconselhar: Não os deixar mais regressar a Angola ou, pelo menos, os que saírem clandestinamente e serão quase todos. Ficarão connosco meia dúzia de famílias, porventura algumas das que vivem em relativa prosperidade económica. E dizem-me que Jean Diedriks, o ano passado, o mais obstinado propagandista da abalada, resolve ficar em Angola. A ser verdadeira a notícia, ou os negócios lhe correm melhor cá, ou não Vê bem, agora, como lhe hão-de correr melhor lá.

Foi nossa intenção dar uma volta pelo arquivo de Sá da Bandeira, na busca de documentos inéditos que pudessem completar a história da ocupação africânder das terras do Sul. Frustrado ficou, todavia esse propósito, porquanto o Arquivo estava em arrumação, não permitindo consulta útil sem perda de muito tempo a que não nos poderíamos sujeitar.

[25]

Prospecção etnográfica no Sul e Norte de Angola: bochimanes e cabindas.

Em viagem de prospecção etnográfica para registo de matéria de possível estudo de futuras campanhas desloquei-me a terras do Sul de Angola, de entre o rio Cunene e o Cubango. Tomei como centro de irradiação a pequena aldeia de Cuvelai e daí me dirigi para sudoeste e sudeste, tendo estabelecido contacto com dois grupos de Vacuancala ou Bochimanes: com um, na mulola do Chiveio, nas proximidades de Cuvelai; com outro, na mulola Cunene, a 150 km

a sudoeste da referida povoação. No regresso a Sá da Bandeira e a uns 40 km de Capelongo, na região de Hossi, pude visitar um terceiro grupo. Fotografei, e filmei, com certo êxito, alguns aspectos do seu viver actual, além do breve estudo que dos mesmos pude fazer no pouco tempo que me foi dado estanciar entre eles. Os resultados da primeira destas tarefas estão à vista nos ficheiros da Missão e da segunda espero dar conta, depois da nova convivência que com Bochimanés devo manter no ano que passa.

Os apontamentos que se seguem pretendem, apenas, dar ideia do sincretismo de culturas para que dia a dia se caminha, em relação à gente bochimane, e da urgência que há em estudá-la tão completamente quanto possível.

Os Vacuancala da mulola de Chiveio mantêm vida material primitiva, porquanto se não aplicam ainda aos trabalhos agrícolas, mas a transição para uma economia rural não está longe dos seus modos de vida. Semearam já um campo e a experiência teria frutificado, se a falta de chuvas lhes não tivesse inutilizado todo o esforço. Acampamento (abrigos e disposições deles) é o típico da sua cultura, contudo entre os utensílios específicos dela vêem-se tachos e bacias de alumínio e esmalte. E, no vestuário, uma mistura em que estão patentes o feitio da antiga cobertura de peles e os panos bantos. Nos adornos a mesma presença dos Negros e exame atento irá descobrir, [26] num ou noutro aspecto da vida material, a própria influência dos Portugueses, quer mediata, através dos Negros, quer imediata, já que alguns destes Vacuancala trabalhavam actualmente para nós. Na sua actividade espiritual é do mesmo modo evidente a penetração dos costumes bantos.

Vivem neste acampamento cerca de 50 indivíduos e os vizinhos bantos com que presentemente privam são um ramo dos Handas do grupo Nhaneca-Humbe.

O referido grupo da mulola Cunene, arredado da presença contínua dos Brancos e mantendo, em relação aos Negros relativo isolamento – os Cuanhamas ficam longe e quimbos de Ganguelas e Quiocos são raros – é mais puro, mais homogéneo, menos afectado de elementos estranhos.

Em estado de quase total assimilação do modo de viver dos Bantos estão, porém, os que encontrei no Hossi. Cubatas como as dos Handas, vestuário, penteados e regular actividade agrícola. Só pelos traços físicos e falar sabemos que são Bochimanés. Não se entende, todavia, que esta população amarelo-escura e de baixa medida constitui uma raça pura. Corre nas suas veias, por

vezes, boa percentagem de sangue negro, fenómeno que é manifesto mesmo à vista de observador vulgar.

Na pressa com que tudo caminha, com os Negros em acelerada marcha de evolução e os Brancos a progredir cada vez mais para os sertões da Província, não é para admirar que dentro de poucos anos esteja quase irreconhecível a primitiva cultura bochimane. E é pena que isso suceda, antes de que os olhos abertos do etnólogo competente lhes devasse os segredos das suas milenárias tradições. Ficará por colocar na História da Sociedade Humana, um dos seus elos indispensáveis. Não será preciso, igualmente, encarecer o valor das consequências práticas de tal estudo: serão ainda umas 5.000 almas com que o mundo português poderá contar, sem o perigo de as tornar profundamente infelizes pelo desconhecimento de seus peculiares estilos de vida.

[27]

A rápida volta por Cabinda não foi, também, sem utilidade. Não faltam aí assuntos dignos de renovada atenção de estudiosos. Na casa indígena, a mais evoluída que conheço, parecem confluír os diversos estilos da arquitectura indígena, portuguesa, e, porventura, francesa e belga. O que se diz da casa julgo aplicar-se às gentes. Os Negros cumprimentam-nos com um atencioso baixar de cabeça. Homens e mulheres entendem o português e falam-no; foi facto que pude verificar até no mais fechado recesso da floresta do Maiombe. Nas aldeias bem alinhadas ao longo das estradas levanta-se a Igreja com a sua cruz no topo. Diz-se que a população é toda cristã. Seu ar é tranquilo, mas não sei como reagirá, em face da actual propaganda política congoleza.

O 1º Assistente

Manuel Viegas Guerreiro

[28]

Índice

I – Introdução	1
II – Estudo monográfico do povo maconde	3
III – Problemas políticos e sociais observados do alto do planalto maconde	8
a) Islamismo	13
IV – O possível aproveitamento turístico de Palma	17
V – Uma exposição de fotografias e objectos a fazer	19
VI – Informações respeitantes a territórios vizinhos de Moçambique	20
Em Angola – Os boers	23
Prospecção etnográfica no sul e norte de Angola: bochimanes e cabindas	25
Índice	28

ANEXO D

Jorge Dias, Manuel Viegas Guerreiro & Margot Dias (1960),
«Relatório da Campanha de 1959 (Moçambique, Angola,
Tanganhica e União Sul-Africana)»

CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS
DA JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR

MISSÃO DE ESTUDOS DAS MINORIAS ÉTNICAS
DO
ULTRAMAR PORTUGUÊS

RELATÓRIO DA CAMPANHA DE 1959
(MOÇAMBIQUE, ANGOLA, TANGANHICA E UNIÃO SUL-AFRICANA)

por
JORGE DIAS
(Chefe da Missão)
e
MANUEL VIEGAS GUERREIRO
(Adjunto)
e
MARGOT DIAS
(1.º Assistente)

LISBOA
1960

Relatório da actividade da Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português durante o ano de 1959

Introdução

A actividade de alguns membros da Missão foi obrigada a orientar-se de acordo com o facto de o chefe da Missão ter sido convidado para desempenhar as funções de professor convidado da Universidade de Witwatersrand em Joanesburgo.

Se por um lado, novas obrigações de responsabilidade internacional, roubavam algum tempo precioso, por outro lado permitiram trabalhar na monografia do Povo Maconde em condições excepcionalmente favoráveis pela existência naquela Universidade de uma biblioteca especializada em problemas africanos, a chamada biblioteca Gubbins, que não tem nada que se assemelhe em Portugal, não só pela qualidade e abundância de livros relativos à África do Sul e Oriental, como pelas facilidades de trabalho resultantes de uma excelente organização.

Nestas condições, durante os meses que o Chefe da Missão e o 1^a Assistente, Margot Dias, residiram em Joanesburgo, puderam trabalhar activamente na redacção de capítulos da Monografia, que lhes tinham sido atribuídos.

O Chefe da Missão, mais preso a Joanesburgo pelas ocupações docentes, pode terminar todos os capítulos a seu cargo. A 1^a Assistente, como tinha maior mobilidade aproveitou a estadia em África para realizar trabalhos de campo no Sul do Save, onde estudou aspectos da cultura Shangane e Chope, principalmente o ramo Valenge deste último grupo. Nos períodos que permaneceu em Joanesburgo estudou os capítulos dos Macondes que lhe foram atribuídos, e redigiu os capítulos sobre cestaria e olaria, tendo bastante adiantados o capítulo sobre a música e instrumentos musicais. No decorrer do ano de 1960 deve terminar este capítulo e escrever os capítulos sobre parentesco e ritos de puberdade. Estes últimos de colaboração com o Chefe da Missão.

O Adjunto da Missão, Dr. Manuel Viegas Guerreiro, sentiu [2] que lhe era indispensável voltar aos Macondes para poder redigir os capítulos sobre literatura oral, sabedoria popular e língua Maconde. De acordo com esta

necessidade permaneceu uma temporada no Planalto Maconde, onde colheu os elementos que lhe faltavam, indo depois ao sul de Angola estudar alguns aspectos da etnografia de populações de economia colectora, que tinha iniciado na campanha de 1958.

Tudo leva a crer que no decorrer de 1960 o Dr. Guerreiro tenha concluído a redacção destes capítulos sobre o Povo Maconde, podendo entregar-se então o manuscrito para impressão.

A calcular pelo que já está redigido e pelos elementos coligidos, a monografia virá a ter de 500 a 600 páginas, o que levará a dividi-la em dois volumes.

Estamos também a trabalhar na escolha de ilustração: mapas, desenhos, fotografias e músicas, indispensáveis num trabalho desta natureza.

Além dos materiais publicados os ficheiros da Missão vão sendo enriquecidos com numerosos elementos sobre a etnografia ultramarina, podendo vir a constituir um importante núcleo de consulta para estudiosos das ciências da cultura.

Independentemente das prospecções e estudos levados a cabo em Moçambique e em Angola, o Chefe da Missão juntamente com a 1ª Assistente, realizaram pesquisas de campo na União Sul Africana e no Tanganhica, de grande interesse para a melhor compreensão dos estudos iniciados na Província de Moçambique.

A abundância de elementos colhidos e as proporções que a nossa Monografia do Povo Maconde está a assumir, levaram-nos a resolver não incluir na dita monografia um capítulo sobre a aculturação dos Macondes de aquém e além Rovuma, como primitivamente vínhamos pensando, para vir a escrever mais tarde um trabalho independente sobre o assunto.

[3]

Os Macondes do Tanganhica

A viagem de pesquisa que levámos a cabo no Tanganhica foi de grande importância para a compreensão de alguns problemas relativos ao Povo Maconde. Não relataremos aqui tudo o que recolhemos com carácter meramente etnográfico, porque esses materiais serão aproveitados na

Monografia que estamos a redigir, ou no trabalho que aparecerá posteriormente intitulado: “Tipos de aculturação múltipla em dois grupos bantos das margens do Rovuma”. Limitamo-nos, portanto, a fazer referência aqui a alguns aspectos político-sociais que pelo seu melindre não poderão ser divulgados publicamente, e a dar alguns elementos da actual política no Tanganhica que interessam à nossa Província de Moçambique.

Durante as campanhas levadas a cabo nos anos anteriores, notámos a elevada emigração de Macondes para o Tanganhica e fizemos referência a esse facto nos relatórios de 1957 e 1958. Chamámos também a atenção para as possíveis consequências que daí podiam advir.

Afinal não nos tínhamos enganado quanto à importância da situação, simplesmente, uma vez conhecidos bem os factos e os números, a situação é bem mais grave do que supúnhamos.

Segundo publicações oficiais do Tanganhica, o número de Macondes portugueses imigrados atinge o número incrível de 27.489 indivíduos! Esta cifra é ainda mais extraordinária, se pensarmos que os Macondes portugueses devem orçar por uns 100.000. Infelizmente, esta debandada não está circunscrita ao grupo Maconde, pois há hoje no Tanganhica 95.464 Macuas e 126.741 Ajauas. Mas a imigração Ajaua já se vem fazendo desde os fins do séc. XIX e não sabemos se toma este carácter alarmante que observámos nos Macondes.

A imigração Maconde é principalmente grave porque do outro lado do Rovuma existe um povo também chamado Maconde que, com os seus 333.897 indivíduos, constitui um dos grupos mais numerosos do Tanganhica. Ora é bem natural que entre estes dois grupos nasça um certo espírito de solidariedade que amanhã pode dar origem a uma situação idêntica à que temos hoje no Congo, onde uma [4] realidade étnico-política se ergue com aspirações e pretensões que brigam com as fronteiras de três Estados soberanos, entre os quais está o nosso.

Infelizmente isto não são meros receios ou suposições mas surge já como uma ameaça concreta. De facto, constituiu-se há pouco no Tanganhica uma associação conhecida por “Tanganyika-Mozambique Makonde Union”. Esta Union tem grupos associativos em Dar-es-Salaam e Tanga. A Union foi reconhecida em Tanga pelo Governo Territorial dada a tendência da

Administração inglesa para consentir e fiscalizar todas as associações indígenas que não pareçam constituir uma ameaça directa para os poderes políticos.

Desta maneira temos constituída uma organização em que os Macondes do Tanganhica ficam unidos aos de Moçambique, como se se tratasse do mesmo povo, e estivessem ligados por laços íntimos de convívio e de cultura. Contudo, os Macondes do Tanganhica e os de Moçambique, embora provenientes de um tronco comum em remoto passado, constituem desde há séculos grupos independentes e diferenciados, sem laços especiais de convívio. Sabem que são aparentados, como o são os Matambués e os Andondes mas isso não quer dizer que se considerem pertencer ao mesmo povo.

A princípio pensámos que tal associação tivesse meros fins políticos subversivos e visasse, à maneira do que se está a passar no Congo, a uma tentativa de constituir unidades sociais e políticas africanas, cujos limites ultrapassam as fronteiras políticas tradicionais, criando um estado de inquietação que constitui uma ameaça para os Estados europeus com territórios em África. Todavia, após cuidadosas pesquisas viemos a descobrir que esta associação tem fins diferentes e até muito respeitáveis, embora nem por isso deixem de constituir uma ameaça para nós. De facto, parece fora de dúvida, pelas conversas que tivemos com os missionários suíços e alemães beneditinos a quem está confiada a tarefa da conversão das populações do Sul do Tanganhica, que esta associação faz parte de um plano de luta contra o islamismo.

A facilidade com que falamos alemão permitiu que nos entregássemos a longas conversas com os padres beneditinos de Mtwara, [5] Nanyamba, e Newala, que nos deixaram nitidamente entrever os seus planos. Sobretudo o Reverendo Padre Philotheus Reich, excelente conhecedor da região e dos Macondes, explicou-nos que a sua tarefa era extremamente ingrata, porque os Macondes do Tanganhica eram na sua grande maioria maometanos, e que por mais esforços que fizessem não era possível convertê-los à religião católica. Já o mesmo não sucedia com os Macondes de Moçambique que, ou eram já católicos, ou pagãos, mas raríssimas vezes maometanos, sendo sempre possível obter a sua conversão. Desta maneira, os Macondes portugueses podem ser uma força importante de penetração e difusão do catolicismo, porque convivendo intimamente com os outros e podendo casar entre si, acabarão por,

com o tempo, ajudar os missionários na sua tarefa de conversão de toda a área maconde do Tanganhica.

Para os missionários católicos este plano é absolutamente legítimo e louvável, visto que, na sua qualidade de sacerdotes, o seu fim primordial é conquistar almas e catequizar o gentio. Por outro lado, estando eles convencidos, como estão, que com o tempo os africanos conquistam a sua independência, é para eles de toda a conveniência porem-se ao lado deles e lutar por essa independência. Se se colocassem do lado das potências europeias arriscavam-se a serem considerados como inimigos dos africanos – aliás é desta arma que se serve a propaganda islâmica. Por isso lutam pelos interesses superiores do espírito, sacrificando, se isso for necessário, outros interesses.

Portanto, os inspiradores da União dos Macondes não foram elementos das esquerdas, mas antes elementos católicos bem intencionados. O chefe do movimento é um Maconde português, católico e muito devoto, que se encontra na Missão de Mikindani, onde é carpinteiro. Foi ele que andou por Dar-es-Salaam e Tanga em campanha de propaganda, conseguindo arranjar muitos adeptos entre os milhares de Macondes portugueses que vivem no Tanganhica, e entre elementos Macondes locais de formação mais suspeita. Uma vez montada a empresa, designou certos indivíduos para lugares de chefia e regressou a Mikindani.

É evidente que tal associação, mesmo na sua forma inicial [6] e com objectivos superiores, constitui um perigo para a soberania portuguesa, visto pretender reforçar laços de solidariedade e de convívio social entre dois grupos até hoje bem diferenciados e independentes, pretendendo ignorar a existência de uma fronteira política que os separa. Todavia o perigo verdadeiro não está nas intenções dos que inspiraram a associação, mas nos propósitos daqueles que se aproveitam deste magnífico instrumento de propaganda política, que amanhã pode ser uma arma poderosa nas mãos dos chamados nacionalistas africanos.

Tanto mais que como a política se está a desenrolar no Tanganhica, há a temer o triunfo dos elementos islâmicos mais numerosos, como adiante veremos. Se isto se vier a dar, em vez de serem os Macondes portugueses um elemento de conversão dos Macondes do Tanganhica, através da Union, pode-se verificar precisamente o inverso, e serão os macondes do Tanganhica que exercerão influência religiosa e política nos nossos.

Alguns chefes políticos sabem perfeitamente que no dia em que o Tanganhica obtiver a sua independência, “Tanganyika-Mozambique Makonde Union” será uma cunha metida em território português e um motivo poderoso de reivindicações e de conflitos com Portugal.

Aliás, não se julgue que eles esperam por esse dia para actuar. Já hoje se vão verificando algumas infiltrações perigosas, como o da fixação de alguns sacerdotes maometanos no planalto Maconde de Moçambique, vindos do Tanganhica, a que já fiz menção noutro relatório.

A façanha mais recente, e esta já declaradamente relacionada com a Makonde Union, verificou-se quando um grupo de Macondes se dirigiu ao Sr. Cônsul português em Dar-es-Salaam, em nome da “Union”, pedindo para que ele repatriasse todos os Macondes portugueses. O cônsul respondeu-lhe que se poderia pensar em repatriar alguns velhos incapazes de trabalhar, mas que não ia repatriar milhares de homens que não lhe ofereciam a mínima garantia de que não regressariam de novo dentro em pouco ao Tanganhica.

Que estaria por detrás deste pedido? É evidente que havia nele intenção política. Ninguém impede os Macondes portugueses [7] de regressarem às suas aldeias, e muitos fazem-no com frequência. A que propósito viria uma comissão fazer tal pedido ao Cônsul? Simplesmente apalpar o terreno e ver a reacção do Cônsul? Ou pretenderiam entrar em massa e fazer uma parada de força em Moçambique? Tudo é possível, mas o certo é que estamos em face de uma ameaça que com o tempo se vai tornando mais perigosa.

Relance da situação política actual no Tanganhica

Para bem compreendermos o perigo que ameaça as populações indígenas do Norte de Moçambique, e, conseqüentemente, a nossa soberania, temos de procurar analisar a emaranhada política do Tanganhica. Embora não sejamos políticos, e tenhamos relutância em fazer incursões em domínios alheios aos nossos interesses profissionais, somos obrigados a fazê-lo dadas as íntimas relações entre o político e o social.

Os ingleses estão hoje a fazer uma política de franco e cordial convívio entre os diferentes grupos raciais, procurando a todo o custo acabar com qualquer forma de segregação. A grande experiência colonial inglesa levou-os a proceder desta maneira no Tanganhica. Não sabemos se há sinceridade ou não nesta orientação, nem isso interessa; o que sabemos é que o funcionalismo inglês corresponde de maneira absolutamente perfeita à orientação superior. Ao contrário dos latinos – e neste ponto somos infelizmente demasiado latinos – cada funcionário incarna magnificamente a política ditada em Londres. Em numerosas conversas que tivemos com administrativos ingleses, verificamos uma completa aceitação da política de convívio inter-racial. Mais do que isso, pareceu-nos mesmo que os funcionários administrativos estavam intimamente convencidos de que não deviam existir hoje barreiras raciais e de que pelo aperfeiçoamento das técnicas e consequente aumento do nível de vida, pela instrução e pela educação se conseguiria fazer dos indígenas cidadãos absolutamente idênticos aos cidadãos europeus.

[8]

Não está no meu propósito avaliar se esta política me parece acertada ou errada. O que devo dizer é que acredito que um dos grandes elementos do bom êxito da política colonial inglesa, está na inteligente atitude dos funcionários de todas as categorias que, em vez de procederem arbitrariamente, sem respeito pela orientação dos seus superiores em Londres, partem do princípio que se a orientação escolhida foi essa, é porque, de momento, deve ser essa a melhor. Infelizmente entre nós, cada um julga que vê melhor os problemas, esquecendo que deles só vê um aspecto, e que os que governam devem conhecer os problemas em toda a sua complexidade.

Portanto, ao contrário daquilo que geralmente pensamos em relação à atitude snobe e racista inglesa, e que foi de facto uma atitude que se manteve através de séculos e cujas raízes mergulham no próprio sentimento de classe, tão vincado em Inglaterra, nós vemos hoje um comportamento completamente diferente no Tanganhica. Pode mesmo dizer-se que parece ter-se dado um fenómeno duplo de inversão de atitude tradicional de comportamento racial para aquém e para além Rovuma. Enquanto de nós, ainda hoje considerados como o povo menos discriminador por índole e tradição, apresentamos um quadro verdadeiramente deformado dessa tradição no Norte de Moçambique, os ingleses causam uma

surpresa maior no Tanganhica, pela sua política de confraternização multi-racial.

A vida em Dar-es-Salaam é de franco convívio multi-racial. Nos cinemas vimos brancos, orientais e pretos, não só nos lugares mais baratos, como nos mais caros, embora os pretos no balcão sejam raros.

Nos cafés, bares e restaurantes vêem-se indivíduos de todas as raças e não raro sentados às mesmas mesas. O convívio parece cordial.

É certo que muitas famílias inglesas se portam com a habitual reserva, mas ninguém se atreve a negar aos pretos certos direitos.

São numerosos os lugares ocupados por pretos, como empregados de comércio, ou no funcionalismo, como chauffeurs de táxis, [9] etc. No Civil Service havia, no princípio de 1959, 200 pretos ocupando cargos elevados e esse número subiu para 242 em Setembro do mesmo ano. Este número é particularmente elevado, se pensarmos que o total de lugares de categoria superior é de 329.

Apesar desta rápida transformação, os membros da oposição não se cansam de criticar o Governo e pedir uma acção mais rápida.

O Governador, Sir Richard Turnbull, em resposta às críticas feitas por um membro do partido da oposição, que disse que a *africanização* se estava a realizar lentamente porque não se preparavam africanos para determinados lugares que requeriam especialização profissional, como a justiça, serviços judiciários, urbanização, etc. disse que havia cerca de 300 bolseiros do Estado a fazer estudos superiores, 200 dos quais estavam em Makerere, mais de 40 no Royal College e os restantes na Inglaterra.

Com esta hábil política, os ingleses conseguem protelar a independência do Tanganhica, sem criar conflitos e dando a todos a impressão de franca colaboração e simpatia.

O certo é que todos vivem num país que não só de facto, mas oficialmente, é africano, afirmando todos que os africanos têm necessidade de colaboração europeia e asiática.

Deve ser a única terra da Commom Wealth, onde a língua inglesa não se consegue impor. Chega a haver criados de restaurante que mal sabem inglês. O Suaíli é o idioma predominante. Os indianos, os árabes, os africanos, os nossos goeses (vivem lá hoje muitos milhares, segundo o nosso Cônsul, cerca de 35.000) e os europeus falam-no entre si. Até os ingleses, célebres pela sua

relutância em aprender idiomas, são obrigados a saber suaíli e em geral falam-no correntemente.

Como se explica esta política de compreensão generosa e altruísta dos ingleses, tão pouco de acordo com aquilo que em geral se lhes atribui? Eu creio que ela deve ser ditada em parte, por mera conveniência. A situação colonial naquela região devia ter aconselhado a orientação que estão a adoptar. Uma atitude rígida de domínio à custa de tudo – a que costumamos chamar a política do arrocho – com certeza que era pouco compensadora para a Inglaterra. O pragmatismo inglês levou-os a considerar o Tanganhica [10] como um território que com o tempo se vai perder e que convém governar de maneira a aproveitar dele tudo o que se puder, sem excessivas preocupações de prestígio, nem atitudes rígidas que criam conflitos e incompatibilidades. Por sua vez, criam um ambiente que lhes permite continuar a tirar vantagens políticas e económicas, no dia em que tenham de dar a independência aos africanos.

Falam de maneira a agradar aos africanos, dizem que trabalham para eles virem a ter a sua independência, e dão a impressão de fazerem todos os esforços para alcançar esse objectivo. Mas na realidade procuram protelar habilmente o dia em que os africanos se devem governar a si próprios. Se nas conversas não nos fazem tais confidências, parece-me que se pode chegar a esta conclusão através dos jogos da política local, e até dos discursos dos responsáveis, como o do Governador Sir Richard Turnbull que, ainda há pouco afirmou: “We are still only at the beginning of this process, and its speed and success must depend on a great deal of hard work and enthusiasm on both sides”. Com estas frases vai-se mantendo indefinidamente uma situação por vários anos, talvez por muitos. Mas quantos? Tudo depende do jogo das forças políticas em causa.

Parece que o grande progresso realizado no sentido de obter a independência do Tanganhica e na defesa dos direitos dos africanos se deve a Julius Nyerere, como à política intransigente do ex-governador (creio que Lord Twinning). O próprio Nyerere afirmou publicamente que estava imensamente grato aquele homem que, pela sua estulta política, o tinha levado a um triunfo político com que ele próprio nunca tinha contado.

Julius Nyerere, este homem pequeno, modesto e tranquilo, político extremamente hábil e tenaz é hoje o grande homem do Tanganhica. Embora a sua rápida carreira se deva à inabilidade do ex-governador, cuja vaidade fez

perigar os interesses ingleses, o certo é que estamos perante uma personalidade com extraordinários recursos. O partido por ele criado, chamado Tanganyika Afrikan National Union, T A N U, é hoje uma força perigosa em África. Como exemplo da sua invulgar habilidade política poderemos citar o seguinte caso: a Administração Britânica propôs que nas eleições [11] para a Legislatura no Tanganhica cada eleitor devesse votar por um Africano, um asiático e um europeu. A proposta não lhe pareceu honesta, visto que os europeus e os asiáticos são uma pequena fracção da população total, e Nyerere procurou opor-se-lhe. Porém, quando tal plano foi imposto, ele tratou de tirar o melhor partido e conseguiu que em quase todas as constituintes houvesse um europeu ou asiático que defendesse os pedidos da T A N U e obteve uma nomeação. O resultado foi que Nyerere e os seus adeptos ganharam as eleições.

Em seguida, e como consequência disto, Nyerere foi convidado para fazer parte do Governo, o que ele inteligentemente recusou, dizendo que seria absurdo participar num Governo Colonial que não era responsável pelo país e contra o qual faria tudo para o deitar abaixo.

Depois disto voltou a apresentar os seus pedidos de uma legislatura de 82 membros, dos quais 79 deviam ser eleitos. Destes lugares, 13 seriam reservados aos asiáticos e árabes e só 8 aos europeus. Ficariam apenas 3 funcionários responsáveis pela Defesa, Negócios Estrangeiros e Negócios Legais. Pediu além disto a maioria de membros eleitos no Conselho Executivo.

Apesar destas exigências serem excessivas, não faltou quem as apoiasse em Inglaterra. O Senhor Brockway pediu na Câmara dos Comuns para que estas propostas fossem aceites, e se não o foram, a reacção parece não ter sido grande. Argumentaram que o Conselho Legislativo tinha sido eleito recentemente, segundo uma nova Constituição, e que parecia pouco razoável pedir imediatamente nova modificação.

Esta recusa impediu o triunfo de Nyerere naquela ocasião, mas há quem creia no seu sucesso mais ou menos rápido, visto que deve ser eleita uma maioria no Conselho Executivo em fins de 1959 e em 1960 deve haver Eleições Gerais em novas bases. Isto não será ainda a independência, mas não é impossível que obtenham então um governo responsável, embora os ingleses estejam de novo mais senhores da situação.

A acção de Nyerere é constante. Ele tem um carro, no qual percorre constantemente o país, exercendo uma influência enorme [12] nas populações indígenas. Contudo, ele não é nada tolo, e sabe perfeitamente que , o que promete, não será fácil de cumprir, e que as verdadeiras dificuldades para si surgirão no dia da almejada independência.

Quanto mais longe ele estava do triunfo, maiores eram as hostes que o apoiavam, e mais firmes e solidárias. Como dissemos, a estulta atitude do ex-governador, chegou mesmo a criar uma enorme atmosfera de simpatia pela causa africana e por Nyerere entre a própria população europeia. Porém as vitórias sucessivas vão criando receio entre certas minorias.

Creio mesmo que já hoje começa a esboçar-se um movimento de oposição importante dentro das suas hostes africanas.

De facto Nyerere é um católico, educado na Missão Suíça de Dar-es-Salaam, e a sua acção exerce-se sobretudo entre as populações islamizadas ou pagãs. Ora os Maometanos não são facilmente governados por elementos católicos, mesmo quando Nyerere apregoa publicamente, como o fez na Reunião PAFMECA (Pan-African Freedom Movement for East and Central África) em Moshi, no dia 10 de Setembro, que: “a política nada tem a ver com a religião”

Porém ninguém acredita nisto, pois todos sabem que o melhor conselheiro de Nyerere é o Superior da Missão Suíça de Dar-es-Salaam, homem extremamente hábil em conduzir a política do partido e considerado por todos um excelente diplomata. Por isso, muitos crêem que o seu reinado será efémero. Dizem que logo que Nyerere se apodere do poder, a maioria maometana o deitará por terra e ficará senhora do país.

Aliás, a oposição já começa a atacar Nyerere publicamente apesar do seu grande prestígio. Mas como a causa africana ganha terreno de dia para dia, os maometanos procuram ir-se assegurando desde já uma posição.

É certo que, por um lado, o tempo trabalha por Nyerere, pois se os católicos são uns 400.000 e os fiéis de várias seitas protestantes uns 150.000, enquanto os maometanos se podem calcular em mais de 3 milhões, não podemos esquecer que 80% de todos os professores do Tanganhica são cristãos, o que, com o tempo contribuirá para melhorar consideravelmente a posição dos cristãos no [13] país. Todavia os maometanos estão conscientes deste facto, e fazem hoje

grandes esforços no sentido de educarem rapidamente as crianças de confissão islâmica, para não ficarem atrás dos cristãos. Creio que os ingleses exploram este aspecto da política africana, tendo conseguido que o partido maometano veja com bons olhos a ideia dos ingleses ainda ficarem no poder durante alguns anos. Se isto se vier a concretizar, é possível que os ingleses se possam manter bastante tempo, pois a educação dada agora aos cristãos é já apreciável, não faltando escolas secundárias, do magistério primário e de artes e ofícios em lugares longe dos grandes centros – inclusivamente nas regiões confinadas com os nossos territórios moçambicanos. Pelo contrário, a educação islâmica de tipo tradicional opõe-se ao progresso do verdadeiro ensino, por conveniência daqueles que são os actuais detentores das tradições islâmicas, onde o ensino se limita praticamente ao ensino religioso.

Quando um homem se sente habilitado a ensinar, vai pelos caminhos fora até encontrar uma aldeia, onde não haja sacerdote, e fixa-se. Constrói uma palhota mesquita, as suas mulheres cultivam uns campos e ele ensina os alunos a ler nas tábuas com versículos do Alcorão, e ensina as rezas e regras da sua religião. Além disso faz enterros e casamentos. Quando um aluno mostra qualidades e vocação para ser seu sucessor, ele prepara-o a troco de determinada importância. Logo que considere terminada a sua educação, ou o mestre parte à procura de novo lugar, ou caso não queira deixar o lugar onde está, o aluno segue o seu próprio destino.

Todos estes sacerdotes e professores islamistas – e são numerosíssimos – são contrários à educação moderna, sobretudo das mulheres. Eles sabem que a juventude esclarecida deixa de ser um instrumento moldável nas suas mãos.

Alguns são instrumentos de propaganda árabe de Nasser. É possível que a família maometana, fixada há uns 3 anos no planalto de Mueda, seja um caso de propaganda pan-africana de inspiração egípcia.

Como acabamos de ver, há obstáculos vários à formação de um professorado islâmico numeroso e com um nível semelhante ao [14] professorado de formação cristã. Contudo, as elites islâmicas lutam nesse sentido e os ingleses ajudam-nos, certamente porque isto dá-lhes excelente oportunidade para ganharem tempo.

Desta maneira, a rivalidade entre islamistas e cristãos vai-se acentuando dentro do partido africano, enfraquecendo-o. Se todos estivessem unidos contra os

europeus, como sucedia de princípio, é natural que a Inglaterra fosse obrigada a ir rapidamente para o self-government, mas esta habilidade em fomentar a discórdia dentro do grupo permite-lhes ganhar tempo.

Esta tensão dentro do partido africano é cada vez mais nítida, porque os ingleses souberam desviar os ódios de si, fazendo uma política de fraternidade racial, dando lugar a que a rivalidade se exerça entre cristãos e maometanos, enfraquecendo a política de Nyerere. Esta discórdia toma hoje expressão clara na própria imprensa diária. O Vice-Presidente da All Muslim National Union of Tanganyika, o Senhor H.S. El-Alawy escreveu no Sunday News de Dar-es-Salaam um artigo violento contra Nyerere, acusando-o de favoritismo religioso. Ele diz que o Sr. Nyerere afirma que as pessoas devem manter a política e a religião à parte, e acrescenta: “Nós não acreditamos nele, porque a religião é política e política é religião, como ele próprio nos ensinou, enviando somente os nossos irmãos cristão como bolseiros, e dando todos os postos elevados na TANU só aos cristãos”.

Além disso acusam Nyerere publicamente de ter faltado a muitas promessas e de ter falhado em obter a independência do país que prometera.

Apesar destes ataques e da habilidade inglesa em protelar com meias promessas e com evasivas, o partido africano cresce de dia para dia. Muitos asiáticos revelam seu receio pelo futuro. Eles que ainda há poucos anos lançavam a inquietação, fazendo propaganda indiana contra os ingleses, hoje já se não sentem com coragem para enfrentar a situação.

Neste país relativamente atrasado social e economicamente, onde o indígena era só um instrumento fácil de dominar, surge de repente uma força que, embora mal organizada, tem a consciência dessa força crescente que parece levá-los rapidamente à vitória.

[15]

Em parte, Nyerere tirou partido da propaganda internacional que criou no Tanganhica uma atmosfera de inquietação. A propaganda russa, a indiana, a egípcia e a americana acabaram por dar uma oportunidade única aos grupo mais atrasado, mas mais numeroso. Por outro lado, a Igreja Católica, consciente dos perigos que ameaçam uma massa humana aberta a todas as sugestões, pôs-se do lado dela, e deu-lhe um auxílio considerável no sentido da independência. Conseguirá, porém a Igreja manter a sua posição, depois de ter ajudado os

africanos a arrancar a vitória contra os europeus? A opinião de muitos indivíduos de vários partidos com quem falamos era que não. Segundo eles, o mais provável é que logo após a e que certamente tem sido a sua grande força vitória de Nyerere, e quando a TANU assuma o poder, os maometanos se apoderem do Governo. Aquilo que Nyerere tem de melhor, e que certamente tem sido a sua grande força nesta grande luta que o tem levado a convencer os pagãos e os ocidentais, é o seu espírito de fraternidade e tolerância cristãs que faz parte da sua formação. Essa força é, porém, considerada como uma das suas piores mazelas pelos maometanos, demasiado fanáticos para aceitarem posições de compromisso. No Tanganyika Standard de 14 de Setembro, o Sr. R.K. Mwanjisi, Secretário de Publicidade da TANU, acusa Nyerere de simular agora separar a política da religião, quando num discurso feito na Missão católica de Nassa, afirmou coisas que revelam bem os seus sentimentos católicos, e a importância que estes revestem na sua política, e transcreve a seguinte parte desse discurso: “Há pessoas que dizem que o Reino do Céu e o Reino da Terra são duas coisas diferentes, e que a política e a religião também são coisas diferentes”.

“Ambas estas afirmações são extremamente perigosas. Acima de tudo, isto confunde as pessoas e leva-as a pensar que os Missionários estão aqui para as enganar. Embora pertençamos a diferentes continentes, estamos unidos pela crença comum num Deus único. Se Deus entendesse que devíamos estar separados, ele teria facilmente designado um mundo diferente a pessoas de diferentes religiões”.

“Embora pertençamos a diferentes continente, estamos ligados pelas águas dos oceanos e mares. As águas não são meio para [16] transportar ódios, ou para lhe pôr barcos e viajar para terras estrangeiras e governar povos que aí vivem, como o têm feito governantes estrangeiros. As águas existem para que as pessoas se possam encontrar e permutar ideias e ajudar a educar uns aos outros, como fizeram os Missionários de Nassa”.

“Aqueles que têm fé, devem rezar para que o nosso país se torne livre, pois é pela oração que podemos realizar grandes coisas”.

Vemos assim que, enquanto Nyerere consegue convencer muitos ocidentais pelo seu espírito de moderação e de tolerância acentuadamente cristãos, vai crescendo por detrás dele uma força bastante mais temível pela agressividade,

intransigência e ódio ao cristão, ou de maneira geral aos ocidentais, que costumam ser identificados com a fé cristã.

Os ingleses vêem este jogo e demoram tanto quanto possível a entrega de poderes ao partido africano, e esta demora contribui para enfraquecer a posição de Nyerere em relação aos seus aliados maometanos, muitos dos quais começam a hostilizá-lo publicamente.

As extraordinárias vitórias de Nyerere nos últimos anos tinham-lhe dado um prestígio tal, que ninguém se atrevia a tocar-lhe, mas os sucessivos fracassos políticos dos últimos tempos podem fazê-lo baixar do pedestal de ídolo.

O Senhor H.S. el-Alawy põe em relevo os seguintes fracassos do Sr. Nyerere:

“I – O nosso Chefe prometeu-nos eu nunca aceitaria self-government multirracial e, de acordo com este princípio, fez-nos lutar contra as propostas da U.T.P., mas com surpresa nossa aceita de repente as propostas da U.T.P. e a vitória foi para U.T.P.”

“II – O nosso Chefe prometeu-nos que no seu regresso da América em 1958 nos traria o self-government, mas com surpresa nossa no seu regresso, ele disse numa reunião de cerca de 30.000 pessoas que aguardavam as boas novas do self-government, que não trouxera nada”.

“III – Em 1959, o nosso Chefe prometeu-nos que se o Governo Inglês não nos desse self-government nesse mesmo ano, nós faríamos [17] greve. Mas de novo, para nossa surpresa, quando o dia da greve estava a aproximar-se, ele pediu-nos para ficarmos tranquilos”.

“IV – Quando o nosso Chefe recentemente regressou da Inglaterra, voltou a assegurar-nos que o self-government viria dentro de cinco anos, enquanto o facto nos é claro pelos discursos de Sua Excelência o Governador, que o self-government virá daqui a uns vinte anos, de maneira a permitir que os pobres maometanos sem instrução possam vir a ter os seus direitos dentro do espaço de tempo necessário a poderem servir o país. Este era o plano de A M N U T quando apelou ao Governo Inglês para permanecer aqui mais tempo.

“Agradecemos muito a Sua Excelência o Governador pelos seus claros discursos, pois esclarecem todas as confusões do público, visto que o público era sempre confundido pelos seus chefes, fazendo muitos acreditar em self-government em 1959 e outros em 1960.

“Dir-nos-á o nosso Chefe, quantas promessas mais ele terá na mente? Nós pasmamos se o nosso Chefe controla as suas promessas e os resultados. Não é uma vergonha? Que cara temos para encarar o nosso povo? Porque não poderá o nosso chefe dizer-nos o facto de que não haverá self-government dentro de vinte anos, afim de podermos trabalhar arduamente pela educação de nossos filhos, em vez destes tons de promessas garantidas que não são cumpridas?”.

A crescente inquietação que a hábil política inglesa lança nos membros da T A N U dá lugar a constantes críticas e agressões ao grande ídolo das multidões negras, Julius Nyerere. Este por sua vez, sentindo-se entre a espada e a parede, é obrigado a agir com desusada violência. O “National Weekly”, de 12 de Setembro, traz em letras gordas duas alternativas pronunciadas pelo Sr. Nyerere na reunião da PAFMECA em Moshi e dirigidas às potências coloniais:

- 1.º Fazei as malas e ide embora
- 2.º Dai-nos um Governo responsável.

Estas frases e slogans repetidos através de todo o território [18] encontram eco em muitos corações, mas por enquanto um eco não violento nem inflamável. O atraso das populações do Tanganhica e o baixo nível de industrialização impedem as populações de corresponderem rapidamente ao apelo. Mas nos centros urbanos, onde existem grandes concentrações de africanos, a consciência da população nativa é cada vez mais viva, e os ingleses, habilmente, vão permitindo um progresso capaz de acalmar as aspirações, mas suficientemente lento para impedir que estas se venham a transformar rapidamente em independência.

As escolas superiores, sobretudo as de Makarere, vão preparando uma pequena elite. Hoje, dos 174 médicos existentes no Tanganhica, 11 são africanos e prevê-se que para 1964 ainda só haverá 37, o que obrigará a recorrer por largo tempo a médicos ingleses. Quem diz médicos, diz outros funcionários. Vão-se dando oportunidades aos africanos mas num ritmo muito lento, permitindo assim à Inglaterra permanecer o mais tempo possível.

É evidente que estas manobras políticas não teriam o sucesso que estão a obter, se os ingleses mantivessem a sua atitude de orgulho racial que lhes era tradicional. Creio mesmo que o elemento revolucionário da política inglesa é a atitude de tolerância e cordialidade inter-racial. Pode mesmo dizer-se que os ingleses se estão a tornar hoje em África os campeões da fraternidade racial,

atacando o racismo, onde o podem fazer. Esta mutação súbita do comportamento tradicional inglês, que se pode encontrar esplendidamente descrito no livro de E. M. Forster, “A passage to India”, não deve ser mero produto da evolução natural do carácter nacional inglês, mas a consequência de uma normativa imposta pelos ditames dos superiores interesses da Inglaterra, em obediência à inteligência clara, prática e utilitária deste povo. Hoje, ser racista é ter de retirar perante uma reacção emocional violenta dos povos de cor. Dizer-se que o africano tem respeito pelo branco e que mantendo a mesma atitude de disciplina e firmeza ele se manterá submisso, é esquecer que o povo francês antes da Revolução também tinha respeito perante os seus Senhores!

Se fosse possível preservar as populações africanas de qualquer contacto com o exterior, e mantê-las em permanente [19] ignorância, poder-se-ia manter por muito tempo uma política dualista em que o branco fosse senhor e o africano servidor. Porém, os ingleses compreendem que tal política era impossível e, em face do perigo crescente de serem corridos de toda a parte, mudaram de tática, e com grande sucesso. O que é de admirar não é essa mudança de orientação dos governantes, pois políticos inteligentes há-os em muitos países, mas sim a completa, perfeita e rápida integração de todo o funcionário e cidadão inglês na nova política do seu país. Isto permite compreender por que é que esta nação se tem podido manter sempre, através de tantas crises graves.

Desta maneira, embora os progressos sejam lentos, não existe aquela má vontade contra o inglês, que existia outrora. Os africanos que ascendem técnica e economicamente, não são mero fantoches, mas sim cidadãos socialmente integrados e considerados.

Qualquer médico preto entra hoje nos serviços hospitalares e trata os doentes sem distinção de cor. Não estabelecem barreira social dentro dos hospitais, como aliás não existe aparentemente em muitas outras repartições públicas ou na vida social. Digo aparentemente, porque na vida social há sempre maneira de cada um conviver com os da sua classe, sem precisar de se dar com indivíduos de classes diferentes, e é evidente que esta barreira de classes envolve barreiras de cor. Mas, aos poucos, as fronteiras vão-se apagando e, sobretudo deixam de ser ostensivas como o eram outrora.

Por sua vez o suaíli é a língua oficial. Qualquer funcionário inglês tem de fazer um exame de suaíli antes de vir para o Tanganhica, e o fim de um ano volta a

fazer outro. Se não passar é obrigado a voltar a Inglaterra. Desta maneira a língua local vai desempenhando funções cada vez mais amplas. Em parte isto deve-se à existência de uma língua franca, como o suaíli, à numerosa colónia asiática, e ao facto de ter existido um domínio alemão até 1918. a substituição do alemão pelo inglês já se fez tarde demais para vingar, sobretudo dadas as razões atrás apontadas.

A adopção do Suaíli pelos ingleses é mais um elemento de ligação, arma de luta latente entre brancos e pretos, pois desta maneira, os ingleses em vez de se isolarem, como sucede noutros lugares, contactam com todas as camadas da população.

[20]

A necessidade de conquistar a simpatia das populações nativas leva os ingleses a corrigir muitas das suas formas de comportamento tradicionais. Uma delas é o esforço para vencer a barreira da família. É um facto sabido, e eu já o apontei em relação às nossas províncias de Angola e Moçambique, - embora a reacção que provoquei seja uma prova de que não existe consciência do facto - que o maior número de mulheres nas regiões de colonização funciona como um elemento isolador, contribuindo para estabelecer uma distância cada vez maior entre as duas culturas em contacto (a cultura do colonizador e a do colonizado). Os ingleses não desconhecem este fenómeno. Um funcionário administrativo em Newala disse-me que os ingleses tinham perdido a Índia com a abertura do canal Suez, porque a facilidade das viagens entre a Inglaterra e a Índia tinha permitido que as mulheres comessem a emigrar em grande número. O livro de E.M. Forster "A passage to India", que citei atrás, tem umas passagens muito importantes, acerca deste problema, que transcrevo: " "He had discovered that it is possible to keep in with Indians and Englishmen, but that he who would also keep in Englishwomen must drop the Indians. The two wouldn't combine. Useless to blame either party useless to blame them for blaming one another. It just was so, and one had to chose". (Penguin books, pag 62) e mais adiante acrescenta: "Most Englishmen preferred their own kinswomen who, coming out in increasing numbers, made life on the home pattern yearly more possible" (Penguin books, pag. 63).

Para combater esta tendência natural de a família se fechar na sua fortaleza, e só conviver com famílias da mesma tradição cultural, os ingleses organizam

reuniões e encontros sociais entre indivíduos de diferentes culturas. Como isto não é fácil, dado os níveis diferentes de educação, as reuniões são em geral de indivíduos do mesmo sexo. Assim, a esposa do Administrador de Newala, Mrs. Marshall, convida às vezes para o chá da tarde algumas africanas mais educadas, assim como algumas senhoras de colonos ingleses. Nestes encontros onde discutem vários problemas, ou simplesmente conversam amenamente, procura-se estabelecer uma aproximação entre os dois grupos raciais e chamar a si as mulheres [21] africanas num esforço para as elevar socialmente.

Os encontros entre os homens são mais fáceis, porque se vão dando todos os dias no plano dos próprios afazeres profissionais.

Estes factos obrigam-nos a pensar nas repercussões que se vão dando no Norte de Moçambique e nas medidas que seria bom tomar a tempo.

Enquanto a população indígena transita entre um território e outro, e está perfeitamente a par do que se passa de um e do outro lado do Rovuma, a população europeia pode dizer-se não faz, em geral, a mínima ideia do que se passa no Tanganhica. As dificuldades de comunicação são enormes, pois não existe ponte nem jangada que permita a passagem de carros. Quando em 1958 quisemos atravessar o Rovuma em Quionga – onde existe Posto de Guarda Fiscal e Posto de Polícia Internacional para legalizarem o transito de passageiros – as autoridades disseram-nos que era praticamente impossível atravessar o rio sem grandes demoras e despesas. Por esta razão, os portugueses de Cabo Delgado têm uma noção falsa da situação no Tanganhica, e generalizam àquela região o que sabem passar-se na União Sul Africana, ou vêm na atitude de certos indígenas indícios de propaganda comunista, quando na realidade nem sempre se trata de tal coisa.

Por esta razão, nós continuamos a ouvir sempre repetir que os indígenas gostam mais dos portugueses que dos ingleses, porque os tratamos com mais humanidade e nos interessamos pela vida deles. E esta história vai-se repetindo, com certos erros que passam de uns manuais para outros, porque os autores em vez de procurarem verificar a exactidão das afirmações, acham mais cómodo repetir aquilo que outros disseram.

Já noutros relatórios dissemos que alguns Macondes nos confessaram ter mais admiração pelos ingleses do que por nós, estabelecendo confronto entre o tratamento dado por nós e pelos ingleses no Tanganhica. Confesso que nessa

ocasião registamos o facto, mas não tínhamos compreendido bem. Só agora, depois de termos feito esta excursão pelo Tanganhica, a situação nos aparece clara e de certo modo alarmante.

[22]

Não falando em Macuas e Ajauas, que estão fora dos nossos interesses de momento, vivem mais de 27.000 Macondes de origem portuguesa no Tanganhica. Podemos dizer que na sua maioria esta gente emigra por razões económicas, visto haver poucas oportunidades para ganhar dinheiro no nosso território. No Tanganhica o Maconde é um trabalhador procurado e estimado pelas suas qualidades. No Norte da Província não há praticamente indústrias nem grandes empresas agrícolas. Os cultivadores de sisal não podem pagar bem porque atravessam uma crise nos últimos anos. Porém no Tanganhica, os sisaleiros, que em geral são gregos, continuam a ter lucro, se bem que tenha havido flutuações nos preços, porque obtém fibras melhores. Além disso, o aperfeiçoamento das técnicas e selecção de plantas permite que se obtenha hoje uma produção três vezes maior por unidade de superfície, o que irá trazer em pouco tempo um considerável aumento de produção no Tanganhica, permitindo-lhes enfrentar a concorrência com preços mais baixos e com maiores lucros.

Por outro lado, os preços oferecidos pelos comerciantes do planalto Maconde pelos produtos agrícolas que o Maconde leva aos mercados, são baixos, comparados com os preços oferecidos no Tanganhica. Em Newala os preços de compra dos produtos indígenas são os seguintes:

Mandioca	20 cêntimos
Milho	25 cêntimos
Sorgo	30 cêntimos
Amendoim	1/-
Rícino	60 cêntimos
Cera	6/-
Caju	65 cêntimos
Sim-sim	1/-

Isto desanima os agricultores mais activos que preferem entregar os campos ao cuidado das mulheres, ou então abandoná-los inteiramente e ir começar vida nova no Tanganhica, onde recebem terras e se fixam, ou então procuram

trabalho nas empresas sisaleiras, na indústria, ou em qualquer tipo de actividade remunerada.

[23]

Esta procura de trabalho voluntário, que se verifica nos nossos Macondes emigrados, parece ser um argumento decisivo contra o mito de que o indígena deve ser forçado a criar hábitos de trabalho. Até hoje nunca encontramos em qualquer latitude indivíduos que trabalhassem sem qualquer tipo de recompensa, mesmo quando esta seja de natureza ideal. Mesmo quando a recompensa parece estar na satisfação que o próprio trabalho proporciona, é preciso pensar que isso é uma satisfação de natureza psicológica, bastante complexa, e só própria de sociedades evoluídas. Em níveis mais simples de cultura, toda a actividade, agradável ou desagradável, pressupõe recompensa – a caça fornece a carne e o trabalho nos campos os alimentos vegetais. Portanto, para que um homem abandone a sua aldeia e a sua família para ir trabalhar é preciso que encontre uma recompensa satisfatória. De resto, já hoje se criaram necessidades bastantes para obrigarem a maioria dos indivíduos a desejar satisfazê-las mesmo à custa do sacrifício do trabalho.

Os hábitos de trabalho, a constância e disciplina irão aumentando progressivamente, conforme os proventos do trabalho forem criando novas necessidades, que não se poderão satisfazer sem mais trabalho. Foi isto que se verificou nas sociedades ocidentais e se está a verificar em sociedades de níveis mais primitivos, que entraram em contacto com o mundo ocidental.

Todavia é ainda corrente entre nós a opinião que o indígena não gosta de trabalhar, e de que detesta trabalhar o sisal. Contudo encontramos-lo no Tanganhica a trabalhar voluntariamente no sisal. De resto todos nós temos preferência por certos tipos de trabalho e relutância por outros, mas a necessidade vai-nos obrigando a adaptar às circunstâncias.

Além de emigração por períodos mais ou menos longos, existe ainda um movimento constante através da fronteira, que tem como único objectivo o contrabando. A possibilidade de vender melhor o produto da sua agricultura, e de comprar outros mais baratos, leva muitos à aventura mais ou menos arriscada do contrabando. Aliás isto é um fenómeno frequente em todas as regiões fronteiriças, onde há diferenças apreciáveis de preços. O mal não é o

contrabando [24] em si, mas o contacto que os nossos indígenas vão fazendo com as populações de além fronteira e a comparação desfavorável que daí pode resultar.

Devemos pensar que o indígena observa um maior desenvolvimento económico do outro lado do Rovuma. Newala que pela sua posição geográfica se pode comparar a Mueda, é um centro comercial incomparavelmente mais activo, com dezenas de lojas e bastante vida.

O indígena pode deslocar-se rapidamente e barato, pois existe uma rede de camionagem importante, onde a par de carreiras locais em veículos modestos, existem belos autocarros onde os indivíduos de qualquer etnia podem viajar. Um funcionário administrativo inglês, chegado há pouco da Inglaterra, fez a viagem de autocarro juntamente com os indígenas.

Por outro lado, o problema da água, tão importante para os habitantes dos planaltos secos, situados ao norte e ao sul do Rovuma, foi resolvido há anos no Tanganhica, criando-se uma organização especial para tal fim, a Makonde Water Corporation (Ver: The Makonde Water Corporation. Report of Committee of Inquiry. Printed by the Government Printer. Dar-es-Salaam, 1959). A água é bombada de uma das nascentes da encosta e distribuída no planalto em vários postos de distribuição, onde é vendida ao preço de 15 cêntimos por cada 4 galões.

No planalto de Mueda, ainda há vários anos um técnico a fazer furos de sondagem sem nada encontrar – quando qualquer geólogo saberia de antemão a inutilidade dos esforços – enquanto que do outro lado do rio há anos o problema foi resolvido. É certo que por enquanto a Corporação dá prejuízo, porque a água é cara e o maconde procura economizar o mais que pode. Porém, já hoje existem alguns rebanhos de gado vacum, coisa impossível sem água. Isto pode ajudar a melhorar consideravelmente a economia da região.

Além disto, e isto parece-me ser o mais importante, existe enorme diferença de tratamento dos indígenas e dos mistos no Tanganhica e em Moçambique. Aquilo que durante tanto tempo parece ter sido o segredo do nosso sucesso está em perigo. Não posso ocultar o desgosto que sofri várias vezes nos contactos com [25] Macondes portugueses no Tanganhica. Em Dar-es-Salaam conversámos com um grupo de escultores Macondes que ali viviam há vários

anos. Ficaram encantados de ouvir falar das suas aldeias e até de pessoas amigas ou parentes que nós tínhamos conhecido durante as duas campanhas que fizemos nos Macondes. Esta conversa fez-se na presença do dono do estabelecimento de objectos de arte. A certa altura, um deles virando-se para o dono da loja disse: “ a gente lá tem medo de falar com os brancos !! ” Isto é doloroso e fere a nossa sensibilidade, mas não quero deixar de dizer o que ouvi, pois parece-me fundamental fazermos um grande esforço para mudar a situação e conquistar o terreno perdido.

Pode talvez pensar-se que vale pouco o que diz um Maconde que saiu há anos de Moçambique, mas os factos provam que a situação é bastante perigosa. Não devemos esquecer que entre cerca de 28.000 não há só agricultores simples ou boçais.

Infelizmente tivemos ocasião de verificar que a afirmação do Maconde não era esporádica, nem das mais graves. No Hotel de Mtwara, onde estivemos hospedados antes de partir para Newala e no regresso, tivemos várias conversas com um criado Maconde da Macomia, que falava português correctamente, apesar de já ter saído de Moçambique há uns 5 anos. Era um rapaz aberto e alegre, que gostava de ouvir falar da sua terra, e que visivelmente nos ganhou estima. Quando um dia lhe perguntámos porque razão não voltava para Moçambique, respondeu-nos que preferia viver no Tanganhica, *porque ali podia dormir mais descansado!* É evidente que tais respostas devem corresponder a qualquer realidade, e nós devíamos procurar remediar com a máxima brevidade tudo aquilo que dê motivos a tais situações. É preciso não esquecer que hoje muitos Macondes se vão cultivando e são sensíveis aos movimentos da política internacional, assim como não faltam agitadores e propagandistas capazes de explorar tão bom terreno.

Como nós, portugueses, temos uma concepção de soberania não colonialista mas de assimilação, devíamos fazer tudo no sentido de tornar essa política uma realidade e contrariar, por todos os processos, os desvios dessa directiva originados por ignorância, [26] rotina e interesses egoístas, prejudiciais aos interesses nacionais.

Se no Sul da Província vemos com satisfação que muitas realizações se vão processando de acordo com os fins superiores, o Norte está abandonado, vazio de gente, e oferece todas as condições para que qualquer um possa colonizar a

seu modo, e como muito bem lhe apetece, dando lugar a que as arbitrariedades de alguns façam recair sobre nós todos, pesadas consequências.

Antigamente os territórios do Norte, longínquos e quase inacessíveis, não constituíam motivo de preocupação. Os indígenas entregues às suas preocupações tradicionais, eram pacíficos e fáceis de dominar. Os principais problemas estavam no Sul. Hoje é precisamente no Norte que a situação é perigosa, pois nenhum território vizinho da nossa Província caminha tão rapidamente e decididamente para a emancipação dos africanos. O contraste entre as populações de um e do outro lado do Rovuma é espantoso. Entre Mueda e Newala existe um abismo cronológico que nos há-de ser difícil transpor, e que, nem sei bem, se o queremos transpor.

Na Administração de Newala há funcionários africanos verdadeiramente civilizados. O Sr. Kilomanga, ajudante de oficial na Administração é um homem educado e bastante culto. O Sr. Mponda presidente do Conselho Local de Newala, é um Maconde que visitou a Inglaterra e os Estados Unidos e foi encarregado pela Administração da Província de escrever a História dos Macondes do Tanganhica. As relações entre os ingleses e africanos são cordiais, e o tom de conversa com os africanos, ou na ausência, é de respeito e de confiança nas suas capacidades e no seu progresso e colaboração.

Mesmo que não haja inteira sinceridade da parte de alguns ingleses, o certo é que representam bem o seu papel, em obediência a instruções vindas de cima, e conseguem criar uma atmosfera de confiança e simpatia.

Porém, atravessamos a fronteira e a atitude muda completamente, mesmo em relação aos africanos assimilados e com algumas habilitações, como sejam os enfermeiros, ou mesmo os comerciantes de origem oriental. Ninguém lhes estende a mão, a alguns tratam-nos mesmo por tu, embora possam ser mais velhos do que o interlocutor.

[27]

Uma senhora mulata que vive em Mocímboa do Rovuma, não sei se casada ou vivendo com um branco, embora vista e se comporte como uma senhora, é sempre tratada com distância e ninguém se lembra de a receber em sua casa. Porém, quando ela vai a Newala, é recebida em casa do Administrador, e toma chá com a Mrs. Marshall.

Por isso não admira que os Macondes se sintam atraídos pelo Tanganhica e se vão fixando por lá aos milhares. Não admira que falem dos portugueses com pouca simpatia, embora sejam discretos e polidos connosco. Não admira igualmente que os ingleses aproveitem este potencial humano, dotado de boas qualidades de trabalho, e compreende-se que os missionários pensem aproveitá-los na sua política de conversão dos Macondes islamizados do Tanganhica.

Poderemos deixar as coisas correr deste modo, sem vir a sofrer consequências? Eu creio que era necessário estabelecer um plano revolucionário em relação ao Norte da Província, e fazer a reeducação dos colonos. A França conseguiu modificar a situação de conflitos com que lutava há alguns anos na África Equatorial, seleccionando os seus colonos, quer funcionários, quer cidadãos livres. Aqueles, que não ofereciam garantias de se submeter ao plano traçado, eram simplesmente repatriados. Segundo ouvi dizer tal empresa deu óptimos resultados. Nós devemos ter gente capaz de levar a cabo tal empresa, e não seria certamente desacertado se entre os nossos colonos, procurássemos fixar alguns estrangeiros: italianos, austríacos, irlandeses, etc.. Nós já fizemos isto no princípio da nossa expansão ultramarina, e no Brasil a colonização mista deu excelentes resultados, e todos os grupos tem sido assimilados.

Um afluxo de sangue novo podia ajudar a uma renovação económica e social do Norte. Bom seria que se fizesse só com portugueses, mas não se nota na maioria dos nossos colonos espírito de iniciativa e capacidade de empreendimento. Por outro lado, necessitávamos de bons técnicos e orientadores capazes de se atirarem com coragem e conhecimentos reais ao trabalho, e estes são poucos. Eu creio que existe ainda muito, entre nós, a preocupação de tirar um diploma, não porque o diploma é a garantia de que o indivíduo está habilitado a desempenhar as suas funções, mas porque o diploma garante um emprego no Estado. Isto é a consequência da falta de [28] um longo passado técnico e da falta de concorrência que se estabeleceu nos países que sofreram duas guerras. Desta maneira só os bons se atiram para as empresas que pagam melhor, e a maioria concorre aos lugares públicos sem ter na mira fazer qualquer coisa fora dessa rotina. Por isso, os serviços caminham rapidamente para a burocratização, sem aparecerem homens de rasgo que prefiram realizar obras a sério, em lugar de organizarem serviços modelares, só

para quem os visita. Se aproveitássemos técnicos de países mais industrializados e habituados à dura concorrência, os nossos rapidamente se adaptavam à situação, pois não creio que nos faltem qualidades, só não existe tradição.

A falta de preparação dos nossos colonos verifica-se inclusivamente no seguinte aspecto que, embora episódico, é bem significativo.

Como se sabe, no Planalto Maconde existe uma das escolas de escultura mais notáveis da costa oriental, mas que poucos lucros traz à nossa gente. No planalto são pouquíssimos os brancos e, desses, poucos se dedicam a tal negócio. Só as Missões holandesas compram escultura, ou têm escultores a trabalhar para si, na área de Bomela.

Às vezes, pessoas de Lourenço Marques pedem aos funcionários administrativos para enviarem bonecos, mas segundo o hábito português, é frequente não se lembrarem de pagar, pois muitos julgam que os indígenas fazem bonecos a gosto. Mas os administrativos têm outro sentido da realidade, e como não podem arcar com grandes despesas, quando recebem pedidos destes, que não podem recusar, chamam alguns escultores para junto da Administração e pagam-lhes um salário diário e alimentação.

É evidente que em tais condições os escultores trabalham sem gosto, em série, a qualidade dos trabalhos baixa, e eles poucos lucros auferem.

Porém no Tanganhica estes Macondes portugueses são uma fonte de riqueza apreciável. O público que vê a escultura Maconde belamente representada no Museu de Dar-es-Salaam, sabe apreciá-la e valorizá-la. Outros que a conhecem não só do Museu de Dar-es-Salaam ou do de Nairobi, mas inclusivamente de muitos Museus europeus [29] têm gosto e interesse em adquirir boas peças. Desta maneira existe um mercado activo de escultura maconde no Tanganhica, no Quénia, e em Zanzibar. As lojas e bazares estão cheias de esculturas maconde, e muitos comerciantes fornecem-lhes a madeira que eles querem, e deixam-nos trabalhar á vontade. Não sei quantos escultores Macondes de Moçambique vivem no Tanganhica, mas devem ser muitas dezenas, quando não forem centenas. Além dos comerciantes, as escolas das Missões Católicas também tiram proveito das suas raras aptidões, aperfeiçoando-os nas técnicas e dando a muitos, menos hábeis, uma preparação profissional, como entalhadores ou carpinteiros. Muitos vivem em Zanzibar dos trabalhos de talha

usados nas portas orientais. A escola de artes e ofícios de uma Missão do Sul do Tanganhica, em Ndanda, dizem que tem uns 30 escultores Macondes a trabalhar permanentemente. Outra Missão em Quilenguri (?) dizem que faz sobretudo exportação de escultura Maconde para os Estados Unidos. Desta maneira lucram os escultores, e as Missões podem fazer face aos seus pesados encargos. Às vezes, jovens escultores colocam peças no cais, como vimos em Mtwara, e fazem o seu negócio directamente.

Faz pena ver que estes Macondes portugueses ajudam a enriquecer o comércio estrangeiro com a sua arte para dar importância turística a cidades como: Nairobi, Dar-es-Salaam e Zanzibar, tornando-as afamados centros de arte africana. Enquanto que entre nós reina o completo desinteresse e falta de compreensão pela arte indígena, que não só redundam em prejuízo material, como damos prova pública de baixo nível cultural. Se vamos às cidades da Beira ou de Lourenço Marques, vemos que as lojas destinadas a oferecer novidades aos turistas apresentam profusão de esculturas e trabalhos chineses, ou estilizações de figuras africanas de cerâmica de gosto duvidoso importadas dos centros industriais estrangeiros. Temos a originalidade em casa e não a aproveitamos, enquanto que apresentamos aos viajantes os produtos banais de importação.

Certamente que a principal causa deste estado de coisas é o baixo nível cultural do nosso colono que, na sua grande maioria não é capaz de compreender o valor desta actividade indígena [30] para a saber aproveitar. O convívio que tive com muitos ingleses no sul do Tanganhica pôs em evidência o doloroso contraste que se verifica.

Porém, as pessoas não nascem educadas, e é preciso fazer-se um grande esforço para ganhar o tempo perdido. Nós, povo de colonizadores por excelência, que durante séculos percorremos todos os mares e travamos contacto com os povos mais variados, não temos um Museu onde se apresente a actividade cultural das diversas populações das nossas Províncias ultramarinas, embora a Europa e a América tenham excelentes colecções relativas a populações de territórios portugueses. Por sua vez, as nossas escolas médias e superiores pouco contribuem para a formação de elites capazes de enfrentar os problemas ultramarinos. Como se pode dar desta maneira o milagre que aguardamos? Como pode a maioria do nosso emigrante compreender o que dele se pede, e

estar à altura do tempo presente? Contudo, temos de fazer tudo quanto for possível para modificar a situação, pois as virtudes naturais da nossa gente são uma arma capaz de operar maravilhas, desde que possam ser guiados e disciplinados de acordo com as necessidades do momento.

Contudo, estou firmemente convencido que a nossa posição está longe de ser desesperada. A população africana está ainda imensamente atrasada e não tem propriamente elites. Por enquanto, só se encontram indivíduos que aos poucos vão ascendendo a um nível de civilização mais ou menos elevado, mas são indivíduos isolados numa grande massa desarticulada.

Essa massa é simples e fácil de conduzir e de satisfazer, desde que se saiba proceder com habilidade. Por um lado é necessário ir-lhe criando oportunidades de trabalho remunerado que constituam uma fonte de riqueza para nós e para eles. Por outro lado é necessário dar maior nível técnico e cultural aos nossos colonos, para que o indígena continue a olhar para nós com respeito e admiração. Ainda hoje há indígenas que dizem que o branco é como Deus, porque sabe fazer jeeps, aviões, rádios, etc.. É preciso que ele não diga de alguns dos nossos colonos, que são brancos do mato, como já ouvi dizer.

Julgo que também se devia dar maior consideração aos africanos [31] eram considerados cidadãos. Devíamos estabelecer uma nítida diferença de tratamento entre um negro educado e um primitivo, pois sendo os educados muito poucos, e sendo eles os únicos capazes de exercer influência sobre a massa com o seu prestígio, se nós os tratarmos bem, eles estão do nosso lado e não procurarão trair-nos. Grande parte dos chefes de movimentos subversivos são indivíduos frustrados, ou recalcados por não se sentirem tratados com a consideração e respeito a que se julgam com direito pelas suas habilitações.

Se os africanos portugueses foram mantidos todos sempre em ignorância e isolamento, eles nunca constituíram um problema, mas será isso hoje possível, ou mesmo desejável? Creio que não. Mas o que se pode é manter um compromisso entre o desejável e o possível. A educação dos mais capazes devia tomar uma orientação técnica, aumentando a sua capacidade de rendimento, e devia-se impedir tanto quanto possível o acesso a formas de ensino especulativo, ou verbal, que arraste para as construções dialécticas e para o demagogismo, dado o atraso geral da população africana.

Por sua vez devia-se impedir que os africanos, ou estudantes do Ultramar residissem juntos, na Casa do Império, ou residências equivalentes, porque isso cria hábitos de segregação em relação aos metropolitanos, podendo dar lugar a um espírito de fraternidade entre si, e de animosidade em relação os metropolitanos. Havia todo o interesse que eles habitassem em pensões, ou casas particulares afim de criarem laços de amizade com metropolitanos. Ou então criar residências de estudantes para metropolitanos e ultramarinos.

Também havia vantagem em criar mais bolsas de estudo para os melhores estudantes europeus dos liceus e escolas técnicas do Ultramar, para poderem vir estudar para a Metrópole. A grande quantidade de estudantes que vão para a União Sul Africana e Federação contribui para que as elites de amanhã não se sintam vinculadas à Mãe Pátria, e se sintam emocionalmente ligados a esses países de cultura anglo-saxónica. É preciso formar elites bem portuguesas, e portuguesas no bom sentido da palavra, respeitadoras das nobres e generosas tradições dos nossos antepassados.

[32]

Seria igualmente para desejar que os missionários da fronteira fossem portugueses, pois não nos basta que os missionários desempenhem bem as suas funções de catequizadores, como parece ser o caso. Moçambique é português, e nós queremos que o continue a ser. A existência da Associação dos Macondes do Tanganhica e de Moçambique deve pôr-nos de sobreaviso.

Devia-se também exercer uma grande acção educativa em torno do colono, ensinando-o a respeitar o indígena, não usar nunca como insulto a diferença de cor. É frequente, sobretudo as *senhoras* chamarem os criados “Seu negro”! como se fosse o pior dos insultos.

Convinha também não impedir os indígenas de se divertirem a seu modo, com músicas, danças tanto a seu gosto. A música e a dança constituem um dos maiores prazeres para a maior parte das populações africanas, e são em geral uma grande fonte de vigor e de energia física e de expressão lúdica da sua alma. Se lhes impedir-mos esses divertimentos – sempre que não haja razões especiais para tal – vamos criar-lhes recalcamientos que serão sempre uma fonte de animosidade e de perigo contra nós.

Para educar e guiar não há razão que explique a necessidade que, às vezes, se observa, de impedir que as populações indígenas vivam alegres e felizes. Se os

indígenas se sentirem seguros, se souberem que a sua vida pode decorrer alegre e tranquila dentro da modéstia do seu nível de vida, e que encontra sempre quem os atenda com justiça e serenidade, eles não debandam em tais proporções para fora da Província e aprenderão a estimar-nos.

É também importante que nas relações entre brancos e pretos, o branco não procure ridicularizar certos costumes ou práticas de carácter sagrado, por muito estranhos que lhe pareçam. Deve igualmente respeitar as hierarquias, procurando não falar grosseiramente com qualquer preto que desempenhe certos cargos de respeito dentro do seu grupo, sobretudo diante dos seus inferiores hierárquicos.

Para certos brancos, a única distinção que eles conhecem é a da cor. Se o seu interlocutor for preto, merece sempre o mesmo tratamento grosseiro. Isto deve procurar corrigir-se a todo o custo.

[33]

Parece-me que também devia ser vedado ao branco fazer directamente o recrutamento da mão de obra, pois o branco como ignora que há indivíduos que pelo seu lugar de prestígio que ocupam dentro de determinada sociedade não podem ser compelidos a trabalhar, dão lugar a reacções violentas da opinião pública, como sucedeu há anos na área de Macomia, onde um *humo* foi recrutado para o trabalho. Contudo o *humo* costuma ser sustentado por toda a povoação, pois, pelo lugar de respeito que ocupa, não deve trabalhar.

Nem sempre será fácil conseguir que a nossa gente mude rapidamente de procedimento, só por receber instruções nesse sentido. Já estão demasiado viciados, para mudar de atitude de um momento para o outro. Por sua vez, os que chegaram da Metrópole, nem que já vão daqui instruídos, serão facilmente influenciados pelo ambiente social, sempre mais forte que o indivíduo. Todavia, se conseguíssemos uma transformação radical no Norte da Província, criando centros urbanos novos ou desenvolvendo os antigos, criando fontes de receita pelo desenvolvimento das riquezas naturais, pela criação de indústrias e pelo desenvolvimento do turismo, obtínhamos concomitantemente vários objectivos. No relatório anterior mencionei o que me parecia possível fazer de Palma e do seu interior. Hoje, depois de ter visitado o Quénia e o Tanganhica, essa fantasia parece-me inteiramente realizável. Os ingleses criaram Mtwara em poucos anos. É hoje uma terra ampla, progressiva e cheia de condições para se

desenvolver. Noutras regiões têm surgido importantes centros de atracção turística.

A região entre Porto Amélia e Palma, apresenta condições excelentes: belas praias, paisagens pitorescas pelo seu exotismo, pesca, caça, desportos náuticos, o pitoresco das populações nativas, com as suas festas e música, as artes e ofícios cheios de interesse na região, e a escultura dos macondes, certamente motivo de interesse e fonte de receita.

Mas isto exigia que as coisas fossem feitas com grandeza e num plano internacional. Mas porque não interessar um ou vários dos grandes países industriais, hoje em fase de enorme prosperidade como a Inglaterra, a Alemanha ou até a Suíça? Criada [34] uma rede de hotéis e pousadas, e orientada a nossa emigração de acordo com um plano em que os colonos fossem seleccionados, nós canalizávamos alguns milhares de europeus para o Norte e dávamos um impulso decisivo ao seu progresso. Por sua vez, desde que a densidade europeia aumente, a situação muda, e muitos dos problemas actuais podem ser resolvidos.

Desta maneira íamos contribuindo para o desenvolvimento lento e progressivo das populações nativas, num plano de convívio harmonioso com os metropolitanos, permitindo que, num futuro mais ou menos distante, se viessem a constituir verdadeiras províncias ultramarinas, com população autenticamente portuguesa, apesar do seu substrato ser multi-racial. Ninguém melhor do que nós pode realizar tal obra se houver sinceridade de propósito, confiança nas nossas qualidades, e vontade firme de triunfar.

Isto são meras sugestões e haverá certamente outros processos de chegar ao mesmo fim. De qualquer maneira, eu creio que a nossa posição em África se pode encarar com o maior optimismo, se quisermos ajustar as nossas capacidades às necessidades de momento. Tenho com satisfação verificado que já se começou a fazer um esforço nesse sentido, e é de esperar que todos conjugemos os nossos esforços para melhorar o que está feito de bom, e remediar rapidamente o que está mal. É precisamente por acreditar na boa vontade e altas qualidades daqueles que arcam com a pesada tarefa de governar, que me atrevo a expor abertamente aquilo que pude observar, e a dizer com franqueza o que penso sobre os assuntos, sem ter a veleidade de acreditar que as minhas opiniões sejam sempre válidas, ou que tudo o que digo

seja novidade. Porém sem franqueza, e ocultando por conveniência ou modéstia, aquilo que cada um de nós vai observando, traíamos a confiança daqueles que nos confiaram a espinhosa tarefa de estudar problemas humanos em África e atraioávamos o nosso próprio povo e a memória daqueles que, através dos séculos, realizaram uma das obras mais extraordinária da história.

[35]

Algumas considerações acerca da União da África do Sul

Tendo permanecido um ano lectivo na União da África do Sul na qualidade de Professor Visitante da Universidade de Witwatersrand de Joanesburgo, foi-me dado conviver com toda a classe de gentes e observar muito da vida deste país, que julgo valha a pena relatar embora em breves palavras. No momento actual a União Sul Africana encontra-se absolutamente isolada no Mundo, como que condenada por seguir uma política muito pouco popular. Esse isolamento é agravado pelas profundas dissidências internas, que dão pasto aos inimigos do país, e enfraquecem a sua posição na opinião pública internacional.

Esta situação faz com que a União tenha necessidade do nosso apoio, por que é difícil a um país viver inteiramente isolado, e precisa de fazer connosco uma política de boas relações. Nós, por nosso lado, estamos a atravessar um período grave nas Nações Unidas, e a União tem sido um dos poucos países com quem temos podido contar. Contudo, eu creio que ela precisa mais de nós do que nós dela, e que a política de amizade que com ela fazemos pode servir de argumento à opinião pública internacional que vê nisso uma confirmação da acusação daqueles que dizem existir uma identidade entre a nossa política de a da União.

Bem observadas as coisas, a União olha com cupidez para os nossos territórios africanos ao Sul do equador e em especial para Moçambique. Em qualquer conversa com sul africanos pouco hábeis em ocultar os seus íntimos desígnios, transparece a ambição de vir a constituir uma nação única no Sul da África, incluindo os protectorados da Suazilândia, Basutolândia, Bechuanalândia, o Sudoeste Africano, a Federação das Rodésias e a nossa Província de Moçambique.

Nesses territórios procurariam fazer prevalecer uma política de *apartheid*, colocando as diferentes etnias em situação de permanente inferioridade em relação à raça superior, ou seja, à raça europeia, mas europeia como eles a entendem, e onde os mediterrâneos já aparecem numa posição suspeita.

[36]

Mas se por um lado apoiam o predomínio da raça branca sobre as de cor, por outro lado também apoiam a emancipação das minorias europeias africanas, olhando com simpatia para os movimentos de independência dos grupos coloniais em relação às nações europeias de que provêm. Desta maneira temos de contar que a União há-de olhar com simpatia e ajudar qualquer aspiração de emancipação dos portugueses de Moçambique, visto que tal coisa representa o primeiro passo num plano de anexação dos territórios vizinhos.

Muitos portugueses de Moçambique não ignoram esta tendência e entre eles pode dizer-se que se encontram três tipos de reacções. Uns vêem com bons olhos a ideia de uma federação económica dos territórios da África do Sul. Outros, embora vissem nisso vantagens para o progresso económico de Moçambique, são suficientemente lúcidos para ver que, uma vez realizada a Federação, a União trataria de dar primazia aos elementos nórdicos, e colocaria os portugueses brancos em posição subalterna. Os casos de portugueses que foram à União, e antigamente à Rodésia, e que não eram recebidos em hotéis, por não serem muito brancos, serve-lhes de lição. Encontramos ainda, e, felizmente, são estes a maioria, os que são portugueses até à raiz dos cabelos, e não aceitariam de bom grado qualquer situação desta natureza.

Porém, os numerosos jovens que vão estudar para a União e à Rodésia podem ser profundamente influenciados, visto que estão numa idade onde as impressões calam fundo, e marcam a personalidade. É bem natural que estes jovens, que nunca viveram na Metrópole, e que dela nem sempre ouviram falar com simpatia e apreço, acabem por se querer identificar com um país grande, rico, progressivo, onde decorreu a sua juventude e onde se formaram intelectualmente.

Devemos dizer que muitas das intenções da União não são secretas. Às vezes, até políticos responsáveis fazem afirmações públicas que não são muito tranquilizadoras. O Sr. Basson, jovem nacionalista, membro do Parlamento por Manib, lembrou que os africânders foram o primeiro povo em África a

conseguir libertar-se do jugo colonial. Por isso, deviam ter uma simpatia especial por aqueles que se encontravam agora no processo de fazer o mesmo.

[37]

O Sr. Van Schoor, declarou que se devia reconhecer o direito de cada novo Estado lutar pela sua independência: que estas nações embrionárias deviam ser encorajadas na sua empresa, e que os Estados africanos deviam garantir a segurança uns dos outros.

É evidente que isto se não refere directamente a Angola ou a Moçambique, mas a ideologia é a mesma. Além disso, não é certamente a emancipação dos negros que eles têm em mente, pois o Sr. Van Schoor acrescentou que desejava que cada um devesse estar livre de interferências estranhas nos assuntos domésticos, e que cada Estado gozasse o direito de repartir as várias raças em áreas separadas – se fosse necessário. Esta necessidade de estabelecer segregação racial não se deve referir a Gana, à Guiné ou à Nigéria, onde a independência é feita pelos africanos. Refere-se certamente à emancipação de povos brancos, senhores do poder, que depois da independência implantam o *apartheid*. Que regiões africanas podem caber nesta situação?

Em geral o sul-africano não tem uma grande opinião de nós.

Os portugueses que habitam a União em grande número – calcula-se que haja de 10 a 15 mil só no Transval – são na grande maioria madeirenses humildes e de letras grossas, quando não analfabetos. Pelo seu baixo nível cultural, mesmo quando conseguem ganhar bem a vida e ter até uma certa abastança, não se cultivam, nem adquirem um certo número de hábitos e costumes que os ingleses costumam considerar próprios de gente civilizada. O nosso emigrante só pensa em forrar dinheiro à custa de trabalho e de sacrifícios, e essas virtudes, forjadas na dura escola da adversidade, não se conseguem sem sacrifício de boas maneiras, linguagem mais polida e um nível intelectual mais elevado.

É certo que aparecem excepções extraordinárias, às vezes logo na segunda geração, como os filhos de uns beirões humildes que conseguiram ascender socialmente, a ponto de uma das filhas ter sido a aluna mais classificada de todos os cursos e chegar a ser assistente de literatura inglesa na Universidade de Joanesburgo. Mas pessoas destas em geral quase não são consideradas portuguesas, e várias pessoas costumavam mesmo dizer-me isto em relação a eles: “Não parecem nada portugueses, pois não”

[38]

O nosso cônsul em Joanesburgo, Dr. Leite Cruz, bom conhecedor do meio, culto, e com elevado sentido de prestígio nacional, faz o que pode para nos dignificar e apagar todas as manchas que constantemente – com razão ou sem ela – são lançadas sobre nós. Por isso, ele tem lutado para que se mantenha representação portuguesa na Universidade de Witwatersrand, e sempre que pode introduz nos meios culturais de Joanesburgo, qualquer intelectual português que passe pela cidade. Mas isto é uma gota de água, em relação ao grande número de portugueses que vivem ao nível das classes mais baixas, e que, com os seus modos e atitudes, dão motivo a que os sul-africanos nos olhem com desdém. às vezes, o baixo nível de educação e a bebida leva-os a acamaradar com gente da mais ínfima qualidade, de que resultam brutalidades e às vezes até casos de extrema gravidade, como o caso ocorrido a 20 de Agosto, em que 5 portugueses mataram à paulada um preto de 60 anos.

Outros casos, embora menos graves, contribuem para nos envergonharem publicamente, com os desacatos cometidos durante o jogo de foot-ball do Vitória de Guimarães, com um grupo da União. Acabou tudo em pancadaria, obscenidades e vergonhas.

É certo que os sul-africanos tem muita culpa, porque não sabem perder, e o excesso de nacionalismo leva-os a actos de descortesia. Mas em regra, quando um grupo estrangeiro vai jogar à União, responde à dureza do jogo, com a mesma dureza, mas sem de descontrolar e sair das marcas. Um grupo sueco parece que, achou que o procedimento dos hóspedes era excessivo e abandonou o campo. Mas os nossos foram às do cabo !

Os sul-africanos também mostram a sua má vontade contra nós em notícias dos jornais. Sempre que podem, tiram partido de qualquer notícia internacional que nos seja desfavorável. Mesmo ao tratar-se de assuntos históricos, é frequente cometerem inexactidões, e – se podem – desvirtuam os factos, para diminuir a importância do nosso papel como colonizadores.

É certo que a antipatia está longe de ser geral, e encontramos pessoas que simpatizam connosco e procuram salientar as vantagens da nossa política. Mas estes são sobretudo sul-africanos de origem estrangeira emigrados há poucos

anos, ou algum de origem [39] inglesa. Os africânders têm muita pouca estima por nós, como aliás têm pouca estima por qualquer outro povo.

Eu creio que nós estamos a beneficiar imenso com a guerra interna travada entre o elemento de origem inglesa e o africânder. Os sul-africanos de tradição inglesa hostilizam permanentemente a política nacionalista. Os nacionalistas são quase todos – se não todos – de origem boer. Este grupo reduzido de homens pois não perfazem dois milhões de indivíduos, sofre uma exaltação doentia do eu, é um espécie de hiper-egotismo raro na História da Humanidade. Povo de camponeses rudes, que abandonaram a sua pátria de origem, movidos por um grande ideal religioso, ganharam uma dureza enorme nas épicas expedições através da África do Sul, e nas lutas travadas contra os indígenas, de cujas terras se apoderaram e a quem submeteram pela força. Mais tarde, as lutas contra os ingleses, fortaleceram ainda mais a sua dureza e violência.

Hoje, pode dizer-se, que o africânder é na generalidade fanático, destituído de maleabilidade e fantasia, sensual e muitas vezes brutal e cruel.

Apoderou-se do poder porque tem maioria numérica, e uma vez instalado não o quer largar, e procura levar a cabo uma política que chega a ser grande, pelo que tem de audaciosa e de irreal.

Não me posso alargar porque não sei onde iria parar, mas os inúmeros recortes de jornais que trouxe, mostram o que há de estranho e de absurdo neste povo.

Apesar das riquezas imensas da terra, o boer não fez grandes fortunas; essas estão nas mãos dos ingleses e os israelitas. Ele continua a ser agricultor e funcionário público. Mas como funcionário, sobretudo nos cargos que lhe conferem poder, como a polícia, ele pode ser de uma brutalidade e de uma venalidade sem nome. Eles torturam moral e fisicamente os negros, levando-os ao sadismo, com frequência, a deixar as suas vítimas em péssimo estado, quando não as liquidam. Por sua vez, são inúmeros os crimes cometidos pela própria polícia: crimes de furto, estupro, homicídio, etc.. O ódio racial e a necessidade de estabelecer uma barreira completa entre as duas raças, levou-os a fazer uma lei que castiga severamente as relações sexuais entre brancos e indivíduos [40] de outras etnias: pretos, mistos, indianos, malaios e chineses. Porém a sua sensualidade é superior ao ódio, e são numerosíssimos os casos de

infracção do “*immorality act*”, como eles lhe chamam. Os jornais ingleses não descansam em dar publicidade nos numerosíssimos casos de ralações sexuais proibidas, e muitas vezes praticadas com uma brutalidade invulgar. Mas os casos de estupro violento de mulheres brancas, por boers, também não são raros. Por sua vez dão-se os casos de mulheres boers que são surpreendidas em flagrante com negros.

A criminalidade é também muito elevada, mas a criminalidade juvenil é então espantosa. Os chamados *teenagers* ou *ducktails*, constituem bandos perigosos que não recuam perante crimes de homicídio. Um dos divertimentos desses rapazes é aparecerem nas bodas sem serem convidados e acabarem por escancarar tudo e espancar homens e mulheres. Muitos assaltam pessoas nas ruas e chegam a esfaquear quem se recuse a entregar-lhes a carteira. Uma noite, na cidade de Pretória, foram presas três raparigas, uma das quais de dezasseis anos, porque esfaquearam dois homens que se recusaram a dar-lhes boleia.

Como é uma terra onde há muito dinheiro, os pais conquistam a sua liberdade de acção dando aos filhos tudo o que eles querem. São inúmeros os estudantes de ambos os sexos que possuem automóvel. Por isso, o espírito de competição, de autodomínio, e a capacidade de se entregarem a um esforço prolongado falta a muitos, razão porque falham nos estudos. Como os empregos mal remunerados são desempenhados pela gente de cor, muitos jovens que não possuem habilitações especiais não podem ou não querem concorrer a esses lugares inferiores e entregam-se à vadiagem. Além disso, a falta de boa orientação religiosa, pois os Africânders seguem em geral a Igreja Reformada Holandesa, que lhes fortalece a mística da superioridade racial, faz com que muitos jovens se sintam bons demais para desempenhar tarefas humildes, só próprias de raças inferiores. Por isso, a falta de triunfo material, em regra avaliada sempre em dinheiro, leva-os a serem heróis do crime. São verdadeiros casos de compensação psicológica de frustração social, de que fala Adler, originados numa concepção de vida deformada.

[41]

É evidente que esta atmosfera criada por um certo tipo de juventude é contagiosa e atinge jovens de outra formação moral, como os descendentes de ingleses, em regra mais disciplinados, e de formação religiosa anglicana, ou os latinos, italianos e portugueses de formação católica. Mas estes em número

consideravelmente menor, assim como os israelitas, onde a organização familiar é muito sólida e o nível de vida muito elevado.

Por sua vez, as centenas de milhares de negros vindos de diferentes regiões para os centros mineiros e industriais da União atraídos pelos salários e maiores oportunidades de enriquecer, vêm aumentar este quadro desolador. Populações primitivas, arrancadas da severa disciplina tribal, entregues a si próprias, em grandes urbes, onde as solicitações dão imensas, rapidamente são presas de tentações, ou se tornam instrumentos manejáveis nas mãos de chefes de quadrilhas. Tudo isto cria estados de insegurança sem termos de comparação em qualquer outra parte do Mundo. Como disse o Prof. Wagner, numa reunião do Senado da Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, é a cidade do crime por excelência. A gravidade da situação tem causado apreensões nos responsáveis que tentam tudo para as remediar – sem pensar em remediar os fundamentos políticos e sociais que lhes dão origem.

A vida nas grandes cidades é uma vida de perigo constante. Pode-se ser assaltado numa rua iluminada logo ao cair da noite, todos os dias se assaltam casas, os crimes de homicídio são muitos frequentes, e os carros em correrias pela cidade, e a perseguição a tiro não são casos muito raros.

Para dar uma pequena amostra basta dizer que quase todos os colegas da Universidade com quem falei sobre estes casos foram assaltados pelo menos uma vez. O Prof. Hartmann quando sai à noite, leva duas pistolas nos bolsos, porque em quatro casas vizinhas da sua, houve assaltos acompanhados de homicídio. O Prof. Mac. Crone num desses assaltos mataram-lhe a mãe.

Estes crimes são muitas vezes cometidos por brancos, outras vezes por pretos, mas certamente estes últimos contribuem com maior percentagem de crimes, o que não é para admirar, dadas as circunstâncias económicas e sociais criadas pela concepção absurda [42] da política boer. A situação é bem posta a claro por alguns jornalistas e escritores, como Allan Patton, “Cry beloved Country” ou Lewis Sowden, “The Crooked Bluegum”, ou ainda por sacerdotes como Gunnar Helander, “Big City Zulu”, ou Trevor Huddleston, “Naught for Your Comfort”. Estes homens lúcidos e de coração têm posto a nu as terríveis chagas desta sociedade estranha. A Igreja Católica tem lutado nobremente pela humanização dos costumes e na defesa da moral cristã, mas infelizmente o que tem conseguido é relativamente pouco para o que há a fazer.

A política africânder é duma inflexibilidade temível, e aí daqueles que tentarem opor-se-lhe. Em relação à Igreja Católica e aos seus adeptos existe sempre uma atitude de hostilidade evidente, que se traduz inclusivamente na limitação da admissão de imigrantes de países católicos.

Esta intransigência cria situações insolúveis. Por um lado os sul-africanos procuram a todo o custo fomentar a imigração, porque necessitam de aumentar o número de brancos em relação aos negros, porque temem a desproporção numérica. Por outro lado, procuram travar a imigração inglesa, porque lhes é hostil e receiam perder a maioria no parlamento. De muitos países não recebem imigrantes porque existe neles forte antipatia contra a política sul-africana. Entre estes conta-se inclusivamente a Holanda, que embora continue a mandar gente para a União, o faz com reservas, e é clara a antipatia pela política da União. Os próprios diplomatas holandeses não a ocultam. Dá-se também o caso de ter necessidade de imigrantes para os trabalhos braçais e manuais, porque o receio dos pretos leva-os a preferir mão de obra europeia mais barata, e essa costuma-lhe ser fornecida por Portugal, Grécia, Itália, etc., mas como são católicos, olham-nos com suspeição ou aversão. Aliás, deve dizer-se que, a maneira como se referem à necessidade de substituir o trabalhador indígena por trabalhadores europeus chega a ser ofensiva para nós, como me contou o Sr. Dr. Ramalheite, Leitor de Português na Universidade de Witwatersrand, que leu uma vez num jornal um artigo sobre o problema dos criados negros virem a desaparecer e das dificuldades que daí adviriam. O articulista terminava dizendo que talvez a solução fosse importar criados [43] de um país subdesenvolvido, como Portugal.

Os únicos imigrantes de quem os africânders nacionalistas gostam é dos alemães, e principalmente dos alemães partidários do nazismo. A simpatia dos africânders nacionalistas – devemos dizer para bem da verdade que muitos são da oposição – pelo nazismo, é uma consequência da sua política racista, convicta da superioridade da raça ariana. Este mito ariano pode ser um perigo sério para nós, no dia em que triunfe plenamente a política boer. Por enquanto eles vivem em luta pegada contra a oposição inglesa e isso dá-nos tempo. Mas se obtêm a completa independência a que aspiram e reduzem ao silêncio os adversários políticos, nós vamos ter sérias preocupações.

O objectivo dos africânders é reduzir os negros e mistos a uma massa invertebrada e dúctil, que sirva sempre de instrumento à raça superior, sem lhes oferecer resistência. Para isso tem de viver agrupada em reservas e bantustans, sempre vigiada e submetida a tipos de ensino, que nunca lhes forneçam meios para se emancipar. Os brancos ficam com as riquezas mineiras e as melhores terras agrícolas e vivem em cidades expurgadas de elementos não brancos. Indianos, paquistãos, chineses, etc., estão em posição intermédia, pois não devem ter acesso ao ensino superior nem podem casar ou ter relações com indivíduos brancos.

Mesmo no ensino técnico não fornecem conhecimentos que permitam aos africanos elevar-se a um nível económico melhor.

Quando visitei o Vocational Training Center, nos arredores de Joanesburgo, o Director afirmou que por determinação do Governo não podiam ensinar aos estudantes profissões que lhes permitissem um nível de vida elevado. Aprendem a ser carpinteiros, alfaiates, etc., mas não podem ser mecânicos embora – segundo ele disse – tivessem magníficas aptidões para a profissão.

O pior é que este ideal de segregação cria grandes problemas económicos e práticos. Por outro lado as indústrias extractivas e transformadoras são prósperas porque têm uma mão de obra barata e não podem renunciar à mão de obra indígena. As cidades necessitam de braços para os serviços mais baixos e trabalhos domésticos. Como é possível renunciar a eles como alguns [44] propõem? É claro que o africânder que em regra geral não reside nas grandes cidades e é agricultor, prefere uma situação em que o indígena se lhe ofereça para trabalhar em terra a preço baixo e sem fazer grandes exigências. No momento presente – como apareceu nos jornais – alguns agricultores utilizam trabalho forçado, pois os indígenas apanhados pela polícia em fraude eram com frequência *vendidos* (como eles lhe chamam) aos agricultores. Estes chegavam a ter prisões nas suas *farms*, e houve casos de castigos tão brutais que deram origem á morte de trabalhadores.

Como situação intermédia proíbe-se que o indígena venha a habitar nas cidades e criam-lhe grandes concentrações urbanas, espécie de campos de concentração, cercados por arame e guardados pela polícia. Também constroem grandes edifícios de tijolo, em volta de um pátio interior, com uma única saída guardada pela polícia, com todo o aspecto de uma prisão fortaleza, a que chamam *hostel*.

Tivemos oportunidade de visitar instalações destas e fizemos fotografias que estão à disposição de quem tiver interesse para as examinar.

Por enquanto, os cidadãos podem ter os seus criados à disposição durante a noite, caso possuam pequenas residências isoladas para eles, onde a polícia possa vir a qualquer hora controlar. Embora se possa ter nesses edifícios criados de ambos os sexos, não é permitido ter um homem e uma mulher casados. Um criado casado é obrigado a ter a sua família numa dessas cidades bantas como Orlando ou Jabavu, etc. e ir lá passar a noite com ela. Isto implica uma longa e complicada viagem e poucas horas de sono, razão porque os criados preferem deixar as respectivas famílias nas suas aldeias e viver sozinhos na cidade. Isto contribui para a baixa moralidade da população servil. A casa que alugamos mobilada em Auckland Park tinha um criado casado (com a mulher na aldeia a centenas de quilómetros) e uma criada solteira.

Por sua vez os que vivem aos centos nos *hostel* sem poderem receber a visita de suas mulheres, ou nas casernas das minas acabam por se entregar ao homossexualismo ou a cometer crimes sexuais.

Tudo isto e muitas outras coisas, que não é possível [45] relatar sem tornar este relatório excessivamente extenso, dá lugar a um ódio contra o branco.

O negro lê nos jornais, onde todos os dias a opinião põe às claras as intenções do Governo. Por sua vez os africanos, sem maleabilidade nem esperteza, não sabem ocultar os seus desígnios, nem chegar aos seus fins sem criar situações irreduzíveis. Na verdade são neste ponto semelhantes aos nazistas que pela sua propaganda conseguiam criar mais inimigos do que simpatia. Enquanto os ingleses eram muito mais racistas que os alemães, por temperamento e na prática, estes conseguiram fazer-se odiados pelas suas teorias de superioridade racial. Com os africanos sucede o mesmo. É um povo sem humor, espesso de espírito, e de uma rigidez aflitiva. Por isso vão de dia para dia agravando a situação. Contribui para isso também a sua grande avidez de lucro. Temos um por exemplo nas grandes cervejarias para indígenas onde se vende cerveja fornecida pelo Estado, especialmente fabricada para os africanos. Por mais que muitos apontem os perigos destas concentrações de centenas de homens a beber juntos, o lucro cega-os. Os africanos não podem beber bebidas alcoólicas – a não ser clandestinamente – excepto esta cerveja oficial de baixa graduação. Portanto, todos os dias, centenas de homens juntam-se a beber e a acumular ódio contra o

branco. Este ódio torna-se tão cego que é um perigo passar por estas cervejarias. Em 1959 um homem que seguia de carro, teve um pane perto de uma destas casas e pediu a dois africanos para o ajudarem. Eles chegaram-se ao pé dele, deram-lhe uma facada e deixaram-no estendido na rua, em pleno dia, banhado de sangue.

Os crimes dos negros são em parte consequência dos crimes dos brancos, e é com alegria que um português atravessa a fronteira de Moçambique e vê o sorriso franco, aberto e amigo dos nossos pretos. É esse sorriso que devemos procurar conservar, porque ele é a melhor garantia da nossa boa política – e nalguns lugares ele vai-se apagando!

Os boers esquecem-se de que é tarde para conseguirem levar a cabo uma política inteiramente utópica. Por enquanto, o bom senso de alguns, o interesse de outros, o ideal superior da Igreja [46] e a reacção inglesa, são um travão que, em vez de os fazer parar, os exaspera. Se conseguem dominar inteiramente vamos ter maus vizinhos, tão maus, que nem bons consigo mesmo são. Nesta população branca, tão pequena, há quatro mortes por suicídio diários, além de 600 suicídios frustrados por ano. Para tal população, cerca de 2.000 suicídios anuais e num das terras mais ricas do Globo, é bem um índice do profundo desequilíbrio psicossocial deste povo.

É de esperar, que num futuro não muito distante, outro Governo mais equilibrado tome conta do país, pois quanto mais tarde for, mais difícil será encontrar uma plataforma de entendimento entre os diferentes grupos raciais, e a força dos africanos começa a ser hoje demasiado grande para constituir um perigo se não se souber dominá-la e orientá-la. Quanto mais tempo passa, maior é o ódio que se acumula, porque o desentendimento entre ingleses e africânders faz com que os ingleses desmascarem e até exagerem a política do Governo. Desta maneira, o negro, o indiano, o mulato, o malaio, e o chinês, recebem todos os dias estímulos de propaganda contra os africânders, cujos desígnios ficam patentes ou pintados em cores excessivas. Que sucederá se este ódio se acumular por alguns anos e um dia encontrar uma ajuda do exterior? Uma verdadeira hecatombe em que tanto serão sacrificados os africânders como os seus inimigos ingleses. Nesse momento só haverá brancos e pretos. Por isso, tantos apoiam os ingleses na esperança de apressar o processo da queda do Partido Nacionalista. Mas as coisas já estão tão complicadas que não será fácil

encontrar uma solução para tantos males, e aqueles que assim pensam, julgam melhor deixar este Governo continuar, porque sequer ao menos vai segurando as coisas até acontecer um milagre ou rebentar tudo.

Fazer previsões é sempre difícil, e muito especialmente em política, e não tenho mesmo preparação política nem experiência para o fazer. O que se pode dizer é que não há ninguém neste país que não tenha sérias apreensões ou não viva apavorado. Muita gente prepara activamente uma retirada. Conheci professores que procuram novas situações fora da União, e já este ano houve quem tivesse a sorte de receber convites de fora. Também conheci individualidades não académicas que estudam maneira de sair [47] da União a tempo. Entre eles o advogado israelita Hattenbach, casado com uma portuguesa, pensa em vir viver para Portugal com a mulher e as filhas.

Pode ser que este medo não corresponda a um perigo real, mas também pode ser que sim. Eu, contudo, creio que uma política inteligente, mas hábil e mais humana era capaz de trazer a alegria de viver a todos. Para isso existe tudo naquele país: bom clima, belas paisagens e uma riqueza incomensurável.

Não está nas nossas mãos intervir nos acontecimentos, e basta-nos aguardar o desfecho, mas a lição pode ser-nos útil e tirar dela preciosos ensinamentos. Pelo menos resta-nos a consolação de ver que um vizinho tão rico não conseguiu em sua casa a paz, o sossego e a alegria que nós temos conseguido na nossa.

[48]

**Actividade do Adjunto da Missão, Dr. Manuel Viegas Guerreiro.
Nos Macondes.**

O meu trabalho, este ano, entre os Macondes foi o seguinte:

- a) – Resolver dúvidas que me foram surgido durante a fixação dos textos literários em língua Maconde,
- b) – Recolher alguns espécimes de literatura oral, complementares dos reunidos em anos anteriores
- c) – Rematar a notícia geral sobre sabedoria maconde
- d) - Enriquecer o vocabulário recolhido nas outras campanhas

Do resultado desta tarefa dará conta acabada a minha colaboração no livro que se está escrevendo.

Paralelamente com a pesquisa etnográfica, em conversas e confidências e no decorrer das minhas deslocações, tomei conhecimento de factos que julgo terem algum interesse para o tratamento económico, político e social a dar a esta população.

Nota-se, entre os Macondes, mais latente do que há vista, uma certa inquietação sobre o que poderá ser o seu futuro. Preparam-se para emigrar, ainda em maior número, para o Tanganhica, onde, dizem, se ganha mais, apesar dos vários impostos que por tudo e por nada sobre eles impendem. A propaganda a favor desse êxodo fazem-na roupas e trastes com que se carregam os que de lá vêm, a bicicleta que á mão os acompanha, o pouco dinheiro que lhes sobra e discursos aliciantes de recém-chegados. Sob a sombra da *chitala* (lugar de conversa dos homens), enquanto eu ouvia uma fábula, um homem por detrás de mim, também com o seu auditório, apregoava as vantagens do trabalho no Tanganhica com indicação do número de xelins que diariamente lá se auferia. Entenda-se que este indivíduo ignorava que eu estivesse dando atenção ao que dizia e pudesse percebê-lo. É sempre de má vontade que se deslocam para as plantações de sisal do nosso território ou trabalham na cultura do algodão.

[49]

Conhecem-nos mal, quase não formam ideia de nós senão através das autoridades administrativas e isto em virtude de ser pouco frequente a presença de outros portugueses no seu mundo.

Não se vê ou pressente que haja organização secreta que sistematicamente se ocupe de propaganda subversiva, mas sabe-se que o fermento dessa perturbação lhes é lançado por programas de rádio que de tempos a tempos sobem ao ar no vizinho Tanganhica.

Não serão estes factos desconhecidos de quem se ocupa da governação, mas afigura-se-me que sua gravidade é tal que relembra-los será sempre oportuno.

Em Angola

A campanha de Angola divide-se em duas partes:

- a) Estudo de Bochimanes nas regiões do Longa e do Dirico
- b) Breve reconhecimento na dos Cuissis.

a) – Bochimanes

Fenómenos cada vez mais numerosos de adaptação da cultura dos Bantos, junto dos quais vivem, tanto no que respeita à sua vida material como espiritual, sobrevivência paralela de modos de vida antigos, aproximação progressiva dos Portugueses, quer através do comércio sertanejo, quer pelo trabalho livre em pescarias do litoral ou em fazendas de café, para que têm sido solicitados nos últimos anos, constituem o essencial destas minhas pesquisas. Com a informação obtida e outra que puder reunir tenciono escrever uma notícia sobre os *Bochimanes de Angola*. Será ocupação a tomar depois de acabados os macondes.

b) – Cuissis

Entre os contrafortes de Chela e a faixa desértica que pega com o mar, da margem direita do Cunene, ao Sul, até à zona de Caimbambo, ao Norte, acolhidos à inacessibilidade e isolamento dos altos morros, há ainda hoje a viver exclusivamente da colheita e da caça, alguns pequenos grupos da etnia dos Cuissis. Com o [50] objectivo de conhecer os caminhos ínvios que a eles

conduzem e verificar probabilidades de estudos futuros percorri a parte da região que vai de Vila Arriaga a Mapango. Soube, seguramente, que os há no Morro de Bambolo, diante do posto de Caitou, na Pupa, na área do posto de Lola, sítio do Chingo e nas faldas das Mundas do Ambo, nomeadamente nos trilhos que levam de Capira aos arredores de Lucira.

Uma parte, porém, desta gente, crê-se que a maior, já deixou o nomadismo antigo e está hoje fixada junto dos Cuvaes ou servindo agricultores e comerciantes brancos. Uns são pastores, outros jornaleiros em trabalhos agrícolas e ainda outros auxiliares de todo o serviço.

É muito difícil encontrar os que vivem nos morros, sob o abrigo das pedras, mas tempo, robustez física, paciência, técnicas adequadas e saber, abrirão caminhos proveitosos aos investigadores que demoradamente deles vierem a ocupar-se.

Nota sobre os “Boers”

Emigraram quase todos, como se escreveu no relatório do ano passado, para a África do Sul, onde a pouco e pouco lhes vão dando modos de vida. Sua paciência limitada não se compadece, contudo com o lento resolver do seu problema e nem as ocupações que lhes são distribuídas correspondem aos sonhos com que teimaram iludir-se na abalada. Não se lhes pode dar o que não há: as tão almejadas fazendas onde trabalhem com desafogo e autonomia.

Segundo informação fidedigna de pessoas que com alguns deles falou, começam a estar desgostosos e arrependidos e a chorar de novo pela sua amada Angola e pela vida livre que aí lhes era consentida. Pensam mesmo alguns em regressar mais uma vez á terra do nascimento. Oxalá tenhamos aproveitado bem as lições do passado e suas lamúrias insensatas e inoportunas não ganhem eco em nossos corações generosos com frequência propensos a confundir, para nosso mal, transigência injusta e inadequada ao que nos convém com verdadeira grandeza de alma e humano acolhimento.

O Adjunto do Chefe da Missão
Manuel Viegas Guerreiro

[51]

Actividade individual da 1.^a Assistente, Margarot Dias, além da colaboração dada ao Chefe da Missão e atrás relatada.

Durante o tempo que não foi necessário acompanhar o Chefe da Missão nas excursões na União Sul Africana e no Tanganhica, fiz pesquisas de campo em Moçambique, particularmente no distrito de Gaza, onde estudei a cultura material dos Povos Changane, Chope e do subgrupo Lengue, no sentido de contribuir para um melhor conhecimento etnográfico destes povos, e tendo em vista um futuro Atlas Ergológico da Província de Moçambique.

No decorrer destes estudos recolhi também numerosos dados relativos à cultura espiritual, hoje difíceis de obter dada a longa influência exercida pelas Missões Cristãs e pelos contactos com a cultura europeia, mas de grande interesse porque permite compreender como os seus padrões tradicionais reagem em face dos contactos com a nossa cultura, num lento processo de aculturação. Estes elementos poderão vir a ser úteis para nós, porque ajudarão a conduzir a nossa política de assimilação sem ferir demasiado as necessidades temperamentais, evitando recalcamientos e atitudes de insinceridade e de falsa humildade, resultantes da necessidade de preservar certos valores da sua cultura tribal. A assimilação só será perfeita se o africano aceitar de maneira compreensiva os valores da cultura europeia, mantendo integridade de carácter e uma atitude de respeito e fidelidade pelo europeu.

Continuei, como sempre, a dar muita importância ao estudo dos princípios de educação tribal, que em muitos aspectos me parece merecer atenção e consideração. Espero vir a escrever mais tarde um pequeno trabalho sobre este assunto.

Porém, a parte mais substancial da minha investigação incidiu sobre a cultura material. Estudei em particular os cestos e as várias técnicas usadas na sua factura, estudei a olaria, as técnicas de construção das palhotas, e os instrumentos musicais, registando todos os nomes das diferentes peças e dos materiais usados na sua confecção.

[52]

Durante estes meses tirei umas 900 fotografias a preto e branco, uns quatrocentos diapositivos coloridos e filmei uns 750 metros de filmes a cores, além de ter registado uma quantidade de músicas em fita magnética.

Já recebemos pedidos de cópia de filmes feitos nas campanhas anteriores, do Instituto do Filme Científico da Universidade de Göttingen, na Alemanha, e do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Witwatersrand em Joanesburgo. Este último, interessa-se igualmente por filmes realizados este ano e por diapositivos sobre certos problemas da Província de Moçambique. O Chefe da Missão projectou alguns destes filmes e diapositivos em aulas práticas e conferências realizadas naquele Departamento, e os respectivos professores fizeram os melhores elogios ao trabalho.

Tive também o cuidado de coleccionar uma série de objectos que me parecem dignos de figurar no futuro Museu do Ultramar. Todavia, houve grande dificuldade em obter alguns destes, e outros estão associados a certos rituais relacionados com a ancestralia. Espero poder adquirir mais alguns na próxima campanha, caso o Chefe da Missão possa incluir este projecto no plano de actividade de 1960.

Quero deixar aqui expressa a minha gratidão às autoridades de Gaza e de Zavala pela grande ajuda que me prestaram.

Espero que, logo que esteja concluída a monografia sobre o Povo Maconde, possa escrever alguns trabalhos com os elementos recolhidos este ano.

The Constitution of the Union.
The Tanganyika-Mozambique Makonde Union.
The rules and objects of the Union.

1. (a) The name of the Union shall be “ TANGANYIKA – MOZAMBIQUE MAKONDE UNION”

(b) The registered Office of the Union shall be at I, Gogo Street, Dar-es-Salaam, or at any other place as may be suggested from time to time.

The objects of the Union

2. The objects of the Union are: -

(a) To help one another in case of difficulties and pleasure irrespective of rank, creed, etc. e.g.

(i) To pay visits to members.

(ii) To assist in or arrange for the burial of a fellow member or his close relative, and render such help as may be deemed necessary.

(iii) To help or participate in certain social functions such marriages, birthdays, etc., when called up to.

(b) To promote the spirit of the brotherhood and friendliness between members and to foster this spirit in all other members of our tribe.

(c) To encourage parents to send children to school and other places where academic or technical education can be obtained

(d) To stimulate interest amongst members in the affairs and progress of our area and any place where Makonde stay or make as place of residence.

(e) To preserve all such a tribal tradition, cultures, customs and creed as we deem fit.

Admittance to Membership

3. Membership is open to any person who is Makonde from either Tanganyika, (Southern Province) or Mozambique, regardless to his present residence, provide that he/she agrees to these rules.

[54]

4. The entrance fee shall be shs.2/, and monthly subscription shall be shs.1/-, The Managing Committee shall be empowered to raise or lower these assessments.

Meeting of the Union

5. (a) A General Meeting shall be held during the first week of every fourth month. There shall be also a Committee Meeting every month the consider the objects of the Union.

(b) The quorum of the General Meeting shall consist of 2/3 of the total number, and the quorum in a Committee Meeting shall be eight members including the President, Secretary, Treasurer and Auditor.

6. (a) There also be an Annual General Meeting at which: - The Committee shall present their report of the activities of the Union during their term of office, and also the Treasurer shall submit his Financial Report.

(b) A General Election shall take place. Any ex-Committee member shall be eligible for re-election.

7. Notices of meetings showing time, day, place and agenda shall be served to all members of the secretary not less than three days before the date on which such meetings are to be held. In case of emergency a momentary notice shall be circulated.

8. If for any reason a member is unable to attend a meeting, he/she shall inform the Secretary in writing of/his/inability to do so.

9. All relevant correspondence, applications and other queries shall be addressed to the Secretary only.

10. A member who violates one of these rules shall be warned in writing, and if she/he continues to break the same rule thereafter, he/she shall be fined such sum of money as the Committee may decide, but such fine shall not exceed 5/- sha.

Executive Committee

11. The Management of the Union shall be vested in the office-bearers and their Committee, and shall consist of the [55] President, Secretary, Treasurer, Auditor and eight Committee members including Assistant President, Assistant Secretary and Assistant Treasurer. All such officers shall be honorary.

President

(a) The President shall conduct and preside over all meetings. He shall also reserve the right to cast vote. He shall sign minutes of all meeting when approved. He is also empowered to expel from the meeting any member who misbehaves himself/herself.

Assistant President

(b) The President shall have his Assistant who shall assist him in all his presidential duties. The Assistant president shall conduct and over any meeting during the absent of the President. At such meeting the Assistant shall also reserve the right to cast vote and sign the minutes of the meeting when approved for the President. He shall be empowered to expel from the meeting any member who misbehaves himself/herself.

General Secretary

(c) The general Secretary shall announce all meetings record all the minutes of the meeting, attend to all the correspondence and enquiries from within and without in consultations with the President.

Assistant General Secretary

(d) The general Secretary shall be assisted in all his secretarial duties by an Assistant General Secretary. The Assistant General Secretary shall take over all secretarial duties when the General Secretary is absent or for other reason is unable to carry on with its.

General Treasurer

(e) The General Treasurer shall be responsible for receiving money, issuing receipts, encouraging subscription and preparing the Annual Financial Report.

Assistant General Treasurer

(f) The General Treasurer shall be assisted by an Assistant General Treasurer to collect money, issue receipt and encourage subscription and prepare the Annual Financial Report.

[56]

Auditor

(g) The Auditor shall check money and the accounts books of the Union at any time.

Committee Members

(h) The eight Committee Members shall advise the office-bearers on the management and other business of the Union. Two of them shall be appointed to assist the Treasurer and signatories.

General

12. Case and disputes among members which for some reason or other cannot be settled at a General meeting, shall be submitted to the Management Committee, whose decision shall be final.

13. All books and papers of the Union shall bear the name and place of the Union.

14. A notice shall be immediately be given by the Treasurer to any member whose subscription are in arrears for three months, and should a member fail to comply with such a notice. The Union shall not render any help to him/her as in case of difficulty or need.

15. (a) All finance of the Union shall be kept under the guardianship of the Standard Bank of South Africa Limited, or of such person or body as the member may from time to time choose. The Treasurer along with two other selected members (Ref: II (h) shall be trustees or signatories of the Union in all such financial matters.

(b) The money shall be withdrawn from the bank under three signatories of the President, Secretary and Treasurer.

16. Money paid by members shall not be withdrawn by any individual when the Union is liquidated, and there is no person to revive it within the subsequent five years of liquidation, all the funds if any shall be credited equally to any two institutions of both countries which shall use the money for the welfare of the students of the institutions.

[57]

Branches of the Union

17. (a) The Union shall open the branches in any or every town in the Tanganyika Territory where an adequate numbers of members to form a

Committee of six members including Chairman, Secretary, Treasurer and Auditor shall exist.

(b) Each such branch shall submit its general and financial reports quarterly and not later than ten days of each fourth month. These reports shall show clearly the expenditure and balance in the bank of the branch and resolutions passed in its meetings respectively separate.

18. It shall be duty of the Head Quarters to, from time to time, send one official to visit all branches. In case of emergency any branch shall be at liberty to call for an official from the Head Quarters for the settlement of any difference of opinion.

19. All the above rules are subject to alterations, amendment and cancellations.

These rules have been approved by the General meeting held at Dar-es-Salaam on the twenty-seventh day of July, in the year one thousand nine hundred and fifty eight.

ANEXO E

Jorge Dias, Manuel Viegas Guerreiro & Margot Dias (1961),
«Relatório da Campanha de 1960 (Moçambique e Angola)»

CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS
DA JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR

MISSÃO DE ESTUDOS DAS MINORIAS ÉTNICAS
DO
ULTRAMAR PORTUGUÊS

RELATÓRIO DA CAMPANHA DE 1960
(MOÇAMBIQUE E ANGOLA)

LISBOA
1961

Relatório da Actividade da Missão de Estudo das Minorias Étnicas do Ultramar Português na campanha de 1960

Introdução

De acordo com o programa anteriormente estabelecido, a Missão continuou a elaborar os materiais colhidos na área cultural maconde. A soma de elementos recolhidos provou ser superior ao que primitivamente se julgava, o que obrigará a dividir a monografia em 3 ou 4 volumes. O primeiro volume estará pronto para impressão nos princípios de 1962.

Ainda em 1961 deve estar impresso um livro na Witwatersrand University Press, intitulado “Portuguese Contribution to Cultural Anthropology” da autoria do Chefe da Missão, que contém dois capítulos sobre aspectos da cultura maconde.

O Chefe da Missão fez ainda duas conferências sobre os macondes na Universidade de Londres, nos dias 3 e 5 de Maio, a convite daquele organismo. Tendo a Missão concluído a campanha dos macondes, e sendo necessário iniciar um novo estudo, ficamos indecisos entre continuar a trabalhar no Norte de Moçambique – prosseguindo assim no estudo das populações orientais do círculo Zambeziano que tínhamos iniciado com os macondes – ou começar um estudo novo em Angola. Ambas as alternativas eram defensáveis. A primeira permitia atingir um conhecimento em profundidade de uma área etnológica muito pouco conhecida. A segunda contribuía para dar aos membros da Missão perspectivas mais amplas, pondo-os em contacto com novas gentes e novos problemas, [2] o que é muito importante, sobretudo pelo facto do Chefe da Missão ser professor de etnologia e necessitar de uma experiência variada.

Por outro lado, as pessoas responsáveis pelo Governo de Moçambique mostraram interesse pelas informações fornecidas nos nossos relatórios, e viam com bons olhos a continuação e intensificação da nossa actividade no Norte da Província. De facto, hoje em dia, a colaboração de técnicos das ciências sociais torna-se indispensável em quaisquer trabalhos que envolvam reformas económicas, visto que o económico e o social estão intimamente relacionados.

Não foi, contudo, necessário tomar uma decisão definitiva, porque nos foi superiormente confiada uma tarefa que nos colocava na posição de deixar para a próxima campanha qualquer resolução relativa a investigação em profundidade. A tarefa consistia em acompanhar numa viagem de prospecção etno-sociológica o Prof. Charles Wagley da Universidade de Columbia e a sua esposa através das províncias ultramarinas do continente africano.

O Prof. Wagley visitava-nos de acordo com um projecto elaborado em Nova York, pelo Prof. Adriano Moreira, relativo à colaboração dos prof. De antropologia social da Universidade de Columbia com os do I S E U, para preparação de novos investigadores portugueses. O financiamento deste programa ficaria a cargo da Fundação Ford, que se mostra em princípio interessada, e já subsidiou este ano a viagem do Prof. Wagley.

[3]

Por sua vez, o adjunto da Missão continuou a fazer o estudo dos bochimanes que iniciou há 3 anos. O resultado da sua actividade é relatado pelo próprio no fim deste relatório.

Elaboração do programa de viagem do Prof. Charles Wagley na África Portuguesa.

A visita do Prof. Wagley à África Portuguesa parece-nos ter sido um acto político de grande alcance, independentemente das enormes vantagens que resultarão da preparação de investigadores portugueses no campo da antropologia cultural e social. Cada vez é mais difícil impedir a entrada de estudiosos estrangeiros nos nossos territórios, especialmente especialistas das ciências sociais. Mesmo quando negamos a entrada ou procuramos ganhar tempo com evasivas, eles acabam por conseguir, como sucedeu com o etnólogo inglês T. Price, da Universidade de Glasgow, que está a estudar os ajauas. Ora se isto é assim, é aconselhável que demos preferência àqueles que se mostram benevolentes e resolvidos a fazer todos os esforços para ver o que de bom fizemos, pois temos toda a necessidade que se ergam alguma vozes em nossa defesa, sobretudo vozes de personalidades consideradas internacionalmente ao abrigo de qualquer suspeita. No caso do Prof. Wagley a sua colaboração é nesse

ponto preciosa, visto ser o chefe do Departamento da Universidade de Columbia [4] (Nova York) onde é Prof. O Dr. Marvin Harris, que todos conhecemos pelos ataques violentos feitos a certos aspectos da colonização portuguesa em Moçambique. Grande conhecedor e amigo do Brasil, e casado com uma brasileira, o Prof. Wagley era a pessoa indicada para ser interessada pelos problemas etno-sociais portugueses. Foi, pois, como disse, um acto de grande visão política interessá-lo pelas nossas coisas. Porém, sou obrigado a confessá-lo, como profissional das ciências sociais, nas nossas Províncias Ultramarinas nem tudo é de molde a despertar admiração ou simpatia num colega estrangeiro. Habitados como estamos a fazer uma propaganda que visa sobretudo impressionar a opinião pública internacional, ou a dar confiança à nossa gente, acabamos muitas vezes por acreditar naquilo que dizemos, e esquecemos ou não vemos erros graves que se cometem todos os dias. Por outro lado, o grande esforço em que muitos se empenham por melhorar o que está feito, leva-os a tomar uma atitude de satisfação, que talvez não possa ser partilhada, por aqueles que ignoram o esforço da luta e só vêem a magreza dos resultados. Por isso, quando me confiaram a tarefa de acompanhar o Prof. Wagley, compreendi imediatamente a responsabilidade da empresa e procurei levá-la a cabo da melhor maneira possível. Amigo do Prof. Wagley há mais de dez anos, e tendo já estado com ele várias vezes nos Estados Unidos, no Brasil e em Portugal, onde em 1950 fez comigo uma excursão por Trás-os-Montes, sabia perfeitamente que a sua longa experiência dos homens e das sociedades, não se podia iludir com umas passeatas agradáveis, uns almoços e uns discursos laudatórios. Sabia que, mesmo mostrando-lhe [5] o que temos de melhor, ele teria de reagir, muitas vezes, de maneira antagónica, reprovando aquilo que não nos parece mal.

A fim de conseguir levar a cabo a empresa da melhor maneira, resolvi mostrar-lhe primeiro Moçambique. Eu sabia que Moçambique, onde a atitude de segregação racial é mais nítida, apesar dos esforços empregados para os combater, seria a Província que mais críticas e objecções levantaria. Além disso, a má reputação criada pelo Prof. Marvin Harris, relativamente a Moçambique, não se podia apagar facilmente e deixaria sempre resíduos no espírito dos seus amigos. Por isso, visitando o Sul do Save, que é a região de Moçambique mais

influenciada pelo português, no bom sentido, e procurando rebater algumas acusações infundadas que nos foram feitas, ou colocando no seu lugar alguns problemas, cujas conclusões estavam erradas, porque não tinham sido bem postas, podíamos com vagar modificar um pouco a sua opinião. Depois, quando a nossa acção em Moçambique já não lhe parecesse tão má, levá-lo através da União Sul Africana, e mostrar-lhe Joanesburgo com os seus bairros com os seus bairros (Townships) indígenas, e os muitos aspectos repugnantes da profunda degradação do convívio entre grupos étnicos diferentes. Depois, continuar através do Sudoeste africano, atravessar a reserva indígena do Ovamboland e finalmente entrar em Angola. O contraste entre uma União materialmente próspera, de elevado nível económico e social, e um sul de Angola rural e primitivo, tinha a nosso favor a incomparável harmonia das situações raciais, onde o convívio entre indivíduos de várias raças é mais íntimo. Finalmente, visitaria a Guiné, onde a variedade e riqueza das culturas indígenas e a ausência [6] de graves conflitos, ou choques de interesses entre brancos e pretos, dá a quem visita a Província um sentimento de bem estar e tranquilidade.

Este programa foi superiormente aprovado e executado com relativo êxito.

Poucas semanas antes da partida do Prof. Wagley para Portugal, a morte de um filho por acidente inesperado lançou-o em completo desespero e quando se refez um pouco, resolveu vir acompanhado pela esposa, e por uma filha de 18 anos. Esta circunstância dificultou-nos a tarefa, porque a filha, menina americana, romântica e amiga muito íntima da família Harris estava preparada para considerar odiosa a acção dos portugueses. Por sua vez a esposa muito viva e observadora, aparentemente amiga dos portugueses, tem contra eles aquele ressentimento que se encontrava em certas classes brasileiras há vinte e tal anos, época em que abandonou o Brasil para fixar residência em Nova York. Felizmente ajudou-nos muito na empresa o facto da 1ª Assistente ser de origem alemã, o que lhe dava uma certa isenção nas opiniões, que na minha boca podiam ser suspeitas, e, em especial, pelo grande respeito que tanto no Brasil como nos Estados Unidos existe pelos indivíduos de cultura alemã.

Procurarei, pois, mostrar em traços largos alguns dos lugares visitados e os principais factos ocorridos, e as opiniões emitidas pelos que nos acompanhavam, pois cremos ser útil, para a nossa política de convívio

internacional e de propaganda, conhecer as opiniões, pontos de vista e reacções dos americanos em relação às nossas coisas.

[7]

A visita a Moçambique

Chegados a Lourenço Marques, fomos instalar-nos no Hotel Cardoso, porque o Polana, com a sua enorme clientela sul-africana, e o snobismo próprio de hotéis deste tipo, seria mais propício a causar má impressão em pessoas que já vêm emocionalmente preparadas para ver e exagerar as grandes diferenças sociais que existem entre brancos e pretos.

Mesmo no Hotel Cardoso, a grande maioria de hóspedes era sul-africana, visto estar-se em Julho, que é um mês de férias na União, e ser uma época em que o frio dos planaltos da União obriga as pessoas a procurarem a amenidade do clima litoral da costa moçambicana.

É evidente que os meus companheiros americanos ficaram mal impressionados com esta invasão de sul-africanos, e com o á vontade com que eles se moviam, como se estivessem em sua própria casa. Deve dizer-se que o desagrado era mais violento quando os sul-africanos falavam africânder e não inglês...

Ao fim de dois dias em Lourenço Marques sentiam-se visivelmente enervados, porque, diziam estavam numa cidade branca, onde não havia africanos. Que tinham vindo a África para ver africanos e que afinal não os havia. Não havia africanos donos de estabelecimentos, não os havia a conduzir os táxis, não se viam sentados às mesas dos restaurantes ou dos cafés e não se encontravam nos cinemas. Onde estavam afinal os autênticos habitantes do país?

[8]

Procurei explicar-lhes que as cidades africanas modernas foram uma criação de brancos. A população autóctone era uma população de rurais e que, embora as cidades exercessem uma forte atracção sobre os indígenas, estes se fixavam em bairros excêntricos, onde mais facilmente mantinham um certo contacto com a terra. Por outro lado, grande parte da população, que as cidades atraí, é uma população flutuante, constituída mais por indivíduos, do que por autênticas famílias enraizadas. São em geral indivíduos que saem do seu elemento rural

para procurar na cidade trabalho mais bem remunerado e que, ao fim de um, ou dois anos da cidade regressam á sua aldeia com algumas economias.

Por sua vez, mesmo aqueles que residem definitivamente na cidade, gostam de despende as horas de lazer em centros de convívio mais de acordo com a sua tradição, nível económico e educação. Só nas cidades mais antigas, lá para o Norte, onde houve pouco convívio entre portugueses e indígenas, se formou uma sociedade mais homogénea, onde os elementos de ambas as raças e os mestiços, resultantes do cruzamento de ambas, se souberam integrara num todo, que corresponde mais ao quadro luso-tropicalista de Gilberto Freire.

Disse-lhes que se em Lisboa, a grande massa roubada aos campos nos últimos decénios se pudesse distinguir da população antiga da capital, por diferença de cor, também ficaríamos espantados de não ver esses indivíduos nos restaurantes, cafés e cinemas da baixa, nem os vermos donos de estabelecimentos ou caixeiros de lojas.

[9]

Mas a verdade é que, se eles exageravam, a minha posição também era um pouco falsa. L. Marques é uma cidade moderna no aspecto exterior, mas já suficientemente antiga para se ter podido integrar maior número de população autóctone. Na verdade é raro verem-se pretos que não sejam meros trabalhadores. Não se vêem representantes da raça negra, e, mesmo mestiços poucos, nas várias classes sociais. Se a lei proíbe a segregação, o certo é que as condições económicas e a falta de recursos que permitam o acesso dos mais bem dotados, aos vários postos para que possam ter aptidões, os condenam a manter-se nos níveis sociais mais baixos. É de crer que tal inconveniente se vá modificando, mas por enquanto ainda não estão patentes os resultados.

As rápidas visitas que fui obrigado a fazer aos bairros indígenas e ao mercado Xipa-Manim não contribuíram para modificar a opinião que os nossos visitantes já tinham formado. Em contraste com as alegres vivendas dos brancos que, com os seus pequenos jardins floridos, fazem de Lourenço marques uma das cidades mais agradáveis da África Portuguesa, as palhotas dispersas pelo mato, com sujidade à volta, ruas esburacadas, produzem uma confrangedora impressão de miséria. É certo que estes párias, a quem cabe tão pequeno quinhão nas riquezas da terra, tem por si a enorme riqueza do seu temperamento cordial, artístico e exuberante, e com isso conseguem suprir

muitas das deficiências da sua vida material. As pequenas palhotas com as suas pinturas ingénuas e engraçadas, que se dispõem ao longo da avenida que leva ao aeroporto, o riso com que acolhem que lhe [10] lhe dirige a palavra, e o humor das respostas são certamente um antídoto contra a dor que a sua miséria possa produzir em corações ainda não embotados pelo hábito e pelo conformismo.

Devo dizer que umas observações que fiz no último relatório acerca da indiferença da nossa gente, relativamente à arte indígena foram plenamente confirmadas com a visita da família Wagley. Depois de ter percorrido vários estabelecimentos á procura de alguns objectos de arte indígena para levarem como recordação, ou para fazerem presentes a amigos, chegaram exactamente aos mesmos resultados infrutíferos a que eu já tinha anteriormente chegado, e tiraram as mesmas conclusões. O nosso concidadão não é capaz, de sentir a arte indígena, nem está preparado para compreender que esta é procurada e apreciada pelo público culto dos outros países. Aquilo que não encontraram em Moçambique foram depois encontrar nas lojas dos acampamentos do Krüger Park ou de Joanesburgo, onde abunda arte indígena portuguesa. Isto depõe certamente contra a nossa cultura e sensibilidade, e até contra a nossa inteligência prática.

Como disse, as primeiras impressões foram todas más, não só porque, de facto, há coisas que são deploráveis, mas sobretudo porque vinham altamente influenciados pelo que se diz a nosso respeito e pela grande corrente anti-colonialista que hoje lavra em várias partes do mundo e nomeadamente na América.

A visita às autoridades foi felizmente muito favorável. Sua Exa. o Senhor Governador Geral causou uma excelente impressão pela sua grande serenidade, maneira franca e directa de atacar os assuntos, sinceridade e argumentação lógica na maneira [11] de defender pontos de vista. Sua Exa., quando lhe apresentei o Prof. Wagley, como sendo da Universidade de Columbia, imediatamente falou no Prof. Marvin Harris, trouxe à conversa as teses por ele defendidas contra nós e, com extrema habilidade e elegância, pôs em relevo a falta de fundamentos de alguns dos pontos de vista do prof. Americano. Quando saímos do Palácio do Governo, o Prof. Wagley que estava convencido

pelas conversas com Marvin Harris que Moçambique era uma espécie de Estado Policial, onde se sente sempre o ruído do arrastar dos grilhões, e se está cercado por arame farpado e metralhadoras, vinha visivelmente impressionado. Virando-se para mim disse-me: “o Marvin é muito inteligente, mas, às vezes, é influenciável e subjectivo”. Respondi-lhe então: “Eu julgo que o maior erro que cometeu em Moçambique, foi querer compreender problemas que resultam do contacto da cultura negra local e da cultura portuguesa. Não se pode falar da cultura portuguesa como se ela fosse uma mera parcela de cultura ocidental. É evidente que os portugueses não são americanos e não os podemos julgar como se o fossem. A tese de Marvin estaria certa se o que aqui se passa com o recrutamento de trabalhadores para as minas do Rand fosse obra de americanos, de ingleses ou de alemães, mas com portugueses a coisa é diferente”. O Prof. Wagley deu-me razão.

Na minha posição de colega não me convinha nada tomar uma atitude de antagonismo, porque se tomássemos de início a defesa de pontos de vista opostos acabaríamos por ser opositores e ele tinha de estar na defesa. O que me convinha era ser [12] capaz de o levar a ver e aceitar por si próprio aquilo que na acção portuguesa nos parece ser digno de apreço e respeito. Portanto, só cautelosamente, aos poucos, e aproveitando os momentos oportunos, é que podia levar a água ao meu moinho.

No programa que estabelecemos com as autoridades para visitar certas regiões pensou-se que o lugar melhor para fazer quartel general uns dias, para visitar as cooperativas de agricultores indígenas e a colonização do vale do Limpopo, seria a praia do Xai-Xai em João Belo.

Tencionávamos partir no sábado de manhã cedo, quando nos informaram que só era possível obter alojamentos na segunda-feira.

Vi logo a grande contrariedade que esta mudança de programa causava, e percebi que uma das preocupações que de início tinham revelado, e já tinha tentado desfazer, se avolumava agora. Receavam que na elaboração deste programa houvesse a tentativa de só lhe mostrar aquilo que convinha ao Governo, e lhe quisessem ocultar o resto. O facto de adiarem dois dias a partida era terem tempo de preparar tudo, pensavam eles.

Quando me apercebi disto propus-lhe partirmos de facto no dia que tínhamos combinado, e que iríamos à sorte, pois se não havia acomodações no hotel de

Xai-Xai era porque estava cheio de turistas estrangeiros, mas que, como éramos etnólogos, habituados a enfrentar qualquer situação, havíamos de encontrar soluções.

Ficaram encantados! No sábado de manhã partimos e fomos do nosso vagar no Land Rover da nossa Missão, sem mais ninguém conosco. Quando víamos uma cubata com gente a trabalhar, parávamos [13] metíamos conversa, fazíamos fotografias, e regressávamos ao carro. Nós próprios arranjamos intérpretes e escolhíamos os informantes a nosso gosto.

Este à vontade, o sentimento de confiança que nasce do convívio com o nosso indígena, mesmo quando não sabe falar português – coisa que infelizmente era o mais frequente – se mostra alegre e acolhedor, produziu uma enorme transformação na família Wagley. Já se riam satisfeitos e confiantes. Na verdade viam o que queriam, e não se lhes ocultava nada.

Resolvi então passar aqueles dois dias sem visitar autoridades e andar inteiramente á sorte, por nossa conta. Ao fim da tarde chegamos a Zavala e na pensão deram-nos de comer e arranjaram-nos quartos. A pensão simples era muito melhor do que as pensões deste género que se encontram na província na Metrópole, e muito melhor do que as congéneres no Brasil.

Ali já se via maior convívio inter-racial. Motoristas mulatos, ou gente de cor entravam na loja, bebiam uma cerveja, conversavam naturalmente.

No dia seguinte de manhã, pouco depois de sairmos da pensão, vimos uns homens a tocar marimba num terreno perto da estrada. Parei o *jeep* e fomos até lá. Era o princípio de uma festa *chope*. Aos poucos chegaram os bailarinos enfeitados e com os seus escudos e assistimos a uma das tradicionais danças *chopes*. Desta maneira, sem nada ser preparado, por iniciativa própria da população, pudemos ver um espectáculo cheio de interesse.

[14]

Pelo caminho encontramos em alguns sítios instalações destinadas a fazer recrutamento dos trabalhadores para o Rand. É ali que se fazem as concentrações de emigrantes para serem levados em camiões até ao caminho de ferro. Estas instalações despertam sempre exclamações de indignação nos meus companheiros.

Dali partimos para Inhambane, onde encontramos um velho hotel de tipo colonial, mas simpático e com excelente comida. Fomos ainda de tarde visitar um missionário americano Greenberg a Maxixe, porque os Wagleys tinham interesse em conhecê-lo. Para eles as informações vindas de americanos são sempre insuspeitas! Por acaso o Prof. Marvin Harris tinha vivido em casa de Greenberg em Lourenço Marques, e naturalmente a conversa recaiu sobre ele. Mas, ao contrário do que o Prof. Wagley esperava, o missionário mostrou-se muito aborrecido com Marvin Harris e acusou-o de se deixar arrastar por maus informantes e de não ter sabido conduzir-se num país estrangeiro. Naturalmente ele estava ressentido pelas complicações que tinham resultado para ele da conduta do seu hóspede.

Voltamos á noite ao hotel para jantar, e em seguida fomos ao cinema próximo, para ver o público. No cinema havia esta coisa curiosa: três categorias de indivíduos – adultos 27\$50, estudantes e indígenas 7\$50. Cada categoria tinha os seus preços e os indígenas eram os mais favorecidos. Os meus amigos americanos ficaram bem impressionados, porque julgaram que da mesma maneira que os estudantes, os indígenas tinham direito aos mesmos lugares, pagando preços mais baixos. Por acaso no cinema não havia indígenas e foram assim convencidos do que me parece ser uma [15] mistificação. De facto, na plateia, as duas ou três primeiras filas estavam separadas do resto por uma espécie de tapume baixo, que estabelecia uma divisória entre esses lugares da frente e o resto da plateia. Como estava com os americanos não pude perguntar, mas tenho quase a certeza de que os tais lugares para indígenas, mais baratos são aqueles da frente. Se isto é assim, parecia-me muito mais indicado haver dois preços de plateia, como sucede em certos cinemas da Metrópole, e as pessoas compravam os lugares conforme as posses. Certamente que seriam os indígenas a irem para os lugares da frente, pela sua baixa economia, mas não se impediria que qualquer um, num dia de prosperidade, se desse ao luxo de se sentar num lugar melhor. Desta maneira estamos a manter publicamente, quase oficialmente, discriminação racial. Se no dia em que fomos ao cinema, houvesse por acaso indígenas, os americanos tinham descoberto o dolo, e ficavam com um poderoso elemento confirmativo da segregação racial.

No dia seguinte fomos ao mercado, conversámos com indígenas e no regresso, ao passar, por uma árvore estranha, que tinha uns frutos pequenos ao longo dos

ramos, perguntamos a um preto bem vestido como se chamava a árvore e se os frutos eram comestíveis. Respondeu que não sabia o nome da árvore em português, que os frutos eram comestíveis, porque os indianos os comiam “mas nós portugueses, não comemos” (sic). Uma resposta destas pareceria preparada pela nossa propaganda, e afinal surgiu assim, inesperadamente, com grande espanto dos visitantes.

Quando chegámos ao hotel vimos em frente uns homens a [16] jogar ténis, e um deles era um mulato muito escuro.

Tudo isto permitia irmos acumulando pontos a nosso favor.

De Inhambane regressamos ao Xai-Xai, onde tínhamos aposentos reservados para essa noite.

As autoridades de Gaza foram extremamente amáveis, e facilitaram-nos a tarefa. O Senhor Governador Ruas estudou connosco um plano prático para visitarmos aquilo que mais nos interessava.

O Senhor Administrador Nóvoa Cortez, com quem tratámos dos assuntos relativos à sua área, fez-nos espontaneamente uma proposta simpática; no dia seguinte de manhã tinha uma *banja* com os agricultores de um regulado próximo e convidava-nos a participar. Era uma oportunidade única de ver a maneira como os problemas eram discutidos entre os indígenas e o Administrador.

No dia seguinte, à hora combinada, seguimos através de umas picadas que cortam uma região agrícola relativamente povoada, e chegámos à aldeia do régulo, onde se reunia a *banja*. Fomos obrigados a sentar-nos na mesa, onde se sentava o Administrador, e este julgou-se na obrigação de nos fazer uma espécie de saudação. O discurso formal, apesar das boas intenções, metia um provérbio português que não fixei, mas que na sua essência queria dizer: “o estranho que venha a nossa casa por bem, será bem recebido!”. Os americanos viram logo nisto segundas intenções e uma espécie de ameaça implícita como se alguém suspeitasse que eles não vinham por bem. Esta impressão durou alguns [17] dias e custou a apagar. De resto, a *banja* teve imenso interesse. Os agricultores tinham trazido alguns tractores para mostrar ao seu Administrador (era a sua primeira visita) como se esforçavam por progredir e produzir mais. Alguns dos que falaram exprimiram-se muito bem em português, e

apresentavam muito claramente as suas queixas, ou aspirações. Um dizia que um branco tinha andado a fazer demarcações em terrenos que lhes pertenciam e eram agricultados por eles. Este apresentou a reclamação por escrito e leu-a correctamente! Outro pediu um posto de enfermagem. Outro mostrava a necessidade de lhes ser facilitada a aquisição de peças sobresselentes para os tractores.

O Administrador deu a todos satisfação: ou prometendo solução rápida do assunto, ou mostrando que não podia ir tão depressa e as coisas se iriam fazendo aos poucos. Disse que o facto de o branco demarcar terras, não era o mesmo que ficar com o direito a elas, e que as autoridades providenciariam, etc.. No fim, fez um longo discurso ás mulheres, dizendo que elas eram em parte as culpadas da emigração para o Rand, pois ajudavam os engajadores, rindo-se dos homens que não emigravam e ficavam em casa, porque gostavam que eles lhes trouxessem panos bonitos ou coisas que elas gostavam. Explicou-lhes que este egoísmo lhes ficava caro, pois pesavam imensas ameaças sobre as famílias que viam o seu chefe partir para o estrangeiro. Depois disse-lhes que se os homens se dedicassem a uma agricultura bem orientada ganhavam muito mais dinheiro do que o que podiam juntar indo ao John. Acrescentou que, por enquanto, não seria possível acabar de vez com a emigração, porque levaria tempo a [18] poderem todos atingir o nível de vida que alguns já tinham conseguido, mas que se devia considerar como um mal necessário a combater com toda a energia.

Este discurso fez uma certa impressão ao Prof. Wagley, visto que, segundo Marvin Harris, é o próprio Governo Português quem fomenta a emigração para o Rand, indo ao ponto de maquiavelicamente arruinar as economias domésticas tradicionais, para forçar os homens a emigrar, recebendo assim a percentagem que lhe é atribuída para cada trabalhador. Viu que na verdade, ao contrário de se tentar arruinar a economia agrícola indígena, se procurava desenvolvê-la, tendo em vista fixá-la definitivamente mercê de um nível de vida compensador. Nas conversas que daqui resultaram, dizia-me ele que não compreendia como é que, se de facto queríamos impedir a emigração indígena, o não fazíamos rapidamente adoptando medidas eficazes.

Procurei então explicar-lhe que se nós portugueses tivéssemos tais recursos, os começaríamos por aplicar ao nosso próprio território metropolitano. Os

portugueses que todos os anos partem para o Brasil, para a Venezuela, para o Canadá, para a União Sul Africana e inclusivamente os que seguem da Metrópole para o Ultramar, fazem-nos forçados pela falta de recursos locais para melhorarem o seu nível de vida. Quando a terra é pobre, os recursos escassos, e a natalidade elevada, a solução é procurar trabalho em terras mais ricas. Portanto, os portugueses estavam exactamente na mesma situação dos nossos tongas do Sul do Save. Da nossa parte não podia haver maquiavelismo, nem maldade, [19] visto que estávamos exactíssimamente nas mesmas condições que os pretos. É evidente que para os americanos, habituados a viver em regime de super abundância, num país onde não há pressão demográfica pois abre as portas a imigração estrangeira, é difícil compreender uma situação tão inversa.

Disse-lhe que se os estados Unidos, em vez de terem 22 habitantes por quilómetro quadrado, tivessem 100 como Portugal, toda a abundância de alimentos de que hoje se orgulham seriam insuficientes para alimentar a sua população. Sendo a América considerada um grande produtor de trigo, bastava que a sua população dobrasse, e tivesse uma média de 40 habitantes por quilómetro quadrado – menos de metade de Portugal – para já não existirem os célebres excedentes de trigo americanos. O potencial agrícola americano assenta unicamente na imensa extensão dos seus territórios, alguns dos quais extraordinariamente ricos e na fraca densidade humana. Se eles tivessem uma densidade demográfica igual á da Holanda, estariam condenados á fome negra, caso continuassem com o tipo de agricultura actual. Um povo nestas condições tem dificuldade em compreender os outros, e deve esforçar-se por pensar em termos de relatividade e não procurar julgar os outros usando os estalões próprios. Disse-lhe que o geógrafo americano Stanislawski, da Universidade de Austin, me afirmou que se a Província do Minho – que nós consideramos ser tão fértil – estivesse nos Estados Unidos, só seria aproveitada em 10% da sua superfície, e o resto abandonado.

Por isso, um americano não pode compreender-nos de maneira nenhuma. Bem sei que o Prof. Wagley conhecia bem o Brasil [20] e sua esposa era brasileira, o que certamente me ajudou a defender esta tese. Contudo, pensei que a visita

que dali a dois dias íamos fazer ao colonato do vale de Limpopo, podia melhor do que qualquer argumentação tirar as dúvidas sobre as questões de emigração. Nos dias seguintes visitamos o Inhamiça, colonização de terrenos recuperados de regiões pantanosas, e as cooperativas de Zavala e do Chibuto.

As cooperativas causaram muito boa impressão, sobretudo a de Zavala. Falámos com vários agricultores, visitamos alguns centros, onde vimos as instalações, as máquinas e fomos inclusivamente a lugares afastados da estrada, como por exemplo ao régulo Banguza, pois reparei que os meus companheiros estavam desconfiados de que as coisas melhores, como sucede com os fontanários, estão junto às estradas e aos centros administrativos, por uma questão de fachada, para impressionar bem o visitante. Felizmente o regulado Banguza era ainda mais digno de visitar-se. Infelizmente o régulo, que é uma personalidade muito curiosa, não estava, e estivemos só com alguns filhos. O régulo tem vários filhos de 6 mulheres. Quatro andam a estudar, mas como eram férias, um deles estava em casa. Era extremamente esperto e vivo e explicou-nos tudo o que sabia, com desembaraço e naturalidade.

O régulo tinha uma boa casa de alvenaria e na impossibilidade de ter seis casas, pois segundo a tradição um polígono tem uma palhota para cada mulher, ele fez uma casa grande, onde cada mulher tem aposentos próprios. Na casa havia uma geladeira [21] e um aparelho de rádio, um quarto de banho, e na garagem um Land Rover. Ora como se sabe, para um americano, são estes os elementos com que se costuma aferir o grau de civilização de uma pessoa. Por conseguinte, para os meus amigos americanos, o régulo Banguza é mais civilizado do que eu, e alguns dos meus colegas universitários.

A cooperativa estava muito bem instalada. Têm um mecânico – que é filho do régulo, - um secretário e possui oficinas, silos, armazéns, etc..

Visitamos Banguza sozinhos, sem sermos acompanhados por qualquer funcionário administrativo e sem o régulo estar prevenido, para que não pensassem que as coisas são sempre preparadas, e que a presença da autoridade impede os indígenas de falarem francamente.

Devemos dizer que o Secretário de Zavala, Sr. Fernandes, que nos acompanhou na visita às outras cooperativas dada a ausência do administrador, nos causou excelente impressão no trato com os indígenas e no seu comportamento. Foi a primeira vez que vi um administrativo apertar a mão a um indígena na

Província de Moçambique. Se como neste caso, se trata de um indígena educado, tal gesto parece-me muito importante para estabelecer uma certa ligação entre nós e eles, acabando aos poucos com a tendência a considerarmos-nos Senhores. É possível que o Senhor Fernandes o tivesse feito, seguindo o nosso exemplo, mas de qualquer maneira o seu gesto não destoou da maneira simpática como se comportava.

[22]

No dia 28 de Julho fomos de manhã ao Chibuto – terra progressiva, com um excelente hotel (sem movimento para se aguentar) e bons prédios. O Sr. Administrador Lousã e o Secretário da Câmara acompanharam-nos à sede de uma cooperativa. As instalações eram excelentes e os agricultores com quem falamos causaram boa impressão. As culturas também tinham bom aspecto.

Dali seguimos para Caniçada. Almoçamos numa loja cujo dono, um transmontano de Vilarelho de Raia, quando viu que eu conhecia a sua aldeia, já não nos queria deixar pagar o almoço, e só com insistência o fizemos. Estes pequenos episódios, onde o imigrante português aparece despido do odioso, para se apresentar simples, generoso e hospitaleiro, como um ser humano que luta tenaz e nobremente pela sobrevivência, produzem sempre um efeito excelente nos meus companheiros.

Depois do almoço procuramos o Administrador, que nos acompanhou numa visita à barragem, e numa volta pela região de colonização mista do vale do Limpopo. Era uma pessoa com humor, com um óptimo domínio da língua, exprimindo-se com invulgar correcção e propriedade e bastante ao par de problemas ou assuntos do Brasil. Tinha inclusivamente convivido durante algum tempo com um médico brasileiro também conhecido da família Wagley. Isto ajudou a passar a tarde numa atmosfera de boa disposição.

Quando o Administrador regressou, pudemos nós próprios entrar em contacto com alguns colonos da chamada Vila Alferes Chamusca. Levamos mesmo no nosso jeep um casal de camponeses de Valpaços que ainda tinha chegado relativamente há pouco tempo de Portugal.

[23]

Infelizmente, grande parte do material humano que está a chegar com relativa abundância, é mau e não está preparado. O casal de Valpaços que levamos

connosco era impressionante. O homem ainda tinha vontade de vencer e procurava animar a companheira, mas esta queixava-se que não tinha caldo verde, nem havia castanhas. O homem objectou-lhe que no ano anterior ela se recusou a ir apanhar castanhas porque estava muito frio. “Agora queixa-se de que não tem castanhas”. A mulher, talvez por doença, ou então como habilidade para ver se convence o homem a regressar à terra, está sempre a precisar de ir ao médico que fica numa população distante da sua. Por sua vez recusa-se a ir sozinha, e o pobre homem tem de a acompanhar. Desta maneira, a energia do camponês, que começa a sua vida, dispersa-se estupidamente perante estas lamentações e viagens ao médico. O homem para ter graça disse à mulher “já te disse que arranjava uma criada preta para te lavar os pés”. Esta graça mostra bastante a má preparação do colono português que, apesar de toda a sua miséria, e dificuldade de adaptação, ainda chega com fumaças, e se propõe oferecer à mulher uma preta para lhe lavar os pés.

Vimos rapazes novos a regar o trigo descalços. Quando lhe dizíamos que não deviam fazer tal coisa porque era perigoso, uns respondiam que ainda tinham chegado há pouco tempo e não receberam botas de borracha, outros diziam que tiravam as botas porque fazia muito calor. Desta maneira vai aquela juventude sadia contrair a bilharziose e depauperar-se inutilmente.

Outros não fervem a água porque vêm os pretos bebê-la [24] assim mesmo e de qualquer proveniência. Mas os pretos quando não estão inteiramente imunizados contra certas doenças, oferecem-lhes maior resistência, porque estão há gerações em contacto com elas, enquanto os nossos as experimentam pela primeira vez.

Devo dizer que alguns brancos dão a impressão de serem mais primitivos que muitos pretos, o que leva alguns colonos a julgar que a selecção destes colonos é feita no sentido de se verem livres dos elementos indesejáveis da Metrópole. Dizem eles: “precisávamos de gente que desse o exemplo e não dessa escória humana que amanhã vai aceitar *lobolo* dos pretos para casar as filhas”.

O Prof. Wagley achou a experiência imensamente interessante e disse-me que se nós fôssemos inteiramente coerentes, e deixássemos as coisas correr o seu caminho normal, poderíamos assistir a uma autêntica colonização luso-tropical. Dizia ele: “afinal aquele homem de Valpaços, que anda aflitíssimo com uma mulher que não presta, e o vai arrastar à miséria, se casasse com uma preta era

capaz de triunfar”. “Os portugueses tem energia e vontade de vencer, mas enfrentam um ambiente novo e desconhecido. Só com a colaboração dos pretos se conseguiria uma nova forma de domínio da natureza mais perfeita, e uma sociedade mais equilibrada e feliz”.

Não sei se isto assim será, mas creio que a colonização branca só terá sentido se esses brancos forem educados e preparados para a tarefa a que são chamados, e se não se sentirem superiores aos pretos só por serem brancos. Se queremos que o português cumpra uma determinada missão colonizadora, [25] é necessário convencer-nos que só pelo facto de ser branco, ele não está em condições de o fazer. A raça branca atingiu um elevado nível de civilização porque circunstâncias várias a levaram a auto educar-se. Os países mais adiantados são aqueles que dão aos cidadãos uma instrução mais completa. Se os alemães, em vez de tornarem obrigatório oito anos de ensino de excelente qualidade para todos os cidadãos, se limitarem a deixá-los brancos e loiros, imediatamente perderão a posição extremamente favorável em que se encontram. Ora nós, que nem sequer nos podemos orgulhar da brancura de outros europeus, não devemos acreditar no milagre da cor da pele. Temos muitas qualidades e virtudes transmitidas de pais para filhos, como produto de uma longa história cheia de vicissitudes, de sofrimentos e de renúncias, mas estas são absolutamente insuficientes para enfrentar novas situações, num ambiente diferente e na época em que vivemos, se não prepararmos a nossa gente convenientemente.

Os próprios alemães, tão bem sucedidos na colonização do Brasil, como em Santa Catarina, onde as cidades de Joinville e Blumenau são um brilhante exemplo, também fracassaram em outras empresas onde o ambiente rural era diferente e adverso, como sucedeu por exemplo, na foz do rio Iguaçu. Por isso, não creio que devamos contar unicamente com as virtudes do nosso povo. É fundamental seleccioná-los e prepará-los convenientemente.

Esta visita à Vila Alferes Chamusca foi decisiva para esclarecer a questão da emigração para o Rand. A situação no [26] fundo é muito semelhante. Os nossos camponeses abandonam a sua terra roídos de saudades, porque a escassez de recursos locais os compelem a ir procurar em qualquer parte o pão que a sua terra se recusa a dar-lhe. Não vem como Senhores ou triunfadores,

vem lutar pelo pão nosso de cada dia. O preto que vai para o Rand tem muitas vezes o pão nosso de cada dia na sua terra, mas emigra para poder pagar o *lobolo* à família da esposa, ou para comprar panos novos para a mulher, ou um aparelho de rádio e uma bicicleta. No fundo, o nosso colono está, muitas vezes, em condições mais desfavoráveis do que muitos trabalhadores que vão para o Rand, mas socialmente ou humanamente a situação é idêntica. Quando agora passávamos pelos campos de concentração de trabalhadores para o Rand, os meus companheiros já não se sentiam tão indignados.

Antes de deixarmos o Xai-Xai, o Senhor Governador Ruas proporcionou-nos um voo sobre a região, o que nos permitiu ver as áreas cultivadas, as disposições de culturas e os tipos de propriedades.

Regressamos finalmente a Lourenço Marques, para partir através da União e Sudoeste até Angola. A cidade já não era agora tão antipática aos olhos dos meus companheiros, como nos dias a seguir à chegada. Já olhavam com outra compreensão para os nossos problemas, se bem que a atitude fosse ainda francamente crítica e negativa.

Confesso que nos cinco anos de experiências de Moçambique se nota um notável progresso no plano das relações [27] humanas. Se muito está por fazer, nota-se contudo uma grande vontade de acertar, e já muito se tem feito. Julgo mesmo que a opinião pública, sobretudo nas gerações mais novas, se modifica no bom sentido. Neste caso, não é impossível notar-se o reflexo da revolução da juventude académica inglesa da União. Hoje em vários centros académicos, nomeadamente na Universidade de Witwatersrand, verifica-se o aparecimento de uma mentalidade mais aberta, e com outras aspirações de justiça em relação ao africano. Essa revisão do problema não pode escapar à nossa juventude intelectual de formação anglo-saxónica. Até sucede que alguns jovens portugueses se tornam críticos em relação ao que eles chamam política portuguesa, por esta ser dura para com o indígena. Isto obriga-nos a vir de encontro aos anseios dessa juventude e dar-lhe alimento espiritual de tradição lusitana. Creio que a ida a Lourenço Marques do Curso de Férias da Universidade de Lisboa devia ter sido útil, pois é possível que alguns jovens sintam que os intelectuais portugueses não são como eles julgam reaccionários fechados aos ideais nobres e às causas justas.

Depois das despedidas e agradecimentos às autoridades que nos ajudaram muito no desempenho da missão que nos foi incumbida, partimos de Land Rover para a União.

Antes de entrarmos na União fomos ainda visitar Ressano Garcia, onde uma enorme multidão de indígenas chegados das minas aguardava transportes para regressar às suas aldeias. Eram umas centenas de homens, com dinheiro fresco, bem vestidos e cheios de boa disposição. Nas lojas onde se encontravam, o [28] vinho corria a jorros. Muitos bebiam vinhos engarrafados. Contudo, com espanto da família Wagley, nenhum foi grosseiro, ou teve um gesto inconveniente, ao verem entrar cinco brancos, nas lojas aonde eles estavam a comer e a beber. Respondiam sempre a perguntas com respeito e correcção. Isto não seria infelizmente possível entre os trabalhadores europeus.

União Sul-Africana e Sudoeste Africano

Uma vez concluídos os trâmites alfandegários e policiais da fronteira, resolvemos cortar através do extremo sul do Park Krüger, indo dormir a Pretoriuskop. No dia seguinte de manhã partimos para Joanesburgo, onde chegamos de tarde.

Se os Wagleys achavam que não havia pretos em Lourenço Marques e que era uma cidade de brancos, viam agora que a União parecia toda ela um país de brancos. Depois de Nelspruit até Joanesburgo, não se voltam praticamente a ver aldeias de pretos. Vêem-se grandes *farms* de brancos, onde existiam umas palhotas ou casotas miseráveis para os trabalhadores indígenas. As vilas e cidades são inteiramente brancas e construídas em estilo europeu.

Ao chegar a Joanesburgo, em vez de entrar directamente na cidade, fiz um desvio de maneira a passar pela zona das [29] minas e pelos *townships* e bairros indígenas. A enorme concentração de indígenas uma paisagem desarborizada e suja confrange. Aos velhos bairros miseráveis, sucedem-se agora *townships*, onde as casas são mais espaçosas e melhores, mas a imensa monotonia de casas todas iguais, alinhadas regularmente, com os seus telhados metálicos, sem um

pouco da verdura de uma árvore ou de uma horta, e tudo isto cercado por uma sebe de arame, faz lembrar campos de concentração. Para um coração bem formado, esta profunda monotonia e aridez humana é muito mais desolador do que os Musseques de Luanda, onde a compensar a miséria e a promiscuidade, há colorido e alegria.

Além disso, a agravar mais o espectáculo, a presença permanente da polícia que guarda as entradas dos *townships* e lhes dá o carácter de prisões, em vez de cidades de trabalhadores.

Entramos finalmente na cidade, onde as ruas cortadas perpendicularmente umas às outras, e as construções maciças revelam uma espantosa falta de imaginação. Porém os bairros residenciais são bonitos, as casas magníficas, construídas dentro de jardins ou de fazendas, onde não faltam piscinas e campos de ténis.

O contraste entre a opulência dos chamados europeus e a miséria dos pretos é enorme. Contudo, os pretos de Joanesburgo vestem bem, muitos possuem carros velhos e, de maneira geral, o seu nível de vida é superior ao dos nossos indígenas de Lourenço Marques ou de Luanda. Todavia, é preciso não esquecer que o nível de vida médio do branco de Joanesburgo é muito [30] superior ao do branco das capitais de Angola e Moçambique.

Não vale a pena alargamo-nos sobre certos aspectos da União que já foram mencionados no último relatório. Convém, porém, fazer referência a alguns problemas novos, ou só agora surpreendidos.

Os brancos da União vivem apavorados com a maioria negra que os cerca. Estão convencidos que é uma questão de vida ou morte. Se os negros chegam a ter direitos políticos e podem votar, rapidamente se apoderam do poder e, em pouco tempo, dão cabo de tudo e é o caos. Daí uma grande preocupação de intensificar a sua política de *apartheid*. Como os ingleses são os grandes opositores desta política nacionalista, é natural que os africaners procurem eliminá-los o mais depressa possível. As pessoas bem informadas acreditam que os nacionalistas vençam as eleições e se implante a república na União. Depois os ingleses serão progressivamente afastados do poder e, com o tempo, afastados da União. O facto de serem senhores absolutos, sem ter de dar contas á Inglaterra, permite-lhes orientar as coisas de maneira mais sistemática, até completo domínio da situação. Se for necessário saem da Comonwelth.

Os mais idealistas vão ao ponto de pensar em acabar progressivamente com os pretos no seu território. Muitos esforçam-se já hoje por viver sem criados pretos, fazendo eles o serviço. Dizem eles que a natalidade dos pretos da União é baixa, e desde que os encerrem nas suas reservas, - em geral muito pobres, - e não lhes dêem trabalho nem assistência, eles, [31] entregues a si próprios, vão diminuindo de número e um dia chegará, em que não haverá mais bantus.

Outros, mais realistas e ambiciosos de riqueza e bem estar, reconhecem que não é fácil viver sem recorrer a uma mão de obra barata. Nas minas fazem sempre falta os trabalhadores, e a necessidade de um mínimo de trabalhadores. Além disso, os indígenas vão diminuindo de número, o certo é que até á sua desejada extinção, falta muito tempo, e até lá eles estão em maioria esmagadora. Como resolver o mal? Recorrer á emigração com toda a intensidade. Se não é possível conseguir uma nação só de raça europeia pura – germânica – então há que fechar os olhos e recorrer á emigração dos morenos do Sul da Europa. Há o inconveniente do catolicismo, pois estes emigrantes são quase todos católicos, mas não há por onde escolher e o tempo urge. Além disso, estes portugueses, espanhóis, gregos e italianos são activos, relativamente bem comportados, e constituem um classe trabalhadora que vive fechada dentro de si e não pretende perturbar o sossego nem o desejo de isolamento da raça nobre dos Senhores. Entre estes emigrantes salientam-se os portugueses, que são óptimos trabalhadores, fornecem mão de obra barata, sujeitam-se a tudo, e não fazem concorrência ás classes mais elevadas. Aos poucos, muitos dos serviços desempenhados até agora pelos pretos, poderão vir a ser levados a cabo pelos portugueses.

É evidente que estes portugueses humildes, que só ocupam lugares mais baixos, passando a viver num meio mais favorável, [32] tendo acesso à educação, e gozando de um nível de vida melhor, ao fim de três gerações farão franca concorrência aos actuais privilegiados e, com o andar dos tempos, terão dentro da sociedade branca da União as situações que souberam conquistar. Os africaners confundem a boçalidade da nossa gente com inferioridade racial, quando afinal é unicamente pobreza e falta de instrução.

Mas pergunta-se agora, se eles levarem avante o projecto que, aliás, já foi iniciado, de abrir francamente as portas á emigração portuguesa, não haverá

um certo perigo para nós? Uma grande massa de portugueses na União, talvez dentro de uns anos muito mais numerosa do que o quantitativo branco de Moçambique, não facilitará o desejo de uma Federação do Sul de África, dada a enorme atracção que a União exerce nas elites moçambicanas? É de recear que sim, tanto mais que pouco temos feito para o evitar. Afinal, o leitorado português de Joanesburgo, em vez de ser provido por uma pessoa da nossa confiança, vai ser entregue a quem eles muito bem quiserem, visto que apesar dos avisos que fizemos não se tratou de indicar alguém para o lugar. Sucederá o mesmo com o professor português visitante que devia ir fazer uma série de lições em 1961? É possível, se fizermos o mesmo que fizemos com o leitor.

É evidente que, conforme a União se for desenvolvendo, este problema vai-se agravando. O desenvolvimento técnico, que, por sua vez, fomenta o desenvolvimento económico. A falta de escolas [33] técnicas e de Universidade em Moçambique contribuirá para que o caudal dos jovens moçambicanos que vão fazer a sua preparação á União se engrosse. Por sua vez, se criarmos escolas técnicas médias com baixo nível ainda a desvantagem é maior, porque fará nascer um sentimento de desprezo pelo ensino português e, finalmente, por todos os valores nacionais. Só uma séria acção de renovação dos quadros de ensino pode ajudar a combater estas tendências. São problemas importantes a ponderar.

Alguns colegas de Joanesburgo convidaram-me para almoçar, e o Prof. Marwick deu uma recepção em casa, onde se juntaram numerosos etnólogos, e onde se discutiram variados problemas.

No dia seguinte surgiram dificuldades burocráticas em relação à nossa projectada viagem até Angola. Os organismos oficiais levantaram obstáculos por termos de atravessar a grande reserva indígena de Ovamboland. Se nós fôssemos cidadãos vulgares não haveria dificuldades, mas como éramos etnólogos surgiram complicações. Primeiro, afirmavam que era em atenção à nossa própria segurança. As estradas são de areia, através de zonas extremamente áridas ou praticamente desérticas, muito pouco frequentadas. Tínhamos de levar grandes reservas de gasolina e água potável. Devíamos levar connosco reservas de água para dez dias. Como não recuássemos perante tais dificuldades, resolveram então dizer que tinham de telegrafar primeiro para Nova York e para Lisboa antes de nos darem autorização. Quando nos disseram

isto, respondemos que se o cônsul nos deu vistos de trânsito em Lourenço Marques e se, eu como português, ia de [34] uma parte do território nacional para outro, não via motivo para tais complicações, e íamos falar com as respectivas embaixadas. O Senhor Cônsul de Portugal foi muito amável e propôs-se tratar do caso por intermédio da Embaixada. O mesmo sucedeu com as entidades diplomáticas americanas. Mas, entretanto, o Prof. Marwick pôs-se em comunicação com Pretória e aconselhou-nos a seguir até Windhoek, capital do Sudoeste, onde entretanto haveria notícias, e certamente favoráveis. A Embaixada Americana também se pôs em movimento para ajudar a resolver o caso.

Partimos então até Wolmaranstadt. No hotel, um inglês que vende aparelhagem de irrigação falou-nos da rotina e atraso dos agricultores boers nesta região. Cultivam extensões enormes, sem pensarem em deixar terras de pousio, nem empregavam métodos de enriquecimento da terra, e o resultado é a magreza das colheitas. Como possuem grandes áreas de terreno, muitos gados, e pagam pouco aos criados indígenas, vão vivendo bem. A criadagem vive em casas de barro miseráveis, semelhantes às dos índios Pueblo, do Novo México.

Em Wolmaranstadt também encontramos madeirenses com negócios de legumes e frutas. São homens muito simples, que só pensam em fazer dinheiro – e fazem!

Através da União é nítida a ausência do preto. Não se vêem aldeias. O preto aparece como um elemento da civilização branca, mas não se vê como senhor da sua própria vida e cultura. É sempre um satélite a gravitar na órbita de actividade de branco. Atravessamos centenas e centenas de quilómetros sem ver uma aldeia indígena. Afinal, assiste-se aqui ao que sucedeu nos [35] Estados Unidos: a absorção total das riquezas da terra pelo branco e a redução do indígena a mero tolerado nas reservas. A diferença é que aqui há reservas e trabalhadores indígenas, enquanto nos Estados Unidos os índios que escaparam ficaram só nas reservas. Mas a tendência aqui parece também ser para os ir dispensando, aos poucos, e aguardar que desapareçam. No fundo não parece existir uma diferença fundamental entre o sistema da União e dos Estados Unidos. A diferença reside em um ser actual e o outro pertencer ao passado. No passado era mais fácil fazer uma política de destruição, hoje o controlo internacional é maior, e é preciso ser mais cauteloso. O que é interessante é ver-

se como os americanos fingem não ter consciência do seu passado. Falam como se fossem autóctones da América, defensores de emancipações e anti-colonialistas. Por isso odeiam tanto a União Sul Africana – é um espinho vivo criado na sua própria consciência!

Até a terra é parecida! Quando se atravessa o Sudoeste vêem-se paisagens que podiam ser do Sul e do Ocidente dos Estados Unidos. Quando se entra no Sudoeste a terra torna-se desértica mas a paisagem é deslumbrante. Herdades enormes de terras arenosas e de vegetação subarbustiva rala. Nesta região de fracas precipitações, conseguem água por meio de furos e bombagens, para as quais se aproveita o vento como força motriz. Há já quatro anos de seca. Não é uma seca absoluta, mas as chuvas tem sido insuficientes.

Á volta de extensas planícies erguem-se montanhas lindíssimas, cones negros, montes de basalto, montanhas de mesa de [36] escarpas avermelhadas – são os montes Karasberge.

Almoçamos em Karasburg, terra jovem, que praticamente não existia há 30 anos. Foi elevada á categoria de cidade em 1939, mas o seu desenvolvimento fez-se nos últimos dez anos.

Os *farmers* boers agarram-se á terra com tenacidade, e conseguem colher fruta e criar carneiros – *caraculo*. Travámos conhecimento com um deles, de nome alemão Oberholz, que se lembrava da guerra boer e falava com orgulho dos seus feitos militares. Por outro lado falava com desprezo dos hotentotes, que vivem numa reserva perto. Vivem aí alguns milhares, mas segundo ele são preguiçosos e inúteis. O Governo construiu-lhes uns engenhos de tirar água avento, mas eles praticamente não fazem agricultura e limitam-se a beber o leite e a comer a carne das ovelhas e cabras que criam.

Mesmo desta região distante há quem visite Moçambique. A dona do hotel, onde almoçamos, já tinha passado umas férias no Hotel Polana em Lourenço Marques. Disse-me que tinha gostado muito de lá estar e contou-nos que os portugueses eram uns brancos e outros pretos, sem serem negros, e que estes serviam os brancos, mas não eram escravos. A princípio não percebemos ao que ela queria chegar, mas depois vimos que se referia aos goeses, que servem no Hotel Polana. Ela confirmou a nossa suposição. Sim, sim, disseram que eram da Índia, mas falavam português como os portugueses. Explicámos-lhes que eles nem sempre serviam os brancos e que muitos deles eram de classes superiores e

eram servidos por brancos. Não sei se acreditou, [37] mas, se assim sucedeu, baixamos na sua opinião, pois estava nitidamente impressionada com um povo branco, que arranjava a ser servido por indivíduos escuros, dispensando assim o famigerado negro.

Numa das pequenas cidades por onde passamos, ainda na União, assistimos a uma cena que impressionou vivamente os Wagleys. Um grupo de pretitos estava junto de uma montra, quando passaram uns meninos brancos que vinham da escola. Ao passarem pelas crianças pretas alguns deles, sem dizerem palavra, ou deram-lhes empurrões contra a parede, ou chegaram-lhe o seu safanão, sem pararem, e sem encontrarem reacção dos pretitos, que, aliás eram muito menos numerosos. Por aqui se vê como o desprezo e o ódio pela raça negra já está implantado fundo no coração das crianças boers.

A viagem correu sem incidentes de maior até Windhoek, onde esperávamos entrar em contacto com as autoridades para regularizar a nossa situação. Estávamos um pouco receosos de ter de voltar para trás se nos recusassem autorização para atravessar Ovambaland.

Windhoek é uma cidade bela cercada ao longe por montanhas belamente recortadas no horizonte. A influência alemã é ainda muito grande. Numerosos estabelecimentos tem os seus letreiros, anúncios e reclames, em alemão, africânder e inglês. O melhor hotel da terra, aliás um excelente hotel moderno, era alemão, administrado e servido por alemães. Muitos dos alemães de Windhoek são velhos colonos, mas há numerosíssimos recentemente chegados.

[38]

A cidade é limpa, bonita, farta e muito bem fornecida. Isso interessava-nos porque tínhamos de fazer sortimento para vários dias de viagem por regiões sem recursos.

Para atravessar para Angola precisávamos de autorização para atravessar o Parque de Caça de Etosha, o maior parque de caça do Mundo, e a reserva indígena de Ovambolandia. Felizmente isto conseguiu-se sem grandes complicações, visto já terem chegado instruções precisas de Pretória. A gente do Parque de Caça era muito simpática e acolhedora, e deu-nos todas as indicações e facilidades. Já não se pode dizer o mesmo do funcionário dos negócios indígenas que foi sempre reservado, seco e pouco amável, mas nos deu

autorização de atravessar que era o essencial. Para tal foi necessário assinarmos formalmente um compromisso impresso cheio de clausulas. Comprometíamos-nos a não fotografar, não entrar nas palhotas dos indígenas, não meter ninguém no jeep, evitar falar com eles, etc., etc.. Mas, lá assinamos o que ele quis, e partimos. Dormimos uma noite no acampamento de Okaukuejo e outra no antigo forte alemão de Namutoni, antes de chegarmos a Ondangua, onde teríamos de visitar a autoridade local. Havia alvoroço na reserva, porque o Ministro dos Negócios Indígenas tinha chegado de visita. Isso fez com que ao chegarmos à fronteira de Oshinkango, não houvesse funcionário para nos carimbar os passaportes e deixar sair. Tivemos então de ir a uma aldeia, onde estava o ministro rodeado de todas as autoridades da região e numerosa multidão, numa recepção oficial. Os indígenas ofereciam presentes a Sua Excelência. Em geral eram objectos de seu próprio fabrico. As populações [39] indígenas apresentavam um aspecto bastante pitoresco e muito heterogéneo. Havia tipos com ar bastante primitivo, mas estavam todos relativamente bem vestidos.

Após longos trâmites, papeis e mais papeis, pudemos finalmente atravessar a fronteira. Do outro lado, a 50 metros via-se a casa de estilo português do posto da fronteira. Foi com um autêntico suspiro de alívio que chegamos a Angola. Foi para todos uma agradável sensação o contacto com a terra portuguesa, tanto para nós portugueses, como para americanos e brasileira. Aquela atmosfera estranha, onde a par do progresso técnico, do conforto, e do alto nível de vida, reina um permanente sentimento de medo e má consciência, sucedia-se agora um grande sentimento de paz e de confiança.

É curioso notar-se que o oficial da fronteira do sudoeste era ainda novo e de origem inglesa. Quando em certa ocasião ficou só connosco, perguntou-nos o que se passava lá fora da União. O Prof. Wagley, que como quase todos os americanos, não pode com a União, disse logo o que em geral se pensa. Ele disse que também estava muito apreensivo e queria emigrar para a América, pois a vida ali não lhe agradava nada. Trocaram nomes e endereços e o Prof. Wagley prometeu ajudá-lo a sair da União. Tudo isto contribuiu para que a entrada em Angola fosse para todos nós uma verdadeira festa.

Os meus telegramas tinham chegado a tempo, de forma que só encontramos facilidades. Os funcionários eram simpáticos e prestáveis e tudo se resolveu

rapidamente. Passado um bocado estávamos a comer a nossa primeira refeição portuguesa – com [40] latas trazidas da União – à sombra de uma frondosa árvore.

Esta grande viagem através do Sul de África, levou-nos a reflectir num ponto importante da colonização. Afinal parece que existe uma relação entre a paisagem natural e o tipo de colonização. Onde o branco encontra condições de melhor adaptabilidade, acaba por se tornar não só o elemento predominante, como rapidamente exclusivo. Só nas regiões onde tinha menos adaptabilidade se misturou, ou arranjou formas de coexistência, ou abandonou o campo aos seus primitivos senhores. Será por acaso que o Canadá, os Estados Unidos, a Argentina, o Chile, a Tasmânia, a Austrália são países brancos? Porque é que o Sul do Brasil também é predominantemente branco? Isto explica que a União Sul Africana tenda a tornar-se branca. Nós portugueses somos luso-tropicalistas, não por razões intrínsecas, mas porque os azares da história nos levaram a fixar em regiões tropicais. Se nos tivesse caído em sorte a América do Norte, a nossa colonização, não teria sido diferente do que foi no Brasil? Isto é mera especulação. Mas o que se pode dizer é que, dentro de uma colonização tropical, nós devemos ser os mais bem dotados e mais capazes de sucesso. E se as regiões que nos couberam em sorte são tropicais, parece-me um erro tentar seguir uma política como a da União, que talvez possa vingar naquelas regiões – o que duvido – mas que não se pode aplicar quando as condições são completamente diferentes. Isto parece-me vir confirmar que nós portugueses temos seguido o bom caminho, e nele nos devemos manter. Não só porque a nossa conduta é aceite pelo resto do mundo, por ser mais humana, como por ser a única susceptível de êxito.

[41]

Angola

A impressão que Angola causa a quem chega da União é a de muito maior igualdade humana. Não existe a diferença abissal entre o branco e o preto que ali se verifica. O preto é uma autêntica peça do xadrez humano. É certo que

nem sempre é tratado com a consideração que merece; muitas vezes os brancos são rudes ou até brutais na maneira de os tratar, mas apesar de tudo, isto passa-se num plano que se não é de igualdade humana, é-o pelo menos de identidade humana.

Às vezes, o branco tira partido da posição de vantagem que goza, para manter o preto no lugar de servidão que tem ocupado. Em Vila Pereira de Eça, por exemplo, o Prof. Wagley meteu conversa com um preto cabo-verdiano, que se lamentou das dificuldades que tinha com a educação dos filhos, porque na escola de Vila Pereira de Eça só iam brancos e mulatos, e a ele exigiam uma soma que era incompatível com o baixo ordenado que recebia. Isto é evidentemente uma manobra do grupo favorecido para afastar os filhos dos pretos do acesso a uma educação melhor. Neste caso ainda era pior, visto tratar-se de um cabo-verdiano, portanto de um cidadão português, e não de um indígena.

De Vila Pereira de Eça seguimos para Sá de Bandeira, mas sem pressas, visitando aldeias e demorando-nos dois dias em Cahama. No primeiro dia, de manhã, visitamos uma instalação familiar *cuanhama*. O homem falava português relativamente bem e pudemos obter informações directas sobre tudo o que nos interessava.

[42]

Almoçamos em Roçadas, e de tarde visitamos uma família *humbe*. Ali também havia homens que falavam bem português. Um deles falava até muito bem porque trabalhava numa missão próxima. Assistimos a certas actividades e fomos dali a pé a um aldeamento próximo, onde as raparigas estavam a proceder a uma espécie de malha de cereal colectiva, com descantes. Pudemos filmar aspectos desses trabalhos.

Continuamos depois a nossa viagem até chegar á região ocupada pelos *dimbas*, povos pastores do grupo herrero. Visitamos algumas residências, vimos uma rapariga que estava segregada da família durante os ritos da puberdade, e falámos com vários pastores. Alguns tinham os seus gados e pastoreavam ao mesmo tempo gado dos brancos. Outros eram só pastores ao serviço dos brancos. Vê-se que os criadores brancos nesta região, não contribuem para o apuramento das espécies, ou para a melhoria das condições da criação, com auxílio técnico. Limitam-se a aproveitar-se do trabalho dos indígenas e nada

mais. Pelo contrário, no Sudoeste, e em especial na área de Windhoeck, os criadores brancos tem-se dedicado á criação de gados apoiados nos ensinamentos da técnica, com óptimos resultados. A carne que se comia em Windhoeck era de superior qualidade.

Fomos informados que é praticamente impossível o branco dedicar-se á criação nesta região, pelos preços pouco compensadores. A carne é comprada ao indígena pelo comerciante a cerca de 1\$00 o quilo. O comerciante vende depois por 3\$00, e nos talhos das cidades sabe-se o preço que tem. O lucro é, sobretudo para os intermediários. O produtor só pode viver se os gados [43] forem entregues a indígenas que se alimentam de leite e poucas contas fazem ao seu trabalho.

Os serviços do Estado tem melhorado as condições gerais da pecuária abrindo grandes poças onde se armazena a água da chuva, servindo de bebedoiro ao gado durante as prolongadas secas. Parece que estes reservatórios chamados *chimpacas*, são uma invenção indígena, da época em que as populações situadas nas margens do rio Cunene impediam o acesso ao rio, àqueles que viviam mais no interior. Nós utilizando os recursos da técnica moderna, rasgamos uma quantidade relativamente grande de tais *chimpacas* e fizemo-las em dimensões maiores, a fim de a água se aguentar mais tempo.

Em Cahama voltamos a visitar aldeias de *Humbes* e *Dimbas*. Como as mulheres *dimbas* iam fazer uma pescaria nos pegos do rio nós perguntamos-lhes onde era, e fomos lá para assistir. Esperamos muito tempo e não apareceram. O guia e interprete informou-nos que podiam ter tido medo que os brancos lhes pedissem peixe. Afinal está aqui arraigada a ideia de que o branco continua a sentir-se no direito de pedir ao indígena – pedido que é uma ordem – aquilo que muito bem lhe apetece. Isto resulta em parte desta convicção de superioridade do branco e da crença de que o trabalho do indígena não vale nada.

De tarde fomos visitar o Chefe de Posto de Cahama. Dois dias antes a esposa do Prof. Wagley tinha-me perguntado um pouco maliciosamente, se havia administrativos pretos. Disse-lhe que sim, e que até lhe tinha apresentado um no Aeroporto de Lisboa antes de partirmos: o Intendente Bull. Mas no meu íntimo [44] fiquei inquieto, pensando que talvez atravessássemos Angola de Sul

a Norte sem encontrar nenhum. Sabia que havia administrativos caboverdianos escuros, mas propriamente pretos de Angola não conhecia nenhum, e nos anos que passei por Moçambique foi coisa que nunca vi. Porém, tive logo a sorte de o Chefe de Posto de Cahama ser um preto de Malange, Bernardo André, por acaso muito correcto, inteligente e firme, que nos falou sem mostrar insegurança ou complexos. Apresentou-nos a esposa mestiça, também educada e natural. A conversa decorreu com interesse, e quando regressamos á estalagem os Wagley mostravam-se visivelmente impressionados com o facto. Este acaso foi muito feliz e vantajoso, para a nossa causa, pois segundo creio os administrativos pretos são muito raros, e o facto de ter logo surgido um, causou excelente impressão aos nossos hóspedes, que certamente ficaram convencidos que, como este devia haver muitos.

Encontramos vários indígenas que estiveram a trabalhar no sudoeste. Alguns deles já lá tinham estado há muito tempo. Parece que ainda se mantêm a tradição de lá ir um período da vida para ganhar um pouco de dinheiro e ver mundo.

Visitamos também Gambués e Muílas, e na Chibia admirámos as obras de regadio e os extensos campos de trigo regado.

Em todas as nossas estalagens e pensões encontramos sempre a cordialidade e boa vontade características da nossa gente , mas infelizmente grande falta de gosto e de comodidade. Nesse ponto, o contraste com o Sudoeste é flagrante. Nem sempre é uma questão de dinheiro, mas sobretudo de educação e de cultura. Um pé direito tremendo, as cores das paredes e dos [45]

móveis dissonantes, os quadros horrorosos, colocados quase no tecto, e umas telefonias sempre a gritar de maneira ensurdecadora.

Chegamos finalmente a Sá de Bandeira. A cidade é encantadora e acolhedora. Pretos e brancos vivem em harmonia e nas ruas víamos crianças de várias cores a brincar. O Prof. Wagley tirou uma fotografia de dois pequenitos sentados num canteiro de um jardim público, um loiro e outro preto. Estes exemplos confirmativos da nossa apregoada política passam já a ser também uma satisfação para o Prof. Wagley que, cada vez mais, se vai convertendo à nossa causa. A travessia da África do Sul, foi uma excelente preparação para lhe apurar a receptividade para Angola.

Visitamos o Senhor Governador, Hortênsio de Sousa e o Padre Carlos Estermann, nosso velho amigo, e grande conhecedor da etnologia do Sudoeste de Angola. Visitamos igualmente o Dr. Machado Cruz, grande entusiasta da etnografia e o organizador do Museu de Huíla. Com eles fomos ver o Museu e uma exposição de fotografias, da autoria do Padre Carlos Estermann. O Senhor Governador foi muito amável e caloroso, ajudando-nos a estabelecer o plano de viagem de Sá de Bandeira a Luanda.

Pernoitamos em Caconda e no dia seguinte manhã fomos visitar algumas aldeias de *cacondas* actuais, e antigas aldeias fortificadas, como a Imbala do Donde, que tem muitas características dos nossos antigos castros, pela situação defensiva escolhida, e pelas cercas feitas para recolha de gados e pessoas, à volta da povoação fortificada.

[46]

Estivemos também no Colono Indígena de Cadonda, a cerca de 30 quilómetros da vila onde o Sr. Engenheiro Guerra Junqueiro nos prestou todos os esclarecimentos. Viemos com boa impressão.

Continuamos a nossa viagem por terras de Umbundos parando aqui e além para visitar uma aldeia, ou conversar com os indígenas. Estas populações dão a impressão de terem uma longa tradição e de serem bons agricultores.

Detivemo-nos em Nova Lisboa pouco tempo. A cidade têm-se desenvolvido muito. É uma cidade bastante branca. Aproveitamos para visitar o Reverendo Childs, autor do livro *Umbundu Kinship and Character*. Já o conhecíamos de Lisboa e o Prof. Wagley tinha interesse em conversar com ele, visto tratar-se de um compatriota, com grande experiência dos problemas etno-sociológicos da região.

Passamos na Cela, onde pernoitamos. A Cela causa a princípio muito boa impressão. Belos edifícios, excelente pousada, lojas, cinema, etc. Infelizmente, vista por dentro a impressão é outra. Os colonos não estão satisfeitos. Muitos queixam-se de não tirar o rendimento que esperavam e de que tinham necessidade.

Queixam-se sobretudo do excessivo dirigismo e a falta de iniciativa particular. Daí resulta que muitos abandonam as terras que lhes foram distribuídas e vão cultivar por conta própria terrenos livres que se encontram na periferia da região do colonato, e onde podem fazer o que lhes apetece. Como não existe

uma cooperativa capaz de lhes fornecer os artigos de que [47] necessitam a preços baixos, estão nas mãos dos comerciantes.

A relutância em aceitar orientação dos técnicos pode ser em parte a consequência da falta de preparação do nosso camponês, que não acredita em técnica, mas é possível que aqueles ainda não estejam inteiramente senhores dos problemas da região e obriguem os camponeses a fazer culturas que não são rendosas ou estão em fase experimental. O que é curioso é que saindo de Cella a caminho de Quibala se encontra no caminho uma forma de colonato livre feito por açorianos, que segundo informaram está a dar óptimos resultados. Às vezes o excesso de dirigismo abafa o exercício da actividade livre e o gosto pelo trabalho. São assuntos a estudar em pormenor.

Por outro lado, assiste-se ali a coisas pouco agradáveis. À noite, na Pousada, a família Wagley chamou-me à atenção para cenas parecidas com uma de que falei atrás, passada na União Sul Africana. De facto, crianças brancas tratavam mal um pretito filho do empregado da Pousada. Uma menina branca chegou mesmo a ser brutal com o pequenito preto que tinha metade do seu tamanho. Soubemos depois que eram filhos de portugueses do Congo, que ali estavam a passar uns dias. Se estes portugueses do Congo trazem tais hábitos para Angola, é caso para pensar de eles não serão indesejáveis para uma política de assimilação. No momento em que a gente desperte ódio racial, há-de ser muito difícil a coexistência pacífica. Na África Equatorial Francesa, o Governo Francês fez a depuração de todos os seus colonos que não apresentavam condições para viver cordialmente com os indígenas. A época em que vivemos não se compadece com os nossos [48] hábitos de fechar os olhos ao que nos parece mal, devemos actuar rápida e energicamente.

Não se pode também dizer que os camponeses portugueses causem muito boa impressão. Parece-me difícil pretender manter na nossa gente características locais que são oriundas de certas províncias metropolitanas. As coisas aqui tomam um aspecto superficial. As características regionais são produto de um diálogo secular estabelecido entre uma população e o seu ambiente natural e social. No momento em que o isolamento dessas populações se rompe pelo contacto resultante da facilidade de transportes e circulação de produtos e

ideias, as características tendem a evoluir rapidamente, nivelando-se por áreas mais amplas.

Estamos a assistir a isso no nosso próprio país nos últimos decénios, onde o tradicional cede rapidamente o passo perante a invasão dos produtos e ideias da civilização industrial. Lamentemos ou não, o fenómeno espontâneo das sociedades humanas, que ainda não entraram em contacto com o mundo da técnica aplicada à produção. Só se dirige o folclore, se organizam ranchos e abrem restaurantes folclóricos, quando o folclore está moribundo – é uma reacção de saudade romântica por um passado que desaparece. Por isso, querer manter em África, em condições ambientais diferentes, e num século de rápida industrialização e tecnização, um tipo de vida semelhante ao que os nossos camponeses tiveram nas suas aldeias, é forçar a realidade sem contribuir sequer para manter o pitoresco. Lembro-me do aspecto grotesco e deplorável a que assisti na Fortaleza de Luanda, onde [49] um grupo de famílias da Cela, estava acampada com as suas malas e caixotes na esperança de regressar a Portugal. As crianças descalças com um chapéu de homem roto e enterrado até às orelhas. As mulheres com as suas saias de roda, compridas e os lenços amarrados á cabeça, como era uso da sua terra, tinham qualquer coisa de dramático e espectral. Eram seres de outro mundo, desenraizados, toscos, sem graça nem alegria. Esta gente que no dia 1 de Outubro apareceu com armas e bagagens na Fortaleza de Luanda, tinha passado uns anos na Cela e procurava ver se conseguia regressar à sua terra, possivelmente porque não se tinha adaptado nem correspondido às exigências do colonato.

Se tentamos fazer colonização branca em África, em moldes modernos, não seria melhor despir essa gente do seu tradicionalismo e prepará-la tecnicamente para enfrentar com êxito os problemas de uma agricultura com nível científico? Não seria preferível educá-los de outra maneira e despi-los dessa tradição que, se está viva, os deve prender ao passado e despertar em seus corações a saudade dessas terras distantes onde nasceram e viveram? Não será preferível que adquiram hábitos mais higiénicos e modernos, em vez de alimentar costumes que, se na sua terra eram belos, não deixavam de ser um produto local e, por vezes, associados a um baixo nível de vida? Eu creio que a Cela pode ser uma bela obra de colonização, se perder o carácter artificial que tem, e,

se se der ao camponês melhor preparação técnica, e o ajudarem a aumentar o rendimento.

Deixamos Cela, almoçamos em Quibala e dali seguimos para o Dondo. No caminho visitamos túmulos de pedra e aldeias indígenas.

[50]

A chegada a Luanda foi muito agradável. Ao fim de semanas de jeep, em que percorremos cerca de 10.000 quilómetros, sabia bem passar uns dias num hotel confortável, com boas camas e bom quarto de banho.

Luanda causou muito boa impressão aos nossos hóspedes. Já Sá da Bandeira lhes fez recordar o Brasil, mas agora, Luanda, tinha mesmo muita semelhança. Estabelecemos contacto com várias personalidades locais, brancos e de cor. Assistimos a um colóquio no Museu, organizado com o fim de aproveitar a presença de professores de Lisboa, que vieram fazer um curso de férias. No colóquio falou o Sr. Manuel António sobre Poesia de Angola e o Sr. Redinha sobre etno-história dos Quiocos. O Prof. Wagley pode participar nos debates e foi apresentado a intelectuais mestiços e brancos.

Sua Excelência o senhor Governador Geral foi não só extremamente amável, como entrou a fundo nos problemas da Província, com a franqueza e naturalidade que lhe são peculiares. Não teve evasivas ou hesitações em face das perguntas postas pelo Prof. Wagley em relação ao Congo e á nossa política de inter-relações raciais. O Prof. Wagley saiu do Palácio visivelmente tocado por ver um governante tão sinceramente dominado por princípios de justiça, humanidade, compreensão e tolerância.

Infelizmente não nos foi possível acompanhar o Prof. Wagley à Guiné, como era nosso desejo. A Agência Coock convenceu-nos que se era fácil ir até Bissau, era muito difícil regressar a Luanda. De contrário era necessário passar 5 dias em Leopoldville, coisa pouco aconselhável no momento, ou utilizar aviões locais, que faziam pequenos trajectos entre vários países africanos, alguns dos [51] quais criados recentemente e que nem sequer estavam averbados nos nossos passaportes. Como tínhamos de regularizar a situação do Land Rover da Missão, cuja matrícula era de Moçambique, e tencionávamos fazer uma excursão pelo noroeste de Angola, tivemos de renunciar a acompanhar o Prof.

Wagley. Aliás a Guiné é pequena, e com o interesse de Sua Excelência o Governador Geral, Comandante Peixoto Correia tudo iria correr pelo melhor.

A esposa e filha do Prof. Wagley partiram via Lisboa para Nova York e o Prof. Wagley para a Guiné.

Encetámos então uma excursão pela região a Leste e Sudoeste de Angola – Catete, Bom Jesus, Muxima, Chio, Massangeno, Dondo – onde estudamos em especial técnicas tradicionais. Colhemos também muitos elementos de natureza social, relativos às relações entre a cidade e o seu hinter-land. Nessas excursões estabelecemos contactos muito variados com indígenas, mestiços e brancos. Fizemos fotografias e filmes de várias técnicas tradicionais.

Fizemos igualmente uma larga viagem de prospecção pelo Congo Português, visitando muitas aldeias, onde colhemos informações sobre muitos traços culturais de interesse para melhor compreensão da cultura daquela área, e que viremos a aproveitar em futuros trabalhos. Visitamos em especial as regiões de Ambriz, Ambrizete, Toto, Bembe, Damba, Maquela do Zombo, São Salvador, Noqui, Lufito, Tomboko, Nova Caipemba, Quimutango (Serra da Cananção) e Quiteche. Nalgumas aldeias tiramos numerosas fotografias e fizemos alguns filmes.

Numa das nossas vindas a Luanda assistimos às duas últimas aulas do Prof. Orlando Ribeiro, no Curso de Férias, sobre matéria que nos interessa. O Prof. Orlando Ribeiro falou com brilho, [52] a elevação que sempre lhe conhecemos e conseguiu despertar vivo interesse e entusiasmo no público. A sua maneira desassombrada e franca de tratar os problemas, pondo a verdade científica acima de tudo sem se deixar arrastar por quaisquer ideias preconcebidas, tocaram imensa gente e entre esta gente muita gente de cor. Aliás o Prof. Orlando Ribeiro falou sempre de acordo com as linhas de orientação da nossa política tradicional, mas fê-lo para pretos e para brancos, em Lourenço Marques e em Luanda, onde, muitas vezes, tal política é considerada boa para pregar nas assembleias internacionais ou aos brancos da Metrópole, mas perigosa ou inconveniente em África. Aliás, se ela é inconveniente, é só porque alguns brancos estão em desacordo com aquilo que se diz ser a nossa política. Tive, porém, ocasião de ver que as suas lições conseguiram enternecer muitos homens de cor, e que os elementos mais exaltados diziam que se os brancos

procedessem de acordo com aquela doutrina as relações entre brancos e homens de cor seriam outra coisa.

Devo dizer que em serviço da minha profissão procurei entrar o mais fundo que pude com a gente de cor de Luanda. Estabeleci relações com elementos de vária natureza. Alguns são pelo coração verdadeiros portugueses, mas estão traumatizados por humilhações e injustiças. Outros são elementos mais inquietos e hesitantes entre a cultura portuguesa com nuances angolanas em que se formaram e uma cultura africana ideal que ainda não existe. Uns tantos são então elementos exaltados e desiludidos da possibilidade de uma colaboração cordial sincera entre brancos e pretos. Muitos destes procuram fomentar o interesse pelas suas tradições e [53] cultura . Procuram fazer reviver o quimbundo entre gente que pouco o falava ou não sabe mesmo falá-lo. Além disso, esforçam-se por se convencer e convencer os outros, de que a sua cultura era equivalente à nossa, e que a gente moderna se esquece disso e está a abastardar a sua língua. Como exemplo disso, o meu interlocutor disse-me que hoje dizem em quimbundo *copo* e *garfo*, quando os antigos tinham as suas palavras próprias para dizer o mesmo. Objectei-lhe que os antigos tinham com certeza palavra para designar algum recipiente de cabaça e espeto, mas não para copo de vidro e garfo de metal com dentes. Quis insistir comigo e ficou espantado quando lhe disse que até ao séc. XVII não havia garfos na Europa, e que até os reis pegavam na carne com a mão. Isto mostra a exaltação dos valores africanos, que não sabendo em que se apoiar se alimenta de fantasias.

Porque razão observamos esta exaltação a que alguns chamam impropriamente de nacionalismos africanos? Certamente porque nós, brancos, não lhes damos plenos direitos, os humilhamos e somos injustos. É por isso que muitos não gostam que uma pessoa como o Prof. Orlando Ribeiro diga o que diz. Mas, o que eles ignoram é que estão a fazer um jogo perigoso, porque em vez de conhecer o mal e procurar remediá-lo, tratam de, como se diz das avestruzes, esconder a cabeça e julgar que tudo vai bem. As coisas não vão bem quando os nossos irmãos de cor pensam e sentem desta maneira. As coisas só irão bem quando formos capazes de os ter ao nosso lado.

Podemos, é certo, ir prendendo os mais exaltados, mas por cada mártir nascerão centenas de fanáticos. Dá resultado a princípio e, às vezes, é necessário, mas não é maneira de curar a doença.

[54]

O que me parece importante é conhecer bem os sintomas da doença, qual o remédio, a aplicar, e depois ter a coragem de tentar a cura até ao completo restabelecimento do doente. Mas que existe doença ninguém responsável o deve ignorar.

Um vez sustentei um longo duelo com um homem relativamente jovem que me fazia perguntas e levantava objecções com visível exaltação. A certa altura levou a conversa para a União sul Africana e disse que lá os pretos tinham vida melhor do que em Angola. Objectei-lhe que estava inteiramente enganado, pois naquele país a segregação era completa e o apartheid tendia a estabelecer uma barreira fundamental entre brancos e homens de cor. Ele vira-se para mim e diz: “E não será melhor imporem-nos limites, dizerem-nos: tu és daqui e daqui não podes passar, do que fazer como em Angola, onde a gente não sabe onde pertence, e até onde pode ir?” É evidente que transparece aqui a amargura de um jovem inteligente que vê frustradas as suas ambições, porque a sociedade onde vive oferece vantagens nítidas aos brancos. Este homem é um revoltado! Em muitas coisas não tem razão, e muitos dirão que tais homens são fanáticos contaminados pela propaganda e já não tem cura. Contudo, pude verificar que isso não era inteiramente assim, pois se ele fosse um indivíduo inteiramente obcecado não me teria dito o que disse. Quando falava de injustiças praticadas pelos brancos, eu disse-lhe que Angola tinha um Governador Geral, que era um juiz integro conhecido pelo seu grande espírito de justiça e que, certamente só haveria injustiças onde ele ignorava que elas se praticavam. Pois este tal fanático respondeu: “Isso é verdade; se ele tivesse chegado meia dúzia de anos antes tinha salvo isto”.

[55]

Se gente desta reconhece que um homem verdadeiramente justo, inteligente, tolerante e modesto, tinha salvo Angola, é porque Angola está em muito boa hora de ser salva, se esses princípios que começaram a ser aplicados agora, o continuarem a ser, cada vez mais, energicamente pelos anos que vem.

Certamente que a época é má, e a exaltação a que os movimentos do Congo deram lugar, reflecte-se no nosso território. Não podemos certamente controlar a política internacional, ou, pelo menos, só em fraca medida, mas se exercermos

uma acção profunda dentro da Província, o que se passar lá fora há-de nos afectar de uma maneira muito limitada.

Felizmente que a grande massa da população rural está em grande parte pouco infectada pela propaganda. Contudo, pudemos verificar que em certas regiões do Congo português há descontentamento, que umas vezes se baseia em factos reais, e outras em mera ideologia espalhada pela demagogia.

Na região compreendida entre Damba e Maquela do Zombo as populações, se não nos foram hostis, eram, pelo menos, fechadas e reservadas; só com tempo e paciência se abriram um pouco mais. Numa delas, um rapaz novo disse-me que o seu povo era triste, tinha perdido a alegria. De facto, havia em todos uma expressão severa que não é frequente encontrar em agricultores negros. A determinação real das causas destes estados de alma anómalos, só se poderia obter fazendo um estudo cuidadoso que requereria bastante tempo. Há, contudo, um ponto para o qual queria chamar a atenção. Em várias aldeias do Congo, ouvimos como que uma queixa de que os missionários protestantes proibiam os batuques. É possível que a [56] rigidez de certas atitudes morais afectem a sã alegria das populações africanas, em geral exuberantes e expansivas. Certo puritanismo protestante tem a obsessão do pecado, e vê pecado em tudo. É frequente considerarem certas festas indígenas como autênticas orgias, quando, muitas vezes, o que há, é simplesmente alegria e necessidade de expansão lúdica. Alguns gestos eróticos são muitas vezes vestígios de velhos cultos de fecundidade, que pouco ou nada significam. O clero católico parece-me neste ponto mais equilibrado e a prova é que na área europeia do catolicismo coincide com a de populações rurais alegres e exuberantes, onde a música e a dança serviram de contrapeso ao trabalho árduo dos campos. O nosso país foi mesmo, até nossos dias, um exemplo de grande religiosidade alegre e festiva. As romarias são o caso típico dessa atitude humana, que sabe conciliar o amor de Deus, com a alegria em face da Criação.

Mas o protestante, saído desses países nórdicos sem luz e sem cor, onde a mecanização e a racionalização são um aspecto do livre exame e da secura dos sentidos, tende a impor aos africanos a mesma rigidez de conduta que eles aparentam. Mas em nome de quê, podemos proibir às exuberantes populações rurais a alegria das suas festas tradicionais, se as populações brancas de onde

esses missionários provêm possuem inúmeras compensações para os esforços da vida diária?

Perto de Nova Caipemba, por exemplo, fomos visitar uma aldeia perdida nas serras, aonde, segundo informantes, poucos brancos tinham ido. Depois de uma viagem de jeep até um sendendeiro no sopé da montanha, tivemos de nos meter ao caminho a pé. Foram quatro horas de marcha penosa, [57] com encostas extremamente íngremes, através de uma floresta tropical luxuriante. Ao fim dessas horas descobrimos uma aldeia grande numa clareira situada num lugar eminente, de onde se descobria a vastidão do relevo ondulado, coberto da floresta. Esta gente que, mercê da abundância dos géneros alimentares que cultivava, alguns dos quais como o café, lhe serve para fazer dinheiro, ao contrário do que nós supúnhamos, estava longe de manter as suas velhas tradições. Era certo irem lá poucos brancos, quase exclusivamente os mecânicos que lhes vão reparar a debulhadora do café, e esses poucos, são transportados em machila. Porém, uma vez por ano, também se faz transportar àqueles cimos um missionário americano que conseguiu acabar com a música, a dança e o gosto pelas bebidas alcoólicas. Em compensação adquiriram outros hábitos talvez mais de acordo com os interesses dos países exportadores de Coca-Cola. De facto, naquela aldeia perdida no mato, não se bebia marufu, apesar da abundância de bordão que lá existe, nem vinho, nem cerveja, mas sim laranjadas e groselhas engarrafadas. Não havia tambores, nem quissanjas, mas havia um campo de foot-ball, com as suas balizas erectas a recortarem-se no mistério da floresta.

Este missionário dá-se ao trabalho penoso de transformar os africanos naquele ideal de homem, de que ele julga talvez ser o exemplo, mas esquece-se concerteza que o seu próprio povo precisava muito mais dele do que os rurais africanos. Num país onde campeia o crime, o alcoolismo, a desmoralização e a delinquência infantil a sua acção era certamente mais útil do que nestas terras. Com que direito pode proibir divertimentos inocentes e [58] úteis ao equilíbrio físico e psíquico das populações rurais, se nem sequer lhes dá em troca esses divertimentos – como o cinema e a televisão, - que no seu país vieram substituir os folguedos tradicionais do povo? Eu estou firmemente convencido que a conversão das populações indígenas por padres de seitas protestantes avessas às alegrias da vida, tornará muito mais difícil a sua assimilação por nós

portugueses, e torna-as muito mais receptivas a quaisquer teorias espalhadas por demagogos. Quem vive sem alegria é capaz de tudo...

Isto que acabo de dizer não é mera especulação, mas o resultado de alguma observação e reflexão. Não quero com isto dizer que os missionários protestantes são sempre nocivos. Creio mesmo que algumas missões quando exercem a sua acção em populações urbanas ou destribalizadas conseguem resultados muito bons. As missões suíças de Lourenço Marques, por exemplo, tem preparado excelentes cidadãos, educados e conscientes dos seus deveres cívicos. Além disso, nem todas as seitas são iguais, assim como o não são todas as populações. Porém, creio que a imposição de normas morais muito rígidas a populações rurais sinceras e com propensão a aceitar cem por cento o que lhes é pregado como verdade, é contraproducente para a nossa política de assimilação e para a saúde psíquica das populações. Não me esqueço de que numa dessas aldeias perto de Dambe, de que atrás falei, o rapaz que me disse que o povo era triste, tinha perdido a alegria, também me disse que eram todos protestantes e que o catequista católico que antigamente lá vivia, já tinha ido embora. A pequena igreja católica que lá se via, estava fechada.

[59]

Quando lhe perguntei se cantavam ou dançavam também me respondeu que os missionários proibiam tais coisas.

Isto que acabo de dizer é objectivo, mas tive ainda a impressão que quando me disse que eram todos protestantes, e o catequista tinha ido embora, porque era desnecessário, havia uma espécie de ar de desafio na sua pessoa. Não haverá, às vezes, um certo entendimento tácito entre as populações tocadas pela propaganda do Congo, e essas missões cuja ideologia é praticamente anti-colonialista? Não sei, mas talvez houvesse vantagem em saber.

Em muitas outras regiões do Congo havia outra alegria e éramos acolhidos com simpatia. Se, às vezes, tinham um movimento de retraimento, quando parávamos o *jeep* e entrávamos pela aldeia dentro este era logo vencido e, passado um bocado, eram amáveis, francos e hospitaleiros. Pode dizer-se que nunca houve motivo para o mínimo receio, embora fôssemos só um homem e uma mulher, inteiramente desconhecidos, e chegássemos a qualquer hora, às vezes já de noite, às aldeias mais isoladas.

Em todo o Congo encontrámos sempre gente que falava bem português, às vezes, até mulheres. Só em aldeias entre S. Salvador do Congo e Noqui, tivemos às vezes de falar francês. Não quer isto dizer que nessas aldeias não houvesse quem falasse português, mas os elementos da terra mais evoluídos falavam só francês, porque tinham vivido muitos anos no Congo Belga.

Nesta excursão o nosso fim principal foi colher elementos etnográficos e fazer uma prospecção de uma região que não conhecíamos. Quanto aos dados propriamente etnográficos não damos nota deles neste relatório, porque nos servirão de base a futuros trabalhos.

[60]

Angola, de maneira geral, deixa boa impressão! É uma terra portuguesa com muitas das virtudes e de defeitos da nossa gente. Os problemas são também numerosos e, certamente, agravados pelas actuais crises do café, do peixe, e pela pobreza de grande parte das culturas praticadas na província. O sisal melhorou, mas o resto dá pouco. Se a gente pensar que o agricultor indígena ganha por ano com o algodão qualquer coisa como de 800\$00 a 1.200\$00, podemos compreender o seu baixo poder de compra. A criação de gados no Sul, embora seja rotineira, seguindo, em geral a tradição indígena é uma grande riqueza e virá certamente a melhorar quando certas condições mudarem. O caraculo é uma tentativa que, por enquanto, apesar de certos optimismos, não tem dado grandes resultados.

Estamos numa época dominada pela técnica e só a técnica pode corrigir e melhorar muitas das condições actuais. Por enquanto os técnicos são poucos e a sua experiência dos problemas africanos não é longa. É preciso, muitas vezes, cometer erros para depois vir a acertar, e não devemos desesperar por isto ser assim. O que é importante é continuar com confiança. Felizmente que não falta hoje quem dê aos problemas do Ultramar muito da sua inteligência, vontade, experiência e devoção. Já hoje se vão notando muito desses resultados em Angola e Moçambique e é de esperar que se assim continuarmos havemos de vencer as dificuldades que a conjuntura internacional oferece.

[61]

Actividade do adjunto do Chefe da Missão, Manuel Viegas Guerreiro.

Campo de acção. Objectivo da campanha. Resultados.

O meu campo de acção foi, este ano, a região de entre Cunene e Cubango, e o trabalho consistiu na busca de contactos com os grupos de Vakwankala que regularmente deambulam por estes vastíssimos espaços: encontrá-los, conviver com eles o mais possível, para recolha de informações complementares das obtidas em campanhas anteriores, e que todas se destinam á elaboração de um pequeno livro de generalidade sobre a nossa gente bochimane.

É escusado falar da dificuldade desta tarefa de descobrimento de bandos movediços de homens, que se deslocam em áreas desabitadas e distantes, mal servidas de caminhos, ou só com trilhos e até sem eles, onde falta a água, abundam sóis e a dieta alimentar se tem de reduzir a conservas, sem falar da arreliante e perigosa presença das avarias mecânicas e outros vários acidentes.

Não se mencionam estes factos para dar realce a pessoas nem resultados obtidos, mas por constituírem uma realidade ocorrente e de óbvia importância.

Pudemos estanciar algum tempo junto de 4 destes grupos, nas regiões da Mulola, Mutunu, Ondava, Chingado e Lago Queli, e em avançada de exploração pudemos atingir os areais de Mulunga.

Vem a propósito salientar o valioso apoio que na segunda parte da campanha me foi dada pelo Sr. Engenheiro Dr. Mariano Feio, que, além de me ajudar no salto dado ao Lago Queli e Mulunga, me proporcionou uma permanência de alguns dias junto dos chamados Bochimanos [62] Heilom do Lago Etocha, no Sudoeste Africano.

É claro que o domínio desta pesquisa está longe de se esgotar. Quem poderá ter a pretensão de chegar ao fim do estudo de uma milenária cultura humana, no breve âmbito de escassos meses, uma parte dos quais consumida em perseguir indícios vãos ou falsos?

Condições de vida dos Bochimanes.
O que se poderá fazer em seu proveito.

Um recenseamento realizado em 1953 achou para este povo o número de 3014, cabendo 1513 ao Bié e 1501 à Huila. Este cômputo está longe do exacto, e não cairemos em grande erro se o substituirmos por uma totalidade de mais de 6.000 indivíduos. Continuam a levar vida mais ou menos errante e, além das tradicionais actividades, a que sempre se entregaram, de colheita de plantas silvestres, mel e cera, e da caça, vivem, hoje, também do auxilio, em trabalho, que prestam a Negros e Brancos, na vizinhança dos quais se situam uma parte do ano, e do salário dos contratos pelos quais se ausentam para longe de casa, aplicados ao labor industrial e agrícola, de pescarias e de plantações de sisal e de café. Poucos são os que se dedicam a uma agricultura rudimentar.

Sua aproximação, cada vez maior, de Negros e de Brancos é provocada, sobretudo, pela amplitude, que, dia a dia, toma a ocupação portuguesa do sertão angolano: razia na caça, criação de reservas, como as de além-Cubango, impiedosamente restritivas da sua actividade venatória, desbastes florestais e desbravamento de terras.

[63]

Vão trocando modos de vida antigos por outros, e, a acreditar no que nos dizem, esta forçada aculturação trouxe-lhes mais benefícios que contrariedades, vivendo agora melhor do que em outras épocas.

Melhor, mas não bem, entenda-se. É, no seu conjunto, uma população mal alimentada, de acentuada magreza e vigor físico inferior ao normal para ocupações que exijam força. Saúde precária, condições higiénicas deploráveis e propícias ao aparecimento e difusão das mais graves doenças contagiosas. E a inter-dependência económica que caracteriza suas relações com os Bantos é contaminada de forçada sujeição, de que se não queixam e que, nem em todos os aspectos lhes convém.

O quadro económico, social e de saúde é sombrio e urge dar-lhe algum remédio.

O caminho a seguir parece ser o de convertê-los gradualmente de povos colectores que são em agricultores e pastores. Aqui predominantemente uma coisa, além outra, conforme é claro, o ambiente físico em que vivem. A

experiência iniciar-se-ia em grupos fortemente aculturados aos negros e que, ou estão em vias de praticar a agricultura ou já encetaram uma lavoura rudimentar. Estou a lembrar-me, por exemplo, dos do Quipungo-Hoque, Ondava e Cunjamba. A estes se iriam agregando, por força do êxito alcançado, os bandos nómadas do mato.

Indispensável era que se preservasse a boa convivência entre Pretos e Amarelos, que se não destruísse o binómio cultural banto-bochimane. Haviam de distribuir-se os meios com sobriedade, de modo que não ficassem os Bochimanes em situação económica superior [64] à dos Negros vizinhos. O que houvesse de dar àqueles não haveria de faltar a estes. E na dádiva de simpatia o mesmo equilíbrio se tinha de manter, e tudo para evitar perturbadores ressentimentos. Esta natural tendência do espírito humano para se afeiçoar tanto aos seus que esquece o direito de alheios e merecida afectividade a tenho eu visto manifestar-se por muitos lados, em Angola, em relação a Bantos e Bochimanes. Os Brancos são inclinados a exagerar, por impulsos generosos, as virtudes dos últimos em detrimento dos primeiros. Deste mal sofria, por exemplo, a Missão francesa do Dirico, que, por se ocupar exclusivamente de missionação entre os Va-sekele já não tinha para os Pretos senão palavras de menosprezo.

Seria até de sugerir que se buscasse o auxílio das autoridades bantas verdadeiramente representativas, na tarefa a realizar. Colaboração alcançada, é evidente, com estímulo material. Manter-se-ia assim, o tradicional prestígio da gente de civilização superior. Não significa isso, é claro, que se deseje que prossiga o estado de servidão, por vezes humilhante, pelo menos aos nossos olhos, de uns para com outros. E perigoso seria quebrar com brutalidade uma prisão secular que de boa mente se aceita. Nem se vê como cindir, sem criminosa convulsão, culturas inextrincavelmente caldeadas nos modos de vida, nas crenças e no sangue. Subtrair, com violência, os *pobres-diabos* da floresta, à quase tutela dos *senhores* Bantos seria lançar aqueles na perplexidade e na angústia e pô-los à mercê da agressividade dos vizinhos; e contra nós ficava a má vontade e o ódio escondido dos últimos e tudo isto poria em risco o bom resultado do empreendimento. Nem menos podia ser, [65] dado que lhes íamos arrebatatar das mãos, sem correspondente compensação, um capital seu e

precioso e psicologicamente reconfortante. A emancipação dos Bochimanes é escopo a alcançar, mas sem pressa, ao longo do tempo, sem cataclismos sociais. De outras e muitas cautelas se teria, evidentemente, de rodear a ajuda preconizada. E não seria menor a que tivesse em conta o vigor físico actual do povo *mukwankala*. Gente cronicamente subalimentada não poderia despende, de início, um esforço braçal penoso. A alimentação a ministrar-lhe tinha de ser adequada, progressivamente abundante, para que não provocasse graves abalos fisiológicos. Depressão, apatia, ausência de ambições porventura relacionadas com nutrição deficiente ir-se-iam transformando em consolador optimismo. E indispensável seria também, é escusado dizer, para levar a cabo tão difícil obra, o conhecimento minucioso da sua índole e costumes.

E que dizer dos contratos e outros serviços prestados a Brancos? Cuido que só aconselháveis para os braços sobranes da actividade agrícola e pastoril.

E a amparar todo o auxílio material os esteios especificamente espirituais: a Escola e a Igreja, e de tal modo aproveitando os elementos culturais progressivos da população banto-bochimane, que, sem violências nem convulsões, nos fosse surgindo, no tempo, uma civilização autenticamente portuguesa.

Com o feixe de reflexões aqui livremente exposto não pretendemos ter elaborado um plano de auxílio a Bochimanes. Ser-nos-ia já consolação bastante que deste breve apontamento tirassem algum proveito os que, com competência, houvessem de ocupar-se deste pequeno e ao mesmo tempo grande problema social de Angola.

[66]

Uma reunião realizada em 10 de Outubro de 1960 na Scholl of Oriental and African Studies da Universidade de Londres, destinada a constituir um “Organismo coordenador de estudos sobre Bochimanes”.

Transcreve-se, a seguir, o texto do Relatório enviado à Junta de Investigação do Ultramar e por esta solicitado em seu ofício nº 6.078 de 10 do corrente mês de Dezembro.

Os antecedentes da reunião – Resolveu a Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres incluir os Bochimanes no seu programa

de trabalhos. Aí se considerou que gente tão singular entre as do Mundo, tanto pelo seu modo de vida, como pela economia, merecia atenção diferente da que até aqui se lhe tem dado. Aos estudos biológicos, paleontológicos e arqueológicos deviam suceder-se os de natureza social, jurídica, linguística e histórica. Era necessário e urgente velar pela integridade e dignidade de povo tão exíguo, em número, e defendê-lo de excesso de investigações. Reconheceu-se ainda a falta de uma monografia completa de um grupo de Bushmen e que não há um mapa das áreas em que habitaram e habitam e nem tão pouco estão rigorosamente definidos termos como *Bushmen*, *Khoisan* e a expressão *Click-using languages*.

Com os objectivos científicos concorreram os humanitários: estão a destruir-lhes, impiedosamente, as reservas alimentares; não existe nenhuma entidade nas regiões em que vivem ou fora delas que se ocupe do seu bem estar ou os defenda da vaga avassaladora do nacionalismo banto; afigura-se necessário rever o estatuto [67] legal dos Bochimanes da Fechuanalândia, na hipótese de se ampliar a protecção que ali se lhes consigna.

E foi tudo isto que levou a Escola de Estudos Orientais e Africanos a promover uma reunião de particulares e entidades oficiais, que se ocupam dos Bochimanes, com o fim de se constituir um “Comité coordenador dos estudos de Bochimanes, com funções internacionais e supra-nacionais”. Só assim seria possível estabelecer um plano corrente de pesquisas que evitasse repetições escusadas e inútil dispersão de esforços.

Assuntos debatidos – Por relato do Secretário do “Meeting” Prof. Westphal, ficou-se a saber que duas das instituições consultadas – não se disse quais – se não mostraram dispostas a colaborar no objectivo humanitário. O Prof. Westphal sugeriu que talvez a forma como se exprimiu tal objectivo pudesse ter levado a supor que o “Comité” pretendia assumir actividades políticas e garantiu que isso estava fora do seu propósito, acrescentando que se poderia dar nova redacção ao referido “objectivo”.

O Prof. Tobias da Universidade de Witwatersrand e do Kalahari Research Committee (K.R.C.), referindo-se ao citado “objectivo humanitário” acentuou que as suas palavras não diziam respeito a Angola, onde havia apenas número diminuto de Bochimanes, uns 2.000, mas à Bechuanalândia e ao sudoeste

Africano, onde haveria cerca de 30.000. Lembrou a propósito, a necessidade de se terem em conta os pontos de vista dos do Protectorado da Bechuanalândia e do Sudoeste Africano e mais que, em ambos os territórios, havia representantes dos interesses dos Bochimanes. E [68] disse não saber se os dois governos quereriam ajudar o “Committee”. Em relação com isto ponderou que uma das propostas era a de “examinar” o estatuto legal dos *Bushmen* do Protectorado da Bechuanalândia para eventual alteração no sentido de proteger os *Bushmen* e que o governo deste protectorado não estaria na disposição de auxiliar tais investigações, e a sua ajuda era muito importante.

Foi, então, resolvido que se acrescentasse ao texto “... examinar o estatuto legal dos Bochimanes e ver que provisão, se alguma, se poderia acrescentar, para especial protecção dos Bochimanes” o seguinte: “... e considerar se o assunto deveria ser entregue aos governos interessados”.

O Com. Fox-Pitt, delegado da “Anti-Slavery Society for the Protection of Human Rights” quer que se defenda a integridade do povo bochimane, aludindo à infeliz e forçada deslocação de parte dele, na Bechuanalândia, para reservas apropriadas. O Prof. Tobias esclareceu que isso já não acontece.

C.R.S. Pitman, do “Fauna Preservation Society” refere o morticínio praticado pelos *Bushmen* nalgumas espécies raras, advertindo de que devem ser tomadas providências para que não prossiga. Entende que podem ser criadas reservas de caça privativas dos *Bushmen*. Seria este um meio de proteger as espécies raras, dado que são caçadores cuidadosos e sensatos.

Alguns delegados à reunião deram, depois, notícia do que se tem feito em matéria de investigação científica acerca de *Bushmen* nos seus países. O Dr. Lopes Cardoso, do Instituto de Investigação Científica de Angola, organismo encarregado da nossa representação no “Meeting”, apresentou o seu trabalho “Contribuição para a bibliografia dos Bochimanes de Angola”, com que dava antecipada satisfação a um dos fins do “Committee”. Juntou [69] à indicação bibliográfica um mapa com as áreas onde os autores mencionados tinham encontrado Bochimanes. O trabalho mereceu a atenção e o aplauso do Conselho.

Em outras intervenções fez-se alusão à utilidade de um estudo prévio da língua, antes de se iniciarem trabalhos de campo, à de conhecer exactamente o habitat

actual do povo em questão e à urgência destas pesquisas, antes de se extinguir o seu viver tradicional.

O Prof. Tobias propôs:

- a)- que fosse através do K.R.C. que se organizassem os planos académicos dos trabalhos em pesquisa;
- b)- que a cooperação entre governos se obtivesse através do C.C.T.A./S.A., que para tanto criaria um secretariado especial.

E foi de parecer de que expedições com muita gente podiam perturbar a vida pacífica dos Bochimanes. O organismo que representa, o K.R.C., receberia, de bom grado, pequenas expedições individuais, às quais prestaria o auxílio que pudesse.

Responderam-lhe vários delegados, cujas opiniões se podem sumariar: era de grande interesse o auxílio do K.R.C., tanto no ponto de vista académico como, e sobretudo, no da preparação prática das expedições; o planeamento superior devia entregar-se, porém, a instituição diferente, com sede fora da África do Sul, mencionando-se o caso de um investigador proibido, por motivos políticos, de viajar na União.

[70]

Acordou-se em que se consultasse o C.C.T.A./S.A. sobre se estava disposto a “dar o seu auxílio e conselho no estabelecimento de uma base de coordenação dos estudos sobre Bochimanes nos seus territórios”.

O Sr. N. Maskew diz falar em nome e a convite do Pe. Jean Marie Mollier, que, no nosso Dirico, dirige uma Missão que se ocupa exclusivamente de Bochimanes. Informa que a Missão veio do sudoeste Africano para o nosso território e também que o governo português prometeu auxiliá-la com donativos que ainda não receberam. E afirma que o trabalho da Missão corre o risco de não prosseguir.

Tomaram-se, finalmente, as seguintes resoluções:

- 1 – que o Prof. Westphal organize uma bibliografia de Bochimanes
- 2 – que elaborem mapas das áreas actualmente ocupadas pelos Bochimanes as seguintes instituições:

Silberbauer, Bechuanaland Protectorate;
Mc Intyre, South West Africa;
Centro do Ultramar, Angola

Desmond Clark, Federation

3 – que o Prof. Westphal organize, depois, um mapa geral.

E nomeou-se uma pequena comissão composta pelos Senhores Dr. Westphal, Professor Schapera, Dr. Weiner, Dr. Allchin, Dr. Allot, [71] encarregada de dar o seu parecer sobre o material reunido, o que permitirá avaliar do que tem sido feito e do que, exactamente, está por fazer.

O Sr. Maskew e a Missão do Dirico

Um dos interventores da reunião de Londres – quase se dispunha a não falar e só no fim dela pediu a palavra – foi, como referimos, o Sr. M. Maskew. Era o único nome de uma lista de delegados a que se não seguia cargo ou função. Estava ali, disse, como representante do R. Pe. Jean Marie Mollier, Superior da Missão, instalada na nossa região do Dirico. Vale a pena, talvez, gastarmos algum tempo com tal personagem. A minha presença na reunião deve tê-lo contrariado um tanto. Nós já éramos conhecidos: encontrei-o, um dia, vai passado ano e meio, por acaso mal humorado, nas *terras do fim do mundo*, como membro laico da Missão do Pe. Mollier. É cidadão inglês. Falei com ele, um pouco, e fiquei com má impressão a seu respeito depois da conversa *cinicamente filosófica* que comigo manteve. Trabalhava na Missão, mas não era católico, nem religioso. Referia-se em tom irónico aos estudiosos de Bochimanés. Seu mau humor era visível e soube então, que havia amuos entre os do grupo missionário. A sua função era social, nada tinha a ver com a catequese. Aliás o Sr. Pe. Mollier informou-me de que o trabalho social está na base do apostolado; a catequese vem depois, de modo que neste primeiro período de missionação cabia o Sr. Maskew.

[72]

Ao regressar de uma maior penetração pelo mato, já o Sr. Maskew se tinha ido embora... Mas lá estava em Londres, porta-voz desta reclamaçãozinha mal intencionada, levada a areópago internacional: a de que o governo português

prometera auxílio que não deu, pondo assim em risco de acabar a própria actividade da Missão.

E, a propósito, vem falar um pouco mais desta Missão do Dirico. Foi expulsa do Sudoeste Africano, má recomendação para a recebermos de braços abertos. E, apesar disso, usámos com ela de franca condescendência. Com a autorização superior concorreram o bondoso acolhimento e a afabilidade das nossas autoridades administrativas. Pois o troco dessa generosidade já se nos vai dando em moeda de Judas.

Vem ao acaso perguntar se se terão tomado as precauções no aceitar desta Missão e se se terá averiguado, com pormenor necessário, o que foi o seu litígio com o governo do Sudoeste Africano.

Cuidamos que o assunto merece atenção especial e, por isso, aqui o pomos sem rebuços.

Ainda uma palavra sobre Boers de Angola

Escrevemos, no relatório do ano passado, que alguns boers, menos de um ano depois de abalarem para a África do Sul, manifestavam vivo desejo de regressar a Angola. E acrescentámos que conviria não esquecer a lição do passado e impedir que, mais uma vez, com armas e bagagens, se transladassem para o nosso território. Soubemos há poucos meses, e de fonte autorizada, que iniciaram um novo êxodo para Angola, por cuja região do Bié já deambula um punhado deles.

Lisboa, Dezembro de 1960
O Adjunto do Chefe da Missão

Manuel Viegas Guerreiro

[73]

Plano de trabalhos para 1961

Antes da publicação da monografia do povo maconde é da maior conveniência fazer uma campanha na região previamente estudada para poder fazer algumas rectificações e completar certos assuntos que só durante a redacção se viu estarem incompletos.

De acordo com o que já foi dito no relatório anterior, parece-nos de toda a vantagem continuar o estudo da região norte de Moçambique, visto que o conhecimento em profundidade que temos dos Macondes facilitaria o estudo da área habitada por Macuas, Ajauas e Angónis, que com eles estão em contacto e a respeito de cujas culturas poucas informações possuímos.

O Adjunto da Missão, Dr. M. Viegas Guerreiro terá necessidade de ir a Angola para completar as suas pesquisas sobre o povo bochimane.

O Chefe da Missão

Jorge Dias

ANEXO F

Jorge Dias (1962), «Relatório sucinto das actividades da
Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português
desde a sua criação»

CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS

JUNTA DAS MISSÕES GEOGRÁFICAS E
DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR

MISSÃO DE ESTUDOS DAS MINORIAS ÉTNICAS DO ULTRAMAR PORTUGUÊS

Praça do Príncipe Real, 20 – Lisboa

**Relatório sucinto da actividade da
Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português
desde a sua criação**

1957

- I. A Missão teve como principal objectivo o estudo monográfico do Povo Maconde do nordeste de Moçambique, que se propôs estudar em várias campanhas, tendo em vista a publicação de uma monografia tanto quanto completa daquele povo.
 - II. Além disso a Missão estudou as minorias étnicas estrangeiras da Província de Moçambique: agricultores chineses e comerciantes monhés. Entre os últimos estudou as populações mestiças do litoral islamizado, os negros islamizados e os indianos.
 - III. O Chefe da Missão analisou os problemas político-sociais do Norte da Província, como eles podiam ser vistos do Planalto Maconde.
 - IV. O Primeiro Assistente, Dr. Manuel Viegas Guerreiro, fez um estudo dos Boers de Angola.
- a)- Os materiais recolhidos na primeira alínea têm sido trabalhados no gabinete tendo em vista uma futura publicação.

b)- Dada a natureza das informações a que fazemos referência nas alíneas II e III impedir a sua publicação a Missão descreve-as com certo pormenor num relatório de 131 páginas confidencial.

1958

- I. A Missão continuou com a campanha na área dos Macondes, onde colheu abundantes materiais para futura elaboração. [2]
- II. O Chefe da Missão continuou a análise sobre problemas políticos e sociais do nordeste da Província de Moçambique, referindo-se em particular aos islamismo.
- III. Recolha de informações respeitantes aos territórios vizinhos de Moçambique.
- IV. O Primeiro Assistente, Dr. Manuel Viegas Guerreiro, completou com novas informações o seu estudo sobre os Boers de Angola.
- V. O mesmo fez uma prospecção etnográfica do Sul e Norte de Angola. No Sul iniciou o estudo dos Bochimanes e no Norte prospectou os Cabindas.

a)- Dada a abundância de materiais recolhidos na área maconde, a Missão resolveu fazer uma Exposição no Secretariado, intitulada: “Vida e Arte do Povo Maconde”. A exposição continha objectos e fotografias dispostos de maneira a ilustrar as diferentes actividades dos Macondes. Com música de fundo utilizaram-se gravações feitas 2º Assistente Margot Dias. A Exposição foi inaugurada pelo Exmo. Senhor Ministro Vasco Lopes Alves, e visitada pelos Exmos. Senhores Subsecretários Silva Tavares e Abecassis. Foi muito concorrida e a imprensa fez-lhe larga referência. Publicou-se um catálogo explicativo.

b)- A natureza das informações a que se faz referência nas alíneas II e III não consentia a sua publicação razão porque ficou consignada no relatório anual da Missão.

c)- Os elementos recolhidos pelo Primeiro Assistente Dr. Manuel Viegas Guerreiro, alíneas IV e V foram mencionados no relatório anual e serão aproveitados, sobretudo os dos Bochimanes para trabalho a realizar na área.

[3]

1959

- I. Tendo o Chefe da Missão sido convidado para fazer um curso na Universidade de Witwatersrand (Joanesburgo), ele aproveitou para viajar largamente nos territórios que contornam Moçambique, nomeadamente o Tanganhica e a União Sul-Africana, onde pode observar muitos aspectos culturais e político-sociais importantes.
- II. O Adjunto da Missão, Dr. Manuel Viegas Guerreiro, fez sozinho a 3.^a campanha nos Macondes, onde colheu materiais sobre literatura oral, sabedoria e idioma. Em seguida passou a Angola, onde voltou a visitar os Bochimanes e os Ousis. Obteve novas informações sobre os Boers.
- III. A Primeira Assistente, Margot Dias, que passou todo o ano em África, colaborou com o Chefe na recolha de elementos mencionados na alínea I. No Tanganhica, juntamente com o Chefe da Missão fez pesquisas prolongadas na área maconde do norte do Rovuma. Trabalhou além disso na região de Gaza e Zavala, onde estudou técnicas tradicionais, (cestaria e olaria) música e instrumentos musicais e actividades de curandeiros.

a)- O relato dos assuntos estudados no I alínea ficou do exarado em dois relatórios; um sobre a actividade individual do Chefe da Missão na qualidade de professor convidado da Universidade de Witwatersrand e o outro o relatório anual da Missão. Neste ficou registado um importante documento (The Tanganyika-Mozambique Makonde Union) que o Chefe da Missão conseguiu obter.

[4]

1960

- I. Por conveniência do Governo, O Chefe da Missão e a Primeira Assistente tiveram de acompanhar o antropólogo americano, Charles Wagley, Esposa e Filha numa viagem por Moçambique, União Sul-

Africana, Sudoeste Africano e Angola. A viagem foi feita num Land Rover da Missão que percorreu cerca de 10.000 quilómetros.

- II. Após a partida dos visitantes americanos, o Chefe da Missão e a Primeira Assistente percorreram numerosas aldeias do Congo Português e Cuanza Norte e Sul fazendo recolha de materiais e informações que hoje são muito valiosos dados os acontecimentos políticos que sobrevieram nessa região.
- III. O Adjunto do Chefe da Missão fez uma campanha no Sul de Angola, onde estudou os Vakwankale, percorrendo a vasta área do Sul da Província e do Norte do Noroeste Africano.

a)- Os resultados da Missão que nos foi confiada em relação aos colegas americanos ficou consignada no relatório anual da Missão.

b)- Os materiais a que se faz referência na alínea I estão classificados e arquivados na Missão e serão aproveitados em trabalhos futuros.

c)- Os conhecimentos adquiridos pelo Adjunto, Dr. Manuel Viegas Guerreiro foram aproveitados na Reunião realizada em 10 de Outubro de 1960 em Londres, destinada a constituir um “Organismo Coordenador de Estudos sobre Bochimanes”.

Além disso fez uma comunicação ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências de Sevilha.

[5]

Publicações, Conferências e participações em Congressos realizados por membros da Missão desde a sua criação.

Chefe da Missão:

1. – “A Expansão Ultramarina Portuguesa à Luz da Moderna Antropologia”, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1957.
2. – “The expansion of the Portuguese in the overseas in the light of modern anthropology” in *Enquête sur l’Anticolonialisme*, Lisboa, 1957.

3. – “Contactos de Cultura”, in *Colóquios de Política Ultramarina Internacionalmente Relevante*, Lisboa, 1958.
4. - “Zusammenlebeu von Schwarz und Weiss in den Portugiesischen Provinzen Afrikas”, in *Afrika und Europa, Europa-Union Deutschland*, Heft 4, Bonn, 1958.
5. – “Introdução ao estudo das Ciências Sociais”, in *Colóquio sobre Metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa, 1959.
6. – “Estudos de Comunidade”, in *Colóquio sobre Metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa, 1959.
7. – “Ambiente Natural e História (dinamismo cultural)”, in *Volume de Homenagem ao Prof. Mendes Corrêa*, Porto, 1959.
8. – “Ensaio de Etnografia, achega para o problema das fechaduras de madeira em Portugal e em África”, in *Boletim Geral do Ultramar*, Lisboa, 1959.

[6]

9. – “O que se entende por Antropologia Cultural”, in *Estudos Ultramarinos*, n.º 3, Lisboa, 1959.
10. – *Portuguese Contribution to Cultural Anthropology*, Witwatersrand University Press, Joanesburgo, 1961.
11. - “Ethnographie de Mozambique”, in *Enciclopedie de Ethnologie de la Pleiâde*, Paris.
12. – “Relações de convívio entre pretos e brancos”, in *Estudos Ultramarinos*.
13. – “Ancestralatria matrilinear”, in *Garcia de Orta*.
14. – “O Mundo Sobrenatural dos Indígenas da África Portuguesa”, in *Estudos Ultramarinos* nº 1, 1961.

15. – “O indivíduo e a sociedade”, in jornal da Associação Académica do I.S.E.U.
16. – “Ensaio Ethnológicos”, Junta de Investigações (em impressão).
17. – (De colaboração com Margot Dias) – “A Arte Popular em Moçambique”, in *Arte Popular em Portugal*, Ed. Verbo.

Conferências

1. Jorge Dias – “Problemas de Método e Estudos de Comunidade”, C.E.P.S., Abril, 1957.
2. Jorge Dias – “O Brasil e a colonização portuguesa”, C.E.P.S., Junho, 1957.
- [7]
3. Jorge Dias – “Contactos de Cultura”, C.E.P.S., 1958.
4. Jorge Dias – “Zusammenlebeu von Schwarz und Weiss in den Portugiesischen Provinzen Afrikas”, Frankfurt a Main, Junho de 1958.
5. Jorge Dias – “Historial introduction to Portuguese Cultural Anthropology”, Universidade Witwatersrand, Joanesburgo, 29 de Abril de 1959.
6. Jorge Dias – “The Makonde People. History, invyronment and economy”, Universidade Witwatersrand, Joanesburgo, 3 de Junho de 1959.
7. Jorge Dias – “The Makonde People. Social Organization and Art”, Universidade Witwatersrand, Joanesburgo, Setembro de 1959.
8. Jorge Dias – “Portugal, Land and People”, Universidade Witwatersrand, Joanesburgo, Outubro de 1959.
9. Jorge Dias – “Community Studies in Portugal”, Universidade Witwatersrand, Joanesburgo, Outubro de 1959.

10. Jorge Dias – “The Portuguese abroad”, Universidade Witwatersrand, Joanesburgo, Outubro de 1959.
11. Jorge Dias – “Comunidades Portuguesas nos Estados Unidos e no Brasil”, Associação Cultural Portuguesa de Joanesburgo, 24 de Outubro de 1959.
12. Jorge Dias – “O Mundo sobrenatural dos indígenas da África Portuguesa”, Sociedade de Geografia de Lisboa, 22 de Março de 1960.
13. Jorge Dias – “The Makonde People. Conflict of Culture”, Universidade de Londres, 2 de Maio de 1960.

[8]

14. Jorge Dias – “Economy, Techniques and Arts of the Makondes of Mozambique”, Universidade de Londres, 5 de Maio de 1960.
15. Jorge Dias – “O indivíduo e a sociedade”, I.S.E.U., Novembro de 1960.
16. Jorge Dias – “Aspectos da Vida Humana no Norte de Moçambique”, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Porto, Março de 1961.
17. Jorge Dias – “O Povo Maconde – Conflitos de Cultura”, C.E.P.S., 24 de Abril de 1961.

Comunicações a Congressos

Jorge Dias – “Ancestralidade matrilinear”, Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Sevilha, 1960

Reuniões Internacionais

Jorge Dias – Reunião da Comissão Executiva do Instituto Internacional Africano, Londres, 1958.

Jorge Dias – Reunião internacional para discutir as relações de convívio entre pretos e brancos, Francforte no Museu Alemanha, 1958.

Jorge Dias – Reunião da Comissão Executiva do Instituto Internacional Africano, Paris, 1959.

Jorge Dias – Reunião da Comissão Executiva do Instituto Internacional Africano, Roma, 1960.

[9]

Adjunto do Chefe da Missão

1. – “Boers de Angola”, estudo publicado em *Garcia de Orta*, revista da Junta de Investigações do Ultramar, Vol. 6, 1958, pp. 11-31.
2. – “Boers de Angola”, palestra seguida de colóquio, realizada no Centro de Estudos Geográficos, do Instituto de Alta Cultura, em 17 de Março de 1958.
3. – “Literatura Oral dos Macondes”, artigo publicado no *Comércio do Porto* em 10 de Março de 1959.
4. – “Ovakwankala (Bochimanos) e Ovakwanyama (Bantos): aspectos do seu convívio”, artigo publicado na revista *Garcia de Orta*, Vol. 8, n.º 3, 1960, pp. 529-534 e que reproduz e algum desenvolvimento a comunicação com o mesmo título apresentada ao XXV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências.
5. – Enviado a Londres como membro do “Meeting to considerer the formation of a bushman studies co-ordinating committee” pela Junta de Investigações do Ultramar. O “Meeting” realizou-se em 10/10/1960.
6. - Participante do XXV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizado em Sevilha em Novembro de 1960.

7. - “Bochimanos e Negros: contactos culturais”, palestra seguida de colóquio, realizada no Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Alta Cultura, em 23 de Fevereiro de 1961.

1.^a Assistente

1. - “Aspectos técnicos e sociais da olaria dos Chopes”, *Garcia de Orta*, Vol. 8, n.º 4, Lisboa. 1960.

[10]

2. “Aspectos técnicos e sociais da olaria dos Chopes”, *Congresso Luso-Espanhol*, Sevilha, 1960.
3. “Makonde - Töpferei”, in *Baessler Archiv*, Neue Folge Ba X, Berlin, 1961.
4. “Arte Indígena de Moçambique” (de colaboração com Jorge Dias), in *Enciclopedia dell’Arte*, Roma.
5. “Preparação de farinha de mandioca torrada (farinha de Musseques)”, (em preparação).
6. “Técnicas de Olaria na África ao Sul do Sahara”, (em preparação).
7. “Töpfertechnik in África”, (em preparação).
8. “Contribuição para o estudo do Sistema de parentesco de Maganjas da Costa (Moçambique)”, para o volume de Homenagem ao Prof. Carrington da Costa.
9. “A Arte Popular em Moçambique”, (de colaboração com Jorge Dias) in *A Arte Popular em Portugal*, Editorial Verbo.

Como obra de colaboração de todos os membros da Missão está em preparação uma monografia sobre o Povo Maconde de 3 a 4 volumes.

A. Jorge Dias

Chefe da Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português

